

A CRISE E ALTERNATIVAS POLITICAS

A esquerda e a questão do Partido e dos movimentos de contestação

Paulo Timm – Org. 2012/2013 – Para discussão em sala de aula -

Índice :

O Pano de fundo da crise - Uma nova ordem , por Herbert Marcuse - 1971

- 1. As potências do Comunismo – Daniel Bensaïd**
- 2. Aprende-se com quem se quer organizar - Noam Chomski**
- 3. Reconstruir o partido comunista, unir a esquerda, bater a direita - Domenico Losurdo**
- 4. Faz sentido um Partido Socialista – R.Robaina**
- 5. As revoltas árabes – Entrevista com Tarik Ali**
- 6. Precisamos de um discurso de esquerda alternativo – W. Safatle**
- 7. O transbordo do copo de cólera – Michel Lowie , Entrevista**
- 8. A greve geral – Boaventura de Souza Santos**
- 9. Onde está a esquerda? Serge Halimi**
- 10. Socialistas, Crise ou Oportunidade – EI PAÍS ON LINE**
- 11. A esquerda europeia e a crise da dívida – F. Louçã**
- 12. MundoBraz em busca de uma esquerda pós-moderna -Bruno Cava**
- 13. A esquerda mundial pós 2011 – Immanuel Wallerstein**
- 14. Explorando os limites de uma esquerda reformada – Tarso Genro**
- 15. Um novo Projeto Socialista é possível? Tarso Genro – FSM 2012**
- 16. Como mudar o mundo – Eric Hobsbawn (livro)**

17. Audácia, mais audácia – Samir Amim

18. Nova Era – Paulo Kennedy

19. A miséria do novo desenvolvimentismo –J.L. Fiori

20. Para onde vamos? – Rodrigo Metri

21. PDT , Um Partido que era limpo – Vivaldo Barbosa

22. Crise da Ideologia – Leonardo Avritzer

23.MESSIANISMO: Ópio do povo ou movimento de resistência ? – Raul Longo

24. Grã Bretanha: Chamamento a criar um partido de esquerda = Ken Loach, Kate Hudson, Gilbert Achcar

25 . A participação de PCs nos governos: Seria esta uma forma de sair da crise capitalista? Herwig Lerouge

26 - ¿Partidos políticos o comités electorales? Rossana Rossanda

27 - A esquerda que falta - Luiz Sérgio Henriques

28 - Marxismo, sistema e ação transformadora – Brasília Sallum

29 - Partidos europeus optam pelo oportunismo perante um desafio histórico – Habermas

30 -

-

31 -

- ILAS MARTÍ - DE SÃO PAULO

32 - Do fim do começo ao começo do fim - Capitalismo, violência e decadência sistémica - Jorge Beinstein

33 - Chile: Uma democracia servil ao capital -

34 - ¿Democracia o capitalismo? - Boaventura de Sousa Santos

35 – A montanha que devemos conquistar - Istvan Meszaros

UMA NOVA ORDEM

Tradução: Newton Ramos-de-Oliveira

Pode-se falar de uma repressão ou de um sistema repressivo que seja específico dos Estados Unidos? Ao que parece, existem apenas diferenças de graus, puramente quantitativas, entre os mecanismos do sistema americano e aqueles de outros países adiantados, capitalistas monopolistas. O traço comum a todos é a ligação entre as formas tradicionais da repressão política exercida pelas forças da Ordem (que cobrem toda a gama da repressão violenta, as sanções econômicas, a justiça de classe e a discriminação) e por um aparelho de doutrinação em constante aperfeiçoamento (escolas, mídia etc). O que parece específico dos Estados Unidos é a facilidade e a amplitude da integração ao sistema social de uma vasta maioria da população dependente. Esta integração resulta de um duplo fundamento: a) a repressão inclemente que sufocou a evolução de um movimento trabalhista militante; b) o poder produtivo desmesurada do processo capitalista, que consegue ali manter, em que pese suas dificuldades crescentes, um nível de vida relativamente alto.

Mas as bases dessa integração são minadas pelas próprias tendências que as facilitam e as conservam. Porque é precisamente a potência repressiva da "sociedade de consumo", a dependência do consumidor à escalada das necessidades e das mercadorias, a criação contínua de necessidades novas que exacerbam as contradições no interior do sistema que exigem inescapavelmente a intensificação dos controles repressivos.

Na mesma medida em que a maioria da população alcança a satisfação de suas necessidades essenciais (tanto no plano material quanto no plano cultural), a acumulação crescente do capital impõe a produção de "luxos" que se agregam aos bens de subsistência. No quadro capitalista, isto se traduz pela produção acelerada de vasta dissolução, a obsolescência planejada, as bugigangas e as mercadorias da destruição. Os luxos se tornam as necessidades que o indivíduo precisa adquirir sob pena de perder seu "status" no mercado competitivo, no trabalho e no lazer. Isto, por sua vez, desemboca numa existência devotada inteiramente aos comportamentos alienados, desumanizados, à obrigação de obter um poder aquisitivo adequado mantido através da busca e da conservação de um emprego que reproduz a submissão e o sistema de submissão. O capitalismo americano criou assim uma nova dimensão da repressão: a utilização conjunta da conquista técnica e da miséria (a satisfação das necessidades vitais) para assegurar a perpetuação de uma dependência vital.

A contradição entre uma produtividade que poderia abolir a sujeição dos homens e das mulheres aos instrumentos de seu trabalho e as condições nas quais esta própria produtividade favorece e perpetua a

alienação e a repressão acaba por penetrar no consciente e no subconsciente da base. Isto se evidencia no declínio generalizado de uma "ética do trabalho", nos atos espontâneos de sabotagem, na violência que em tudo se infiltra etc, em resumo, na desagregação dos valores operacionais de que depende o funcionamento da sociedade capitalista.

No entanto, seria muito falso assinalar no enfraquecimento da coesão social, na deterioração da ideologia capitalista e na desintegração de sua hierarquia de valores a qualidade de uma força em si revolucionária. Difusa desorganizadamente sobre o conjunto da população e inarticulada, atravessando as linhas tradicionais das classes sociais, esta força torna-se presa dos limites da subjetividade. A contestação toma menos por alvo a estrutura propriamente dita do sistema, seu modo de produção, do que os comportamentos e as atitudes individuais (contramestres, patrões, "eles" etc). Até mais grave, as pessoas que se encontram nos escalões mais baixos do trabalho tendem geralmente a se considerar como os únicos responsáveis por seu "fracasso" em se elevar na hierarquia(1). Forma-se, assim, o sentimento de culpa que serve às maravilhas aos interesses do *establishment* : a auto-repressão reforça a repressão imposta do alto.

No entanto, a reprodução incessante da repressão submete-se a condições objetivas que limitam gravemente seu progresso. A aguda necessidade de aumentar a produtividade do trabalho demanda medidas e métodos que fazem aparecer possibilidades de emancipação e que, aplicadas numa larga escala, chegarão, sem dúvida, ao objetivo visado. Entre essas, figura a extensão da automação e a reorganização do trabalho com o objetivo (aparente) de "humanização" que consistem em atribuir aos trabalhadores e às trabalhadoras maiores responsabilidades em seus postos, em reduzir a especialização etc. No quadro do capitalismo, esses dois métodos sofrem de limitações intrínsecas: utilizada com pleno rendimento, a automação conduzirá a uma redução da mais-valia e ao incremento do desemprego, podendo chegar a um ponto incompatível com a acumulação do capital; a reorganização "humanizadora" do trabalho desembocará, se a levarmos para além dos *gadgets* psicológicos promovidos pelos serviços de relações públicas das empresas, a uma forma de autogestão que entrará em colisão com a hierarquia capitalista tanto no interior quanto no exterior do mundo do trabalho.

Apenas conjugadas a tal dinâmica objetiva é que as forças ideológicas emancipadoras aparecem com suas potencialidades e suas promessas radicais. As imagens de uma existência humana qualitativamente diferente, de uma vida na qual não mais se precisará *ganhar* a vida porque nela haverá redução do trabalho alienado a um mínimo indispensável e, conseqüentemente, haverá a emergência de uma nova sensibilidade, de uma nova moral, a redescoberta do corpo e da natureza como poderes de enriquecimento e de proteção da vida, ³/₄ tudo isso aparecerá como antecipação histórica de uma sociedade submetida a um novo princípio de realidade, sociedade que será herdeira do capitalismo e que consumirá suas realizações.

Concretizadas na luta econômica, política e cultural contra a repressão, estas imagens antecipam uma revolução que deverá passar em profundidade e extensão todas as revoluções precedentes; que representará verdadeiramente um salto qualitativo à liberdade. Face a esta eventualidade bem real, o poder estabelecido reforça seu sistema de repressão e o estende à esfera onde se formam as carências e as satisfações do indivíduo. Assim como precisam, na cultura material, estar adaptados aos produtos que o sistema fornece, faz-se necessário restringir no domínio da cultura intelectual a parte das carências e das satisfações "transcendentes", que são inúteis e até mesmo perigosas para o *establishment*, o que reverte favoravelmente aos valores e aos modos de pensar necessários ao processo de reprodução social. Um ataque conjugado está atualmente em curso para alterar as escolas e as universidades quanto à formação profissional: reduzir a parte das humanidades e das ciências sociais e abaixar o nível do que não seja estritamente profissional. Desta maneira, a força de trabalho crescentemente necessária à boa marcha do sistema será levada, desde a infância, à tarefa de reproduzir em si mesma sua existência social e sua submissão $\frac{3}{4}$ pela linguagem que lhe ensinamos, pelos sentimentos que lhe inculcamos, pelas satisfações que a ensinamos a desejar.

Mas será que o monstruoso aparelho científico e pseudocientífico da repressão, unido à incessante recriação dos desejos e das satisfações destinadas a tornar a servidão tolerável poderão indefinidamente mascarar o caráter destruidor do sistema e os meios de abolí-lo? A década de 1960 deixou uma herança de recusas e de idéias novas que continuam atuantes e profundas sob a superfície da integração. O potencial radical se deslocou: o "proletariado" industrial (de "colarinho azul") não é mais o único detentor do privilégio histórico da revolução, que compartilha agora com outros grupos: a *intelligentsia* e, em especial, os estudantes, as mulheres, os jovens, as minorias raciais e nacionais. A ativação de tais grupos marca a ampliação da base potencial de revolta e da totalização da mudança; ou seja, a passagem da quantidade à qualidade.

Hoje, com a totalização dos controles, é o outro lado que assume a iniciativa. Um novo sistema social está talvez em vésperas de nascer: um regime neo ou semifascista com amplos apoios populares. Certos indícios apontam nessa direção: o estreitamento das possibilidades de expansão capitalista, o crescimento da população dependente, a aliança da Mafia com os grupos econômicos legítimos, o contágio da violência, o racismo endêmico, a concentração das armas de aniquilamento nas mãos das autoridades constituídas, a corrupção que infecta o conjunto do processo democrático.

Contra o espectro do fascismo à americana, a esquerda, corroída por suas divisões, sem organização eficaz, mantém um combate muito desigual. Sua arma principal continua sendo a educação política $\frac{3}{4}$ a contra-educação $\frac{3}{4}$ na teoria e na prática: operação longa e penosa que consiste em fazer com que as pessoas tomem consciência de que as repressões que exigem a manutenção da sociedade estabelecida não

mais são necessárias e que é possível abolí-la sem, por outro lado, substituí-la por outro sistema de dominação.

(1) Richard Sennett e Jonathan Cobb, "The hidden injuries of class". Nova Iorque: Vintage Books, 1972.

<http://planeta.clix.pt/adorno/>

[Voltar](#)

Potências do Comunismo

Daniel Bensaïd – Correspondencia de Prensa

Tradução: Daniel Monteiro

Direitos de Reprodução: A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License.

Em um artigo de 1843 sobre "*os progressos da reforma social no continente*", o jovem [Engels](#) (que tinha acabado de fazer 20 anos) via o comunismo como "*uma conclusão necessária, que se está claramente obrigado a tirar, diante das condições gerais da civilização moderna*". Um comunismo lógico em suma, produto da revolução de 1830 em que os operários "*votaram às fontes vivas e ao estudo da grande revolução e se apoderaram vivamente do comunismo de Babeuf*".

Para o jovem [Marx](#), por outro lado, esse comunismo não era ainda mais do que uma "*abstração dogmática*", uma "*manifestação original dos primórdios do humanismo*". O proletariado nascente havia "*se atirado nos braços dos doutrinários de sua emancipação*", das "*seitas socialistas*" e dos espíritos confusos que "*divagavam como humanistas*" sobre o "*milênio da fraternidade universal*" como "*abolição imaginária das relações de classe*". Antes de 1848, este comunismo espectral, sem programa preciso, estava presente, então, no ar do tempo sob as formas "*pouco polidas*" das seitas igualitárias ou dos sonhos icarianos^[1].

Entretanto, já então a superação do ateísmo abstrato implicava um novo materialismo social que não era outra coisa senão o comunismo: "*da mesma forma em que o ateísmo, em relação à negação de Deus, é o desenvolvimento do humanismo teórico, também o comunismo, quanto à negação da propriedade privada, é a reivindicação da vida humana verdadeira*". Longe de todo anticlericalismo vulgar, esse comunismo era "*o desenvolvimento de um humanismo prático*", para o qual não se tratava só de combater a alienação religiosa, senão a alienação e a miséria sociais reais das quais nasce a necessidade de religião.

Da experiência fundadora de 1848 até a da [Comuna](#), "*o movimento real*" que busca abolir a ordem estabelecida tomou forma e força, dissipando as "*loucuras sectárias*" e deixando no ridículo "*o tom de oráculo da infalibilidade científica*". Dito de outra forma, o comunismo, que foi primeiro um estado de espírito ou "*um comunismo filosófico*", encontrava sua forma política. Em um quarto de século, levou a cabo sua transformação: de seus modos de aparição filosóficos e utópicos à forma política, por fim encontrada na emancipação.

1. As palavras de emancipação não saíram imunes das tormentas do século passado. Pode-se dizer delas, como dos animais da fábula, que não morreram todas, mas que todas foram gravemente feridas. Socialismo, revolução, anarquia inclusive, não estão muito melhor do que comunismo. O socialismo esteve implicado no assassinato de [Karl Liebknecht](#) e [Rosa Luxemburgo](#), nas guerras coloniais e nas colaborações governamentais, até o ponto de perder todo conteúdo na medida em que ganhava em extensão. Uma metódica campanha ideológica conseguiu identificar aos olhos de muitos a revolução com a violência e o terror. Mas, de todas as palavras outrora portadoras de grandes promessas e de sonhos de porvir, a palavra comunismo foi a que mais danos sofreu devido à sua captura pela razão burocrática de Estado e ao seu submetimento a uma empresa totalitária. Fica por saber, todavia, se de todas essas palavras feridas há algumas que valem a pena reparar e pôr de novo em movimento.

2. É necessário para isso pensar no que ocorreu com o comunismo do século XX. A palavra e a coisa não podem ficar fora do tempo das provas históricas às quais foram submetidas. O uso massivo do título "comunista" para designar o Estado liberal autoritário chinês pesará muito mais durante longo tempo, aos olhos da grande maioria, do que os frágeis testes teóricos e experimentais de uma hipótese comunista. A tentação de subtraí-la de um inventário histórico crítico conduziria a reduzir a ideia comunista a "variáveis" atemporais, a fazer dela um sinônimo das ideais indeterminadas de justiça ou de emancipação, e não a forma específica de emancipação na época da dominação capitalista. A palavra perde então em precisão política o que ganha em extensão ética ou filosófica. Uma das questões cruciais é saber se o despotismo burocrático é a continuação legítima da revolução de Outubro ou o fruto de uma contrarrevolução burocrática, verificada não só pelos processos, pelas purgas, pelas deportações massivas, senão também pelas comoções dos anos trinta na sociedade e no aparelho de Estado soviético.

3. Não se inventa um novo léxico por decreto. O vocabulário se forma com o tempo, através de usos e experiências. Ceder à identificação do comunismo com a ditadura totalitária estalinista seria capitular ante os vencedores provisórios, confundir a revolução e a contrarrevolução burocrática e fechar assim o capítulo das bifurcações, único aberto à esperança. E seria cometer uma irreparável injustiça com os vencidos, todas as pessoas, anônimas ou não, que viveram apaixonadamente a ideia comunista e que a mantiveram viva contra suas caricaturas e falsificações. É vergonhosa a postura dos que deixaram de ser comunistas ao deixarem de ser estalinistas e que não foram comunistas mais do que foram estalinistas!^[2]

4. De todas as formas de nomear "a alternativa" necessária e possível ao capitalismo imundo, a palavra comunismo é a que conserva mais sentido histórico e carga programática explosiva. É a que evoca melhor a repartição comum e a igualdade, a partilha do poder, a solidariedade contra o cálculo egoísta e a competição generalizada, a defesa dos bens comuns da humanidade - naturais e culturais-, a extensão aos bens de primeira necessidade de um espaço de gratuidade (desmercantilização) dos serviços, contra a rapina generalizada e a privatização do mundo.

5. É também o nome de uma medida diferente da riqueza social da adotada pela lei do valor e da valorização mercantil. A competição "*livre e não falseada*" repousa sobre "*o roubo do tempo de trabalho do outro*". Pretende quantificar o não quantificável e reduzir à sua miserável medida comum, mediante o tempo de trabalho abstrato, a incomensurável relação da espécie humana com as condições naturais de sua reprodução. O comunismo é o nome de um critério diferente de riqueza, de um desenvolvimento ecológico qualitativamente diferente da corrida

quantitativa pelo crescimento. A lógica da acumulação de capital exige não só a produção para o lucro, e não para as necessidades sociais, senão também *"a produção de um novo consumo"*, a ampliação constante do círculo de consumo *"mediante a criação de novas necessidades e pela criação de novos valores de uso. Por isso, a exploração da natureza inteira e da terra em todos os sentidos"*. Essa desmesura devastadora do capital funda a atualidade de um eco-comunismo radical.

6. A questão do comunismo é primeiro, no [Manifesto Comunista](#), a da propriedade. *"Os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: supressão da propriedade privada dos meios de produção e de troca, que não deve ser confundida com a propriedade individual dos bens de uso. Em todos os movimentos colocam a questão da propriedade, em qualquer grau de evolução que tenham conseguido chegar, como a questão fundamental"*. Dos dez pontos que concluem o segundo capítulo, sete dizem respeito, com efeito, às formas de propriedade: a expropriação da propriedade latifundiária e o emprego da renda da terra em proveito do Estado; a instauração de impostos fortemente progressivos; a abolição da herança dos meios de produção e de circulação; o confisco dos bens dos emigrados rebeldes, a centralização do crédito em um banco público; a socialização dos meios de transporte e a construção de uma educação pública e gratuita para todos; a criação de manufaturas nacionais e o cultivo das terras improdutivas. Estas medidas tendem todas a estabelecer o controle da democracia política sobre a economia, a primazia do bem comum sobre o interesse egoísta, do espaço público sobre o espaço privado. Não se trata de abolir toda forma de propriedade, senão *"a propriedade privada de hoje, a propriedade burguesa, o modo de apropriação"* fundado na exploração de uns por outros.

7. Entre dois direitos, o dos proprietários de se apropriarem dos bens comuns e o dos despossuídos à existência, *"é a força que decide"*, dizia [Marx](#). Toda a história moderna da luta de classes, da guerra dos camponeses na Alemanha até as revoluções sociais do século passado, passando pelas revoluções inglesa e francesa, é a história desse conflito. Resolve-se pela emergência de uma legitimidade oposta à legalidade dos dominantes. Como *"forma política enfim encontrada de emancipação"*, como *"abolição"* do poder do Estado, como realização da república social, a [Comuna](#) ilustra o surgimento desta nova legitimidade. Sua experiência tem inspirado as formas de auto-organização e de autogestão populares surgidas nas crises revolucionárias: conselhos operários, soviets, comitês de milícias, cordões industriais, associações de vizinhos, comunas agrárias, que tendem a desprofissionalizar a política, a modificar a divisão social do trabalho, a criar as condições de extinção do Estado enquanto corpo burocrático separado.

8. Sob o reino do capital, todo progresso aparente tem sua contrapartida de regressão e de destruição. Não consiste, afinal, *"em nada mais do que uma mudança na forma de servidão"*. O comunismo exige uma ideia diferente e critérios distintos dos do rendimento e da rentabilidade monetária. Para começar, uma redução drástica do tempo de trabalho obrigatório e uma mudança da noção mesma de trabalho: não poderá haver completo desenvolvimento individual no ócio ou *"o tempo livre"* enquanto o trabalhador permanecer alienado e mutilado no trabalho. A perspectiva comunista exige também uma mudança radical na relação entre o homem e a mulher: a experiência da relação entre os gêneros é a primeira vivência da alteridade e enquanto subsistir esta relação de opressão, todo ser diferente — por sua cultura, sua cor ou sua orientação sexual — será vítima de formas de discriminação e de dominação. O progresso autêntico reside enfim no desenvolvimento e na diferenciação de necessidades cuja combinação original faça de cada um e de cada uma um ser único, cuja singularidade contribua para o enriquecimento da espécie.

9. O [Manifesto](#) concebe o comunismo como *"uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos"*. Apresenta assim a máxima de um livre desenvolvimento individual que não deveria ser confundido nem com as ilusões de um individualismo sem individualidade submetido ao conformismo publicitário, nem com o igualitarismo grosseiro de um socialismo de quartel. O desenvolvimento das necessidades e das

capacidades singulares de cada um e de cada uma contribui para o desenvolvimento universal da espécie humana. Reciprocamente, o livre desenvolvimento de cada um e de cada uma implica no livre desenvolvimento de todos, pois a emancipação não é um prazer solitário.

10. O comunismo não é uma ideia pura, nem um modelo doutrinário de sociedade. Não é o nome de um regime estatal, nem o de um novo modo de produção. É o nome de um movimento que, de forma permanente, supera/suprime a ordem estabelecida. Mas é também o objetivo que, surgido desse movimento, o orienta e permite — contra políticas sem princípios, ações sem continuidade e improvisações cotidianas — determinar o que aproxima do objetivo e o que afasta dele. **Desse modo, não é um conhecimento científico do objetivo e do caminho, mas uma hipótese estratégica reguladora.** Nomeia, indissociavelmente, o sonho irreduzível de um mundo diferente, de justiça, de igualdade e de solidariedade; o movimento permanente que aponta para a derrocada da ordem existente na época do capitalismo; e a hipótese que orienta este movimento para uma transformação radical das relações de propriedade e de poder, longe dos acordos com um mal menor — que seria o caminho mais curto para o pior.

11. A crise social, econômica, ecológica e moral de um capitalismo que não posterga já seus próprios limites senão ao preço de uma desmesura e de uma injustiça crescentes, ameaçando por sua vez a espécie e o planeta, volta a colocar na ordem do dia *"a atualidade do comunismo"* radical que invocou Benjamin frente ao ascenso dos perigos do entre guerras.

Aprende-se com as pessoas com quem se quer organizar

O aspecto mais digno de entusiasmo do movimento Ocupa Wall Street é a construção de vínculos que estão se formando em toda parte. Karl Marx disse: a tarefa não é somente entender o mundo, mas transformá-lo. Uma variante que convém ter em conta é que, se queremos com mais força mudar o mundo, vamos entendê-lo. Isso não significa escutar uma palestra ou ler um livro, embora essas coisas às vezes ajudem. Aprende-se a participar. Aprende-se com os demais. Aprende-se com as pessoas com quem se quer organizar. O artigo é de Noam Chomsky.

Noam Chomsky - La Jornada

Dar uma conferência Howard Zinn é uma experiência agridoce para mim. Lamento que ele não esteja aqui para tomar parte e revigorar um movimento que foi o sonho de sua vida. Com efeito, ele pôs boa parte de seus ensinamentos nisso.

Se os laços e associações que se estão estabelecendo nesses acontecimentos notáveis puderem se sustentar durante o longo e difícil período que os espera — a vitória nunca chega logo —, os protestos do Ocupar Wall Street poderão representar um momento significativo na história estadunidense.

Nunca tinha se visto nada como o movimento Ocupa Wall Street, nem em tamanho nem em caráter. Nem aqui nem em parte alguma do mundo. As vanguardas do movimento estão tratando de criar comunidades cooperativas que bem poderiam ser a base de organizações

permanentes, de que se necessita para superar os obstáculos vindouros e a reação contra o que já está se produzindo.

Que o movimento Ocupem não tenha precedentes é algo que parece apropriado, pois esta é uma era sem precedentes, não só nestes momentos, mas desde os anos 70.

Os anos 70 foram uma época decisiva para os Estados Unidos. Desde a sua origem este país teve uma sociedade em desenvolvimento, não sempre no melhor sentido, mas com um avanço geral em direção da industrialização e da riqueza.

Mesmo em períodos mais sombrios, a expectativa era que o progresso teria de continuar. Eu tenho idade o suficiente para recordar da Grande Depressão. De meados dos anos 30, quando a situação objetivamente era muito mais dura que hoje, e o espírito bastante diferente.

Estava-se organizando um movimento de trabalhadores militantes – com o Congresso de Organizações Industriais (CIO) e outros – e os trabalhadores organizavam greves e operações padrão a ponto de quase tomarem as fábricas e as comandarem por si mesmos.

Devido às pressões populares foi aprovada a legislação do New Deal. A sensação que prevalecia era que sairíamos daqueles tempos difíceis.

Agora há uma sensação de desesperança e às vezes desespero. Isto é algo bastante novo em nossa história. Nos anos 30, os trabalhadores poderiam prever que os empregos iriam voltar. Agora, os trabalhadores da indústria, com um desemprego praticamente no mesmo nível que durante a Grande Depressão, sabem que, se as políticas atuais persistirem, esses empregos terão desaparecido para sempre.

Essa mudança na perspectiva estadunidense evoluiu a partir dos anos 70. Numa mudança de direção, vários séculos de industrialização converteram-se numa desindustrialização. Claro, a manufatura seguiu, mas no exterior; algo muito lucrativo para as empresas mas nocivo para a força de trabalho.

A economia centrou-se nas finanças. As instituições financeiras se expandiram enormemente. Acelerou-se o círculo vicioso entre finanças e política. A riqueza passou a se concentrar cada vez mais no setor financeiro. Os políticos, confrontados com os altos custos das campanhas eleitorais, afundaram profundamente nos bolsos de quem os apoia com dinheiro.

E, por sua vez, os políticos os favoreciam, com políticas favoráveis a Wall Street: desregulação, transferências fiscais, relaxamento das regras da administração corporativas, o que intensificou o círculo vicioso. O colapso era inevitável. Em 2008, o governo mais uma vez resgatou as empresas de Wall Street que eram supostamente grande demais para quebrarem, com dirigentes grandes demais para serem encarcerados.

Agora, para 10% de 1% da população que mais se beneficiou das políticas recentes ao longo de todos esses anos de cobiça e enganação, tudo vai muito bem.

Em 2005, o Citigroup – que certamente foi objeto em ocasiões repetidas de resgates do governo – viu o luxo como uma oportunidade de crescimento. O banco distribuiu um folheto para investidores no qual os convidava a investirem seu dinheiro em algo chamado de índice de plutonomia, que identificava as ações das companhias que atendessem ao mercado de luxo.

Líderes religiosos, principalmente da comunidade de negros, cruzaram a ponte do Brooklyn no último domingo com lonas e tendas para entregá-las aos membros do movimento Ocupar Wall Street que estão acampados no coração econômico da cidade de Nova York.

O mundo está dividido em dois blocos: a plutocracia e o resto, resumiu. Estados Unidos, Grã Bretanha e Canadá são as plutocracias-chave: as economias impulsionadas pelo luxo.

Quanto aos não ricos, às vezes se lhe chamam de precariado: o proletariado que leva uma existência precária na periferia da sociedade. Essa periferia, no entanto, converteu-se numa proporção substancial da população dos Estados Unidos e de outros países.

Assim, temos a plutocracia e o precariado: o 1% e os 99%, como se vê no movimento Ocupem.

Não são cifras literais mas sim, é a imagem exata.

A mudança história na confiança popular no futuro é um reflexo de tendências que poderão ser irreversíveis. Os protestos do movimento Ocupem são a primeira reação popular importante que poderão mudar essa dinâmica.

Eu me detive nos assuntos internos. Mas há dois acontecimentos perigosos na arena internacional que ofuscam todos os demais.

Pela primeira vez na história há ameaças reais à sobrevivência da espécie humana. Desde 1945 temos armas nucleares e parece um milagre que tenhamos sobrevivido. Mas as políticas do governo Barack Obama estão fomentando uma escalada.

A outra ameaça, claro, é a catástrofe ambiental. Por fim, praticamente todos os países do mundo estão tomando medidas para fazer algo a respeito. Mas os Estados Unidos estão regredindo.

Um sistema de propaganda reconhecido abertamente pela comunidade empresarial declara que a mudança climática é um engano dos setores liberais. Por que teríamos de dar atenção a esses cientistas?

Se essa intransigência no país mais rico do mundo continuar, não poderemos evitar a catástrofe.

Deve fazer-se algo, de uma maneira disciplinada e sustentável. E logo. Não será fácil avançar. É inevitável que haja dificuldades e fracassos. Mas a menos que o processo esteja ocorrendo aqui e em outras partes do país e de todo o mundo continue crescendo e se converta numa força importante da sociedade e da política, as possibilidades de um futuro decente são exíguas.

Não se pode lançar iniciativas significativas sem uma ampla e ativa base popular. É necessário sair por todo o país e fazer as pessoas entenderem do que se trata o movimento Ocupar Wall Street, o que cada um pode fazer e que consequências teria não fazer nada.

Organizar uma base assim implica educação e ativismo. Educar as pessoas não significa dizer em que acreditar; significa aprender dela e com ela.

Karl Marx disse: a tarefa não é somente entender o mundo, mas transformá-lo. Uma variante que convém ter em conta é que, se queremos com mais força mudar o mundo, vamos entendê-lo. Isso não significa escutar uma palestra ou ler um livro, embora essas coisas às vezes ajudem. Aprende-se a participar. Aprende-se com os demais. Aprende-se com as pessoas com quem se quer organizar. Todos temos de alcançar conhecimentos e experiências para formular e implementar ideias.

O aspecto mais digno de entusiasmo do movimento Ocupar Wall Street é a construção de vínculos que estão se formando em toda parte. Esses laços podem se manter e expandir, e o movimento poderá dedicar-se a campanhas destinadas a pôr a sociedade numa trajetória mais humana. \

(*) Este artigo é uma adaptação de uma fala de Noam Chomsky no acampamento Occupy Boston, na praça Dewey, em 22 de outubro. Ele falou numa atividade de uma série de Conferências em Memória de Howard Zinn, celebrada pela Universidade Livre do Ocupar Boston. Zinn foi historiador, ativista e autor de *A People's History of the United States*.)

(**) Chomsky é professor emérito de Linguística e Filosofia do Instituto Tecnológico de Massachusetts, em Cambridge, Massachusetts. É o maior linguista do século e um dos últimos anarquistas sérios do planeta.

1.Reconstruir o partido comunista, unir a esquerda, bater a direita

Intervenção no 6º congresso nacional do PdCI (Partito dei Comunisti Italiani)

Ver também do autor

De: **Editora Revan**

Data: 10 de junho de 2014 16:51

Assunto: Lançamento da Editora Revan: "A Hipocondria da Antipolítica", de Domenico Losurdo.

Para: vila.vudu@gmail.com

Domenico Losurdo

Fico feliz por participar deste evento que poderia ser um relançamento ou mesmo um novo arranque da presença comunista no nosso país. Quando, há vinte anos, foi criada a Rifondazione Comunista, o clima ideológico era bem diferente daquele de hoje. Há vinte anos, em Washington, os ideólogos mais enfáticos proclamavam que a história estava acabada: em todo caso o capitalismo havia triunfado e os comunistas haviam cometido o erro de ficarem do lado mau, e mesmo criminoso, da história. Sabemos hoje que estas certezas e suas mitologias haviam penetrado mesmo no grupo dirigente da Rifondazione Comunista. Assiste-se assim ao espectáculo grotesco no qual um líder de primeiro plano [1] aplicou todo o seu talento retórico para demonstrar que os comunistas haviam errado sempre, sempre provocaram catástrofes tanto na Rússia como na Itália; e continuavam a errar tanto na China como no Vietname e, em última análise, mesmo em Cuba. Compreende-se bem o entusiasmo da imprensa burguesa para com este profeta, para esta prenda vinda do Céu. Mas todos nós conhecemos o resultado final.

Foi um desastre: pela primeira vez na história da nossa república os comunistas estão sem representação no parlamento. Pior. Privar as classes laboriosas da sua história significava privá-las também da sua capacidade para orientar-se no presente. As classes laboriosas penam hoje para organizar uma resistência eficaz num momento onde a República fundada sobre o trabalho [2] se transforma em república fundada sobre o despedimento arbitrário, sobre o privilégio da riqueza, sobre a corrupção, sobre a venalidade dos cargos públicos. E, infelizmente, até aqui foi quase inexistente a resistência oposta ao processo pelo qual a República que repudia a guerra [3] se transforma em república que participa nas mais infames guerras coloniais. É com este desastre atrás de nós que nós nos empenhamos hoje no relançamento do projecto comunista.

Disto decorre uma necessidade urgente. E não se trata de uma necessidade experimentada só pelos comunistas. Vemos o que acontece no país que, há pouco mais de vinte anos, vira a proclamação do fim da história. As ruas estão cheias de manifestantes que gritam a sua indignação contra a Wall Street. Os cartazes não se limitam a denunciar as consequências da crise, ou seja, o desemprego, a precariedade, a fome, a polarização crescente de riqueza e pobreza. Estes cartazes vão mais além: eles denunciam o peso decisivo da riqueza na vida política estado-unidense e desmascaram

de facto o mito da democracia americana. O que dita a lei na república norte-americana é na realidade a grande finança, é a Wall Street; eis o que gritam os manifestantes. E certos cartazes vão mais além e bradam a cólera não só contra a Wall Street mas também contra a War Street. Isto quer dizer que o quartelão da alta finança é identificado como sendo ao mesmo tempo o quartelão da guerra e do desencadeamento da guerra. Emerge assim, ou começa a emergir, a consciência da relação entre capitalismo e imperialismo.

Sim, o capitalismo traz ao mesmo tempo crises económicas devastadoras e guerra infames. Mais uma vez as massas populares e os comunistas encontram-se diante do dever de enfrentar a crise do capitalismo e sua política de guerra. Por razões de tempo não me deterei senão sobre este segundo ponto. O fim da intervenção da NATO na Líbia não é o fim da guerra no Médio Oriente. As guerras contra a Síria e o Irão já estão em preparativos. Estas guerra, mesmo, já começaram. O poder de fogo multimidiático com a qual o Ocidente tenta isolar, criminalizar, estrangular e desestabilizar estes dois países está prestes a transformar-se num poder de fogo verdadeiro, com base em mísseis e bombas. E nós comunistas devemos desde já fazer ouvir a nossa voz. Se esperássemos o desencadeamento das hostilidades não estaríamos à altura nem do movimento comunista nem do movimento anti-militarista, e não seríamos os herdeiros de Lenine e de Liebknecht. Devemos desde o presente organizar manifestações contra a guerra e contra os preparativos de guerra; desde o presente devemos clarificar o facto de que a posição em relação à guerra é um critério essencial para definir a discriminação entre aliados potenciais e adversários irreductíveis.

No que se refere à China, Washington, sim, transfere para a Ásia o grosso do seu dispositivo militar, mas por enquanto não agita de modo explícito senão a ameaça da guerra comercial. Mas, como é notório, sabe-se como as guerras comerciais começam mas não se sabe como acabam. Fariam bem em reflectir sobre este ponto aqueles que, mesmo na esquerda, se alinham na campanha anti-chinesa: eles viram assim as costas à luta pela paz.

Trata-se de uma atitude tanto mais desconcertante pelo facto de a China ter sido protagonista de uma das maiores revoluções da história universal. Evidentemente, convém manter em mente os problemas, os desafios, as contradições mesmo graves que caracterizam o grande país asiático. Mas clarifiquemos primeiro o quadro histórico. No princípio do século XX a China era uma parte integrante deste mundo colonial que pôde romper suas cadeias graças à gigantesca vaga da revolução anti-colonialista desencadeada em Outubro de 1917. Vemos como a história se desenvolveu a seguir. Na Itália, na Alemanha, no Japão, o fascismo e o nazismo foram a tentativa de revitalizar o neocolonialismo. Em particular, a guerra desencadeada pelo imperialismo hitleriano e pelo imperialismo japonês respectivamente contra a União Soviética e contra a China foram as maiores guerras coloniais da história. E portanto Stalingrado na União Soviética e a Longa Marcha e a guerra de resistência anti-japonesa na China foram duas grandiosas lutas de classe, aquelas que impediram o imperialismo mais bárbaro de realizar uma divisão do trabalho fundamentado na redução de grandes povos a uma

massa de escravos ou semi-escravos ao serviço da suposta raça dos senhores.

Mas o que é que se passa hoje? Como já disse, os EUA estão em vias de transferir o grosso do seu dispositivo militar para a Ásia. Leio em telegramas de ontem (28/Outubro/2011) da agência Reuters que uma das acusações aos dirigentes de Pequim é a de promover ou querer impor a transferência de tecnologia do Ocidente para a China. Os EUA teriam desejado manter o monopólio da tecnologia para poderem continuar a exercer uma dominação neocolonial; a luta pela independência manifesta-se também no plano económico. Portanto, revolucionária não é só a longa luta pela qual o povo chinês pôs fim a um século de humilhações e fundou a república popular; nem apenas a edificação económica e social pela qual o Partido Comunista Chinês libertou da fome centenas de milhões de homens e mulheres; mesmo a luta para romper o monopólio imperialista da tecnologia é uma luta revolucionária. Marx nos ensinou. Sim, a luta para modificar a divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo e pelo imperialismo é em si mesma uma luta de classe. Do ponto de vista de Marx, a luta para ultrapassar no quadro da família a divisão patriarcal do trabalho já é uma luta de emancipação; seria bem estranho que não fosse uma luta de emancipação a luta para por fim ao nível internacional à divisão do trabalho imposta pelo capitalismo e pelo imperialismo, a luta para liquidar definitivamente este monopólio ocidental da tecnologia que não é um dado natural mas o resultado de séculos de dominação e de opressão!

Concluo. Vemos nos nossos dias o país-guia do capitalismo mergulhado numa profunda crise económica e cada vez mais desacreditado ao nível internacional. Ao mesmo tempo, ele continua a agarrar-se à pretensão de ser o povo eleito por Deus e a aumentar febrilmente seu aparelho de guerra já monstruoso, assim como a estender sua rede de bases militares por todos os cantos do mundo. Tudo isso não promete nada de bom. É a concomitância de perspectivas prometedoras e de ameaças terríveis que torna urgente a construção e o reforço dos partidos comunistas. Espero vivamente que o partido que hoje construimos venha a estar à altura dos seus deveres.

Rimini, 29/Outubro/2011

(1) Fausto Bertinotti, durante muito tempo secretário-geral do Partito della Rifondazione Comunista (NdT)

(2) Artigo 1 da Constituição italiana: "A Itália é uma república fundamentada no trabalho"

(3) Artigo 11 da Constituição italiana: "A Itália repudia a guerra como instrumento de ofensa à liberdade dos outros povos e como meio de resolução das controvérsias"

internacionais".

O original encontra-se em domenicolosurdo.blogspot.com/... e a versão em francês em www.legrandsoir.info/...

Este artigo encontra-se em h

FAZ SENTIDO UM PARTIDO POLÍTICO SOCIALISTA ?

Roberto Robaina

A questão das classes sociais e da consciência de classes

O marxismo é um movimento social, político e uma concepção do mundo. Durante muitos anos foi perseguido nas universidades. Nos anos 60 ganhou peso acadêmico em países como a França e retomou novamente alguma influencia na Alemanha, a mesma que tinha visto a emigração para os EUA da última leva de professores marxistas durante a ascensão do nazismo. Com o recuo das lutas sociais dos anos 70, e, sobretudo, depois da queda do muro de Berlim, isto é, o anúncio do colapso do socialismo real, o marxismo passou a ser considerado como totalmente fora do jogo universitário. Este evidentemente é também o quadro do Brasil, onde hoje a defesa do marxismo nas universidades não passa de um movimento de resistência, sendo a base teórica de poucos professores e restrito a poucos cursos. Muitos, aliás, argumentam que Marx é um autor antigo, ultrapassado pelos novos tempos. Não poucos deles, na área da filosofia política, vão beber em autores anteriores a Marx, em Kant, em Hume, em Hobbes...

Agora, a partir da nova crise do capital, a obra de Marx começa novamente a ser lembrada. Mas como sempre Marx é mais comentada do que lido. Neste trabalho apenas resgato um aspecto de seu texto: sua análise da consciência de classes. Quando me refiro à consciência a entendo como um fenômeno biológico, uma faceta especial, uma característica qualitativa especial das funções cerebrais, tal como definia Vigotski, ou, na mesma linha, desta vez seguindo Jonh Searle, como os estados de “conhecimento ou

percepção que começam quando acordamos de manhã depois de um sono sem sonhos e continuam durante o dia até que adormecemos novamente” (página 45 – *Mente, Linguagem e Sociedade*, Rocco, 2000 – Rio de Janeiro).

Marx marcou uma definição: as ideias dominantes de dada sociedade são da classe que controla o excedente econômico desta sociedade. O marxismo definiu que os pensamentos das classes dominantes são também, “em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual” (*Ideologia Alemã*, página 55, Editorial Presença).

O capital, isto é, o trabalho acumulado e apropriado privadamente era, então, segundo Marx, a base do poder dos capitalistas. A partir desta base criaram as leis, as instituições repressivas e ideológicas, crenças, moral, enfim, toda uma complexa superestrutura subjetiva e objetiva, ideológica, política, jurídica, militar, desenvolvida a partir da produção material dominada pelos grupos que controlavam o excedente econômico, com o objetivo principal de manter e reproduzir esta dominação. Ao mesmo tempo, pelas características do modo de produção capitalista, um modo de produção de mercadoria generalizado, pelas leis do seu funcionamento, esta dominação se reforça precisamente porque a exploração da força de trabalho fica oculta, isto é, o mais valor que os trabalhadores produzem em relação ao valor de sua força de trabalho está ocultado e é desconhecido pelos próprios trabalhadores que aceitam naturalmente o regime salarial como o único possível e eterno.

A consciência burguesa também se reproduz, todos os dias, defendida por instituições burguesas e/ou a serviço da burguesia, seja a mídia, a escola, a Igreja, os tribunais, e pela superestrutura burocrática do movimento operário, os partidos reformistas e sindicatos por ela controlados. Ou seja, a falsa consciência de que a sociedade é como é e não mudará, de que o sucesso ou fracasso de cada um depende de seus esforços no trabalho, e de que a produtividade do trabalho e o progresso material da sociedade estão determinados pelo espírito de iniciativa garantido pela propriedade privada dos meios de produção e de troca e pela intervenção das empresas na economia, enfim, esta consciência burguesa se reproduz com a ação cotidiana dos aparatos contrários a ideia da revolução. Tal falsa consciência, portanto, se objetiva em

superestruturas e instituições.

É lógico que Marx não se deteve na análise dos processos de reprodução e defesa da ideologia dominante. Seu trabalho foi mais centrado na elucidação da estrutura econômica da sociedade. E dispensável dizer que Marx não pretendeu nem de longe esgotar a discussão sobre a alienação e a consciência de classes, embora a parte do capital sobre o fetichismo da mercadoria é insuperável como base deste debate. Mas apenas indico esta leitura.

É claro igualmente que a alienação e o domínio ideológicos assumiram determinações mais complexas. O desenvolvimento do capital desenvolveu também formas sofisticadas de dominação cultural. No plano da reprodução ideológica da formação de produção capitalista é preciso que se diga, seguindo as lições de Debord, que o excedente sob a forma de capital, quando atinge alto grau de acumulação, como nos nossos dias, se transforma em imagem, em espetáculo. Nas palavras de Debord. “O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação” (Página 24, Editora Contraponto, 2003, Rio de Janeiro). Numa vida social dominada pela mercadoria esta fabricação é desenvolvida ao máximo pela grande mídia e pela força da Televisão, quando as classes dominantes tentam impor que exista apenas aquilo que aparece e tentam fazer aparecer apenas aquilo que querem que exista. Marx não podia nem imaginar tal situação.

Tal tendência foi reforçada no atual período de domínio cultural do pós-modernismo em seus traços mais conservadores. Na leitura das características da consciência no período pós-moderno Harvey (56 – Condição Pós-Moderna) dá sinal verde a uma caracterização segundo o qual há fortes marcas de esquizofrenia na consciência social. Cita Lacan, para o qual na esquizofrenia temos “um agregado de significados distintos e não relacionados entre si”. Perde-se a capacidade de unificar passado, presente e futuro.

Assim a consciência se fragmenta, num mosaico de idéias, impressões, sentimentos, percepções, enquanto o presente, como antes mencionamos, se eterniza, sem balanços do passado e sem projetos coletivos de sociedade como vimos no período

modernista, seja no modernismo conservador, fascista, no burguês progressista do iluminismo ou no modernismo socialista. Desta forma, “o caráter imediato dos eventos, o sensacionalismo do espetáculo (político, científico, militar, bem como de diversão) se tornam a matéria de que a consciência é forjada” (página 57 – idem – Harvey)

Se tudo isso é certo, então, como se desenvolve a consciência de classe das classes oprimidas? Concretamente, como os trabalhadores explorados adquirem consciência de seus interesses próprios?

Vejamos mais de perto como Marx analisa a evolução desta consciência. Na sua obra está posto claramente a importância da experiência das lutas na formação da consciência de classes. No princípio era a ação, disse Goethe. Marx se refere as fases desta luta. Como se expressam estas fases? O livro a “A miséria da Filosofia” antecipa o “Manifesto Comunista”.

“A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência: a coalizão” página 158, Miséria da Filosofia.

No manifesto Marx irá desenhar o cenário a partir da resistência individual, seguir com a coalizão dos operários de uma mesma fábrica, a associação de trabalhadores de várias fábricas, avançando a luta de classes na cidade enquanto um todo, no país, até finalmente os trabalhadores se organizarem em partido político para lutar pelo poder. A história real tem sido mais conturbada, nada linear, repleta de acidentes, de discontinuidades, contratempos, interrupções, retrocessos, acelerações e recomeços.

Marx apontava, por exemplo, a perspectiva da existência de um único partido operário. Esta era a necessidade do momento, quando o proletariado necessitava construir seu próprio partido, independente da democracia pequeno burguesa. Não tinha como prever que no futuro a heterogeneidade da classe trabalhadora - de renda, de localização geográfica, cultural – poderia dar lugar a distintos partidos representativos da luta política dos trabalhadores. Tampouco tinha como prever o poder que iria adquirir a aristocracia operária, base social do oportunismo como corrente particular

surgida no seio do movimento operário, influência direta dos interesses burgueses no interior da classe trabalhadora. Não obstante sabemos que o esquema de Marx correspondeu a uma avaliação da experiência histórica até então vivenciada pelo movimento operário, somada a uma certa perspectiva por ele visualizada da dinâmica da luta de classes, com a crescente tomada de consciência dos trabalhadores acerca de seus interesses históricos de classe.

Apesar deste erro, isto é, de considerar que os operários teriam apenas um partido representativo, Marx estava certo no essencial: o proletariado, os trabalhadores assalariados necessitam de uma organização política independente para defender seus interesses e para desenvolver a consciência de classes. Em outras palavras, a consciência de classes necessitava se concretizar no partido operário independente. Os discípulos de Marx foram adiante e definiram a necessidade do chamado partido socialista.

Mas um marxismo aberto, não sua caricatura stalinista, jamais proclamou que o partido x ou y é o portador desta consciência. Um partido que reivindique representar a classe trabalhadora, seja ele qual for, necessita lutar por seu direito histórico de ser considerado o partido dos trabalhadores para evitar o espírito de seita. Adelmo Genro Filho definia com precisão e inteligência o chamado sectarismo ao dizer:

“Não é difícil perceber que é necessário fazer uma distinção entre o partido do “tipo leninista” por sua estrutura de organização e por seus propósitos, e aquele que consegue realizar-se como vanguarda política e teórica da classe operária. O primeiro é condição do segundo, como já o demonstrou Lênin, mas não se pode pensar que o primeiro já é o segundo. Esse equívoco leva ao que podemos chamar de sectarismo “ (1987, Fazendo Amanha, Editora Tchê! página 12).

Antes disso Adelmo ironizava com justiça uma ideia que encontra-se ainda em parcelas da esquerda. “Os stalinistas acreditam não só que a teoria leninista sobre o partido de vanguarda está absolutamente pronta há mais de 80 anos, devendo apenas ser “aplicada”, como também que o próprio partido organizado segundo esta teoria terá de

ser – talvez porque a fé remove montanhas – imediatamente a vanguarda do proletário” (idem).

Mas antes de retomar a questão do partido, deve-se marcar que para Marx há uma base objetiva para a formação da consciência de classes.

Os limites do aporte de Thompson

Marx, ante de analisar a consciência, apreciava a estrutura social. Nas pistas deixadas por ele, ademais, temos o desenho das classes e da luta entre elas na própria estrutura econômica da produção e da circulação de mercadorias. Neste caso não haveria primeiro um agente no processo produtivo como se este agente fosse uma mera categoria econômica social sem sujeito, sem vontade, sem necessidades e lutas para satisfazê-las. Uma pura abstração. As classes sociais não podem ser vistas como um objeto separado do sujeito; têm experiências concretas desde suas origens, cujas primeiras revoltas, no caso da classe operária, foram ainda dos artesãos quebrando as máquinas que arruinavam suas antigas condições de trabalho. De lá para cá esta luta não cessaria como expressão social de crescentes contradições.

Já nos manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, Marx definia não apenas o papel dos assalariados como também a luta de classes já presente na estrutura econômica da sociedade capitalista. E particularmente mostrava aí a importância da questão salarial na luta de classes, explicando também a debilidade estrutural inicial dos operários nesta disputa.

“O salário esta determinado pela luta aberta entre o capitalista e o operário. Necessariamente triunfa o capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o operário que este sem o capitalista. A união entre os capitalistas é habitual e eficaz; a dos operários esta proibida e tem funestas conseqüências para eles. Ademais, os latifundiários e o capitalista podem agregar as suas rendas lucros industrias, o operário não pode agregar a sua renda industrial nem renda da terra nem juros do capital. Por isso é tão grande a concorrência entre os operários”. (página 51- Alianza Editorial).

Logo, no nível das relações sociais de produção, na chamada estrutura econômica mais básica, temos as funções determinadas na produção de cada classe e elas empreendendo uma luta pelo excedente econômico, expressa, por parte dos trabalhadores, na luta por melhores salários. Por isso Engels definia as greves como escaramuças, como a escola militar dos operários. Também vale destacar que a burguesia enfrenta sua concorrência interna através da organização do Estado como seu instrumento político unificador, mostrando que a luta de classes assume a natureza de uma luta política e pelo poder.

No livro “O Capital” a análise das classes desenhada na própria estrutura econômica da sociedade é reforçada. “O capital como valor que cresce implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado” escrevia Marx no livro II (página 107 - Difel). O conjunto da obra está cruzada por estas definições. Daniel Bensaid em seu livro “Marx, o Intempestivo” é quem melhor explica a articulação entre “O Capital” e os conceitos das classes e suas lutas. O livro I do “Capital” tem como eixo a explicação do processo de produção, a mais valia e, portanto, a disputa pelo excedente econômico, a luta entre os trabalhadores e os capitalistas ao redor da divisão da jornada de trabalho entre o trabalho necessário e o trabalho excedente.

O livro II, cujo eixo é a circulação do capital, as metamorfoses do capital, a luta de classes aparece na sucessão de atos de compra e venda da força de trabalho, na relação de conflito estabelecida na negociação contratual. Esta questão é fundamental, porque os trabalhadores se viram forçados a vender sua força de trabalho apenas depois de terem sido separados dos meios de produção, desde então propriedade da classe dos capitalistas e garantia de seu papel social na exploração da força de trabalho, utilizada para produzir valor excedente, após reproduzir seu próprio valor na jornada de trabalho necessária para tanto, parte está cada vez menor tanto pelo avanço da técnica quanto pelo aumento do ritmo do trabalho.

No livro II Marx ainda insiste que a circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto à própria produção em si mesma, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quanto os agentes de produção. Afinal, sem a circulação a produção não se realiza e se inutiliza. Assim, no livro III, quando Marx analisa o capital

em seu conjunto, mostra os trabalhadores como uma força de trabalho coletiva necessária para a reprodução global do capital, incluindo os trabalhadores da esfera da circulação, como o comércio e os trabalhadores do transporte - estes incluídos no capital industrial - todos garantindo valor excedente para seus empregadores e vivendo em condições de exploração da mesma forma que os trabalhadores do setor diretamente industrial, sendo igualmente parte da mesma determinação de classe. Para Marx constituíam todos o proletariado.

Ter presente esta definição é fundamental para conhecer o sujeito social capaz de forjar a espinha dorsal de um projeto de classe alternativo, apreendendo suas características, descobrindo seus elementos de vida em comum e sua diversidade cultural, desdobrando deste conhecimento um discurso e uma ação política estimuladora de sua união de classe e traçando as necessárias alianças de classes interessadas num projeto de emancipação.

Assim, podemos repetir com Theodor Adorno: “a classe é definida pela posição quanto aos meios de produção, e não pela consciência de seus membros” (Página 65, Coleção Grandes Cientistas Sociais). Esta é uma definição fundamental porque dá o lastro material para o comportamento classista, não obstante esta seja uma condição necessária, mas não suficiente. Definitivamente não se pode separar o modo como os homens produzem suas condições de existência, as relações sociais decorrentes do estágio determinado das forças produtivas deste modo de produzir, e a experiência concreta que os homens realizam nestas relações sociais, como eles vivem este modo de produzir, adquirem consciência desta existência.

Neste ponto tenho ressalvas aos aportes do historiador inglês E. Thompson. Justamente no que diz respeito a experiência concreta acerca da formação da classe trabalhadora é onde reside a força fundamental de sua posição. E sua obra insiste na definição de que não há a ação sem consciência, porque o ser e a consciência dos sujeitos que se objetivam no mundo do trabalho estão juntos, não separados. Corretamente nos diz que não faz sentido definir ação sem consciência, sem experiência, inclusive ligada a questão cultural e a construção de determinadas normas

de sociabilidade.

Quando vamos pescar seu pensamento, porém, nos deparamos com algumas dificuldades. Tenho a impressão de que Thompson enveredou por uma posição demasiado subjetiva na avaliação acerca da formação da classe. Sustenta, por exemplo, a seguinte posição: “Para um historiador, e espero poder afirmar que isso vale para um historiador marxista, atribuir o termo “classe” a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma afirmação destituída de significado”.(Particularidades dos Ingleses e outros escritos - editora da Unicamp). E ainda, no mesmo texto insiste: “Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional”. Mas Thompson não responde por que as pessoas se comportam de modo classista, desconsiderando justamente as bases objetivas deste comportamento. Em outras palavras, Thompson nega a existência de classe em si.

Para Marx a classe social, embora não seja apenas uma função no modo de produção, não pode ser entendida sem esta função, sendo o lugar que ocupa na produção, em particular por sua relação com os meios de produção, uma determinação essencial, objetiva. Para ser justo é preciso dizer que Thompson mesmo não aceitava ser acusado de culturalista e sustentava posições corretas segundo a qual as “formações de classe surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade” (página 121, Teoria da Miséria, Zahar Editores).

Suas contribuições deixam no ar, contudo, uma certidão de que somente se pode definir a classe se a mesma tem consciência de sua existência, como se na definição de uma determinada classe valesse apenas o que os homens e mulheres fazem concretamente em sua luta, sem indicar com clareza os condicionamentos de determinados papéis na produção social que independem da vontade e da consciência do sujeito e que empurram numa ou noutra direção. Quando, finalmente, Thompson diz que não podemos “colocar classe aqui e consciência de classe ali como duas entidades

separadas vindas uma depois da outra” - (Miséria da Teoria, página 121 - Zahar Editores) tampouco deixa claro a questão da consciência de classe e da falsa consciência, já que podemos sim definir uma classe social que ainda não tenha consciência de seus interesses históricos, de seu papel, das potencialidades que abrem seu lugar determinado na produção.

Assim, podemos nos apoiar em Thompson com ressalvas e, apesar delas, não reduzo a importância de seu aporte, de seu esforço em demonstrar a importância da ação concreta, da vinculação desta ação com um determinado nível de experiência e com determinada consciência de identidade e de antagonismo de classe. As classes se formam desde o início em sua luta com outras classes e não como meros agentes cegos da produção material. Há uma consciência imediata, marcada por alienações, avanços, construções de identidades e de relações de oposição, uma experiência concreta já na origem da formação da classe, colada no trabalho concreto - os primeiros artesãos, o que quebraram as máquinas depois da revolução industrial, por exemplo. Não perco de vista, porém, - que esta consciência não corresponde ainda a uma real consciência de classe, de seus interesses históricos, do seu papel na produção, do papel na produção de outras classes e sua relação com a sociedade enquanto um todo. É uma consciência parcial, em geral alienada, o que o marxismo chamou de falsa consciência, (conceito criticado por Thompson) razão pela qual o marxismo definia ainda que não se pode julgar nem uma época nem um indivíduo pelo que pensa de si mesmo.

Marx apontava o lastro objetivo da existência das classes, independente de sua consciência. Ao mesmo tempo percebia as classes como uma construção num processo histórico determinado, afirmando de modo claro que “os indivíduos isolados formam uma classe pelo fato de terem de encetar uma luta comum contra outra classe” (página 79 - Ideologia Alemã - Editorial Presença), o que quer dizer que as classes não podem ser encaradas como meros agentes de produção, mas sujeitos sociais vivendo as relações de produção antagônicas com outra classe, se reconhecendo enquanto tal na medida em que desenvolvem este enfrentamento coletivamente. Logo, a formação da classe é um processo de ação da própria classe, o que não pode ocorrer sem o estabelecimento de um lastro objetivo, uma base material. É o tal cruzamento entre determinação e auto-atividade definido por Thompson corretamente.

“As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns, Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que já assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta entre as classes é uma luta política”. (página 159 - Miséria Da Filosofia)

Posto isso fica claro que os trabalhadores são uma classe para os capitalistas, não para si mesmos, ou seja, não se formam completamente como classe para si enquanto não assumem esta consciência acerca de seus interesses comuns, num processo de desenvolvimento que começa na estrutura mesma da produção, com a resistência individual do operário, onde a classe em si, objeto da exploração e sujeito da experiência concreta, sendo realizada no mesmo tempo em que é explorado. É neste processo que os trabalhadores vão se transformando em classe para si, isto é, em sujeito com clareza do conteúdo antagônico da ordem social atual e da incompatibilidade dos interesses dos trabalhadores com o capital.

A necessidade da ação

Vimos que para Marx as condições objetivas elementares da produção e da circulação, as relações sociais aí estabelecidas, já trazem o desenvolvimento da consciência de classe como desdobramento lógico. É evidente que não é um desdobramento inevitável. Marx não pensava isso. No seu nível elementar, porém, a relação de exploração está grávida da consciência desta exploração via a experiência cotidiana daqueles que vivem do trabalho, realizando o trabalhando e agindo para melhor sua situação. A experiência, portanto, é a consciência embrionária que pode ou não se desenvolver conforme um conjunto mais amplo de fatores, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a força das ideologias em luta, dos partidos (a luta entre as superestruturas erguidas sobre as relações sociais), o nível de cultura e de informação da sociedade, etc.

Nas palavras de Nahuel Moreno, ação experiência e consciência são partes de uma totalidade que se dá em todos os níveis, desde o partido até as massas. O elemento determinante desta totalidade são as ações do movimento de massas. Mas é evidente para todo mundo que muitas vezes – na maioria delas, aliás, os trabalhadores não agem

ao sentir a exploração. Os trabalhadores em geral, na situação normal de exploração, fora de uma situação revolucionária, têm em sua grande maioria, uma consciência burguesa. Por isso é tão importante aproveitar as divisões nas classes dominantes, os grandes eventos, os acontecimentos inesperados, as brechas políticas na situação.

Moreno dizia: “Há milhares de intelectuais pequeno-burgueses que “amam” a luta e pensam – um tanto romanticamente, que com as massas sucede o mesmo. Desgraçadamente não é assim, e cada vez que um destes intelectuais vai falar com os operários para incitá-los por uma simples razão emotiva de que “tem que lutar” acaba tendo uma tremenda decepção: os trabalhadores não o entendem, crêem que está louco, lhes dão as costas. O operário comum, o explorado em geral, não tem prazer em ir à luta. É um ser humano normal, que não tem nenhum interesse em perder uma parte de seu escasso salário entrando numa greve, nem em arriscar sua integridade física indo numa manifestação, nem em arriscar sua vida tomando em armas contra o capitalismo”. Em outras palavras, há situações em que as classes trabalhadoras somente saem à luta quando não suportam mais sua situação; e quando sua sobrevivência está ameaçada são capazes de lutas ferozes.

Nahuel Moreno acrescentava outra questão: “Não basta que exista um problema objetivo para que, automaticamente, as massas saiam à luta. Os trabalhadores podem estar sofrendo baixíssimos salários, porém sua atitude frente a este problema depende de qual é a situação de suas lutas com a burguesia neste momento” Segue dizendo que se este momento é após uma derrota do movimento, quando o fascismo acabou de vencer e prendeu lideranças, etc, a tendência é que não ocorra mobilização alguma. Por outro lado, se a situação é revolucionária, se há uma ofensiva do movimento de massas, os trabalhadores são capazes de chegar beira da tomada do poder para conseguir salários melhores. Isso explica que a consigna de pão tenha sido uma das que levaram ao poder o proletariado russo, completa Nahuel Moreno. E o que acontece quando o partido que representou politicamente as ações dos trabalhadores durante mais de duas décadas chega ao poder e começa a governar em conciliação com a patronal e incorpora no aparato de estado boa parte das lideranças sindicais? Esta pergunta não é gratuita. Refere-se ao Brasil de hoje. Não resisto também em dar minha resposta: o regime burguês se fortalece e o capitalismo ganha novo fôlego para seu desenvolvimento.

Com o que temos dito está claro que para o marxismo, a prática, a atividade humana, além de critério da verdade - ver a II tese sobre Feuerbach escrita por Marx em 1845 - também é fonte primeira do conhecimento e transformadora da realidade. Neste sentido, Nahuel Moreno teve razão em reivindicar tanto o pensador Jean Piaget. Moreno definiu que o grande ponto de contato entre o pensamento de Piaget e o marxismo foi estabelecido quando o estudioso suíço definiu o conhecimento como uma atividade, uma relação especial entre o sujeito e o objeto, uma posição similar a de Marx. Para Piaget, mesmo o fato mais empírico deve passar pelo filtro de uma coordenação de ações. “ A inteligência nasceu da ação e, se se quiser, da ação polarizada nos sólidos organizados” (Piaget, *Lógica y Conocimiento Científico*, Tomo I Naturaleza Y Métodos De La Epistemologia, Proteo, Buenos Aires, página 38, citado por Moreno em *lógica Marxista e Ciências Modernas*, página 11).

É pela via da prática, da atividade concreta dos trabalhadores, em sua experiência de luta pelo atendimento de suas necessidades, que pode ir desenvolvendo-se a consciência capaz de uma alteração revolucionária da atual ordem das relações sociais. Esta é sua primeira e necessária ruptura com a consciência burguesa. É a partir desta consciência da necessidade da mudança e do seu caráter inevitável que se pode desenvolver a consciência de classes.

Consciência de acordo com seu ser

Uma das questões postas para a reflexão dos militantes marxistas de nossos dias é de como se deve encarar a relação entre os processos sociais e os processos políticos da classe trabalhadora e qual era o pensamento de Marx acerca desta relação. Este debate foi muito vivo na época da II Internacional e nas elaborações de Lênin. O marxismo da II Internacional compreendia a classe operária como uma classe com crescente força social e apontava a perspectiva de que esta força social assumiria cada vez mais peso político como decorrência de seu fortalecimento numérico. As estatísticas do final do século XIX e início do século XX corroboravam este otimismo e esta correspondência, diante do evidente crescimento social e a influência política sempre

ascendente dos partidos socialdemocratas.

Sabemos, porém, que o desenvolvimento da consciência socialista e dos partidos representativos dos trabalhadores foi muito mais contraditório, não sendo uma curva ascendente. Ao mesmo tempo, ao longo do capitalismo, de modo mais ou menos intenso, sempre existiu a luta pela alteração da ordem estabelecida, um questionamento e enfrentamento contra o capitalismo, demonstração concreta da existência da classe trabalhadora e do antagonismo de classes.

Em outras palavras, não existiu total correspondência entre o social e o político ao mesmo tempo em que o lugar social dos trabalhadores os pressiona para ações de classe. Como fica a este respeito o pensamento de Marx? Na “Sagrada Família”, livro precursor da Ideologia Alemã, Marx definia: “Não se trata de saber qual a finalidade se configura no momento para este ou aquele proletário, ou nem mesmo para o proletariado em seu todo. Trata-se de saber o que o proletariado é e o que ele será obrigado a fazer, de acordo com este ser”. Para muitos tal definição mais confunde do que esclarece. Nos últimos anos, aliás, cresceu a ideia de que esta posição é determinista.

A crítica a tal posição de Marx é ainda mais dura entre aqueles que identificaram os regimes stalinistas com o socialismo. Segundo os mesmos, com o desmoronamento destes regimes o marxismo desmoronou junto. Muitos afirmaram então a conclusão de que Marx disse uma bobagem quando sustentou que o proletariado seria obrigado a agir de acordo com seu ser. Creio, porém, que o real tem mais determinações.

No século XX o chamado proletariado “foi obrigado” a agir de acordo com seu ser”. Não resolveu a propaganda construção socialista, mas protagonizou inúmeras revoluções, impôs a expropriação da burguesia em 1/3 dos países no pós-Segunda Guerra Mundial, derrotou o fascismo, quebrou inúmeras ditaduras militares - basta lembrar as quedas mais próximas e recentes, a começar por Fujimori no Peru na década de 90, ou mesmo a queda da ditadura da Argentina em 1982, a derrota de Pinochet no Chile e de Marcos na Filipinas. A classe trabalhadora além disso construiu inúmeras associações, organizações, partidos, e impôs uma resistência tal ao capitalismo que obrigou o sistema a fazer as concessões sociais dos anos 50 na Europa, concessões estas que os capitalistas - também atuando de acordo com seu ser – tratam hoje de cortar em

todo o mundo, sobretudo no velho mundo.

Acredito, entretanto, que a afirmação de Marx na verdade não implica a defesa da correspondência direta entre o social e o político. Embora a situação de classes esteja grávida da consciência de classes, este desdobramento não é inevitável. A consciência embrionária não é a consciência de classe plenamente desenvolvida. Karl Kautsky definiu que a ciência da qual surge o socialismo como teoria científica do movimento operário somente poderia vir do exterior da classe operária, via os intelectuais burgueses e pequeno-burgueses que aderissem à causa proletária. Esta era a posição de Marx e de Engels. A consciência, portanto, não está pré-definida no ser da classe trabalhadora. Deve-se encontrar uma mediação entre a ciência e a consciência socialista e o movimento operário, os trabalhadores. Esta mediação é justamente o partido político, o instrumento com o qual se concretiza a consciência de classe do proletariado. E é somente no partido político revolucionário que a classe para si se concretiza. Por isso justamente Marx se jogou na construção das organizações comunistas, cujo manifesto comunista é o programa mais famoso.

Assim, o chamado socialismo científico(este era o nome dado por seus fundadores), não nasce espontaneamente porque é, como os clássicos descreveram, a síntese e a superação de conhecimentos acumulados pela humanidade - o socialismo utópico francês, a filosofia idealista alemã e a economia política inglesa. Este programa socialista encontra no partido seu vínculo com a classe social na qual aposta a realização de seu projeto. Isso foi dito por Marx, Engels e Kautsky desenvolveu.

Segundo esta compreensão, é apenas com o partido político revolucionário, superestrutura que sintetiza o conhecimento adquirido nas distintas experiências parciais, que acumula as lições das lutas nos seus momentos de fluxo e refluxo e garante uma apreciação universal das tarefas e desafios, que a consciência de classes realmente se concretiza. Sem ele, espontaneamente, a classe trabalhadora limita-se a uma consciência economicista, sem uma visão do conjunto das classes e do papel das mesmas na sociedade.

Por isso podemos dizer que a política sem partido não existe, ou representa a

mera reprodução das relações sociais já estabelecidas, reprodução do poder burguês, sendo a defesa dos meros movimentos sociais como alternativa ao capitalismo um fetiche equivalente a posição dos economicistas na época de Lênin

A definição de que não existe política sem partido responde ao conceito da política como luta pelo poder. E a luta pelo poder é a luta entre partidos e seus programas. É claro que na situação concreta do mundo o próprio nome partido está desacreditado, já que a esmagadora maioria das superestruturas partidárias representam os interesses das classes dominantes e fazem da política um negócio para alimentar corruptos, privilegiados e carreiras individuais. Mas este repúdio e descrédito é parte de um processo inevitável, de uma crítica progressista à partidocracia. Trata-se de uma expressão dialética da necessidade da negação para superar o atual quadro partidário e construir uma alternativa. Não é garantia desta construção, mas sem o momento negativo e crítico não há possibilidade de uma nova política. Esta é a aposta dos marxistas revolucionários

Foi Lênin o principal teórico do partido revolucionário da classe trabalhadora. Hierarquizou o caráter determinante do partido, do moderno príncipe, para usar a expressão de Gramsci, para que se estabelecesse a correspondência entre o social e o político e assim a classe trabalhadora politicamente atuasse de acordo com os seus interesses sociais, de classe. A construção de um partido com capacidade de ligação com a classe, se construindo na classe trabalhadora com o critério dialético de que o educador é também o educado, aprendendo com a classe trabalhadora e dirigindo seus esforços para a realização de seus interesses históricos passava a ser uma tarefa encarada de modo profissional, sistemática e estratégica. Não era uma tarefa que poderia ser improvisada. Para Lênin o partido era o instrumento de união entre operários, estudantes e intelectuais no qual as especificidades de cada um estariam dissolvidas na formação de uma nova categoria de agente político: o militante revolucionário profissional.

Embora exista a base social de um enfrentamento permanente de classe, o partido político dos trabalhadores com caráter revolucionário não é uma derivação direta do social. Ao contrário, tenho insistido na tese de Lênin, que definira com clareza a necessidade estratégica de uma organização revolucionária dos trabalhadores para

desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, hierarquizando desta forma a política como mediação determinante. E o partido é o mediador entre os diferentes segmentos sociais que querem superar o capitalismo, entre os trabalhadores e estudantes, camponeses e intelectuais. Na Rússia a própria fração diminuta do proletariado industrial na comparação com os milhões de camponeses, amplamente majoritários na população russa foi um incentivo para as reflexões de Lênin concentrarem-se mais na importância da política, assumindo que o peso social das classes tinha importância, já que constituem uma das bases objetivas da ação dos partidos, mas atribuindo a luta política o papel primordial.

Entre Lênin e Marx sempre houve um ponto decisivo de continuidade: nenhum deles assumiu uma posição passiva, evolucionista. Marx defendeu que “para superar a idéia da propriedade privada, o pensamento comunista é plenamente suficiente. Para superar a propriedade privada real, precisa-se de uma verdadeira ação comunista”. (Introdução à Crítica da Economia Política). Por isso Marx pensava na necessidade do partido operário independente. Na construção desta ação comunista se sabe que o gênio de Marx deu lugar ao de Lênin. Arma da crítica e crítica das armas.

Mas nem Lênin nem muito menos Marx deixaram de assinalar a base da possibilidade objetiva da consciência socialista no fato de que a classe trabalhadora tem sim a característica ontológica de lutar contra a exploração e a opressão do capital. A luta contra a exploração e a consciência da necessidade desta luta é inevitável porque sua efetivação esta determinada por sua existência de classe explorada pelo capitalismo e obrigada a lutar para viver. E esta definição de Marx foi confirmada no seu tempo, no século XX e nos dias atuais, quando vemos os trabalhadores resistirem. Incontáveis vezes, sem nenhuma direção política ou sindical organizada, os trabalhadores protagonizam lutas e rebeliões na defesa dos seus interesses.

Trocando em miúdos, embora a consciência socialista não seja inevitável, nem muito menos encontre um desenvolvimento automático na ação da classe trabalhadora (discordo de Ernest Mandel que sustentou que a longo prazo, mesmo sem as idéias marxistas, as posições socialistas triunfariam – página 26 – teoria leninista da

organização), de fato é inegável que as idéias socialistas apenas ganham formato, clareza e viabilidade com a industrialização e com a classe trabalhadora, encontrando aí sua base material e sua possibilidade objetiva de realização. E a classe trabalhadora, por sua vez, luta como pode, com maior ou menor intensidade, contra a exploração a que esta submetida, tendo o socialismo como única teoria que responde aos seus interesses e único caminho para romper as amarras que a escravizam como classe assalariada subordinada ao capital. O partido é precisamente este ponto de encontro e o apoio ao partido a expressão da realização desta fusão entre prática e teoria, classe trabalhadora e socialismo. E nisso Marx estava totalmente certo ao dizer que assim como a filosofia (o socialismo revolucionário) encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais. Com as redes sociais estas armas espirituais foram potencializadas.

Com as considerações tecidas acima não deixamos de reconhecer que a definição da “Sagrada Família” acerca do ser social e da consciência social ajudou a que os marxistas da II e da III Internacional, entre eles Gramsci, Lênin e Bukharin, a visualizar, pelo menos em alguns momentos, uma evolução positiva demasiado segura da consciência de classe dos trabalhadores. Tal visão esteve longe de um evolucionismo vulgar e muito menos da paralisia política. Não obstante, deu margem a prognósticos mais otimistas do que a realidade tem autorizado. Uma realidade mais cruzada por contradições e encruzilhadas do que o previsto.

O excesso de otimismo se percebe, por exemplo, em Bukharin e Preobrazhensky em seu clássico e combativo “ABC do Comunismo”. Ao abordarem o tema das cidades, que são os palcos principais da batalha social, afirmaram o seguinte: “Por fim, numa extensão relativamente pequena aglomeram-se grandes massas populares, cuja imensa maioria é formada pelo proletariado de fábricas”. A vida superou a definição. Se na época dos líderes da III Internacional as cidades eram ainda pequenos conglomerados humanos em sua maioria de operários fabris, com o desenvolvimento do capitalismo a cidade ultrapassou completamente o campo, fato considerado por Marx como um dos maiores méritos da burguesia, já os ares das cidades emancipam. A rápida expansão das

cidades, entretanto, embora tenha significado um progresso, carregou – e agora ainda mais - graves contradições.

Os operários fabris foram se deslocando para as periferias das cidades, saindo dos grandes centros e pesando menos na vida urbana cotidiana. Ao mesmo tempo, “se a história da cidade é a história da liberdade, ela também foi a da tirania, da administração estatal que controla o campo e a própria cidade”. (Página 116 - Debord - Editora Contraponto). Carregando as contradições em seu movimento este espaço da história transformou-se num caos urbano bem maior do que o já apontado por Gramsci em sua época, quando assinalava o contraste entre a disciplina e o trabalho metódico das fábricas e a vida desordenada e caótica que tem lugar nas relações sociais fora dela, antecipando genialmente as perspectivas futuras.

Lênin também se mostrou excessivamente otimista quando dizia que “as condições específicas de seu trabalho e da sua vida (dos proletários) fazem com que não receie a organização e que, antes pelo contrário, esta lhe pareça natural”. A visão de Lênin tem força, mas deveria ser apresentada como tendência, não como uma determinação quase natural. Pode ser defendida se tratamos dos operários industriais – mas é muito mais relativa se abordamos os assalariados em geral, atualmente cada vez mais numerosos. E mesmo na indústria os elementos de integração à lógica do capital têm peso relevante. Os escritos juvenis de Gramsci mostram posições ainda mais unilaterais e lineares no que dizem respeito a estabelecer as características da vida dos trabalhadores e o desenvolvimento da consciência socialista.

”

A classe operária identificou-se com a fábrica, com a produção: o proletariado não pode viver sem trabalhar, e trabalhar de modo metódico e ordenado. A divisão de trabalho criou a unidade psicológica da classe proletária; criou, no mundo proletário, aquele corpo de sentimentos, de instintos, de pensamentos, de costumes, de hábitos, de afetos que se resume na expressão solidariedade de classe” Página 325, Escritos políticos, volume I).

Podemos visualizar a descrição de Gramsci em momentos especiais da realidade

política, durante períodos de fortes greves operárias, de ascenso vigoroso da luta de classes. O dia a dia, porém, é muito diferente, mais contraditório do que o quadro apresentado pelo comunista italiano em sua juventude. Não é tão simples a construção de um partido revolucionário do proletariado. No mesmo texto ainda insiste no fato do operário sentir a necessidade da ordem, do método, da precisão, a necessidade de que todo mundo seja como uma enorme fábrica. É verdadeira a tendência do operariado fabril encontrar no trabalho os elementos constitutivos de uma educação que lhe transforma em vanguarda na construção de uma nova ordem econômica e social. Seu trabalho é o que melhor permite deduzir a inutilidade da patronal e a fonte real da produção material. É um fato que os trabalhadores apreendem, via a dura experiência do trabalho, que o mundo pode ser mudado apenas com a prática.

Também a disciplina do trabalho era um elemento do qual Marx corretamente partia para definir o papel concreto na produção exercido pelos trabalhadores como elemento decisivo em sua capacidade de oferecer uma alternativa. Trata-se de ir além de simplesmente sofrer a exploração, mas de determinadas características do proletariado, em particular do proletariado industrial, que conspiram contra o capital. Deste ponto de vista Gramsci estava coberto de razão.

Nada disso, porém, pode nos cegar para a outra fase do trabalho assalariado, sob pena de não escapar de uma concepção unilateral. Trata-se da fase degradante, desumana, que à medida que o capital se acumula aparece com mais vigor e visibilidade. A alienação do trabalho, segundo Marx, se expressa no fato de que

“no trabalho, o trabalhador não se afirma, sim que se nega; não se sente feliz, sim desgraçado; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, sim que mortifica seu corpo e arruína seu espírito. Por isso o trabalhador somente se sente pleno de si fora do trabalho e no trabalho fora de si (...) Seu trabalho não é voluntário, sim forçado. Por isso não é a satisfação de uma necessidade, sim somente meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho. Seu caráter estranho se evidencia claramente no fato de que tão logo não exista uma coação física ou de qualquer outro tipo, foge do trabalho como da peste” (página 109).

A força da denúncia é arrebatadora no texto dos manuscritos, clara com o dia. Se Gramsci tivesse tido a oportunidade de ler os manuscritos econômicos e filosóficos de Marx, com certeza traçaria um cenário marcado mais pelas disjuntivas, pelas possibilidades grávidas de incertezas. E tal leitura não deve ser atribuída apenas ao Marx jovem, como tentam alguns autores demonstrar. Na Teoria da Mais Valia, nos escritos econômicos de Marx de 1861-63, a essência das determinações expressa nos manuscritos está contida.

“De fato, a unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo estranho e coisificado, como simples forma de existência dos meios de trabalho deles independentes e que os dominam, e do mesmo modo esses meios os enfrentam na forma visível, simples, de material, instrumento etc., nas funções de capital e, portanto de capitalista”.

Sem esta outra fase da realidade do trabalho não se pode entender a continuidade da dominação capitalista. É sabido que o sistema capitalista se preserva via os aparelhos estatais que exercem o poder pelo peso da força militar. Mas já foi dito que nenhum poder pode se manter sentado em cima das baionetas. A alienação dos súditos, dos escravos e dos escravos modernos, os assalariados, cumpre um papel determinante. Está embutida no dia a dia dos homens, no meio do caos urbano, no campo distante, no chão da fábrica. Os ritmos alucinantes do trabalho e a ameaça do desemprego atualmente agravam esta alienação porque o tempo do trabalhador se destina cada vez mais ao capital ou para lutar pela sobrevivência individual.

Esta falta de tempo livre para os trabalhadores tem sido um dos mais fortes componentes da reprodução do sistema de exploração, excluindo da vida dos trabalhadores a diversificação das atividades, em particular dificultando enormemente suas atividades políticas. Assim apenas uma minoria da sociedade detém o monopólio da participação e organiza esta participação para defender sua ideologia de que esta situação é natural e não pode mudar. É claro que num estudo mais profundo dos elementos de integração social deveríamos desenvolver o peso social das classes

médias, em particular as classes medias de renda mais elevada, além da aristocracia operária. Constituem-se nas parcelas da população que logram aproveitar a capacidade do capitalismo de adaptação, sua plasticidade de alterar-se mantendo-se no essencial. Ademais, diante do desemprego crônico, o assalariamento passou a ser considerado por parcelas expressivas do povo um privilégio e um fator de integração social.

Apontamos estas determinações do trabalho complicadoras da auto-emancipação, sem perder de vista a outra cara, a possibilidade do aprendizado, da formação da consciência de classe via a experiência concreta deste processo de trabalho. O próprio caráter desumano do trabalho empurra para a crítica do trabalho no seu invólucro capitalista, com os trabalhadores se revoltando quando são relegados a objetos de menor importância que as coisas e constantemente ameaçados de substituição por uma outra “unidade de produção”, como se fossem o que de fato são para os capitalistas, peças descartáveis da engrenagem da produção para o lucro.

Ademais, a relação entre o capital e o trabalho se mantém tencionada no sentido de desenvolver sua negação, já que a experiência cotidiana vai indicando que o operário e os trabalhadores em geral são mais pobres quanto mais riquezas produzem. “O trabalhador se converte em uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas” (página 105 - manuscritos).

Portanto, o proletariado tomado de modo geral, sobretudo os que não estão vinculados com o chão da fábrica, desenvolvem suas experiências mais importantes e progressistas na rejeição ao empobrecimento e a alienação do trabalho. Por isso há brechas de revoltas, fendas que podem ser escancaradas, oportunidades de construção de identidade coletiva e de solidariedade de classe, mesmo com os espaços da vida social tendo se reduzido, se restringindo mais a vida familiar, enquanto a cultura é adquirida entre os lixos da indústria do entretenimento televisivo. As novidades se apresentam nos momentos em que este mecanismo é quebrado, quando multidões irrompem na arena política ou pelo menos aumentam sua preocupação com a atividade política, acompanhando o movimento dos partidos ou atuando diretamente. È o caso atual das revoluções da primavera árabe e mais diretamente dos indignados espanhóis e gregos.

Estas experiências de revoltas dificilmente afirmariam a possibilidade de uma alternativa de organização social se não se combinassem com a experiência do trabalho em seu aspecto de prática capaz de desenvolver um espírito disciplinado e metódico. Aqui reside o papel determinante dos operários industriais. Nisso os dirigentes revolucionários do início do século passado estavam certos, embora não incorporassem, ou incorporassem com menos força (Paul Lafargue com seu livro “ O direito à preguiça” prova de que o tema estava presente) a crítica do caráter bestial do trabalho assalariado e as conseqüências alienantes de um trabalho onde o produto domina o produtor, onde o trabalho morto domina o trabalho vivo e a máquina dita o ritmo dos homens. Tais dirigentes não conheciam os manuscritos de Marx, publicados apenas em 1932. Nós já o conhecemos.

Ainda assim, é certo dizer que se não existissem determinadas características do trabalho e das relações de produção particulares do capitalismo, os proletários atuais estariam na mesma condição dos escravos da antiga Roma, com tremendas dificuldades – ainda maiores do que as atuais - de construir uma alternativa econômica e social. E sabe-se que os escravos no início da era cristã sofreram a experiência da exploração de modo igual ao superior aos escravos assalariados modernos, o que não foi suficiente para seu triunfo político. Ou seja, não é condição suficiente sofrer a exploração. O lugar na produção é também fundamental. Assim, a rejeição ao trabalho alienado, ao empobrecimento, combinado com a experiência disciplinadora da indústria e da produção capitalista, com todas as contradições que estas experiências carregam são, em última instância, forças de negação do sistema e de afirmação de uma nova ordem.

Nos anos 60 tivemos enormes mudanças no mundo. Estamos agora vivenciando um novo giro histórico. É interessante lembrar que naqueles anos teóricos – mesmo os que reivindicam o marxismo - se impressionavam com o crescimento econômico do sistema e seus desdobramentos sociais nos países centrais. No monumental “Capitalismo Tardio”, por exemplo, Ernest Mandel (esta crítica faço a um autor do qual reivindico as ideais essenciais) afirmava que o exército industrial de reserva tinha uma tendência duradoura à diminuição nos países centrais (página 44, coleção Os economistas). Desde o momento em que Mandel fez esta afirmação o exército industrial de reserva não deixou de crescer na Europa. Hoje os trabalhadores desempregados na

Europa aumentaram muito. Em muitos países as cifras ultrapassam os 10% da força ativa. E tudo indica que o capital necessita novas levas de desempregados em países como França e Alemanha. Na Espanha, entre os jovens, atinge 40%. Nos próximos anos estes podem ser os embates que decidam a sorte da Europa.

Vejam que Ernest Mandel polemizava com outros intelectuais como Herbert Marcuse que diziam que a classe trabalhadora havia se aburguesado, estava integrada no sistema e não era mais sujeito da luta contra o capital. Existia, como apontei antes, bases objetivas para estas afirmações, mas sua unilateralidade é evidente e as inúmeras mobilizações revolucionárias, a começar pela revolução portuguesa de 1974, cuja eclosão se deu um pouco depois destes posicionamentos de Marcuse, provam isso.

O que afirmo aqui então aqui é que a dinâmica social dos interesses de classes em choque contribui no desenvolvimento da consciência de classe. Trata-se, não obstante, de um processo aberto, repleto de idas e vindas, com saltos, com possibilidades cumulativas, mas também com descontinuidade e retrocessos. Atualmente, por exemplo, estamos longe da consciência socialista desenvolvida pelo movimento dos trabalhadores do início do século XX, em particular no período imediatamente posterior à revolução russa de 1917. As contradições sociais, por sua vez, estão se acumulando cada vez mais. Como sempre a situação dependerá dos desdobramentos da luta de classes. E a luta de classes em sua forma mais clara é a luta entre os partidos. Do resultado desta luta dependerá se a humanidade encontrará a defesa do bem comum, o autentico socialismo de Marx, a barbárie, cujo nazismo foi a expressão histórica mais próxima ou até mesmo a hipótese simples e pura da liquidação da espécie e da vida no planeta, cujo holocausto nuclear não pode nos fazer esquecer. Por tudo isso faz sentido lutar pela construção de um partido socialista. Por isso é fundamental insistir neste caminho e superar as desastrosas experiências do stalinismo e da socialdemocracia.

<http://resistir.info/>.

O historiador, romancista e ativista Tariq Ali, membro do Conselho Editorial de [Sin Permiso](#), falou com Firas Khatib para a revista *al-Akhbar* sobre os desafios que enfrentam as Revoltas Árabes, o futuro da política dos EUA no Oriente Médio depois da "retirada de tropas" do Iraque, e a importância da tomada de ruas e praças de cidades no mundo todo pelo atual movimento de dissenso.

As revoltas árabes

Entrevista com Tariq Ali

Firas Khatib: *Você concorda com o argumento de que a mudança no mundo árabe foi incompleta?*

Tariq Ali: Estou a favor dos levantamentos massivos no mundo árabe. Quando recém surgiram os comparei com a Europa de 1848. [Então] houve imensos levantamentos que estabeleceram o quadro geral dos cem anos seguintes. Mas quando ocorreram estes levantamentos na Europa houve muitas derrotas e reverses, e penso que é o que provavelmente vamos presenciar e viver. Espero que não seja assim, mas até agora parece que as autoridades recuperarão a situação prometendo umas poucas reformas por aqui e por ali, enquanto mantém em seu lugar o sistema. É o que está acontecendo na Tunísia e no Egito.

Líbia é outra história totalmente diferente, onde intervém o Ocidente, supostamente pelos direitos humanos e para evitar que Bengasi fosse tomada por Kadafi, e termina por combater na guerra, e a OTAN vem bombardeando este país durante mais de seis meses. E os resultados, a meu ver, serão uma bagunça. Argumentei que, quem quer que ganhe na Líbia, o povo líbio vai a perder em virtude do que está acontecendo. A Líbia é importante para eles não pela sua geografia, mas pela sua geologia: contém imensas reservas de petróleo e gás natural e não permitirão que lhes fuja do controle.

FK: *Se passaram meses desde a explosão da "Primavera Árabe". Como avalia a reação de Obama?*

TA: A reação inicial dos EUA foi de surpresa e medo. Surpresa porque isso havia acontecido e estava aumentando, e temor de que pudesse derrubar toda a fachada na região com consequências imprevistas e imprevisíveis. Na Tunísia, os estadunidenses trataram tardiamente, através dos franceses, de manter Ben Ali no poder. O governo francês, Sarkozy e seu ministro de Defesa, ofereceram enviar soldados franceses para manter Ben Ali no poder, mas era tarde demais. Ben Ali já ia de avião à Arábia Saudita.

No Egito, trataram de controlar a situação, primeiro com a esperança de manter Mubarak no poder. Logo começaram numerosas negociações nos bastidores e, finalmente, notando que a situação podia ficar fora de controle e possivelmente levar a disputas no exército, os EUA aceitaram que Mubarak devia ir embora, portanto lhe colocaram uma camisa de força e o arrastaram, gritando e lutando, fora da cena política. E depois temos uma situação na qual sacrificaram Mubarak, mas querem ficar, persistir, como fazem no Paquistão, na Tunísia e em outros países onde as forças da morte e os ditadores foram removidos. E permitiram que se estabelecesse uma fachada civil, mas foi muito cuidadosamente negociada e coreografada. Não

está dando muito bons resultados, porque o ataque de forças de segurança aos manifestantes cristãos na cidade do Cairo na semana passada mostra até que ponto a situação é frágil.

FK: *Por que, depois de uma vitória similar para o povo do Egito, houve tantos reveses?*

TA: Os levantes de massas são absolutamente vitais para derrubar um ditador, mas o que se coloca depois no lugar se dá com verdadeiros meios políticos. E a respeito disso, é de grande importância o fato de que estes novos movimentos no mundo árabe não tenham produzido novas formações políticas. Nesse aspecto, o contraste com a América do Sul é muito visível. Na América do Sul, durante todos os anos noventa e no Século XXI, estamos diante de uma combinação de massivos movimentos sociais, que produzem novas formas de organizações políticas. Essas organizações participaram de eleições e chegaram ao poder democrática e eleitoralmente e depois implementaram reformas estruturais, desafiando o controle do capitalismo neoliberal. Não ao capitalismo em seu conjunto, mas esta forma particular de capitalismo. Sem novas formas de organizações políticas, as estruturas políticas existentes como a Irmandade Muçulmana, especialmente no Egito, têm uma imensa vantagem.

FK: *Qual é o futuro da relação entre o exército egípcio e os EUA?*

TA: Isso depende em boa parte do que aconteça durante o próximo ano. Assim que houver um governo civil eleito no Egito, seja qual for, modifica a relação de forças [em jogo] no sentido de produzir um governo que tenha uma legitimidade que os militares não têm. Mas penso que o poder dos militares egípcios diminui, e o sistema que tentam instalar no Egito será como no Paquistão e na Indonésia, onde os militares eram a principal força que trabalhava com os EUA. Durante a última década, os EUA deixaram de utilizar os militares nesses países porque consideram que fazê-lo é contraproducente e estiveram trabalhando com outras formas de regimes. Penso que é o que provavelmente acontecerá no Egito, de modo que existem muitas negociações.

FK: *Por que continuam sendo tão controversos os eventos no levante sírio, apesar da quantidade de mortos?*

TA: Há uma série de motivos pelos quais o mundo árabe está dividido com respeito à Síria. A primeira razão é que a Síria se considera como o único regime da região que mantinha um certo grau de independência e mostrou firmeza com respeito a certos temas. Seja exato ou não, penso que é mais complicado que [isso]. O regime de Assad foi um regime muito oportunista. Como sabemos, participou na primeira Guerra do Golfo. Onde ficou então o chamado anti-imperialismo? Por outra parte, é um regime que respaldou definitivamente o Hezbollah no Líbano e as forças que combatiam efetivamente Israel, o que produz outra contradição. Em terceiro lugar, é um regime que mantém sua hostilidade com o imperialismo. Isso cria confusão.

O quarto motivo é, a meu ver, que o bombardeio da Líbia pela OTAN durante seis ou sete meses fez com que muita gente no mundo árabe esteja extremamente sensível ao tema da intervenção imperialista, e não quer ver isso na Síria. E muitos na oposição síria disseram que também não querem vê-lo. De modo que uma combinação destes fatores significa que a atitude em relação à Síria seja confusa. Não confusa para mim, quero deixar claro. Penso que o regime de Assad é uma ditadura familiar imposta aos sírios, primeiro sob Hafez Assad, chegado ao poder mediante um brutal golpe contra a ala civil do partido Baaz, dirigida por algumas pessoas excelentes que foram eliminadas na Síria, tal como havia feito Sadam no Iraque.

Eliminaram, pressionaram, exilaram e prenderam muita gente. Assim chegaram ao poder, e desde então vem manobrando efetivamente na Síria e na região para manter-se nele; e agora se negam a aceitar o fato de que seu tempo acabou. É absolutamente surpreendente que Assad Junior não tenha conseguido impor as reformas na Síria, quando vê o que vem por aí. Viu o que aconteceu na Tunísia e no Egito e sente que de alguma maneira pode se aferrar ao poder. Penso que seus dias passaram e que mais cedo ou mais tarde cairá.

Outro ponto que vale a pena considerar agora é que a Arábia Saudita decidiu que

essencialmente quer um governo sunita na Síria, que seja seu aliado e que possa controlar. Portanto, sua atitude em relação à Síria girou 180 graus. Estava disposta a tolerar [o regime de Assad]. Estava disposta a tratar com ele, especialmente depois da retirada do Líbano, que foi considerada como uma grande vitória pelos sauditas. Mas agora a tiveram, e a grande pressão sobre os sírios provém do eixo saudita na região. [Os sauditas] querem se livrar deles, o que é outro motivo para sua hostilidade com o Irã, que respalda o regime de Assad. É um quadro confuso, mas não devemos esquecer que o povo da Síria disse basta: não queremos vocês, vão em paz, mas as mortes e as matanças que ocorrem na Síria chegaram agora a um nível que faz com que a partida em paz seja difícil.

FK: *Como vê uma Síria pós-Assad? Que papéis cumprem os EUA e Israel no que acontece na Síria?*

TA: Penso que os israelenses não querem mudança. Certamente os israelenses não querem que o regime de Assad seja derrubado, porque tratam com ele de vez em quando e não sabem quem poderia vir depois. O grande temor dos israelenses são os governos democráticos, porque uma vez que se tem um governo democrático na região, mesmo quando não sejam grandes em muitos sentidos, são governos por defeito. Não obstante, têm que responder em parte ao humor de sua base, e a base árabe, as ruas árabes, são hostis ao que os israelenses vêm fazendo na região há três décadas. Não gostam, de forma que haverá muita pressão. Os israelenses preferem tratar com déspotas porque podem chegar a acordos com déspotas, e não há nenhum sinal de que queiram destituir o regime de Assad.

FK: *A reação ambígua das potências ocidentais com a Primavera Árabe é resultado de seu "temor" à Irmandade Muçulmana?*

TA: Por que a Irmandade Muçulmana seria uma ameaça para eles? É uma força socialmente conservadora, mas o Ocidente adora trabalhar com forças conservadoras no mundo todo. Por que iria mudar isso? Só porque acontece que são muçulmanos? Minha própria política é que não os apoio, mas se as pessoas querem levar eles ao poder tal como elege a democracia cristã na Alemanha, Itália ou em qualquer outra parte. Por que detê-los? Não se trata essencialmente de hostilidade para com a Irmandade Muçulmana, é essencialmente hostilidade para com a democracia no mundo árabe. Se as pessoas os temem, a única maneira é deixar que os eleja e as pessoas poderão julgá-los; é o caminho para frente, e deve ser o caminho para frente. Mas o ataque à Irmandade é essencialmente um ataque à idéia de que o povo árabe é suficientemente maduro para escolher seus próprios governos. E isso tem muito a ver com a importância estratégica da região. Onde quer que tenha petróleo, o Ocidente sempre preferiu trabalhar com déspotas que com governos democráticos.

Irã, EUA e Israel

FK: *Qual foi sua reação ao suposto complô iraniano para matar o embaixador saudita nos EUA?*

TA: Penso que é tão incrível que não é possível que seja verdade. É basicamente uma tentativa de ajudar os sauditas da região, porque se fala de muita turbulência nas áreas xiitas da Arábia Saudita. Em virtude do papel que jogaram em Bahrein, estão nervosos. E penso que a afirmação das agências norte-americanas de inteligência tem o propósito de ajudar os sauditas. Agora resulta que o sujeito supostamente acusado do complô está louco, e por demenciais que possam ser os iranianos, não chegam a esse ponto. Minha primeira reação é que foi um assunto fabricado.

FK: *Qual é a política planejada dos EUA com relação ao Irã? Busca sanções, guerra, um ataque militar limitado ou diplomacia?*

TA: Há algum tempo a minha opinião sobre a política dos EUA com relação ao Irã tem sido que convém só aos interesses norte-americanos desestabilizar o Irã. É pouco provável que a sua tentativa de realizar bombardeios ou de impor duras sanções com a aprovação da Rússia e da China tenha êxito. Qualquer pressão para realizar um ataque militar ao Irã enfrentará a

resistência dos generais norte-americanos e do Pentágono por uma série de razões: uma é a sobre-extensão de suas forças armadas; em segundo lugar, o perigo de que, se atacar o Irã, os iranianos possam responder no Iraque, no Líbano ou no Afeganistão.

Nos deixamos levar pelo que os EUA fazem frente o Irã e tendemos esquecer que no Iraque e no Afeganistão o regime clerical iraniano respaldou essencialmente as guerras e a ocupação do Iraque pelos EUA. Apoiou a ocupação do Afeganistão pela OTAN, que é muito importante para os EUA.

Portanto, o fato de que se atire aos montes contra o Irã fará com que se corra o risco de desestabilizar a ocupação nesses dois países e é pouco provável que o faça. A pressão de fazer algo no Irã provém de uma fonte: Israel. E o motivo é o temor de que se rompa o monopólio nuclear israelense na região. Não há outra razão.

FK: *Em vista da complicada situação mencionada, acha que existe uma possibilidade de que Israel empreenda uma ação concreta contra o Irã?*

TA: Os israelenses não podem atacar sem aprovação dos EUA, o que é impossível porque o caos resultante poderia derrubar o regime saudita.

Se o Irã é atacado com meios militares pelos israelenses, haverá caos no Oriente Médio e em diferentes partes do mundo. Não será algo popular. E então a grande pergunta será: o que fará a oposição na Arábia Saudita? Não é uma oposição bem organizada, mas sabemos que existe. E é um problema sério para os EUA, porque se existe uma coisa inaceitável para eles no Oriente Médio é que aconteça algo com o regime saudita, o qual respalda solidamente.

Todo o palavreado sobre democracia, direitos humanos e liberdade, se esquece quando se trata da Arábia Saudita. É uma posição muito clara dos EUA. Portanto, seria muito contraproducente permitir uma incursão israelense contra o Irã. Mas às vezes os políticos fazem coisas irracionais e demenciais.

Iraque, Afeganistão e Palestina

FK: *Washington prometeu se retirar do Iraque no final deste ano. O que significará no atual contexto político do Oriente Médio?*

TA: Esperemos para ver se tem lugar a retirada. As imensas bases militares que já construíram no Iraque e que atualmente constroem no Afeganistão não me indicam uma retirada rápida. Essa retirada é, sobretudo, um show como o que aconteceu quando os britânicos ocuparam o Iraque. Retiraram-se a bases militares das que não foram expulsos até a revolução de 1958.

Os norte-americanos estão copiando, neste caso, o modelo britânico: imensas bases militares, como cidades norte-americanas, construídas em seis lugares diferentes no Iraque, nas quais vão manter 15.000, 20.000 ou 30.000. De modo que é muito prematuro falar em retirada. E se o regime iraquiano pede que todos os soldados norte-americanos fossem embora, haverá um momento interessante na política do Oriente Médio. Esperemos para ver o que acontece.

FK: *A situação vai se complicar no Afeganistão e, inclusive, os EUA não oferece nada de novo. Isso debilitaria Obama ou os EUA?*

TA: Já fez. Obama fez sua grande glória na política exterior; a diferença com o Bush é que o Bush não enviou suficientes tropas para ganhar a guerra no Afeganistão e que o Obama ia enviar mais tropas. E as enviou e fracassaram. A ocupação norte-americana do Afeganistão levou essencialmente à criação de uma resistência que não está formada simplesmente pelos velhos talibãs, que continuam presentes, mas há muitos elementos novos. Converteu-se, como venho argumentando, em uma resistência pastuna, com uma direção política que é talibã e de novos talibãs e não sabemos mais o que.

Mas uma coisa na qual estão de acordo esses grupos é que não negociarão com Karzai

enquanto existam tropas estrangeiras no país. Porém, nos bastidores houve negociações com a resistência. E os norte-americanos lhes imploram para que venham e se unam ao governo nacional e eles dizem que o farão, mas não enquanto existam tropas estrangeiras no solo afegão.

Os norte-americanos e os da OTAN vivem numa bolha, inclusive eles só podem visitar algumas partes do país se pagam imensas somas de dinheiro aos insurgentes, tal como costumavam fazer os russos.

Fracassou então e fracassará de novo. Não sei se ainda é possível, mas há cinco anos argumentei que a única forma seria que eles fossem embora e dessem aos países da região a autoridade para estabelecer seus governos nacionais. Mas o Ocidente não opera dessa forma.

FK: *Por quais motivos você pensa que Obama se opôs à recente solicitação palestina de reconhecimento como Estado depois de declarar, há alguns meses, que reconheceria um Estado palestino dentro das fronteiras de 1967?*

TA: Obama não é diferente de qualquer outro presidente dos EUA. Em um determinado momento Bush inclusive tomou iniciativas mais fortes no caso de um Estado palestino. E Bush pai foi ainda mais decidido na questão de um Estado palestino. Até mesmo o Clinton falou de um Estado palestino independente. Mas, na maioria dos casos, queriam que se tratasse de um Estado palestino independente que fosse aceitável para os israelenses, e os israelenses inclusive se negaram a permitir uma independência palestina nominal. Tudo o que estava sendo pedido às Nações Unidas era que reconhecessem o atual status quo como Estado palestino independente. E sequer puderam aceitar isso.

Chutaram os palestinos no rosto, e é o que a OLP obtém por ter capitulado total e completamente diante do Ocidente depois dos acordos de Oslo. É a tragédia: que os deixaram na paralisia e não sabem o que fazer. Em todo caso, não cabe a menor dúvida de que o Conselho de Segurança não o aceitaria porque os europeus e os norte-americanos não farão nada que os israelenses não queiram. E a declaração de Abu Mazen [Mahmud Abbas] foi patética. Nunca tinha visto um dirigente palestino tão horrivelmente patético. Sua declaração foi: "Isto revela que os EUA não é imparcial". Quando foi imparcial, equilibrado, racional os EUA, ou apoiou ambas as partes?

Dissenso global e justiça social

FK: *Há um movimento para ocupar Wall Street que exige justiça social. Qual é a relação dos movimentos esquerdistas com o que está acontecendo, e quanta esperança causa a pressão pelas mudanças?*

TA: Penso que a atual geração no mundo todo, não só no mundo árabe, mas na América do Sul e agora no Ocidente, que cresce sob a tutela da crise capitalista, está saturada. Está saturada porque vive em países sem nenhuma oposição séria dos partidos políticos. A situação aumenta agora no Ocidente, onde a forma de capitalismo que prevalece estrangula a democracia e a responsabilidade democrática. E por isso não tem oposição na Grã Bretanha. Não tem oposição nos EUA. Não tem oposição na França, Espanha ou Grécia. E são os partidos de centro esquerda na Espanha e na Grécia que estão impondo políticas hostis como as que o Novo Trabalhismo estava preparando para impor antes que o substituísse uma coalizão na Grã Bretanha. E as políticas de Obama e Bush, políticas econômicas e políticas exteriores, mostram a continuidade da elite imperial, nada de novo.

Nesta situação na qual padecemos de uma imensa crise e na qual os governos atuais continuam como se nada acontecesse, os jovens sentem que ninguém vai ajudá-los a menos que façam algo eles mesmos. Por isso estão fazendo o que sabem fazer: marchar, manifestar-se e ocupar. É um primeiro passo muito importante, que mostra uma mudança na consciência política. Mas desse ponto se requer um salto, que é a criação de novas formações políticas. Não digo que seja fácil, mas ao menos que aconteça, esses movimentos crescerão e cairão, sem

poder atingir o que querem.

FK: *Você vê uma probabilidade de se criarem novas formações políticas no Ocidente?*

TA: Penso que necessitará outros 20 anos. Embora pense que as pessoas aprenderam com as suas próprias experiências. As pessoas aprendem com a experiência; assim foi no Egito, sua experiência lhes ensinou que é uma situação de viver ou morrer: estamos dispostos a morrer, mas nos livraremos de Mubarak. Quando cheguem nessa etapa nos EUA e partes da Europa, vão ver diferentes perspectivas e diferentes resultados, mas não aconteceu até agora. O sistema já conseguiu se recuperar antes de protestos, e pode voltar a fazê-lo. Não se sente seriamente ameaçado por eles. O que não significa que não sejam importantes. São muito importantes, mas tem que ser visto em longo prazo.

FK: *A ocupação de Wall Street e as manifestações em toda a Europa levarão a uma nova era econômica para além do capitalismo?*

TA: Lênin disse muitas coisas que as pessoas tinham esquecido, uma delas é muito importante. Disse que nunca haverá uma crise final do capitalismo a menos que surja uma alternativa. E penso que é absolutamente verdade. O capitalismo já passou antes por numerosas crises e as resolve, bem, mal, com repressão. Mas passará por elas a menos que surja uma alternativa no âmbito nacional e global. É um fato deplorável da história. Não se pode evitar esse fato, porque o sistema tem o poder. Não vê estas coisas como um desafio. Esses levantes e ocupações são extremamente importantes, e os apóio totalmente; mas sozinhos não bastam. Penso que a gente tem a responsabilidade de assinalar. Não bastam. O que mostram é muita intranquilidade no mundo. Mostram uma nova geração que viu para além das mentiras do neoliberalismo ou da privatização, da cobiça capitalista.

Viram para além de tudo isso e, de alguma maneira, Marx é repentinamente popular, porque é a pessoa que analisou melhor o capitalismo. Inclusive seus inimigos o admitem. Têm que voltar a Marx para ver como funciona o sistema. É muito bom que as pessoas estejam lendo de novo, as pessoas começam a pensar de novo, porém, em última instância, as palavras de Lênin não se equivocam. Até que as pessoas vejam um sistema alternativo [o sistema prevalecente] sempre vencerá.

FK: *Como se pode descrever o que presenciamos atualmente no mundo?*

TA: Penso que agora vivemos em uma transição psicológica, política, social e cultural. Mas não é uma transição que possa se completar a menos que apareça algo novo. A noção que o capitalismo neoliberal propagou pelo mundo todo diz: pede emprestado, compra, assiste pornografia, faz o que te dê vontade, seja feliz... No entanto, todas as cifras mostram que durante os últimos 20 ou 30 anos, a doença que infecta ao máximo as pessoas no coração do capitalismo é a depressão mental. De fato, o capitalismo produz uma profunda insegurança e infelicidade, que se apresenta como depressão. Está demonstrado com estatísticas. Chega ao mais profundo desta sociedade, de modo que não resta dúvida na minha mente de que estas sociedades são corruptas e malignas, mas isso não significa que vão se desmoronar.

O século XXI vai ser, espero, um século de transição, de algo que sabemos que não funciona para algo que poderia funcionar. Não podemos predizer com segurança agora mesmo o que será, porque não há certeza neste mundo. No entanto, não penso que tenha se dado a resposta final a estas perguntas.

FK: *Em vista das mudanças que vemos no mundo árabe e na economia global, os EUA estão declinando?*

TA: Não. Devo ser muito franco. Temos uma frase na nossa língua no Paquistão "cozinhar um arroz imaginário". Podemos cozinhar muitos pratos lindos em nossa imaginação, mas a realidade é que os EUA sofreram piores reveses que este em sua história imperial, e não tem rival. Ironicamente, a ocupação do Iraque pode ter convertido o Irã em protagonista central

nesta região. É uma consequência direta da ocupação norte-americana do Iraque, e o fato de que respaldaram os partidos clericais xiitas que são muito leais ao Teerã, ou próximos ao Teerã, quando não 100% leais.

Portanto, isso significou que a relação entre o governo iraquiano sob a ocupação e os iranianos é muito próxima, e é um resultado direto da intervenção dos EUA.

Pois bem, se os norte-americanos fossem totalmente racionais, o que teria acontecido é o que aconteceu com a viagem de Nixon a Pequim. Obama deveria ter voado a Teerã e ter chegado a um acordo, os iranianos estavam dispostos. Dariam-lhe as boas vindas, mas ele não fez. E o motivo é a oposição e resistência israelense. Houve forças inteligentes no governo norte-americano que disseram que podiam chegar a um acordo, mas o peso de Israel na elite governante dos EUA é muito forte, e não puderam respaldá-lo abertamente.

O Congresso e o Senado deram um cheque em branco a Israel depois do 11-S: "É nosso principal e único amigo", de modo que se fez difícil dar esse passo, mas teria sido possível se fossem pressionados. Penso que é prematuro falar em uma retirada norte-americana ou de uma derrota norte-americana. Penso que sofreram alguns reveses, mas que se recuperarão muito rápido. São um poder imperial com uma enorme força militar, o que vimos quando a utilizaram na Líbia. Seis meses de bombardeio, quanta gente morreu? Ninguém nos diz. As cifras que alguns disseram são entre 50.000 e 60.000, alguns disseram 30.000. Mas é uma cifra imensa, supostamente a fim de impedir um massacre, chegaram e massacraram dezenas de milhares de pessoas. É uma realidade, mas também uma demonstração de poder real: Isto é o que podemos fazer do ar, inclusive sem tropas no terreno. É um tiro de advertência para toda a região de que seguimos estando aqui e não iremos embora.

() Tariq Ali é membro do conselho editorial de SIN PERMISO. Seu último livro publicado é The Duel: Pakistan on the Flight Path of American Power [existe tradução espanhola na Alianza Editorial, Madrid, 2008: Pakistán en el punto de mira de Estados Unidos: el duelo].*

Tradução para www.rebelión.org: Germán Layens

Tradução para Carta Maior: Libório Júnior

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=18895

Política | 15/06/2011 | Copyleft

"Precisamos de um discurso de esquerda alternativo"

Em entrevista à Carta Maior, o filósofo Vladimir Safatle rejeita a ideia de mudar o mundo sem conquistar o poder e cobra espaço institucional para que a mídia possa de fato refletir a sociedade, por exemplo, com jornais, rádios e tevês para universidades e sindicatos. Intelectual comprometido em provar que as ideias pertencem ao mundo através da ação, Safatle vê limites na ascensão da classe C sem mudanças radicais na repartição da riqueza e defende: "Precisamos de um discurso de esquerda alternativo que esteja em circulação no momento em que as possibilidades de ascensão social (da chamada classe C) baterem no teto".

Saul Leblon

Carta Maior conversou com o filósofo Vladimir Safatle, professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e um dos mais instigantes analistas da cena política atual. Dotado de uma radicalidade não imobilista, o pensamento de Safatle joga luz nova sobre temas difíceis em torno dos quais a polaridade do campo da esquerda brasileira (PT versus não-PT) em geral patina, anda em círculos e não avança. Nesta entrevista à Carta Maior, o filósofo fala sobre as explosões populares (no mundo árabe e na Europa), a partir das quais alguns inferem a suposta agonia dos partidos políticos e discute os limites e triunfos conquistados pela chegada do PT ao poder no Brasil.

O filósofo rejeita a idéia de mudar o mundo sem conquistar o poder e cobra espaço institucional para que a mídia possa de fato refletir a sociedade, por exemplo, com jornais, rádios e tevês para universidades e sindicatos. Intelectual comprometido em provar que as idéias pertencem ao mundo através da ação, Safatle vê limites na ascensão da classe C sem mudanças radicais na repartição da riqueza e convoca seus pares: "Precisamos de um discurso de esquerda alternativo que esteja em circulação no momento em que as possibilidades de ascensão social (da chamada classe C) baterem no teto". Por fim aconselha Lula a transformar seu instituto numa 'internacional Lulista' –um instrumento que ajude a esquerda latinoamericana a chegar ao poder. Leia a seguir a entrevista concedida por email:

Carta Maior - O longo descrédito com os políticos e suas siglas parece ter inspirado uma sentença cada vez mais freqüente no debate: a de que a forma de partido está esgotada. Ao mesmo tempo, esse diagnóstico parece embutir um desejo conservador – que não é novo - de desqualificar a representação do conflito social. O que existe de esgotamento e o que existe de vontade de antecipar o funeral de um adversário incômodo?

Vladimir Safatle - Diria que temos um desafio de novo tipo. Primeiro, é certo que uma geração de partidos de esquerda se esgotou exatamente por não dar conta da representação do conflito social. Há uma camada de conflitos sociais que é simplesmente sub-representada ou invisível no interior da "forma partido". No exterior, o exemplo maior disto é a espoliação econômica de imigrantes: pessoas sem voz no interior da dinâmica partidária. No Brasil, temos um embate em torno da dita nova classe média ao mesmo tempo que encontramos uma subrepresentação de conflitos próprias à "velha classe pobre". As revoltas dos trabalhadores em Jirau é um bom exemplo. Nenhum partido vocaliza tais revoltas.

CM - Há uma variante desse diagnóstico, à esquerda. Ela se apóia em evidências, como as recentes manifestações de rua no mundo árabe e na Europa, supostamente convocadas e coordenadas via facebook. Aqui parece haver um ludismo com sinal trocado na medida em que se dá à tecnologia tratos de um fetiche. Tudo se passa como se "a tecnologia partidos" tivesse se esgotado. E uma nova ferramenta, agora em versão mais potente, viesse a sucedê-los com vantagens. Entre elas a ausência de intermediários e de corrupção. Mistificação ou novo espaço público?

VS - É verdade, há muito de mistificação nesta maneira de anunciar a internet como a esperança redentora da política. O que ela fez foi, em larga medida, permitir o desenvolvimento de uma militância virtual e intermitente. É mais fácil fazer militância hoje, já que você pode operar da sua casa através de redes de contra-informação.

No entanto, insistiria que há uma tendência de mobilização social que tem pego os partidos a contrapelo. Falta uma nova geração de partidos capaz de dar força institucional a tais mobilizações. Estes partidos talvez não funcionarão de maneira "tradicional", mas como uma frente, uma federação de pequenos grupos que se organizam para certas disputas eleitorais e depois se dissolvem. É difícil ainda saber o que virá. Certo é apenas o fato de que os movimentos políticos mais importantes (revoltas na Grécia, Espanha, Portugal) parecem ser feitos atualmente a despeito dos partidos. O que limita seus resultados. Não creio que podemos "mudar o mundo sem conquistar o poder". Quem gosta de ouvir isto são aqueles que continuam no poder. Para conquistar o poder, temos que vencer embates eleitorais.

CM - O debate sobre a irrelevância dos partidos convive com a realidade de um torniquete menos debatido: a captura da vida democrática pela supremacia das finanças. Ao normatizar o que pode e o que não pode ser objeto de conflito e de escrutínio, a hegemonia das finanças não teria engessado a própria democracia representativa? E assim contaminado todos os seus protagonistas com a sombra da irrelevância?

VS - Certamente. Este é um dos limites da democracia parlamentar. Não há como escaparmos disto no interior da democracia parlamentar. Só se contrapõe ao domínio do mundo financeiro através de um aprofundamento da democracia plebicitária, como a Islândia demonstrou ao colocar em plebiscito o auxílio estatal a um banco falido. Devemos simplesmente deslocar questões econômicas desta natureza para fora da democracia parlamentar. Um Estado não pode emprestar bilhões para massa financeira falida sem uma manifestação direta daqueles que pagarão a conta. O problema é que vivemos em uma fase do capitalismo de espoliação.

CM - A mídia é muitas vezes apontada como a caixa de ressonância dessa subordinação do conflito aos limites da finança. Nesse sentido a sua regulação não seria tão ou mais importante que o financiamento público de campanha?

VS - Acho que a sociedade ocidental (e não apenas a brasileira) precisa, de fato, encarar a defasagem das leis a respeito da regulação econômica da mídia. Trata-se de um dos mercados mais oligopolizados e concentrados do planeta, o que está longe de ser algo bom para a democracia. Seria importante que houvesse um sistema que facilitasse a entrada de novos atores no campo midiático. Não consigo admitir, por exemplo, que universidades públicas, sindicatos e associações tenham tão pouca presença em rádios, televisões e jornais.

CM - O PT no Brasil condensa todos esses impasses ao personificar, na opinião de alguns, uma trágica verdade: o preço do poder é a necrose da identidade mudancista. Isso é fatal? Ou dito de outro modo: um partido depois de passar pelo poder ainda pode suprir o anseio de mudança da sociedade?

VS - Ele pode suprir tais anseios, mas desde que esteja realmente disposto a avançar nos processos de modernização política e criatividade institucional, o que não creio ter sido o caso do PT. Há um profundo déficit de participação popular nos governos do PT. Claro que se olharmos para a direita brasileira (PSDB e seus aliados) a situação é infinitamente pior. Mas o PT, neste ponto, tem nos obrigado a votar fazendo o cálculo do mal menor. Ele tirou da sua pauta o aprofundamento de mecanismos de participação popular. O resultado será um embotamento político que pode se voltar contra a própria esquerda.

CM - Algumas avaliações dizem que o governo Lula foi em parte a causa desse entorpecimento petista. Outros sugerem que o próprio Lula foi refém de uma energia política insuficiente para promover um projeto de mudança mais profundo na sociedade. Que ponto da régua estaria mais próximo da realidade em sua opinião?

VS - Creio que Lula foi bem sucedido em ser uma espécie de Mata Hari do capitalismo global. Ele soube jogar em dois tabuleiros, um pouco como Getúlio Vargas. Sua política foi bipolar. Por exemplo, enquanto recebia George Bush falando que era seu maior aliado, seu partido fazia manifestações contra a vinda do próprio George Bush. O resultado final deste processo foi criar um sistema muito parecido àquele deixado por Vargas. O PT é, hoje, herdeiro direto do PTB. O PMDB parece uma espécie de PSD sem uma figura carismática como Juscelino e a oposição esmera-se no seu figurino UDN. Bem, é triste perceber que, quando o Brasil começa a andar, ele sempre volta ao mesmo ponto de estabilidade política. Parece que nunca conseguimos ultrapassar este mecanismo bipolar.

CM - O Governo Dilma será a culminância dessa acomodação histórica? Ou a crise mundial pode destravar o processo e inaugurar um novo ciclo, na medida em que impõe escolhas duras entre desenvolvimentismo versus financeirização?

VS - Creio que o governo Dilma será um governo que usará a margem de manobra fornecida pelo crescimento econômico em uma era onde as economias dos países europeus (assim como os EUA) continuarão em crise. Neste sentido, nossa única esperança concreta de mudança virá quando a dita nova classe média perceber que ele só continuará seu ciclo de ascensão se não precisar gastar fortunas com educação e saúde privadas. No entanto, a consolidação de um verdadeiro sistema público de educação e saúde não será feito sem uma pesada taxa sobre a classe rica e um aumento considerável na tributação da renda. Isto, em um país como o Brasil, tem o peso de uma revolução armada. Vejam que engraçado, vivemos em um país onde a implantação de um modelo tributário das sociais-democracias europeias dos anos 50 equivaleria a uma ação política da mais profunda radicalidade. Não creio que o PT fará algo neste sentido. Mesmo a discussão a respeito de um imposto sobre grandes fortunas foi abandonada. Precisamos de um discurso de esquerda alternativo que esteja em circulação no momento em que as possibilidades de ascensão social baterem no teto.

CM - O que seria uma agenda relevante para Lula e o seu Instituto numa conjuntura como essa de flacidez partidária e atritos duros entre desenvolvimento, igualdade e acomodação à crise?

VS - O melhor que seu Instituto poderia fazer é organizar uma espécie de Internacional lulista que ajude a esquerda a vencer em países da América Latina.

O transbordo do copo de cólera

Michel Lowie – Entrevista

Quando era um jovem de 18 anos, estudante de ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), ainda nos tempos da Rua Maria Antônia, ele assistia às conferências de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Otávio Ianni e Paul Singer, mentores que o convidaram a participar do prestigiado núcleo de estudos de O Capital. Aos 26, pupilo de Lucien Goldmann e laureado sociólogo pela Sorbonne, em Paris, foi estudar hebraico num kibutz e lecionar história na Universidade de Tel-Aviv, em Israel. Aos 30, com o Maio de 68 sacudindo a França, recebeu (e aceitou) um convite para lecionar na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Em 1970, ainda longe dos 40, descobriu-se persona non grata no Brasil do general Médici, tornou-se um judeu paulistano sem passaporte brasileiro e se estabeleceu definitivamente em Paris para estudar Marx, Lukács e Guevara.

Agora, rejuvenescido aos 73, o sociólogo Michael Löwy anda entusiasmado com a volta dos estudantes às ruas brandindo livros de Marx e Walter Benjamin. "Não pode haver um movimento que não se refira às lutas, às vítimas, aos mártires e aos pensadores do passado porque nós nunca partimos do zero", diz. Objeto de estudo em *As Utopias de Michael Löwy: Reflexões sobre um Marxista Insubordinado*, de Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski (Boitempo, 2007), organizador de *Revoluções* (da mesma editora) e atualmente pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de Paris, nas últimas semanas Löwy acompanhou o noticiário da ocupação (e a posterior desocupação) da reitoria da USP. Interpretou como "faíscas" o clamor dos estudantes contra a presença policial e os berros por liberdade para se fumar maconha no câmpus. "O que se passa é muito maior que isso. Há uma indignação com a ordem das coisas no mundo. Um sentimento de cólera. E, diante dessa percepção de injustiça, os estudantes têm um papel essencial, começando movimentos de protesto. Não podemos subestimá-los." A seguir, a entrevista que Löwy concedeu ao *Aliás*, por telefone, de sua residência na capital francesa.

Estudantes ocupando praças em Nova York, Madri, ruas em Santiago, a reitoria na USP. Estamos diante de um arrastão de rebeldia ou são episódios isolados? Não são episódios isolados. São parte de um processo internacional que lembra os anos 1960. Quando há um sentimento de injustiça e insatisfação na sociedade, os estudantes são os primeiros a se organizar e a protestar. Agora, na maioria dos casos, seja na Europa, no Chile ou nos Estados Unidos, não são apenas estudantes. É a juventude em geral. Os estudantes naturalmente têm um papel importante, mas é um movimento bem mais amplo, ao qual vão se agregando outros grupos - desempregados, trabalhadores, sindicalistas. Torna-se algo muito plural. O que há de comum é a indignação. Essa palavra está servindo como um sinal de identidade dos protestos. Há uma indignação muito grande que pode estourar por com um pretexto mínimo. No caso de São Paulo foi uma intervenção policial na USP. Mas poderia ter sido outra faísca.

Indignação com o quê? No caso da USP, pode-se ter a impressão de que é com a impossibilidade de fumar maconha no câmpus. É muito maior que isso. Há uma indignação com a ordem das coisas no mundo. Um sentimento de cólera - e cólera com alta qualidade ética e política. O começo de qualquer movimento ou mudança social sempre se dá com um estado de espírito indignado, a começar na juventude. É fácil de entender o porquê de tanta indignação. Estamos numa situação em que a ordem social parece cada vez mais irracional, promovendo desigualdades gritantes, promovendo os excessos do mercado financeiro, a destruição do meio ambiente. As razões para a indignação são evidentes. Têm a ver com o sistema. Por mais que comece com uma história de maconha e confronto com a polícia, acaba se transformando em um protesto antissistêmico. Em última análise, o objeto de indignação é o poder exorbitante do capital mostrando a sua irracionalidade e desumanidade. Muitas vezes, isso é formulado explicitamente nesses termos. Outras, não. Mas a questão está subjacente em todos os protestos recentes. Nós, sociólogos, precisamos tentar entender por que isso não começou mais cedo. Porque as razões para a indignação já existiam. Pelo jeito, foi necessário uma acumulação de descontentamento e um sentimento de que não é mais possível tolerar tal situação. E de que é preciso se revoltar, sabendo ou não se se conseguirá impor alguma mudança. Há um imperativo categórico de revolta, no sentido kantiano. Há coisas que você precisa fazer, mesmo sem ter certeza de em que vai dar. E quanto maior a participação ativa dos jovens, dos estudantes e de outros setores, cria-se uma relação de forças que pode pelo menos impor limites ao sistema e, sobretudo, criar uma tomada de consciência. Isso talvez seja o mais importante: a tomada de consciência. O Ocupe Wall Street não conseguiu arranhar o capital financeiro, mas despertou consciência crítica em grandes setores. Eis um evento importante. Histórico até.

Ocupações, greves e passeatas ainda são formas eficazes de protesto? São as formas clássicas de protesto, que reaparecem sempre. Mas também há formas novas surgindo. Por exemplo, a comunicação através dos meios eletrônicos, como o Facebook e o Twitter, que permitem uma mobilização muito rápida. E as mobilizações de agora têm um caráter festivo, lúdico, com música, dança, festa, o que é próprio da expressão da juventude. O Facebook e o Twitter têm lugar importante, mas não é o caso de mitificá-los. Eles não bastam. Para que alguma coisa aconteça, você tem que sair de sua casa, descer à rua, reunir-se com outras pessoas, ir lá, brigar, protestar, talvez enfrentar a polícia. Então, o Facebook é um suporte, não vai substituir a ação direta das pessoas.

A juventude tem voz além do Facebook? Ela se sente representada politicamente? Pouco, porque a representação política está nas mãos de setores sociais mais acomodados e de "mais idade". Os jovens não se sentem representados. Há uma grande desconfiança em relação aos partidos e às instituições políticas existentes. Há certo rechaço a isso, muitas vezes com razão. Uma atitude cética diante da política institucional. Mas isso não quer dizer que haja desinteresse por eventos políticos. No meu tempo de aluno da FFLCH, nos anos 50, poucos estudantes achavam necessário ou sentiam vontade de se engajar em organizações políticas. Havia politização, mobilização em torno de determinadas causas, mas atividade política organizada era para uma minoria. Tenho a impressão de que atualmente a politização e a militância

política são maiores do que nos anos 50, mas menores do que nos 60 e 70, durante a ditadura militar.

E podemos interpretar os protestos como um grito por participação política? Analisemos o caso do Chile, que teve o movimento mais amplo até agora. Não é só um grito, é um protesto em cima de uma questão concreta: a privatização do ensino público desenvolvida no governo Pinochet, que não foi mudada pelos governos de centro-direita ou centro-esquerda que o sucederam. Trata-se de uma questão que concerne a todos os estudantes: o quase desaparecimento do ensino público gratuito, os preços exorbitantes da educação. E isso se coloca também no Brasil, na Inglaterra. Por toda a parte há essa tendência de transformar a educação em mercadoria, em indústria que deve dar lucro. E assim vai desaparecendo a educação pública gratuita, que era uma conquista de muitos anos de luta. O protesto dos estudantes chilenos começou criticando a privatização do ensino e depois tomou um caráter mais amplo, porque eles perceberam que os problemas na educação são parte de uma orientação geral de um sistema neoliberal. Notaram que esse modelo de educação é inseparável de questões maiores e, assim, o movimento ganha apoio de outros setores da sociedade.

A ideia de autonomia universitária está sendo colocada em xeque? Autonomia universitária significa que o papel da universidade é transmitir conhecimento, cultura, ciência - e não mercadorias. Quando o papel do ensino se resume a permitir que estudantes adquiram um diploma, ou a prepará-los para encontrar um posto a serviço do management, do marketing, perde-se a qualidade humana, cultural e pedagógica da universidade. As universidades estão se tornando meras empresas voltadas para a produtividade, a racionalidade instrumental mercantil. E, obviamente, boa parte dos estudantes e professores resiste a isso, defende o estatuto da universidade como lugar de produção de cultura e conhecimento, com autonomia em relação ao mercado, à economia e às empresas.

No caso da USP, os estudantes se tornaram massa de manobra de partidos e sindicatos? Não, pelo contrário. Há uma relação de desconfiança dos estudantes em relação aos sindicatos e sobretudo aos partidos. Uma parte do movimento sindical, geralmente a parte mais radical, se aproxima do movimento estudantil em busca de aliança. Mesmo que haja certo interesse dos jovens nessa aliança, ela não se dá com facilidade, porque os objetivos dos sindicatos são mais limitados. Os ritmos não são os mesmos, a cultura política não é a mesma. Então, há uma diferença que dificulta essa aliança. Mas, para os estudantes, é importante conseguir criar uma situação em que os sindicatos resolvam participar da mobilização. Isso tem acontecido no Chile, na Espanha, na Grécia, nos EUA. Longe de serem manipulados pelos sindicatos, esses movimentos de protesto têm grande autonomia. Eles buscam estabelecer a aliança, mas não no sentido de se tornarem apêndice dos sindicatos. Com os partidos políticos é mais complicado, porque a desconfiança é maior. Não há um único partido que controle ou manipule esses movimentos mundo afora.

Ao serem presos, estudantes da USP brandiam livros de Marx, Foucault e Walter Benjamin, imagens de Mao e Che Guevara. Essas referências continuam atuais? É

normal que cada vez que apareça um movimento de crítica antissistêmica as pessoas se refiram a personagens e pensadores que já exprimiram essa crítica. Então, Marx aparece como referência importante, porque ele foi o primeiro a elaborar uma crítica radical do sistema capitalista. Em muitos pontos, essa crítica é até mais atual hoje do que na época em que ele a escreveu. Fico feliz de saber que há estudantes que se referem ao pensamento desses autores. Benjamin tem uma reflexão profunda sobre o que é a modernidade capitalista, a ideologia do progresso. Ele dá elementos que Marx não dava. Guevara também é importante, sobretudo, como homem de ação e símbolo do compromisso ético com os ideais de libertação e emancipação. Tudo isso é necessário. Não pode haver um movimento, qualquer que seja, que não se refira às lutas, às vítimas, aos mártires e aos pensadores do passado, porque nós nunca partimos do zero. Mas, evidentemente, isso não basta. Precisamos também pensar com novos instrumentos teóricos para dar conta das questões que estão aparecendo neste começo do século 21. Por exemplo, a catástrofe ecológica que está se perfilando. Ela precisa de uma reflexão atual, utilizando elementos teóricos mais atualizados.

O sr. é um estudioso das revoluções dos séculos 19 e 20. Qual foi o papel dos jovens e estudantes nelas? Depende, porque as revoluções são diferentes entre si. Em geral se pode dizer que a juventude sempre jogou um papel importante em qualquer movimento revolucionário. É uma constante. Movimentos revolucionários são levados por jovens, muitas vezes. Agora, se são estudantes ou não, isso depende da época, do país. Na Revolução Russa os estudantes não tiveram muito espaço. Na Revolução Cubana, sim. O Maio de 1968 em Paris foi um movimento totalmente estudantil. E um dos gatilhos foi a invasão da Sorbonne pela polícia. Na França, ainda hoje, a polícia entra raramente na universidade. Justamente porque se sabe que há o estatuto de autonomia das universidades e intervenções policiais provocam a reação dos estudantes. A polícia simboliza o autoritarismo do Estado contra a juventude, contra os estudantes. Esse choque com a polícia é frequente e, em certas circunstâncias, se transforma na faísca que mencionei antes, a que faz um protesto eclodir. Não podemos subestimar o papel dos estudantes nas revoluções.

Os da USP foram chamados de bichos grilos de grife, filhinhos de papai, rebeldes sem causa, maconheiros mimados... Como o sr. avalia esse tipo de tratamento? Qualquer questionamento da ordem sempre é ridicularizado. Agora, sobre os estudantes serem meninos ricos... É uma mitificação, porque a maioria deles é de origem popular. Não são filhos de latifundiários, como eram os estudantes de antes da 2ª Guerra Mundial. Hoje em dia, a educação se tornou mais popular. Sobre a maconha: na minha opinião, não há razão para transformar o consumo de maconha em assunto de polícia. A maconha não é nem melhor nem pior do que o tabaco e a cerveja e tem um caráter bem diferente das drogas mais perigosas, como cocaína e crack. Então, essa reivindicação de descriminalizar o consumo da maconha me parece bastante razoável. Mas isso foi só um pretexto, porque em cima do tema se armou uma briga e, quando se manifestou o autoritarismo da polícia e do governo, aí assim o protesto cresceu. Muitos estudantes que aderiram à manifestação não o fizeram devido à questão da maconha e sim devido à repressão indiscriminada e arbitrária sobre alunos.

A sociedade brasileira clama por ordem? Não é a sociedade em seu conjunto que se volta contra os estudantes com esse discurso de ordem e repressão. É a imprensa e os representantes da ordem e do governo. Eu me pergunto se parte da população não simpatiza com esses protestos da USP. Pelo menos foi o caso em outros países onde protestos dos jovens e estudantes se tornaram a expressão de um grande movimento popular. Não estou dizendo que isso vá acontecer já no Brasil, mas não há essa dicotomia entre jovens e estudantes de um lado e o restante da sociedade do outro. Essa separação é do interesse da classe dominante, dos governantes mais reacionários, como tentativa de mobilizar a população contra os estudantes.

O governador Geraldo Alckmin disse que os estudantes da USP precisavam de uma aula de democracia... Nós sabemos que no Brasil não há nada mais democrático do que a Polícia Militar (risos). Ela tem uma tradição de várias dezenas de anos de democracia, não é? Democracia do cassetete - que não acho que deva ser a forma mais avançada de democracia. Não deve ser muito sério o argumento do sr. Alckmin. Uma intervenção policial brutal não tem nada de democrático.

Alguns autores contemporâneos, como o irlandês John Holloway, valorizam a articulação dos novos movimentos. Ao contrário do que dizia Marx, agora é possível mudar o mundo sem tomar o poder? Holloway me deu o livro dele e pediu para que eu fizesse uma resenha, sabendo que eu iria criticá-lo. O livro *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder* tem muitas ideias interessantes e toda a crítica que ele faz ao sistema me parece muito profunda. Mas acho que a proposta dele não faz sentido, porque qualquer ação social e política inevitavelmente implica uma forma de poder ou de contrapoder. O que se coloca é garantir que esse poder seja efetivamente democrático. O movimento, ele mesmo, tem formas de poder, de organização e de gestão democrática. Protesto, revolta e revolução, tudo isso não pode existir se não houver uma organização de uma forma de poder. Não podemos contornar a questão do poder, porque na política não existe vazio. A necessidade é que esse poder seja democrático. Essa é a resposta.

No livro *Revoluções*, o sr. destaca como os revolucionários muitas vezes são vencidos pela história. Os estudantes de hoje serão vencidos? Não posso dizer. Mas podemos já constatar, nos países árabes concretamente, que esses movimentos de protestos da juventude não foram vencidos. Eles derrubaram duas ditaduras sinistras, na Tunísia e no Egito, com uma mobilização desarmada. Não estou dizendo que isso será uma regra, mas mostra que não há nenhuma fatalidade. As revoluções são sempre imprevisíveis, acontecem onde ninguém espera.

SOCIÓLOGO E PESQUISADOR DO CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE (CNRS), DE PARIS

A Greve Geral

Boaventura de Sousa Santos - 17 Novembro 2011

As greves gerais foram comuns na Europa e nos EUA no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Suscitaram grandes debates no interior do movimento operário e dos partidos e movimentos revolucionários (anarquistas, comunistas, socialistas). Discutia-se a importância da greve geral nas lutas sociais e políticas, as condições para o seu êxito, o papel das forças políticas na sua organização. Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma das mais destacadas presenças nesses debates. A greve geral – que nunca deixou de estar presente na América Latina e ressurgiu com força na Primavera do Norte de África – está de volta na Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) e nos EUA. A cidade de Oakland, na Califórnia, que ficara conhecida pela greve geral de 1946, voltou a recorrer a ela no passado dia 2 de Novembro e, na primavera deste ano, os sindicatos do estado de Wisconsin aprovaram a greve geral no momento em que a cidade de Madison se preparava para ocupar o edifício do parlamento estadual – o que fez com pleno êxito – em luta contra o Governador e a sua proposta de neutralizar os sindicatos, eliminando a negociação colectiva na função pública. Qual o significado deste regresso? Sendo certo que a história não se repete, que paralelismos se podem fazer com condições e lutas sociais do passado?

De âmbitos diferentes (comunidade, cidade, região, país), a greve geral foi sempre uma manifestação de resistência contra uma condição gravosa e injusta de carácter geral, ou seja, uma condição susceptível de afectar os trabalhadores, as classes populares ou até a sociedade no seu conjunto, mesmo se alguns sectores sociais ou profissionais fossem mais directamente visados por ela. Limitações dos direitos cívicos e políticos, repressão violenta do protesto social, derrotas sindicais no domínio da protecção social e deslocalizações de empresas com impacto directo na vida das comunidades, decisões políticas contra o interesse nacional ou regional (“traições parlamentares” como a opção pela guerra ou pelo militarismo), estas foram algumas das condições que no passado levaram à decisão pela greve geral. No início do século XXI vivemos um tempo diferente e as condições gravosas e injustas concretas não são as mesmas do passado. No entanto, ao nível das lógicas sociais que lhes presidiram há paralelismos perturbadores que fluem nos subterrâneos da movimentação para a greve geral do próximo dia 24 de Novembro em Portugal. Ontem, foi a luta por direitos de que as classes populares se consideravam injustamente privadas; hoje, é a luta contra a perda injusta de direitos por que tantas gerações de trabalhadores lutaram e que pareciam ser uma conquista irreversível. Ontem, foi a luta pela partilha mais equitativa da riqueza nacional que o capital e o trabalho geravam; hoje, é a luta contra uma partilha cada vez mais desigual da riqueza (salários e pensões

confiscados, horários e ritmos de trabalho aumentados; tributação e resgates financeiros a favor dos ricos – o “1%”, segundo os ocupantes de Wall Street – e um quotidiano de angústia e de insegurança, de colapso das expectativas, de perda da dignidade e da esperança para os “99%”). Ontem, foi a luta por uma democracia que representasse o interesse das maiorias sem voz; hoje, é a luta por uma democracia que, depois de parcialmente conquistada, foi esventrada pela corrupção, pela mediocridade e pusilanimidade dos dirigentes e pela tecnocracia em representação do capital financeiro a quem sempre serviu. Ontem, foi a luta por alternativas (socialismo) que as classes dirigentes reconheciam existir e por isso reprimiam brutalmente quem as defendesse; hoje, é a luta contra o senso comum neoliberal, massivamente reproduzido pelos media subservientes, de que não há alternativa ao empobrecimento das maiorias e ao esvaziamento das opções democráticas.

Em geral, podemos dizer que a greve geral na Europa de hoje é mais defensiva que ofensiva, visa menos promover um avanço civilizacional do que impedir um retrocesso civilizacional. É por isso que ela deixa de ser uma questão dos trabalhadores no seu conjunto para ser uma questão dos cidadãos empobrecidos no seu conjunto, tanto dos que trabalham como dos que não encontram trabalho, como ainda dos que trabalharam a vida inteira e vêem hoje as suas pensões ameaçadas. Na rua, a única esfera pública por enquanto não ocupada pelos interesses financeiros, manifestam-se cidadãos que nunca se participaram em sindicatos ou movimentos nem imaginaram manifestar-se a favor de causas alheias. De repente, as causas alheias são próprias.

Do Le Monde Diplomatique

Onde está a esquerda?

Publicado Le Monde Diplomatique – Nov.2011 -

AS ESQUERDAS, A CRISE E A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO (dossiê)

Serge Halimi

Numa altura em que o capitalismo atravessa a sua mais grave crise desde a que ocorreu na década de 1930, os principais partidos de esquerda parecem mudos, embaraçados. Prometem, quando muito, remendar o sistema. Mais frequentemente, procuram comprovar o seu sentido de responsabilidade recomendando, também eles, uma purga liberal. Durante quanto tempo poderá durar este jogo político aferrolhado, face ao crescimento da cólera social?

Os americanos que se manifestam contra Wall Street protestam também contra os intermediários de Wall Street no Partido Democrata e na Casa Branca. Ignoram sem dúvida que os socialistas franceses continuam a invocar o exemplo de Barack Obama. Segundo estes, Obama, ao invés de Nicolas Sarkozy, terá sabido agir contra os bancos. Será isto apenas um equívoco? Quem não quer (ou não pode) confrontar os pilares da ordem liberal (financeirização, globalização dos fluxos de capitais e mercadorias) sente-se tentado a personalizar a catástrofe, a imputar a crise do capitalismo aos erros de concepção ou de gestão do adversário interno. Em França, a culpa incumbirá a «Sarkozy», em Itália a «Berlusconi», na Alemanha a «Merkel». Muito bem. E noutras paragens?

Noutras paragens, e não só nos Estados Unidos, os dirigentes políticos que a esquerda moderada durante muito tempo apresentou como referências estão também a enfrentar protestos indignados. Na Grécia, Georges Papandreu, presidente da Internacional Socialista, põe em aplicação uma draconiana política de austeridade que combina privatizações maciças, supressões de empregos na função pública e abandono da soberania do país, em matéria económica e social, a uma «troika» liberal [1]. Os governos de Espanha, de Portugal ou da Eslovénia também fazem lembrar que a palavra esquerda se encontra tão desbaratada que deixou de ser associada a um conteúdo político particular.

Um dos melhores procuradores do impasse da social-democracia europeia é Benoît Hamon, actual porta-voz... do Partido Socialista francês (PS). «Na União Europeia», sublinha ele no seu último livro, «o Partido Socialista Europeu (PSE) está historicamente associado, pelo compromisso que o liga à democracia cristã, à estratégia de liberalização do mercado interno e respectivas consequências nos direitos sociais e nos serviços públicos. Foram governos socialistas que negociaram os planos de austeridade exigidos pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional. Em Espanha, em Portugal e na Grécia, obviamente, o alvo da contestação dos planos de austeridade são o FMI e a Comissão Europeia, mas também os governos socialistas nacionais. (...) Uma parte da esquerda europeia, à semelhança da direita europeia, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o Estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. (...) Fomos em vários lugares do globo um obstáculo à marcha do progresso. Não me resigno a isso» [2].

Outros, em contrapartida, consideram esta transformação irreversível, por pensarem que a sua origem reside no emburguesamento dos socialistas europeus. O Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro, embora ele próprio seja moderado, estima que a esquerda latino-americana deve revezar a do Velho Continente, muito capitalista, muito americanizada, e por isso cada vez menos legítima quando pretende defender os interesses populares: «Está actualmente a ocorrer uma deslocação geográfica da direcção ideológica da esquerda no mundo», assinalava em Setembro passado um documento preparatório do Congresso do PT. «Neste contexto, a América do Sul

distingue-se (...) A esquerda dos países europeus, que no século XIX tanto influenciou a esquerda no mundo, não conseguiu dar respostas adequadas à crise e parece capitular perante a dominação do neoliberalismo.» [3] Talvez o declínio da Europa signifique também o crepúsculo da influência ideológica exercida pelo continente onde nasceram o sindicalismo, o socialismo e o comunismo – e que parece, mais do que outros, resignar-se ao seu apagamento.

Estará então perdido o desafio? Podem os eleitores e militantes de esquerda que aderem de preferência a conteúdos, mais do que a rótulos, esperar combater a direita, inclusive nos países ocidentais, com camaradas conquistados pelo liberalismo mas que continuam a ser eleitoralmente hegemónicos? Com efeito, o bailado tornou-se um ritual: durante as campanhas eleitorais, a esquerda reformista distingue-se dos conservadores por mero efeito de óptica. E depois, quando surge a ocasião, governa como os seus adversários, não perturba a ordem económica e protege as pratas do palácio.

A transformação social cuja necessidade, ou mesmo urgência, é proclamada pela maior parte dos candidatos de esquerda ao exercício de responsabilidades, requer que estes candidatos vejam nisso mais do que retórica eleitoral. Mas também... que eles acedam ao poder. É neste ponto que a esquerda moderada vem dar lições aos «radicais» e outros «indignados». Porque ela não fica à espera que aconteça o «grande dia», nem tão-pouco sonha aninhar-se numa contra-sociedade isolada das impurezas do mundo e povoada de seres excepcionais. Pegando nas palavras de François Hollande, proferidas há cinco anos, ela não pretende «bloquear em vez de fazer. Travar, em vez de agir. Resistir, em vez de conquistar». E considera que «não vencer a direita é mantê-la, e portanto optar por ela» [4]. Em contrapartida, a esquerda radical preferiria, segundo o mesmo Hollande, «cavalgar qualquer raiva» a fazer «a escolha do realismo» [5].

A esquerda governamental, é esse o seu grande trunfo, dispõe «aqui e agora» de forças eleitorais e de quadros impacientes que lhe permitiriam substituir a direita com prontidão. «Vencer a direita», todavia, não faz as vezes de um programa ou de uma perspectiva. Ganhas as eleições, as estruturas vigentes – nacionais, europeias, internacionais – podem impedir a vontade de mudança que se tenha exprimido durante a campanha. Nos Estados Unidos, Barack Obama pôde assim sustentar que certos lóbis industriais e a obstrução parlamentar dos republicanos minaram o voluntarismo e o optimismo («Yes, we can») que haviam sido ratificados por uma ampla maioria popular.

Noutras paragens, alguns governos de esquerda desculpam a sua prudência ou pusilanimidade invocando «constrangimentos» ou uma «herança» (falta de competitividade internacional do sector produtivo, dimensão da dívida, etc.) que terão limitado a sua margem de manobra. «A nossa vida pública encontra-se dominada por uma estranha dicotomia», analisava Lionel Jospin já em 1992. «Por um lado, censura-se o poder [socialista] por causa do desemprego, do mal dos subúrbios, das frustrações

sociais, do extremismo de direita, da desesperança da esquerda. Por outro lado, intimam-no a não renunciar a uma política económica financeira que torna muito difícil o tratamento daquilo que se denuncia» [6]. Vinte anos depois, a formulação desta contradição continua actual.

Sempre que expõem os seus argumentos a favor do «voto útil», os socialistas lembram que uma derrota eleitoral da esquerda desencadeia a aplicação pela direita de um arsenal de «reformas liberais» – privatizações, redução dos direitos sindicais, amputação das receitas públicas –, reformas essas que irão destruir os eventuais instrumentos de uma outra política. Mas essa derrota também pode ter virtudes pedagógicas. Benoît Hamon admite, por exemplo, que na Alemanha «o resultado das eleições legislativas [de Setembro de 2009], em que o SPD teve o seu pior resultado [23% dos votos] desde há um século, convenceu a direcção deste partido a enveredar por uma necessária mudança de orientação» [7].

Os socialistas gregos felicitam-se por ter agido mais depressa do que Margaret Thatcher...

Um «restabelecimento doutrinário» de amplitude igualmente modesta ocorreu em França após a derrota legislativa dos socialistas em 1993 e no Reino Unido após a vitória do Partido Conservador em 2010. E constatar-se-á em breve, sem dúvida, uma hipotética situação idêntica em Espanha e na Grécia, por parecer muito improvável que os actuais governantes socialistas destes países atribuam a sua próxima derrota a uma política exageradamente revolucionária... Para defender a causa de Papandreu, a deputada socialista grega Elena Panarítis chegou mesmo a recorrer a uma referência inesperada: «Margaret Thatcher precisou de onze anos para levar a cabo as suas reformas num país que tinha problemas estruturais menos importantes. O nosso programa foi posto em aplicação há apenas catorze meses!» [8]... «Papandreu é melhor do que Thatcher!», em resumo.

Sair desta armadilha requer que se estabeleça uma lista das condições prévias que sancionem a globalização financeira. Mas surge desde logo um problema: tendo em conta a abundância e a sofisticação dos dispositivos que desde há trinta anos inseriram o desenvolvimento económico dos Estados na especulação capitalista, até mesmo uma bonacheirona política de reformas (menor injustiça fiscal, progressão moderada do poder de compra dos salários, contenção do orçamento do ensino, etc.) impõe daqui para a frente um número significativo de rupturas. Ruptura com a actual ordem europeia, mas também com as políticas a que os socialistas se associaram [9].

Se não se puser em causa, por exemplo, a «independência» do Banco Central Europeu (cuja política monetária os tratados europeus garantiram que ficaria fora de qualquer controlo democrático), se não houver uma flexibilização do pacto de estabilidade e crescimento (que em períodos de crise asfixia qualquer estratégia voluntarista de luta contra o desemprego), se não se denunciar a aliança dos liberais com os social-

democratas no Parlamento Europeu (que levou estes últimos a apoiar a candidatura à direcção do BCE de um antigo banqueiro do Goldman Sachs, Mario Draghi), e isto sem falar do «comércio livre» (a doutrina da Comissão Europeia), da auditoria à dívida pública (para não reembolsar os especuladores que apostaram contra os países mais fracos da Zona Euro); se não houver tudo isto, o desafio iniciar-se-á em más condições.

Mais: começará antecipadamente perdido. Com efeito, nada permite acreditar que François Hollande em França, Sigmar Gabriel na Alemanha ou Edward Miliband no Reino Unido possam vir a ter êxito onde já falharam Barack Obama, José Luis Zapatero e Papandreu. Imaginar que «uma aliança que faça da união política da Europa o âmago do seu projecto» assegure, como espera Massimo d'Alema em Itália, «o renascimento do progressismo» [10], é coisa que mais parece (na melhor das hipóteses) um sonho acordado. No estado actual das forças políticas e sociais, uma Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapaosar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas. Não são a moeda e o comércio domínios já «federalizados»?

Mas enquanto os partidos da esquerda moderada continuarem a representar a maioria do eleitorado progressista – quer por adesão ao seu projecto, quer pelo sentimento de que este constitui a única perspectiva para uma próxima alternância –, as formações políticas mais radicais (ou os ecologistas) ficam condenadas ao papel de figurantes, de força complementar ou de necessários inúteis. Entre 1981 e 1984, o Partido Comunista Francês (PCF), mesmo com 15% dos votos, quarenta e quatro deputados, quatro ministros e uma organização com dezenas de milhares de militantes, nunca influenciou na definição das políticas económicas e financeiras de François Mitterrand. O naufrágio em Itália da Refundação Comunista, prisioneira da sua aliança com partidos de centro-esquerda, não é um precedente mais exaltante. Tratava-se nessa altura de evitar a todo o custo o regresso ao poder de Silvio Berlusconi – que apesar disso aconteceu, embora mais tarde.

Como uma estrela morta, a república do centro perde a última luz

A Frente de Esquerda (de que faz parte o PCF) espera contradizer tais augúrios. Fazendo pressão sobre o PS, esta frente espera que ele saia dos «seus atavismos». À primeira vista, a aposta parece ilusória, senão desesperada. Porém, se ela incluir outros dados além da relação de forças eleitoral e dos constrangimentos institucionais, poderá rever-se utilmente em precedentes históricos. Nenhuma das grandes conquistas sociais da Frente Popular (férias pagas, semana de trabalho de quarenta horas, etc.) estava inscrita no programa (muito moderado) da coligação que saiu vitoriosa em Abril-Maio de 1936; na realidade, foi o movimento grevista de Junho que as impôs ao patronato francês e à direita.

A história deste período, todavia, não se resume à pressão irresistível exercida por um movimento social sobre partidos de esquerda tímidos ou intimidados. Foi de facto a

vitória eleitoral da Frente Popular que soltou um movimento de revolta social, dando aos operários o sentimento de que não teriam pela frente, como antes, o muro da repressão policial e patronal. Alentados, sabiam também que nada lhes seria dado pelos partidos nos quais tinham votado, sem que os obrigassem a isso. Daí essa dialéctica vitoriosa – mas muito rara – entre eleições e mobilização, mesas de voto e fábricas. No estado actual das coisas, o governo de esquerda que não se veja perante uma pressão equivalente encerrar-se-á de imediato numa conversa à porta fechada com a tecnocracia que perdeu o hábito de fazer outra coisa que não seja liberalismo. A sua única obsessão consistirá em seduzir agências de notação, a respeito das quais toda a gente sabe que elas «degradarão» de imediato qualquer país que encete uma verdadeira política de esquerda.

Em que ficamos: audácia ou atolamento? Os riscos da audácia – isolamento, inflação, degradação – são-nos repisados de manhã à noite. E os do atolamento? Ao analisar a situação na Europa da década de 1930, o historiador Karl Polanyi lembrou que «o impasse em que se meteu o capitalismo liberal» resultou nessa altura, em vários países, numa «reforma da economia de mercado levada a cabo com base na destruição de todas as instituições democráticas» [11] Desde já, mostra-se alarmado um socialista tão moderado como Michel Rocard, sublinhando que o endurecimento das condições impostas aos gregos poderá provocar a suspensão da democracia neste país. «No estado de exasperação em que este povo se vai encontrar», escrevia Rocard no mês passado, «é duvidoso que qualquer governo grego possa manter-se sem o apoio do exército. Esta triste reflexão é sem dúvida válida para Portugal e para a Irlanda, ou para outros países maiores. Até onde iremos?» [12] ...

Apesar de ser apoiada por toda uma quinquilharia institucional e mediática, a república do centro vacila. Começou a corrida de velocidade que opõe o endurecimento do autoritarismo liberal e o início de uma ruptura com o capitalismo. Esta última parece estar ainda muito longe. Mas quando os povos deixam de acreditar num jogo político cujos dados estão viciados, quando observam que os governos se privaram da sua própria soberania, quando se obstinam em reclamar que se controlem os bancos, quando se mobilizam sem saber aonde os vai conduzir a sua exasperação, isso significa que a esquerda ainda está viva.

Notas

[1] Composta pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

[2] Benoît Hamon, *Tourner la page. Reprenons la marche du progrès social*, Flammarion, Paris, 2011, pp. 14-19.

[3] Agência France Press, 4 de Setembro de 2011.

[4] François Hollande, *Devoirs de vérité*, Stock, Paris, 2006, pp. 91 e 206.

[5] *Ibidem*, pp. 51 e 43.

[6] Lionel Jospin, «Reconstruire la gauche», *Le Monde*, 11 de Abril de 1992.

[7] Benoît Hamon, op. cit., p. 180.

[8] Citado por Alain Salles, «L'odyssée de Papandréou », Le Monde, 16 de Setembro de 2011.

[9] Ler «Uma rejeição da esquerda em nome da Europa», Le Monde diplomatique – edição portuguesa, Junho de 2005.

[10] Massimo d'Alema, «Le succès de la gauche au Danemark annonce un renouveau européen», Le Monde, 21 de Setembro de 2001.

[11] Karl Polanyi, La Grande transformation, pp. entre 305. [Em português: A Grande Transformação – as origens de nossa época, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980.

[12] Michel Rocard, «Un système bancaire à repenser », Le Monde, 4 de Outubro de 2011.

SOCIALISTAS, CRISE OU OPORTUNIDADE ?

EL PAIS ON LINE

Los secretarios generales de varios partidos socialistas del mundo se reunieron el pasado octubre en un hotel de Madrid, convocados por la Fundación Ideas (laboratorio ideológico del PSOE), para abordar su futuro en la III Conferencia de Progreso Global. Cuando tomó la palabra, el húngaro Attila Mesterházy dijo: "Hace diez años, esta conversación habría sido una fiesta de las fuerzas progresistas. Estaba Tony Blair en el Gobierno británico, estaba Gerhard Schröder en Alemania... Ahora el péndulo ha girado en Europa hacia los partidos conservadores. ¿Por qué?".

¿Por qué en medio de la peor crisis económica de las últimas décadas en Occidente la socialdemocracia mengua? ¿Es coyuntural o es que su discurso de defensa de los trabajadores frente a los poderes económicos dejó de aplicarse allí donde llegaron al Gobierno? ¿Hubo margen, hay margen aún para rebelarse contra "los mercados", o ni lo hay ni se le espera? ¿Esta crisis es el final del pensamiento socialdemócrata o una oportunidad para recuperar los principios que se dejaron atrás, si es que eso es lo que ocurrió?

El Gobierno socialista griego ha caído bajo el yugo de los bancos; el español, tras asumir postulados liberales en el último año —según sus críticos, según algunos socialistas también—, se enfrenta a unas elecciones clave con todas las encuestas en contra. Siguiendo la pregunta de Mesterházy, buscando una explicación al presente y también las hojas de ruta para el futuro, EL PAÍS ha hablado con responsables de distintos viveros ideológicos de la socialdemocracia. Estas son sus impresiones.

LAS CAUSAS: "No es la ideología, es el calendario"

Hay dos formas de verlo: o la crisis ha arrastrado con todo, y ahí se incluye el socialismo europeo —pero, cuando la crisis pase, eso volverá a su ser— o todo esto viene de atrás. Jesús Caldera, exministro del Gobierno de José Luis Rodríguez Zapatero y hoy vicepresidente ejecutivo de la Fundación Ideas (que preside el propio Zapatero) se apunta a la primera tesis. "Lo que hay es un movimiento telúrico impulsado por la crisis. No tiene que ver con la ideología, sino con el calendario. Es sencillo: al partido que está en el Gobierno se le hace responsable", afirma.

Por eso él augura que "en muy poco tiempo" habrá en Francia, Alemania e Italia Gobiernos socialdemócratas, y todo se verá de otra manera. Caldera se enroca: no es un problema de los socialistas. "La socialdemocracia no está en crisis. No discuto que una minoría del electorado piense que se han dejado atrás unos principios, pero no es el problema de fondo. El problema es la crisis".

No lo ve igual Alfonso Guerra, exvicepresidente del Gobierno con Felipe González, hoy diputado y presidente de la Fundación Pablo Iglesias. Sin quitar importancia a la crisis, él sostiene que las renuncias empezaron bastante antes: cuando en los años setenta se impuso el discurso neoliberal y "algunos socialdemócratas empezaron también a cambiar, colocándose más cerca de los administradores del capitalismo que de los del socialismo". "El discurso socialdemócrata se ha ido adaptando, a mi juicio excesivamente, a los nuevos mecanismos ideológicos de la Universidad de Georgetown. Algunos dirigentes han arriado las banderas de los principios, con lo cual el electorado distingue mal entre izquierda y derecha", dice, aunque no precisa con qué dirigentes, en España por ejemplo, empezó a pasar eso.

EL CONTEXTO: ¿Había margen para ir a la contra?

Y llega la crisis, y Gobiernos como el español, que habían enarbolado con fuerza la bandera socialdemócrata, toman de pronto ciertas decisiones —ajustes sin previo aviso, control del gasto público como principio sagrado, ayuda a los bancos, resistencia a subir impuestos a los más ricos— que desconciertan a su electorado. ¿Había margen para actuar de otra forma, para responder a "los mercados" con medidas diferentes? ¿Y había voluntad?

"Un país solo no tiene margen. Nosotros no lo tenemos, a la vista está, ¿no? Nos han machacado los mercados", se lamenta Caldera, aunque más tarde subraya que no quiere decir que los poderes financieros hayan dictado la política al Gobierno de Zapatero—"¡eso es un mito!"—, sino que "si no hay recursos, no se puede gastar". "Nosotros al principio de la crisis invertimos muchísimo en políticas de estímulo, hicimos lo que pudimos; pero tienes una

limitada capacidad de movimientos. Tú eres parte de un espacio mucho más amplio, y si otros solo quieren austeridad...", justifica.

"Siempre hay un margen. Hay quien lo sabe o lo quiere aprovechar, y quien no", zanja Guerra, diputado del PSOE en esta legislatura (y todas las anteriores). "A la socialdemocracia le ha faltado coraje político", abunda José Félix Tezanos, catedrático de Sociología y director de la Fundación Sistema. "Es verdad que es más fácil ver los toros desde la barrera, y que ha habido terribles presiones externas, pero la gente percibe que la socialdemocracia está arrugada. El ciudadano tiene la sensación de que aquí a quien se está defendiendo es a los bancos franceses y alemanes, que son los que tenían la deuda griega".

"Nada de lo que está pasando hubiera sido igual con una mayoría de Gobiernos socialdemócratas", tercia la directora del Laboratorio de la Fundación Alternativas, la politóloga Belén Barreiro, que fue directora del Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) con el Ejecutivo de Zapatero. "En este momento, el margen de los Gobiernos es mucho menor; el poder ciudadano ha perdido espacio frente a los poderes no representativos: bancos centrales, mercados... Hay menos margen, sin duda, menos autonomía. Por eso el reto de la socialdemocracia en este momento es aumentar la autonomía de la política frente a esas instituciones", dice Barreiro.

Según ella, la situación es igual "en todas las democracias, con partidos conservadores o de izquierdas". "La diferencia es que el programa de la derecha no es de cambio social y por tanto no se ve tan dañado; la izquierda, cuando llega al Gobierno, tiene menos margen para aplicar su programa".

¿Y entonces lo cambia?

EL PROYECTO: Recuperar el paso ante la "desafección"

"No hay una crisis de ideas en la izquierda. La socialdemocracia tiene las recetas y tiene también a una mayoría de ciudadanos que cree en ellas, como apuntan todos los eurobarómetros. Lo que hay en este momento es un problema de desafección, y muy serio", señala Barreiro. "Una decepción de la base social, que percibe que debió hacerse un reparto más justo de los costes de la crisis. La desigualdad ha crecido, los ricos no se han visto perjudicados. Pero, aun así, sigue habiendo nítidas diferencias entre la derecha y la izquierda, aquí y en todos los países".

Caldera insiste en esa idea, con más ahínco: el PSOE no ha traicionado sus principios, "en absoluto". No fue, por ejemplo, una renuncia pactar la reforma constitucional con el PP para consagrar la estabilidad presupuestaria, porque "eso no es conservador en sí mismo". Tampoco fue un cambio de rumbo la rebaja fiscal de 2006, según Caldera, porque entonces no había crisis —Barreiro sí considera que fue equivocado sugerir que bajar impuestos es de izquierdas.

"Puede haber habido errores, aunque yo no los voy a señalar", concluye el exministro. "Pero los valores se han mantenido, y son hoy más necesarios que nunca". Aun así, Caldera cree que la apuesta por la austeridad y el ajuste que se ha adueñado de los Gobiernos debe dejar paso a otra fase: una vuelta parcial al keynesianismo —inversión pública para reactivar la economía— ; algo que defienden todos los consultados para este reportaje.

"El camino que se está tomando en esta crisis es insensato. Cuando se escriba la historia de este periodo, no se entenderá. Lo que se necesita es otro New Deal. Por la vía del ajuste que vamos, la economía no se recupera. No es que haya que volver a las esencias del socialismo, es que hay que volver al sentido común", afirma Tezanos. Lo que "no tiene sentido", protesta, es "un partido socialdemócrata defendiendo políticas liberales". ¿Se ha perdido entonces el discurso ideológico? "El discurso, el norte y el rumbo".

LA BASE SOCIAL: El riesgo de una revuelta

Alfonso Guerra alerta de una probable "revuelta social" si se siguen "retorciendo los derechos de los más débiles". "Este es el gran momento para el discurso socialdemócrata. Pero claro, hay que hacerlo", apunta. Guerra no quiere señalar responsables de esa caída de brazos en el discurso. Ni entra a valorar momentos como el de la reforma constitucional exprés que impulsó su partido —"eso son cosas pequeñas"—. Admite, eso sí, que aquel momento de desconcierto, y el más reciente de la convocatoria fallida del referéndum en Grecia —que ha provocado una presión brutal sobre el Gobierno griego, hasta el punto de hacerle abandonar tan osada iniciativa— pueden generar en parte de la ciudadanía la sensación de que no hay poder democrático que se rebele al diktat de los mercados.

También lo señala Tezanos: "Empieza a haber sufrimiento social, y un gran descontento por la acción de los Gobiernos. Crece la extrema izquierda, y eso puede alimentar a su vez reacciones más de derechas. Si se va hacia la polarización, esa es la senda de los populismos y las confrontaciones", alerta.

LA SALIDA: Esperando al péndulo

"La relación entre políticos y ciudadanos se ha roto. Reconstruirla es el principal desafío de la izquierda progresista. ¿Por qué los jóvenes no votan a la izquierda?", planteó en la conferencia de octubre Antonio José Seguro, secretario general de los socialistas de Portugal. Pier Luigi Bersani, cabeza del Partido Democrático italiano, añadió otro reto: "La democracia global. Controlar los factores de la globalización, porque las finanzas están sin control". Y el expresidente brasileño Luiz Inácio Lula da Silva sentenció: "El político no puede decidir pensando en las próximas elecciones. Tiene que pensar en las próximas generaciones".

Recetas para el medio y el largo plazo, trufadas, en todas las intervenciones, de una más para el corto: la necesidad, la urgencia de unir fuerzas. "Somos un equipo. Y ahora se necesita un equipo", resumió Bersani. "El comunismo llegó y se fue. Los ultraliberales de Friedman llegaron y se fueron. Nosotros seguimos aquí. Pero el margen es cada vez más estrecho. Necesitamos centrarnos en los valores, renovarnos y aunar fuerzas", insistió Raymond Johansen, secretario general del Partido Laborista de Noruega, con una mezcla de optimismo y preocupación.

Belén Barreiro defiende la tesis de que, aunque "el 20-N el PP ganará por mayoría absoluta", podría darse la situación, por primera vez en España, de que el partido ganador sea derrotado a los cuatro años. "La crisis está barriendo Gobiernos, de izquierdas y de derechas. Europa girará a la izquierda en los próximos años", augura. "Hasta el FMI está diciendo ya que hay que cambiar el rumbo e ir a políticas expansivas, más cercanas al keynesianismo. El PSOE, en la oposición, tendrá más libertad para reforzar el discurso de izquierdas, y podría recuperar la mayoría social para 2015". Claro que "la credibilidad se la tendrá que volver a ganar".

En ese mismo horizonte confiaba en octubre el socialista húngaro Mesterházy. Y seguía haciéndose preguntas: "Necesitamos que el péndulo vuelva a nosotros. Los socialistas de Hungría nos preguntamos: ¿Por qué perdimos el Gobierno? ¿Nuestra política no fue suficientemente progresista o fue demasiado progresista? Tenemos que responder a eso. Porque el péndulo podría volver".

"ES EL MOMENTO DE LA POLÍTICA"

Lula da Silva, expresidente de Brasil, considera que "la crisis económica no la resolverá la economía". "Es el momento de la política", sostiene.

"ALGUNOS RENUNCIAN A LOS PRINCIPIOS"

Alfonso Guerra afirma que "algunos dirigentes socialdemócratas", sin precisar nombres, "han arriado las banderas de los principios".

"SE PUEDE VENCER A LA DERECHA"

Pier Luigi Bersani, secretario del Partido Democrático de Italia, defiende que “se puede vencer a la derecha: no infravalorándola ni entrando en su terreno”.

“HAY QUE REGULAR EL MERCADO”

Jesús Caldera, responsable del vivero de ideas del PSOE, argumenta: “Lo que la política ha estropeado, la política lo debe arreglar. Hay que regular el mercado”.

“ACCIÓN COMÚN”

El francés François Hollande, elegido candidato socialista a la presidencia, cree que es necesaria “una acción común”. “Los progresistas europeos debemos trabajar juntos”.

“UNA ÚNICA AGENDA”

A esquerda europeia e a crise da dívida

Envie para um amigo Versão para Impressão



A resposta europeia a estas crises nacionais, acentuadas pela vulnerabilidade do euro, é bem conhecida: planos de austeridade para recuperar a competitividade a partir da desvalorização dos salários diretos (retirar o subsídio de Natal e de férias, cortar nos salários, aumentar o horário de trabalho) e indiretos (aumento dos custos da saúde e educação, redução das pensões). Como disse Warren Buffet, o segundo homem mais rico do planeta, "há uma luta de

classes, e é a nossa classe que está ganhando". O artigo é de Francisco Louçã.

Francisco Louçã - Esquerda.net

(O artigo foi mantido em sua forma original, tal como publicado no [portal do Bloco de Esquerda](#), de Portugal)

O debate nas esquerdas acerca da resposta à crise da dívida é fundamental para definir a política socialista. É disso que trata este texto.

Na primeira parte, discuto a crise do euro. Pretendo argumentar, como muitos outros, que ela é estrutural e permanente, ao contrário do que afirma o consenso entre a social-democracia e a direita. Na segunda parte, discuto as duas alternativas que têm sido propostas contra a estratégia do europeísmo de esquerda: a saída nacionalista e o salto para o Estado Europeu. Pretendo provar que estas alternativas têm três problemas: são violentamente contraditórias, apoiam-se na ocultação dos seus efeitos económicos e sociais reais e ignoram a relação de forças em que se fazem escolhas. Na terceira parte, discuto de novo o europeísmo de esquerda e pretendo mostrar que uma alternativa económica exige uma estratégia de luta de classes. Para isso, voltemos ao essencial.

1. A crise do euro é estrutural e vai-se agravar

As definições fundadoras da União Europeia e, em particular, da criação da moeda única, têm o cunho do consenso histórico entre a social-democracia e a direita. De facto, nas escolhas fundamentais para esta estrutura institucional, não existiu até hoje qualquer diferença essencial entre estes parceiros. Foi uma amplíssima maioria de governos social-democratas que definiu o pilar fundador do euro, as regras de Maastricht (máximos permitidos de 3% de défice e de 60% de dívida e, ainda mais importante, a obrigação de uma contenção permanente da inflação a níveis insignificantes). Esses dogmas são a origem dos problemas actuais e os instrumentos da direita que governa a União Europeia. Não são precisos outros para a máquina de destruição das regras sociais do Estado-providência.

O problema é que a moeda que resulta desse consenso é uma construção explosiva. É incoerente, vulnerável, desigualitária, prejudicial à maioria dos Estados e, fundamentalmente, esvazia a democracia. É preciso por isso analisar em detalhe porque está a fracassar o euro.

1.1. O euro é a crise

A política das lideranças da União Europeia está bloqueada num consenso inicialmente muito forte: a criação de um regime de financeirização dominante por via do euro, impondo a cada Estado o condicionamento da sua economia e a minimização dos gastos sociais. Este consenso tem sido abalado no que diz respeito à gestão das respostas à crise, porque o euro é a crise: alguns governos aceitam hoje os eurobonds que recusaram sempre, uns querem reduzir as dívidas com uma pequena desvalorização do capital, outros sustentam o modelo de espolição da Grécia e das outras economias periféricas. As linhas que se seguem discutem estes dois pontos: a razão da crise do euro e as tentativas de solução dentro do euro.

Para esse efeito, vou resumir-vos a análise de Paul de Grauwe, um economista belga que é um dos mais reconhecidos críticos do modelo do euro e que tenta remediá-lo com várias propostas ("The Governance of a Fragile Eurozone", working paper da Universidade de Lovaina).

De Grauwe escreve que, quando existe uma zona de moeda comum, todos os Estados passam a emitir dívida soberana em euros mas, porque não têm controlo nacional sobre a moeda, tornam-se vulneráveis a ataques especulativos que podem forçar a sua falência – o default (a cessação de pagamentos). Ou seja, o euro aumenta o risco de falência.

O exemplo que apresenta é o da comparação entre a Espanha e o Reino Unido, sabendo-se que o rácio dívida/PIB inglês é maior (em 2011 a diferença entre um e outro é de 17%). Mas o Reino Unido, quando emite dívida soberana, paga taxas de juro menores, apesar de estar muito mais endividado. Há evidentemente uma primeira razão para esta diferença, que De Grauwe, aliás, ignora: os mercados financeiros impõem taxas de juro considerando as suas expectativas mas também o seu poder perante cada economia, e o poder do Reino Unido é muito superior ao da Espanha, porque é um dos maiores centros financeiros e uma grande economia mundial.

Mas a segunda razão, que é analisada em detalhe por De Grauwe, é muito importante para perceber o falhanço do euro: é que, se houver um forte ataque especulativo, o Reino Unido tem uma capacidade de resposta que a Espanha – ou Portugal – não tem. Imagine-se que os especuladores temem o incumprimento britânico e que, por isso, vendem os títulos desta dívida pública. Em resposta a esta situação, o Banco de Inglaterra comprará todos esses títulos. A massa monetária não é assim reduzida (até pode aumentar) e não chega a haver um problema de liquidez. Mas, nesse caso, os vendedores dos títulos normalmente irão trocar por outra moeda as libras que receberam, o que provoca um efeito automático: a libra desvaloriza (25% desde o início da crise), o que facilita as exportações britânicas (porque os produtos britânicos ficam mais baratos). Por outras palavras, a economia corrige o problema se o Banco de Inglaterra agir sem hesitações.

Em contrapartida, se acontecer o mesmo em Espanha – ou noutro país nas mesmas circunstâncias –, os fundos financeiros venderão os títulos da dívida espanhola. Mas é uma incógnita o que farão com os euros que receberem: podem simplesmente investi-los ou depositá-los nalguma outra economia. Cria-se assim um problema de liquidez porque se reduz a massa monetária em Espanha, porque esses euros são transferidos para o exterior. E o juro da dívida espanhola aumentou porque o Banco de Espanha, que é agora uma sucursal do Banco Central Europeu, não quer nem está autorizado a comprar os títulos. A oferta monetária reduz-se em Espanha e os preços relativos não são corrigidos, passando a haver uma restrição que agrava a austeridade.

O efeito seguinte é sobre as contas dos bancos nacionais, que têm em carteira uma parte importante da dívida pública: se os títulos públicos que detêm valem menos, os seus balanços ficam desvalorizados, têm mais dificuldade para obter financiamento, e diminuem a concessão de crédito.

Sim, existe também um problema de dívida privada que, em Portugal como noutros países, é maior do que a dívida pública. E esse problema agrava os custos dos empréstimos que os bancos nacionais obtêm junto da banca internacional. Indirectamente, os trabalhadores estão a pagar esse custo, com o agravamento dos juros quando pedem novos empréstimos e com o aumento dos impostos para financiarem as rendas que o Estado paga à banca (as parcerias público-privado aumentaram este ano 4 mil milhões de euros, a serem pagos por impostos futuros). Mas não haja ilusões: mesmo que a dívida privada não fosse enorme, a pressão sobre a dívida soberana poderia ainda ter um efeito desastroso, como está a acontecer.

O efeito dominó é muito forte: a especulação financeira consegue ameaçar uma economia vulnerável. O Estado pode ficar insolvente simplesmente se os mercados financeiros temerem que fique insolvente. Para responder a esta dificuldade, a ortodoxia europeia só concebe a solução da austeridade, que é a da recessão.

Só que esse efeito de ameaça às economias do euro não é a única ameaça na Europa. O Reino Unido, o exemplo de De Grauwe, está agora a aplicar a mais selvagem lei da austeridade, multiplicando as taxas universitárias, cortando na saúde, atacando os pobres, reduzindo o investimento e criando desemprego – apesar de ter todos os instrumentos monetários para relançar a economia contra a especulação. Ou seja, o problema europeu não é só o euro. É mesmo a luta de classes.

1.2. A solução europeia tem sido o aumento da exploração pela via da austeridade

A resposta europeia a estas crises nacionais, acentuadas pela vulnerabilidade do euro, é bem conhecida: planos de austeridade para recuperar a competitividade a partir da desvalorização dos salários directos (retirar o subsídio de Natal e de férias, cortar nos salários, aumentar o horário de trabalho) e indirectos (aumento dos custos da saúde e educação, redução das pensões). A austeridade provoca recessão, que agrava o défice orçamental, que exige novos aumentos de impostos, que agravam a recessão. A recessão transforma-se, como pode acontecer em Portugal, em depressão prolongada.

Isto é uma boa notícia para a finança e para a burguesia, porque altera profundamente as relações de força entre as classes, abrindo as portas a um novo regime social – despedimentos fáceis, fim dos contratos colectivos, redução do poder sindical, serviços públicos mínimos com a mercantilização de serviços essenciais para a vida das pessoas. A finança do século XXI quer viver tanto dos mercados bolsistas como da gestão dos hospitais e dos fundos da segurança social. Mas, entretanto, a depressão desvaloriza uma parte do capital produtivo, e isso é a má notícia para os capitalistas que forem à falência. Assim, temos dois pólos de tensão na classe dominante: entre a finança e os bancos, por um lado, e entre estes dois sectores e partes do capital produtivo, por outro lado.

A depressão é sobretudo uma má notícia para a maioria da população, porque significa um recuo geracional do salário, ou seja, um aumento da exploração. Assim, a estrutura do euro acentua a pior das políticas, a da desvalorização do salário.

Vou depois voltar esta conclusão, porque ela é a chave de todo o debate político: com o euro, a desvalorização do salário é o alfa e o ómega da política económica dominante.

1.3. Algumas novas e velhas soluções imediatistas

Recapitemos De Grauwe, porque ele exprime com clareza a dificuldade de busca de alternativas no quadro económico actual, mas propõe três alternativas principais à gestão actual do BCE e do directório da União. Vejamos quais são e qual a sua viabilidade.

A primeira proposta é que o Banco Central Europeu compre títulos da dívida soberana dos países em dificuldades e os aceite como garantia colateral dos bancos privados quando estes pedem empréstimos. Isso já está a ser feito em alguma escala, apesar de ser contra tudo o que o BCE sempre afirmou. Mas esta medida não basta: para que a sua actuação tivesse impacto, o BCE devia ser um factor decisivo no mercado da dívida, o que significaria comprar toda a dívida emitida – como propôs recentemente Cavaco Silva. Devia comprar directamente aos Estados e não somente no mercado secundário, nos momentos de aflicção. Isso não vai acontecer na dimensão necessária, porque a Alemanha não o permite.

A segunda proposta apresentada por De Grauwe é a redução do juro imposto nos empréstimos aos países em dificuldades. A razão é evidente: o juro alto aumenta as dificuldades e assinala que a própria União considera que pode haver um incumprimento da dívida por parte desses Estados, o que convida a ataques especulativos contra eles. Houve em Julho uma pequena redução (de 1%), mas o juro actual está ainda mais de 2% acima do custo do seu financiamento, que anda pelos 2%.

A terceira proposta de De Grauwe é um mecanismo de emissão de eurobonds, que asseguraria o equivalente a 60% da dívida soberana de cada país, devendo o Estado suportar os títulos restantes. Assim, cada país teria dois tipos de títulos soberanos: os europeus, de juro mais baixo (mas com custos diferenciados de acesso segundo o risco de cada economia) e os nacionais, que poderiam ter juro mais elevado. É uma proposta de Jacques Delors e já tem cerca de 20 anos. Nunca foi concretizada e é difícil que o seja, porque tem o veto do governo alemão.

Para as três propostas, De Grauwe sugere uma contrapartida: uma autoridade fiscal comum e

portanto uma União política. Ora, não é preciso que a senhora Merkel lidere um governo europeu unificado para que seja viável a emissão de títulos europeus ou juros razoáveis nos empréstimos às economias atingidas – basta haver regras aceites que determinem estas acções.

Como vamos ver adiante, a recusa anterior pela governação europeia da lógica destas medidas não implica que não ceda e que não as aplique em alguma medida, combinadas com um cocktail de outras iniciativas, para não deixar cair o euro. A redução dos juros da dívida negociada com a troika continuará, e haverá uma forte reestruturação da dívida da Grécia, com perdas para o capital financeiro (e com o BCE a compensar parcialmente a banca). O euro não pode cair, se o capital alemão defende os seus interesses. Haverá por isso medidas activas para reorganizar o sistema de crédito e as relações institucionais, com o BCE a fazer sistematicamente o que por doutrina e mesmo por Estatutos tinha sempre recusado.

1.4. A política que dirige a Europa é autoritária mas consensual entre a direita e a social-democracia

Considerando estes argumentos, o impasse actual pode ser assim resumido: o euro tem organizado o capitalismo europeu durante os anos de crescimento, mas fraqueja quando há uma crise financeira, porque os mercados especulativos atacam com sucesso as economias mais frágeis e criam um perigoso efeito dominó. A resposta é simplesmente austeritária, a austeridade autoritária. Só que o efeito de contágio é muito intenso, dado que mais de metade da dívida soberana dos vários países está detida por entidades financeiras de outros países. E a recessão alastra, agravando a instabilidade financeira. O euro torna-se por isso um factor determinante da crise.

Esta estrutura do poder financeiro e da decisão europeia é suportado por um consenso entre a direita e a social-democracia, que tem resistido sempre com vantagem da direita. Ele tem um fundamento: Kohl, Schroeder ou Merkel, na Alemanha, representam exactamente as mesmas políticas europeias, como Prodi e Berlusconi em Itália, ou Aznar e Zapatero em Espanha, ou Durão Barroso e Sócrates em Portugal. Para que a política não seja meramente uma imaginação alegre, convido os economistas que têm defendido a saída do euro a lembrarem-se da configuração política que definiu estas regras, as impôs e as mantém, para que possamos procurar alternativas viáveis, que não ignorem os adversários e que procurem aliados para além de figuras de retórica. Se me permitem, recomendo-lhes por isso que não contem com a socialdemocracia europeia: ela não vai erguer uma alternativa europeia, porque defende para a Europa o Tratado de Lisboa com o seu Directório e o euro tal como ele existe.

2. Austeridade contra a austeridade?

Esta crise é estimulada pelo euro, que cria um efeito de contágio. Mas ela não é criada pelo euro. Para a compreendermos no seu quadro geral, devemos ir mais fundo e fazer o que a maior parte dos economistas recusa: pensar a economia a partir das classes sociais. É isso que faço de seguida, considerando as duas alternativas que têm sido recentemente propostas por alguns sectores de esquerda (e de direita): a opção nacionalista da saída do euro e a contra-opção federalista da criação de um Estado europeu unificado.

2.1. Avante para a esquerda, ou então, se não puder ser, para a direita

Grande parte das esquerdas críticas partilha este diagnóstico sobre a crise do euro (e também, como vimos, alguns dos mais tradicionais economistas). Ele não é novo. Está presente desde a formação do euro, e foi por isso que recusámos a seu tempo a sua estrutura, como rejeitámos a artificial valorização do escudo no momento da integração – valor que tem vindo a destruir a economia portuguesa – bem como a excessiva valorização posterior do euro. Sim, isso já se sabia. Neste quadro, o BCE só podia ser o que veio a ser: uma agência para a liberalização dos mercados financeiros e a protecção da banca, impedindo as escolhas necessárias perante cada recessão. Neste quadro, também a Comissão Europeia só podia ser o que veio a ser: uma agência dos

principais governos, com o poder legislativo que o Parlamento Europeu não tem e que os parlamentos nacionais estão a perder.

Foi portanto com pleno conhecimento destas realidades que as esquerdas elaboraram as suas respostas. Ninguém pode agora argumentar que não sabia ou que não percebeu. Ou que, com estes tratados, a União podia ser o que não foi. Ou que as instituições se regenerariam e salvariam as economias da recessão. Não vale. Não vale inventar agora que a União do directório era outra coisa, que podia ter sido social ou até que podia ter sido economicamente competente.

Foi por isso que o Bloco de Esquerda se definiu desde a sua fundação como "europeísta de esquerda", e levou a sério essa definição. Ela implica o combate contra a arquitectura dos poderes de facto e contra as políticas da governação europeia, porque são factores da crise e recusam a democracia. Implica a recusa do Tratado de Lisboa, porque encerra a Europa no Directório, e das regras do BCE, porque agravam cada recessão. Implica a exigência da saída da NATO e a recusa de um militarismo europeu, porque é parte de uma política imperial. Implica a exigência clara da refundação da União e isso tem uma consequência, que é o combate sem concessões contra a sua estrutura e política actual.

Esse combate, portanto, não é novo. Nem é novidade que ele nos diferencie de uma esquerda nacionalista que tem tido receio de afirmar a sua posição pela saída do euro e da União Europeia, em nome de uma alternativa soberanista mal explicada e de viabilidade discutível. O que há de novo, no entanto, é que alguns sectores de esquerda, tradicionalmente europeístas e por vezes até pouco críticos da governação europeia, procuram agora outras soluções. Essa deslocação é em si mesma um bom sinal. Prova que, perante o impasse actual, há quem procure novas alternativas. Mas essas alternativas têm de ser mais fortes e mais consistentes do que as políticas que querem substituir.

O que pode surpreender quem achar que já viu tudo é que haja quem defenda simultaneamente as duas propostas, a saída do euro e o Estado europeu, o que um dos seus defensores chama, elegantemente, sair da crise por "cima" ou por "baixo". De facto, a sobreposição destas duas propostas radicalmente antagónicas prova de que a imaginação humana é tolerante. Quem quer a solução extrema de um Estado Europeu que dirija as economias nacionais dificilmente pode querer também a solução nacionalista extrema da separação do euro (e da aplicação de políticas que significam a saída da União Europeia) – pelo menos não se espera que defenda as duas simultaneamente. De facto, estas soluções dirigem-se a objectivos contraditórios, servem sectores sociais e mobilizam forças diferentes, concitam sistemas de alianças distintos. A primeira favorece os sectores financeiros mais integrados a nível europeu, a segunda espera a liderança dos sectores exportadores da burguesia nacional. A primeira depende da anuência do governo alemão e dirige-se à convergência com o sector federalista do PS (António José Seguro), a segunda restringe-se à aliança com o sector mais conservador do PCP e nem sequer inclui o movimento sindical.

Assim, o exercício de debater com a ideia de "um partido-duas políticas" é dos mais criativos a que se pode aspirar. Qualquer das alternativas, por si própria, é consistente e tem argumentos sólidos. Qualquer delas sustenta uma mudança de orientação para as esquerdas. Mas o que não consigo compreender é o elaborado argumento de que, se uma não resultar, queremos a outra. Se, para nos indicarem o caminho, nos disserem "se não for para a esquerda, vá para a direita", ficaremos provavelmente sem orientação. Lamento, mas é o caso: duas propostas contraditórias é o mesmo que nenhuma proposta.

E é por isso que não se pode nunca defender algo e o seu contrário. Ou imagine-se o que seria, na campanha eleitoral recente, o destino de um partido que defendesse simultaneamente a saída do euro e o Estado Europeu unificado. No debate com Sócrates e Passos Coelho defenderia a saída do euro e no debate com Jerónimo de Sousa defenderia o Estado Europeu? Ou seria o contrário? Ou defenderia ambas as alternativas com qualquer deles? E pediria o voto aos eleitores para quê, se não é indisciplina?

Pelo seu lado, o Bloco de Esquerda assume a responsabilidade da política, porque sabe que a política é escolher caminho.

2.2. A primeira solução autoritária contra o austeritarismo: o federalismo

Prefiro então discutir cada uma das propostas em separado, pelos seus méritos e não pela sua estranha amálgama. A pergunta que se tem de colocar por isso é esta: a nova proposta ajuda a responder à recessão e à austeridade, constitui uma alavanca de mobilização e de alternativa? Se sim, deveríamos adoptá-la sem hesitação.

Veja-se então a primeira proposta, o federalismo. Segundo esta proposta, se há uma crise da dívida, a solução estaria na transformação da União Europeia num Estado unificado, com uma autoridade fiscal única, um governo único e um orçamento único. É a saída "por cima". Há uma dívida, o Estado Europeu que se encarregue dela e que dirija o nosso orçamento a partir de agora. Eles que tomem conta disto.

O federalismo é um conceito que, em si mesmo, diz tudo: a federação é uma forma de organização de um Estado, com regiões ou províncias (nos Estados Unidos ou no Brasil chamam-se estados) com alguma margem de autonomia, mas submetidos a um poder político centralizado, que decide o orçamento e a política económica e social, que tem leis uniformes, um exército e uma representação externa. Ou seja, a federação é um Estado unificado. Joshka Fisher, o líder dos Verdes alemães e uma figura de topo dos federalistas, escrevia recentemente, com alguma arrogância, que, nesse Estado Europeu, era admissível que os Estados nacionais tivessem algo mais de autonomia do que os lander (as províncias) alemães têm hoje.

É fácil de entender porque é que esta proposta se disfarça com o argumento suave de que só propõe pequenos passos, com factos consumados, num caminho que esconde o seu destino. O motivo é evidente: não existe qualquer possibilidade de acordo europeu para um Estado europeu nos tempos de hoje.

E não existe por duas razões. A primeira é que os pequenos passos criam tensão máxima, como é o caso da actuação do directório, agora um eixo franco-alemão que gravita em torno de Merkel. Foi com esses pequenos passos que chegámos aqui, e não é bonito de se ver. A segunda é que nenhuma das burguesias – nem as opiniões públicas – de qualquer dos grandes países aceitaria a incógnita de um governo europeu. Falta-lhe para isso o consentimento social e a hegemonia ideológica.

Um governo europeu significaria que a Inglaterra e a França poderiam ser governadas de Berlim. Impossível. Ou que a Alemanha poderia ter de aceitar um governo liderado por um primeiro-ministro polaco eleito por uma coligação com os populistas italianos.

Inaceitável. Ou que Portugal, a única nação ibérica que ao longo de séculos se libertou do reino de Castela, perderia agora a velha aposta histórica da independência. Difícil, não é?

Evidentemente, a impossibilidade actual de criação deste Estado Europeu poderia não ser razão para o rejeitar no futuro ou até para não o desejar no presente. A esquerda poderia defendê-lo como um modelo, como uma estratégia ou, como hoje se diz, como um desígnio. Pela minha parte, só vejo motivos para rejeitar categoricamente a ameaça de um Estado Europeu.

Começo pela razão mais circunstancial. Imaginemos que não havia nenhuma resistência, que o consenso era forte, que o federalismo tinha vencido e que o Estado Europeu era criado, e que o seu governo era eleito, tudo hipóteses bastante extravagantes. Só que, como se verificou nas eleições para o parlamento europeu, o resultado dessa eleição seria uma estrondosa vitória da direita europeia, incluindo os sectores mais populistas e agressivos. Em consequência, a capacidade de disputa dos movimentos de trabalhadores reduzir-se-ia, muito em particular nos

países onde criaram uma relação de forças que lhes tem permitido combater por alternativas. Para a esquerda, este cenário seria suicidário.

Mas ignoremos esta objecção. Afinal, se a proposta fosse absolutamente essencial, o Estado Europeu seria uma conquista da democracia e todos viveríamos melhor com isso, a longo prazo. Mas é essencial? A Europa beneficiaria desse Estado? A minha resposta é convictamente que não: um Estado Europeu democrático nunca será democrático. Essa é a objecção mais importante, porque tem que ver com a natureza da esquerda e com o nosso compromisso de representação e luta pela emancipação dos explorados.

A União pode ter procedimentos democráticos ou autoritários, e isso faz uma enorme diferença. Nós temos proposto sempre os procedimentos democráticos, e recusado os autoritários: o sistema actual do directório já é uma das piores características do federalismo. Ora, o Bloco defendeu sempre referendos sobre cada Tratado (e, já agora, comprometemo-nos com o "não" ao Tratado de Maastricht, depois ao de Nice, depois ao de Lisboa, e por fortes razões). Denunciámos os poderes europeus e os governos que conspiraram para maquilhar um Tratado Constitucional como um Tratado comum, e para o impor sem os referendos que tinham prometido solenemente. Apresentamos uma moção de censura contra Sócrates por causa disso.

Levamos muito a sério a luta pelos procedimentos democráticos. Sabemos que faz toda a diferença ter os governos a legislar a partir do Conselho Europeu e da sua Comissão ou ter controlo parlamentar escrutinável. Faz muita diferença ter a possibilidade de os europeus decidirem ou manter um poder enclausurado nos governantes do directório.

Mas paremos agora um momento para pensar o que tem sido a nossa luta pelos procedimentos democráticos. Quanto propomos um referendo em Portugal e queremos que nesse referendo ganhe o "não" contra o Tratado do directório, estamos certamente a defender uma solução para a Europa. Somos nisso completamente europeus. Mas fazemo-lo onde podemos, como podemos e como queremos que a democracia decida a questão – onde a reconhecemos, em Portugal. Porque não propusemos um referendo simultâneo em toda a Europa que decidisse sobre o Tratado, em que o voto do alemão e do polaco valesse como o da portuguesa? Porque o povo que reconhecemos para decidir sobre a aceitação de um tratado por Portugal é o eleitorado português. É com ele que falamos. E é a sua decisão que aceitamos como legítima, mesmo que a achemos errada e que combatamos as suas consequências.

A razão desta legitimidade eleitoral é de importância transcendente para a esquerda. E é simples. É que a democracia parlamentar foi criada historicamente no Estado-Nação, baseada na aceitação social de uma representação legitimada: cada um tem o direito de voto, há pluralismo, e aceitamos que o partido mais votado representa o Estado e governa. Este regime é frágil, é manipulável, tem um enorme peso da ideologia dominante e das fábricas do consenso, não é uma democracia de participação e de acção para o povo, mas é a parte da democracia que resulta das lutas sociais pelo sufrágio universal e contra a ditadura, e dela não abdicamos. Ela é ponto de partida para as lutas, porque é verificável e disputável pela força que a luta popular pode criar. É por isso que a democracia representativa no país é um espaço de confrontação para todos, mas a democracia europeia não existe – existem procedimentos democráticos ou autoritários na Europa, mas não existe democracia europeia como espaço comum de reconhecimento e de legitimidade unificada.

O Estado Europeu não é por isso democrático, porque exclui a democracia representativa realmente existente, que é a que existe nos Estados-Nação. Ainda não há nem houve qualquer forma de democracia internacional, que tenha como base de sustentação a legitimação perante um povo global. Faz falta, mas não existe.

Tem escrito Rui Tavares que, se Merkel manda em nós, devíamos ao menos poder votar nas eleições que a escolhem. E assim ao nível europeu: se mandam em nós, queremos votar sim ou sopas. Mas o problema é que esse voto não tem sentido. Não comunicamos com um alemão, dono

de uma cervejaria em Munique, como com uma desempregada em Figueiró dos Vinhos. Não falamos da mesma história, da mesma cultura, não partilhamos disputas e diferenças: não podemos decidir em conjunto um governo que nos obrigue a todos, porque, como dizia Linecker, nesse jogo há duas equipas e no fim ganha sempre a Alemanha. E o pior é que, quando elegermos o governo do Estado Europeu, sobrar-nos-á um feitor da província instalado no palácio de S. Bento, a quem poderemos entregar petições. Mas com ele não discutiremos a lei, os orçamentos, os impostos, a defesa, a política externa, os serviços públicos. Essa democracia não seria democracia.

Dir-me-ão que, no fim das contas, Merkel e Passos Coelho pensam e propõem o mesmo para a sociedade. Sim, mas a diferença entre ter um governo alemão para a União e ter um governo português dentro da União, mesmo subordinado e sorumbático, é que podemos disputar com o segundo e influenciar a política que o determina. Nessa disputa, estamos nós, o povo.

Mais fundamentalmente, não existe um povo europeu único que se reconheça, existem povos europeus. Ser português e ser europeu são duas identidades e não uma. É ainda nos quadros nacionais que se forma o essencial dos processos de acumulação e sobretudo a determinação das condições salariais ou seja, a repartição do rendimento, a exploração e a luta contra ela, que não abdicamos de lutar onde temos poder.

Foi isso mesmo que nós sempre dissemos a respeito da Europa. Que devia ser um lugar de políticas comuns, incluindo com partilha negociada de soberanias, mas também uma convergência de Estados-Nação. Toda a política europeísta de esquerda se baseia nessa convicção forte. A Europa tem de ser a combinação de políticas europeias e de margens de acção dos Estados nacionais. Queremos reforçar umas e outras, delimitando o que a União deve fazer: melhor orçamento comum para medidas para pleno emprego, e também mais capacidade de escolha de cada país na sua gestão financeira, fiscal, orçamental e social. Tudo bons motivos para recusar o Estado Europeu.

Finalmente, há mais duas razões para rejeitarmos o truque federalista. A primeira é que qualquer deriva para o Estado Europeu, sempre autoritária, multiplica os nacionalismos – e dispensamos esse pesadelo, porque sabemos como começa mas não sabemos onde acaba. Já muitos países da Europa têm direitas nacionalistas radicais a 20%. O federalismo é um dos seus alimentos. Rejeitar o nacionalismo e cortar-lhe espaço implica, como sempre, que a esquerda quer disputar a hegemonia do seu povo, quer construir uma maioria para dirigir a nação. Essa luta pela hegemonia é a razão de ser da esquerda, e desgraçada da esquerda que dela abdica ou que, pelo contrário, se torna ela própria nacionalista – acabará, como o PC grego, a votar sistematicamente com Le Pen no parlamento europeu. Pode ter votos, como o PC grego tem, mas o nacionalismo nunca será a esquerda para a luta necessária. A utopia reaccionária do Estado Europeu cria os seus anti-corpos e destrói a esquerda em cada país.

A última razão é a coerência conosco mesmos. Deixei essa razão para o fim, porque é unicamente a nossa própria cultura política que está em causa. Mas é um valor importante. Foi deliberadamente que escrevemos no “Contrato pela Europa” – que é um dos três textos fundadores do Bloco de Esquerda – que defendemos “uma nova perspectiva da esquerda para a Europa, contra o federalismo” e que o “principal adversário da nossa alternativa de projecto é o federalismo” que “transforma a Europa numa feira de capitais”. Nesse momento, chamávamos também a atenção para o significado imperialista da ideia do Estado Europeu: com ele chegam um exército e um aparelho repressivo unificado.

Admito que haja quem tenha aprovado esta posição durante dez anos e que agora se arrependa. Ou que pense que a crise de Portugal é tão grave que mais vale esta solução do que continuar tudo como está. E não pode de facto continuar como está.

Mas, pergunto: é o imediatismo que move a abdicação da nossa posição de sempre? É a emergência que leva à aceitação de um poder europeu que sempre recusámos? Se assim é, para

quê então defender uma alternativa que não tem viabilidade imediata e emergente?

Dito tudo isto, a minha conclusão é esta: a ideia federal do Estado Europeu unificado não vai ter qualquer papel determinante na política portuguesa ou europeia nos anos que vivemos. Haverá medidas de reforço do Conselho, da Comissão, do BCE, criar-se-ão fundos comuns e regras rígidas, vigiar-se-ão orçamentos e políticas, nada que não conheçamos com a tutela dos credores hoje em dia. Haverá medidas para os tais pequenos passos de avanços e recuos, mas não haverá o salto imenso para um Estado Europeu federal.

Nem as partes da social-democracia que a defendem – e que são alguns partidos quando estão na oposição, nem todos e nem sempre – terão um protagonismo suficiente para colocarem na agenda essa solução. Nem ela ganhará credibilidade noutros sectores de esquerda. Pura e simplesmente, ela não existe no campo das decisões.

2.3. A segunda solução autoritária contra o austeritarismo: sair do euro e da União Europeia

A segunda solução, em contrapartida, terá um peso crescente no debate político. A proposta da saída do euro será persistente, é com ela que nos vamos defrontar. Ela será defendida por dois tipos de correntes: os economistas que recusam o espartilho do euro e não encontram outra solução, e as esquerdas que preferem o nacionalismo ao arrastamento da crise europeia. São dois sectores diferentes, com ideias diferentes e propostas diferentes, e só por diletantismo é que os segundos se refugiam nos argumentos dos primeiros.

Entre os economistas que defendem a saída do euro estão alguns dos seus críticos de sempre, como João Ferreira do Amaral, em Portugal, ou, mais prudentemente, Paul Krugman e Nouriel Roubini, nos Estados Unidos. Para estes economistas, já não é uma questão de escolha, é (ou começa a ser) uma inevitabilidade. Segundo eles, a espiral recessiva das medidas de ajustamento orçamental tornará a governação impossível, com aumentos de impostos que já não criam mais receitas, com a paralisia da economia e com a exaustão das políticas. Por isso, argumentam que só resta a saída do euro como forma de desvalorizar uma nova moeda e esperar que a economia se reequilibre por via do aumento das exportações e da diminuição dos salários. Assinale-se que nenhum deles defende a rejeição da dívida, antes esperam ganhar algum tempo para pagar a dívida de outra forma, com o aumento das exportações. E todos aceitam que os trabalhadores devam pagar o ajustamento com a redução dos salários. Há nisto bons e maus argumentos, como escrevi atrás a respeito do euro como factor da crise. Mas, sobretudo, é uma resposta que propõe uma austeridade salarial permanente e indiferente à economia que afecta as pessoas.

Além disso, esperar que a União financie a saída do euro ou que os mercados financeiros mantenham uma atitude de neutralidade perante a nova moeda é ingénuo.

Tudo vai da aposta: um governo de direita que fizesse esta operação com o intuito de provocar uma redução acentuada e permanente dos rendimentos dos trabalhadores poderia obter algum apoio da finança internacional, mas é duvidoso que este se mantivesse perante as medidas drásticas que, neste contexto, se tornam necessárias.

Vamos então ver como se aplicaria a saída do euro, e convocar agora os sectores de esquerda que devem defender a sua proposta a partir de um ponto de vista que considere a vida dos trabalhadores.

Começemos pelo princípio, pela decisão de criar uma nova moeda, vamos chamar-lhe escudo. O governo, perante as dificuldades económicas, decide sair do euro e passar a usar o escudo como moeda nacional (ou, o que é o mesmo para os efeitos económicos e sociais, é expulso do euro). Manda então imprimir em segredo as notas e prepara-se para anunciar a grande novidade, numa sexta à noite, à hora do telejornal, quando os bancos já estão fechados. Nesse fim-de-semana, todos os bancos fazem horas extraordinárias para distribuir as notas por todos os multibancos,

para que a nova moeda possa estar em circulação na segunda-feira.

O problema é que esta operação envolve milhares de pessoas, que transportam e distribuem as notas, e eles vão contar às suas famílias. E, de qualquer modo, toda a gente assistiu nas semanas anteriores a declarações dos ministros a explicar que isto vai muito mal e precisamos de decisões muito corajosas para salvar a Pátria em perigo. Em resumo, toda a gente percebeu o que vai acontecer.

O que farão então as pessoas? Não é preciso adivinhar: vão a correr aos bancos levantar todas as suas contas e guardar as notas de euros. Se não o fizerem, todas as suas contas e poupanças vão ser transformadas em escudos, a um valor nominal que cairá com a forte desvalorização que, afinal, é o objectivo desta operação. Ou seja, as poupanças vão ser tão desvalorizadas como a moeda em que passam a estar registadas.

Ora, os bancos não querem pagar aos clientes todos os seus saldos e poupanças, porque esta corrida irá arruiná-los. Não querem nem podem, pois simplesmente não têm o dinheiro para isso – nem há notas suficientes para cobrir toda a massa monetária líquida que existe em Portugal (a massa monetária é a soma das notas e moedas em circulação com os depósitos nos bancos, e os bancos não guardam esse dinheiro, porque o emprestam). Os bancos vão por isso fechar as portas quando se generalizar o alarme, e o governo vai chamar o exército para guardar os edifícios. Foi assim na Argentina, foi assim em todos os casos em que se anunciaram desvalorizações brutais (e nem se tratava de sair de uma moeda e criar outra, o que nunca aconteceu na história da União Europeia).

A esquerda que defendeu a saída do euro começa então a ter a primeira dificuldade. É que vai defender o exército e os bancos contra a população. E vai ter de fazer a sua primeira vítima, os depositantes nos bancos. Contas certas: se a desvalorização for de 50% (Ferreira do Amaral calcula em 40%, outros em bastante mais), as poupanças e depósitos dos trabalhadores vão perder metade do seu valor.

Passou assim o primeiro choque. Mas vem aí mais, e pior. O escudo desvalorizou-se então 50% em relação ao euro. O governo e a esquerda nacionalista esperam que o efeito benéfico seja o seguinte: as exportações aumentam porque se tornam mais baratas (porque os seus preços em moeda estrangeira ficam mais baratos, além da redução dos salários), enquanto as importações diminuem porque se tornam mais caras em escudos. Assim, haverá uma deslocação de capital para as indústrias e serviços exportadores, e uma redução do consumo e das importações. Tudo melhora substancialmente a balança de pagamentos. A regra é esta: se a vida melhorar para o Amorim, o dono da maior multinacional industrial portuguesa, melhorará também para toda a economia.

Parece conveniente, mas é um problema. É que, com a desvalorização, o preço dos produtos importados aumenta no mesmo dia. O combustível passou a custar uma vez e meia o seu preço anterior (e todo o sistema de transportes também), e o mesmo aconteceu com os alimentos importados. Como dois terços do rendimento dos portugueses é para o consumo, imagina-se o efeito imediato destes dois aumentos de preços. Já por este efeito, o salário passou a valer ainda menos.

Quanto às exportações, sim, vão aumentar, desde que os compradores no estrangeiro queiram comprar mais em função da redução do preço (e desde que não haja recessão no estrangeiro, e que os produtos portugueses correspondam a mercados com procura crescente, e que as suas características acompanhem as exigências dos consumidores estrangeiros, etc.). Aumentam, mas devagar: as receitas das vendas só entram quando se fizerem as vendas, e é preciso esperar o tempo da produção e até do aumento da capacidade produtiva. Depois, o que exportamos inclui o custo da matéria-prima e outros produtos que são importados, que são mais de metade do valor das exportações, e que ficaram mais caros. Por isso, as receitas das exportações aumentam pouco, devagar e mais tarde.

Chega depois o segundo choque. Metade das famílias portuguesas tem uma longa dívida ao banco, que lhe emprestou dinheiro para comprar a casa. Empréstou em euros. E das duas, uma: ou, no dia da saída do euro, o governo aceita o que os bancos querem (que esta dívida seja considerada ao seu valor real, que é o do escudo desvalorizado), ou decreta, para proteger os devedores, que a dívida é transformada em escudos ao valor anterior à desvalorização.

No primeiro caso, os devedores multiplicam a sua dívida. Imaginemos quem tinha 50 mil euros de dívida, convertidos, ao escudo desvalorizado, numa dívida de 15 mil contos. Se o seu salário era de 1000 euros (na nova moeda, 200 contos... que valem só 500 euros) e se usava metade para pagar ao banco, precisava antes de 100 meses inteiros, com a corda ao pescoço, para pagar a dívida. Agora, precisará de 150 meses com as mesmas dificuldades, dando metade do seu salário ao banco. Perdeu cinco anos de vida.

No segundo caso, em que o governo defende os devedores, quem tinha uma dívida de 50 mil euros passa a ter uma dívida de 10 mil contos... que valem 25 mil euros. O banco perdeu metade. O problema é que o banco vai à falência, porque criou um buraco gigantesco no seu balanço. É por isso que os defensores da saída do euro explicam, honestamente, que será necessário nacionalizar todos os bancos, não tanto para socializar o capital financeiro, mas antes para o salvar. E salvar um banco pode custar muito caro, como já sabemos pelo caso BPN. Porque, quando se nacionaliza um banco, fica-se com as suas dívidas, que são dívidas a quem nele depositou e dívidas a quem lhe emprestou dinheiro, normalmente a banca estrangeira. Ora, essa dívida está em euros, mas o banco, falido e nacionalizado, vai receber as suas receitas e depósitos em escudos desvalorizados, para continuar a fazer pagamentos em euros. A sua dívida ao exterior subiu 50% do dia para a noite. Salvar os bancos tem um custo, e não é pequeno.

Aqui temos a esquerda nacionalista a defender a banca e a pedir aumento de impostos para financiar a banca internacional. O trabalhador, cuja dívida foi protegida, tem de pagar por outra via (novos impostos). Claro, os porta-vozes desta esquerda nacionalista podem dizer-me o governo deve simplesmente declarar que não paga as dívidas internacionais dos bancos que nacionalizou. Mas, desculpem, de que governo concreto é que estamos a falar? Não era de Portugal, 2011? Alguém acha que se pode impor a nacionalização dos bancos, que colapsaram com a desvalorização; depois apresentar como solução o corte com os credores externos; e esperar ao mesmo tempo ter um mercado aberto para as exportações que vão salvar a economia? Ou seja, a socialização do capital e ao mesmo tempo a aliança com projectos exportadores bem acolhidos pelo capital em todo o mundo?

Faço aqui um parêntesis para tornar clara a minha opinião numa questão ideológica: sim, estou certo de que a nacionalização do sistema financeiro é uma necessidade estratégica para a política socialista, porque o sistema de crédito deve ser um bem público. E estou também certo de que um governo de esquerda terá de enfrentar a resistência do capital financeiro, que é o seu principal adversário, e pode por isso ser forçado a um imperativo realista mesmo que inconveniente de nacionalização em condições que não sejam as desejáveis para o seu sucesso. Mas não deixo de pensar que deve fazer tudo o possível para construir sempre as melhores condições para a sua acção. Como toda a experiência histórica demonstra, o não isolamento internacional é uma questão de vida ou de morte para um governo socialista, que precisa de ganhar apoios na Europa e no mundo para a sua luta.

Em todo o caso, para vencer é preciso ter a força necessária e, para que seja possível ter um sistema de crédito público que funcione, é preciso um tempo certo para uma política vencedora contra os especuladores. Ora, entendamo-nos bem, nenhuma das actuais discussões sobre a saída do euro é acerca de um hipotético governo de esquerda e desse tipo de situação. Por isso mesmo, o que importa agora são as relações de forças concretas, as que existem agora e as que podemos criar no contexto de uma resposta social muito mais forte contra a ditadura da dívida. É o que podemos fazer e o que vamos fazer, não um romance de ficção política. Fim de parêntesis.

Voltemos agora aos problemas que a nossa esquerda nacionalista está a viver no apoio ao governo que decidiu a saída do euro. Já tem contra si quem vai pagar mais impostos ou viu multiplicar as suas dívidas, e paga mais pelos alimentos e pelos transportes, ou perdeu parte das suas poupanças. Com tudo isto, os trabalhadores depressa perceberão que perderam parte do seu salário (ou da sua pensão), e que o esforço orçamental não diminuiu (pelo contrário, agravou-se, pois a dívida vai ser paga em euros mas os impostos são recebidos pelo Estado em escudos), e a saúde e a educação têm novos cortes. Por tudo isso, o trabalhador vai lutar por recuperar o seu salário.

Ora, isso pode deitar tudo a perder, dirá o governo. As exportações são mais baratas porque o escudo vale menos, as mercadorias ficaram mais baratas, e porque as empresas pagam os salários mais baixos em escudos. Se os salários subirem, a competitividade é de novo prejudicada. Que vai fazer a nossa esquerda nacionalista perante o protesto justo dos trabalhadores?

A resposta é simples: não há problema, argumenta um dos arautos da esquerda nacionalista, basta um milagre, reúne-se a concertação social e convencemos os patrões a aumentarem os salários, compensando assim os trabalhadores pelo que perderam com a desvalorização. Imagine-se essa reunião da concertação: o país em alvoroço, motins à porta dos bancos, impostos e preços a subir, inflação de novo, salários a descer, e os patrões oferecem-se para sacrificar os seus lucros em favor do trabalho. A hipótese é tão interessante que dispensa argumentação.

Por outras palavras, a esquerda nacionalista que defende a saída do euro meteu-se numa alhada. Queria impedir a continuação da austeridade e nisso tinha toda a razão, mas propõe um sistema de mais austeridade, toda orientada para o benefício de um sector social, a burguesia exportadora, e aceitando a queda dos salários com a desvalorização do escudo. Não resolveu nenhum problema e criou novas dificuldades. E perdeu a capacidade de uma orientação socialista, porque não pode ser sequer compreendida pelos trabalhadores que está a prejudicar.

A política socialista tem um critério que é o da defesa da classe trabalhadora. Essa política é a que defende o salário e se bate por ele, e não a que sacrifica o salário. A solução autoritária de saída do euro é uma proposta de mais austeridade.

3. O europeísmo de esquerda é a referência da política socialista

Rejeito por isso estas duas propostas, o federalismo do Estado Europeu e o nacionalismo da saída do euro. Ambas procuram responder ao agravamento vertiginoso da crise mas conduzem a políticas autoritárias e austeritárias, que agravam a crise. Ora, porque a crise se precipita mesmo, isso não dispensa a análise e a correcção da nossa política.

Sugiro que a nossa reflexão sobre a resposta necessária comece pelo princípio, pela natureza da crise que enfrentamos.

3.1. Depois de trinta anos de crescimento medíocre

A Segunda Guerra Mundial foi um momento culminante do século XX. Gerou massacres horrendos, de Auschwitz a Hiroxima. Mas, do ponto de vista da economia, foi também um processo de destruição radical de forças produtivas, trabalhadores e capital. E foi essa destruição que abriu as portas à reconfiguração do capitalismo moderno, a uma nova organização das potências, à estruturação de uma nova ordem monetária assente no dólar e, nos países mais desenvolvidos, à promoção do consumo de massas assente na generalização da produção em série. Foi somente com essa destruição gigantesca e com a reorganização que se lhe seguiu que se encerrou a grande crise de 1929.

Vale a pena, então, registar um dado sobre esta crise: a recuperação da economia já então dominante, a dos Estados Unidos, demorou 25 anos – só em 1954 é que as Bolsas voltaram aos seus níveis anteriores ao crash. E foi precisa uma guerra e a definição de um novo mundo para

que tal recuperação fosse possível. A chave da recuperação foi precisamente essa destruição massiva de forças produtivas e a configuração de um novo mundo para a acumulação de capital.

Foi assim possível criar novos sectores industriais de crescimento rápido, novos mercados financeiros, novas multinacionais. Já assim acontecera no passado: o capitalismo industrial moderno tem-se desenvolvido por ondas longas, umas de crescimento e outras de crise, que duram décadas, e que definem a pulsação do processo de acumulação. Nos períodos longos de crescimento (como 1945-1974), as crises são raras, breves e superficiais, enquanto nos períodos longos de crise são frequente, duradouras e intensas (1974 até hoje).

Em cada uma destas épocas do capitalismo a sua estrutura adapta-se. O impulso que a electrificação tinha dado à indústria e o papel motor da siderurgia, desde o final do século XIX, deu lugar ao novo impulso da motorização, dos derivados de petróleo e da química fina no período posterior à 2ª Guerra Mundial. Esse novo modelo produtivo constitui-se no quadro de novas relações sociais, de um novo contrato entre o trabalho e o capital, com regras que faziam do salário dos trabalhadores uma parte importante do consumo dirigido às empresas. Às constelações de novas tecnologias de produção em massa correspondia, na Europa e na América do Norte, um arranjo institucional com o contrato de trabalho e um salário indirecto importante, através do acesso à segurança social e à saúde. Foi pelo crescimento da procura que se criaram os mercados de massas em que cresceu a economia capitalista durante os Trinta Anos Gloriosos do pós-guerra.

Este sistema funcionou sem dificuldades de maior durante essas três décadas. Depois, esgotou-se, sendo o seu fim marcado pela segunda recessão generalizada do século, a de 1973-4. A partir daí, perdeu-se esta conjugação fácil entre o modo de funcionamento da produção e as suas instituições sociais, o impulso tecnológico esgotou-se, a margem de lucro fora reduzida sistematicamente e a acumulação e o investimento foram por isso postos em causa. Seguiram-se algumas décadas de crescimento medíocre, financiado pelo crédito e pelo endividamento, com recessões intensas e frequentes (1973-4, 1981, 1993, 2003, 2008-9), exactamente como nas longas décadas de crise depois de 1929. A rentabilidade do capital recuperou muito lentamente, mas a acumulação manteve-se a níveis excepcionalmente baixos.

Essa é a situação actual. A criação de enormes mercados financeiros é a característica desta nova época do capitalismo – a que se tem chamado de “capitalismo tardio” – e em que os capitais disponíveis são colocados na especulação e não no investimento, gerando um sempre crescente “capital fictício”, como lhe chamava Marx, e que procura rentabilidades garantidas. É isso que explica tudo o que temos conhecido, desde a especulação imobiliária até às privatizações da segurança social e às parcerias público-privado.

Para relançar o crescimento, a burguesia procura criar uma nova economia com um novo regime social: a precarização da relação do trabalho, ou seja, o fim do contrato, para se adequar ao uso pleno dos novos sistemas de tecnologias de produção sofisticada com trabalho barato, o aumento da mais-valia absoluta (mais tempo de trabalho e menos salário) e a diminuição do salário indirecto (custo dos serviços públicos essenciais). O novo regime requer por isso um desgaste social que produza os efeitos das grandes desvalorizações do trabalho e de capital que confluíram na Segunda Guerra Mundial. Mas o movimento popular, apesar de muito atacado por um prolongadíssimo desemprego estrutural, ainda tem capacidade de combate.

É nele que nos apoiamos, ele é a nossa política realista. Está tudo em jogo. Bem sei que, como dizia Warren Buffet, o segundo homem mais rico do planeta, “há uma luta de classes, e é a nossa classe que está a ganhar”: os 1% que dominam as economias recebem 40% dos lucros e dividendos há dez anos, 60% há cinco e 70% agora. A concentração de capital é imensa. Mas a nova sociedade ainda está a ser definida, e verdadeiramente o que mais surpreende, do ponto de vista histórico, não é tanto o seu avanço mas sim a extraordinária dificuldade que tem tido em se impor. Os 1% que dominam as economias não conseguiram esmagar os outros 99% porque estes, quando a convocam, têm a força da democracia.

Como os 1% têm mais poder, é contra eles que se deve dirigir o combate: a política da direita e da burguesia é desvalorizar o salário, a dos trabalhadores é desvalorizar o capital e defender o salário. O nosso confronto é com a finança, que é a dona da dívidadura. É verdade, é um combate de época. E é por isso que não precisamos de ideias que dividam a frente da luta popular e criem confusão. Precisamos de clareza e mobilização. Precisamos agora, e não amanhã, de uma aliança grande para a luta pelo salário.

3.2. Europeísmo de esquerda e a luta contra a dívidadura

Neste quadro, o que é que devemos fazer? Não podemos, ou não devemos, na minha opinião, alimentar o sonho de um Estado Europeu – antes devemos combatê-lo – e não podemos nem devemos favorecer as ilusões nacionalistas de uma solução autárquica, que devemos recusar. Pelo contrário, devemos combater por soluções europeias, que não desistam do que é essencial: uma aliança europeia de esquerdas políticas e sociais para a luta contra a austeridade. E devemos definir onde colocamos as nossas forças para a mais ampla luta pelo salário.

Começo pela Europa. Bem sei que, desde o definhamento dos Fóruns Sociais Europeus, não se tem conseguido refazer um dispositivo mínimo de resposta. O Partido da Esquerda Europeia é muitíssimo limitado, como outras redes em que participamos; nunca conseguimos concretizar a nossa proposta de um grande congresso dos movimentos sociais e políticos europeus; e os partidos de esquerda do Norte da Europa receiam os efeitos eleitorais da defesa do povo grego contra o estrangulamento da dívida e nem querem ouvir falar de uma greve europeia.

Devemos por isso explorar, com os nossos aliados, a ideia de recuperar o Fórum Social – ou de abrir as portas a uma nova forma de rede global –, talvez de o reunir em Espanha, com os movimentos dos Indignados, para lançar uma agenda europeia para a luta contra a austeridade. E, com eles, manter os objectivos essenciais que definem o europeísmo de esquerda que temos vindo a defender:

- A obrigação do BCE de certificar e de comprar dívida soberana de cada Estado,
- O lançamento de obrigações europeias mutualizando parte da dívida,
- A desvalorização do euro para aliviar as economias,
- A tributação do capital e o fim dos offshores, em particular o de Londres e do Luxemburgo,
- A criação de uma agência europeia de notação para os títulos privados,
- O reforço do orçamento europeu para um plano de criação de emprego,
- A criação de regras fiscais comuns como uma taxa mínima para o IRC, para evitar a concorrência fiscal entre Estados,
- A reestruturação profunda da dívida da Grécia, em prejuízo dos bancos credores.

Finalmente, a proposta da refundação da Europa é o centro do europeísmo de esquerda. Deve ser concretizada. Devemos trabalhar mais na sua explicitação, propondo por exemplo um novo Tratado que crie duas câmaras, um parlamento eleito directamente e uma câmara que represente em igualdade todos os Estados, para mobilizar as duas dimensões da Europa, ou uma única câmara com representação que evite a marginalização dos países pequenos e médios.

Não será fácil criar movimento com estes objectivos políticos. Mas, hoje, as possibilidades são maiores do que há um mês atrás. São essas possibilidades que nos interessam e acho que devemos levar muito a sério, dedicando esforços sérios para que esta orientação se concretize. Não tenho dúvidas de que podemos e temos de fazer mais neste sentido.

Mas o que dizemos sobre a Europa, para ser realista e como sugeri atrás, é proposta, é convite e aproximação a outras esquerdas, mas não é certamente onde temos a maior capacidade de confronto político. Onde temos mais força é no que depende de nós. Se for possível ter um fórum europeu de algum tipo, que junte movimentos e que crie agenda política, então avançaremos para um patamar novo, como queremos. Em todo o caso, essa perspectiva não diminui a nossa disputa taco-a-taco com o governo e o plano da troika, a dívidadura.

E é nela que temos de acertar posições.

Em primeiro lugar, rejeitamos a ideia de que não existem alternativas ao plano da troika. E devemos tomar a contra-ofensiva nesse campo. Já é possível fazê-lo porque a vertigem da mudança da percepção popular é estimulada por esta violência orçamental do corte dos subsídios de férias e de Natal. Depois do 15 de Outubro e da convocação da greve geral CGTP-UGT, a situação começa a mudar. Exige-se por isso mais ofensiva, sacudir a letargia social, ganhar iniciativa. Assim, o nosso argumento deve ser:

- Portugal precisa de vencer o plano da troika, porque ele significa empobrecimento e desemprego para no fim ter mais dívida (o maior aumento da dívida desde sempre, 125% do PIB em 2014, diz o Banco de Portugal). O fim da submissão à austeridade é a condição para a democracia poder decidir. É ela que define todo o nosso quadro de diálogos, convites e alianças.
- Devemos apresentar um plano para o emprego, indicando os sectores em que é possível desenvolver a economia: criar emprego a partir de uma política industrial baseada em novos sectores estratégicos, investimento público, reduzir em meia-hora o horário de trabalho em vez de o aumentar, proibir os despedimentos em empresas com resultados, etc.
- A alternativa imediata para recuperar a economia é a criação de moeda, e o Estado pode fazê-lo através do banco público, da capitalização da CGD e do efeito multiplicador que pode ter uma injeção de liquidez em investimento para o emprego, criação de novas indústrias, exportações e sobretudo substituição de importações.

Essa liquidez não deve ser usada em crédito ao consumo ou à habitação, porque assim se criaria mais dívida, e devia ser gerida por um banco da CGD para o fomento industrial. Esse é o estrangulamento imediato da economia portuguesa e é assim que se pode vencer a crise, com a criação de emprego.

Uma palavra mais sobre a criação de moeda. Esta é uma alternativa concreta à saída do euro e à desvalorização do escudo, e tem a enorme vantagem de não atingir os salários e rendimentos do trabalho, permitindo pelo contrário o aumento da actividade económica com custos de crédito mais baratos, orientados para a produção e portanto com mais possibilidade de equilibrar a balança externa.

- Defendemos, como sempre, uma revolução fiscal que se baseie na tributação do capital e do dos valores elevados de património.
- Mas podemos e devemos levar mais longe essa recuperação económica pela devolução do capital, impondo regras anti-especulativas à banca: controlo das transferências internacionais de capital, proibição de investimento bancário em fundos de risco, separação entre a banca comercial e a banca de aplicações especulativas.

Em segundo lugar, e porque a apresentação de alternativas deve conduzir ao confronto social, é na luta contra a dívida que nos devemos concentrar.

Assim, sugiro a seguinte orientação:

- A ideia da renegociação da dívida deve assumir uma forma mais concreta: reestruturação. Ou seja, anulação de uma parte da dívida. A proposta, que tinha razão e ganhou força, é até cada vez mais apoiada por economistas diferentes, e mesmo por políticos de outras opiniões. Mas já está em segundo plano, porque respeita mais ao argumento do que ao movimento.

- No movimento social e na disputa directa, o centro deve ser a auditoria à dívida. E toda a clareza: a auditoria faz-se para recusar toda a dívida abusiva. Isso mesmo, serve para recusar pagar a dívida abusiva. Esse é o "não pagamos" que tem coerência. Atacar os credores onde eles são mais fracos, porque culpados. Exemplos:

Nas últimas emissões de dívida, foram cobrados juros acima dos custos reais, em função de taxas punitivas e especulativas. Recusamos essa dívida, que serão alguns milhares de milhões de euros, e não pagamos.

As contrapartidas de material militar foram anuladas pelo credor, que era o Estado português. São quase 3 mil milhões de euros que foram perdidos sem caso judicial.

A dívida dos 78 mil milhões paga 30 mil milhões de juros. Quase 20 mil milhões são juros abusivos. Etc.

Um novo parêntesis: a "suspensão" do pagamento da dívida é uma solução envergonhada e um disfarce de uma proposta que não se apresenta – como explicou a FER recentemente em reunião interna do Bloco, é uma forma de dizer "saída do euro", mas sem pinga de coragem. A "suspensão" é, por outro lado, uma imitação mal pensada das alternativas latino-americanas: a Argentina suspendeu o pagamento da dívida e fez muito bem, porque pagava uma dívida excessiva a credores que já não lhe emprestavam há mais de um ano. Mas esse não é o caso português. Na realidade, o Estado português não está agora a pagar dívida – é o plano da troika que paga a dívida toda, e só dentro de uns anos Portugal começa a pagar essa dívida reciclada. Por isso, a "suspensão" não suspende nada e tem medo de dizer o que é preciso, que há uma dívida que não deve ser paga. A "suspensão" uma resposta libertista que devemos recusar. Fim de parêntesis.

Volto à dívida. O nosso ponto mais forte é atacar os principais devedores. Leste bem, os devedores: temos de virar o debate sobre a dívida. E falar da maior das dívidas. É o mais difícil, mas é o mais importante, porque aponta o alvo que importa, o capital financeiro. Falamos por isso do que eles nos devem, o que o capital deve aos contribuintes, aos trabalhadores, ao povo:

O que levaram nas privatizações abusivas dos monopólios naturais e bens públicos,

O que transferiram para offshores sem pagar imposto (6,6 milhões por dia este ano),

Os dividendos e lucros que se fizeram pagar quando eram financiados pelo Estado,

O desvio fiscal criado pelo aumento dos impostos sobre o trabalho e o consumo, ao mesmo tempo que se reduzia o imposto efectivo sobre os lucros,

Os impostos por pagar, particularmente da banca, e o que os outros contribuintes financiaram desses impostos não pagos (provisões, isenções e outros benefícios),

O que gastaram nos submarinos e outras despesas injustificadas,

O que querem receber das parcerias público-privado, a grande fatia da dívida escondida do Estado.

Vejam esta dívida: o acréscimo nas parcerias público privado de mais de 4 mil milhões, ou seja, quatro anos de confisco de subsídios de Natal e de férias, a que já me referi atrás. O rendimento

máximo garantido do capital financeiro, que são as parcerias, é o centro do nosso ataque. Se nos perguntam por alternativa para a consolidação orçamental, aqui está uma prioridade.

Essa dívida não pode sair do nosso discurso, ela é o centro da luta contra a dívidadura. O financiamento da criação de emprego e das contas externas só pode vir de quem nos ficou a dever, o capital financeiro.

Esta orientação tem uma ideia nuclear: sim, chama-se resistência. Mas, se a única alternativa à resistência que quer criar movimento social é procurar uma fantasia – o nacionalismo, o capital exportador, ou o federalismo de António José Seguro – então é preferível mesmo fazer resistência. Como sempre, empenhamo-nos na resistência com uma perspectiva europeia e procuramos pontes para que ela seja luta europeia. E, no plano nacional, não aceitamos o acantonamento de resistência de trincheira, porque queremos que seja alternativa de governo, proposta de liderança para o país, luta global, acção imediata, presença de rua.

E, se é política a sério, discutamos que interessa na política: as alianças. O federalismo serviria para nos juntarmos ao PS. Mas, com franqueza, que diferença haveria então entre essa esquerda e as imposições autoritárias da Merkel com o “semestre europeu”? Como poderíamos, com tal linha política, recusar a submissão dos orçamentos nacionais à inspecção e decisão de Berlim, que afinal é o modelo desejado do Estado federal? Quanto ao nacionalismo, juntar-nos-ia com o PCP, que por agora ainda mal balbucia a ideia da saída do euro, com pés de lã, porque sabe o temor que isso provoca entre os trabalhadores, escaldados de desvalorizações e inflações. Os principais beneficiários dessa estratégia, o capital exportador, fogem certamente da ideia como o diabo da cruz. Isto é, não serve para nada senão para dar voz ao desespero.

Em contrapartida, uma plataforma de luta contra as medidas de austeridade permite falar com a maioria destes sectores, junta todos, de franjas do PS ao PCP, ao movimento sindical, aos indignados da rua, aos desempregados e precárias. É nessa luta, e só nela, que se pode erguer o nosso objectivo estratégico: punir o capital, defender o salário.

A greve geral que foi hoje convocada é uma boa prova provada desta política. Ela não tem como objectivo qualquer sonho do Estado Europeu, nem muito menos a exigência da saída do euro. Nem podia, pois não? Tem a plataforma correcta que junta mais gente, a da rejeição dos cortes dos subsídios ou dos aumentos dos impostos, a defesa do salário e de uma política de emprego. Chama-se resistência e responde pelo país – é a luta pela hegemonia e cria acção social.

É nessa acção que se aprende e que se erguem alternativas. Como dizia alguém, é sempre da prática que vêm as ideias justas. Vamos à luta.

Francisco Louçã, 17 de Outubro de 2011

(*) *Economista, dirigente do Bloco de Esquerda, de Portugal.*

MundoBraz em busca de uma esquerda pós-moderna

[Bruno Cava](#)

<http://www.outraspalavras.net/2010/04/14/polemica-mundobraz-em-busca-de-uma-esquerda-pos-moderna/>



Por [Bruno Cava](#), da coluna *Crítica Nômade*, do *Outras Palavras*
(Imagem: “Antropofagia 3”, de [Túlio Tavares](#))

Escrito pelo franco-italiano Giuseppe Cocco, radicado no Brasil desde os anos 90, *MundoBraz* é uma obra complexa que enfrenta os dilemas contemporâneos a partir do recente processo democrático brasileiro. O devir-Brasil, no título, refere-se ao surgimento de novos sujeitos sociais, programas políticos e formas de luta, repercutindo em múltiplas conquistas no campo da geração e distribuição de renda, da democratização dos bens culturais, das ações afirmativas e da valorização das periferias e comunidades pobres das metrópoles. O objetivo principal do livro reside em compreender as transformações econômicas, políticas e culturais do Brasil, sem perder de vista a sua articulação com fenômenos globais (o devir-mundo).

Graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Paris 8 (Vincennes) e doutorado em História Social por Paris 1 (Sorbonne), Cocco é professor titular da UFRJ e mantém efervescente atividade intelectual e política. Além de editar publicações de esquerda, como as revistas *Global/Brasil*, *Lugar Comum* e a festejada *Multitudes* (Paris), ele também é autor de *Glob(AL): Biopoder e luta em uma América Latina globalizada* (Record, 2005), escrito a quatro mãos com o filósofo, amigo e correligionário Antônio Negri, além de *Mundo real: Socialismo na era pós-neoliberal* (L&PM, 2008), com o ministro da Justiça, Tarso Genro. Todos os livros de Cocco repercutem a sua prática concreta na militância pelo acesso universal aos direitos, fazendo dele um intelectual engajado que escasseia nos meios acadêmicos mais “duros”. *MundoBraz* examina problemáticas diversas, apontando as oportunidades e vicissitudes de cada luta concreta, porém sem conclusão definitiva, como uma espécie de *work in progress*, concomitante à vida militante. Portanto, não se deve esperar uma exposição linear e sistemática *gradus ad Parnassum*, mas um livro cuja (dis)forma decorre da urgência das lutas que é o seu conteúdo mesmo.

As obras de Giuseppe Cocco não se restringem a um campo científico específico. Na realidade, constroem-se na interdisciplinaridade. Cada assunto é abordado de vários pontos de vista, num perspectivismo fértil, como em *Glob(AL)*, onde reina a imaginação livre, não-dogmática, transitando por temas tão variados quanto economia política, filosofia, sociologia, antropologia e literatura. *MundoBraz* dá continuidade às intervenções de “Glob(AL)”, atualizando-as com base nos avanços do processo político e social do Brasil no intervalo entre a publicação dos livros (2005 e 2009). Por conseguinte, desenvolve-se no livro de que modo os sucessos e conquistas no Brasil decorrem de uma nova concepção de trabalho e cidadania, que pode servir como exemplo para as esquerdas do mundo. É essa a centralidade mundial do Brasil em pauta: a sua singularidade como chave para o discurso e a prática dos movimentos de emancipação no contemporâneo, tão solapados alhures pelo recrudescimento da xenofobia, do racismo e do fosso social entre incluídos e excluídos do sistema

econômico. Nesse sentido, *MundoBraz* aprofunda o livro anterior de Cocco, *Mundo real: Socialismo na era pós-neoliberal*, cujo objetivo declarado foi a renovação do pensamento de esquerda e das utopias socialistas.

Ao contrário de parte da literatura filosófica (pretensamente) de vanguarda, travestida ora de cabotinismo acadêmico, ora de obscuridade udigrudi, – em ambos os casos para camuflar a indesculpável carência de conteúdo e interesse prático, – o livro de Cocco ancora-se na materialidade das lutas. Essa “ancoragem”, – no sentido que lhe confere Barthes, – refere-se à força textual em entretecer teoria e prática, em simultaneamente dar vida aos conceitos e estrutura conceitual à vida. Em conseqüência, se por um lado, em *MundoBraz* abundam conceitos tais como devir, multiplicidade, biopolítica, multidão e precariado produtivo, por outro eles se acoplam a problemas concretos, tais como a distribuição de renda, ações afirmativas, acesso universitário, governança latino-americana e democratização cultural. Portanto, o instrumental teórico presta-se mais como caixa de ferramentas para a prática do que como totalização de uma ideologia ou visão de mundo. A prática que subjaz aos discursos e neles transpira, por sua vez, permite à teoria ultrapassar os muros e *démarches* para ligar-se efetivamente à organização (política) da produção. Nesse intento, assim como em *Glob(AL)*, *MundoBraz* se propõe a mapear o terreno e organizar as lutas do presente.

Ao invés de uma cartilha sobre “o que fazer”, disparar propostas em várias direções do brasilianismo, da antropofagia à cosmologia ameríndia

A figura do mapeamento define bem a poética empregada por Cocco em *MundoBraz*, na sua constituição dos espaços conflitivos. Porque menos do que uma cartilha monológica sobre “O que fazer”, ao modo leninista, o caso é disparar propostas em várias direções, apresentando múltiplos caminhos e desafios, apontando para diversos tesouros do brasilianismo – que vão da antropofagia oswaldiana à cosmologia ameríndia.

A maior referência teórica de Cocco é a filosofia política de Antônio Negri. Este pensador italiano compartilha da militância com Cocco desde os movimentos da autonomia operária na Itália dos anos 1970, quando uma insurreição emergiu das fábricas, – à margem e mesmo contra sindicatos e partidos de esquerda, – e partiu para a ação direta, com “greves selvagens” que alternavam sabotagem da produção e confrontos de rua, sempre sob violenta reação do sistema policial-penal. Um movimento para proclamar que a meta do operário não é somente granjear melhores salários e condições de trabalho, mas abolir a sua própria condição de operário.

Como resultado da ebulição social dessa época, Negri chegou a ser condenado a treze anos de prisão na Itália, pena que cumpriu a partir de 1997. Defensor de vias alternativas para o capitalismo contemporâneo e de uma sociedade democrática global sem fronteiras, Antônio Negri publicou diversas obras traduzidas para o português e ficou mais conhecido pela trilogia escrita com o professor americano de literatura Michael Hardt: *Império* (Record, 2004), *Multidão* (Record, 2005) e *Commonwealth* (Harvard, 2009, sem tradução). De Negri, Cocco herdou a ontologia positiva de um materialismo radical, enraizado em Maquiavel, Spinoza e Marx, mas também a o estilo grandiloqüente (especialmente nos títulos) e a estruturação por assim dizer pictórica, que condensa muitos argumentos e conceitos em pequenos espaços. Reverbera assim,

em *MundoBraz*, um otimismo contagiante, que resta claro nos arremates das teses, na síntese de aforismos, nas filiações com a antropofagia e o tropicalismo, tudo isso num tom narrativo próximo ao épico que os leitores de *Império* (2000) e *Multidão* (2004) irão reconhecer.

Trata-se de livros com uma abrangente proposta para a ação política, que pregam uma nova ordem mundial pautada por redes colaborativas transnacionais de ação direta e produção político-cultural. Um de seus principais argumentos reside na identificação da pós-modernidade como uma nova etapa do capitalismo. Chamada de sociedade pós-industrial ou pós-fordista, ela enseja uma renovada teoria de valor e um novo conceito de classe proletária. Destarte, o trabalho imaterial (serviços, informação, marketing, circulação etc) torna-se a referência determinante para as lutas e o caminho para a construção do sujeito revolucionário pós-moderno: a “multidão”. Esta se constitui do conjunto de singularidades produtivas que não se totalizam em “povo”, nem se confundem em “massa”, e tampouco se reduzem a “indivíduos” desconectados. Articulados na multidão, os “nômades” constituem os agentes singulares dessa democratização radical baseada no trabalho não-subordinado e autônomo, organizado pela autogestão, que instauram a vida mesma na produção, sempre combinada e comum de valores, afetos, bens e informações.

E é aí também, na formulação conceitual do sujeito-multidão na sociedade pós-industrial, que a ortodoxia de esquerda torce o nariz. Se *Glob(AL)* foi recepcionado com relativo desdém pela *intelligentsia* brasileira, foi menos por sua ousadia e fecundidade como ferramenta, do que pela proteção rancorosa de “reservas de mercado” na tradição política de esquerda. Esta ainda se confrange ante essa escola, não somente pela abjuração sonora ao socialismo real (um dos livros de Negri intitula-se *Goodbye Mr. Socialism*), mas principalmente por seu desprendimento ao tratar temas considerados anátema, tais como mídia, consumo, globalização, trabalho informal e renda universal. Se para os conservadores de esquerda, tais temas sempre significam e sustentam o capitalismo neoliberal, para Negri e Cocco não são impossíveis com a sua visão de democracia radical, e identificam linhas de fuga em todos os referidos temas, que devem ser exploradas e fortalecidas.

Para Cocco, boa parte da esquerda brasileira anquilosa-se em empoeiradas ideologias, não renova o arsenal teórico e assim se recusa a conceber os novos sujeitos políticos e sociais. Ficam desamparados, portanto, para explicar os avanços da sociedade brasileira na última década, quanto à melhor renda, consumo, produção cultural e educação; e mesmo em aspectos macroeconômicos como o crescimento do PIB e a maior credibilidade financeira do país. É por isso que a obra de Giuseppe Cocco, – assim como a trilogia de Negri e Hardt, – soa tão herética, quando transposta para a análise da realidade brasileira. Ela se propõe a explicar o que boa parte da academia não explica.

Com efeito, um dos maiores méritos dessa abordagem heterodoxa está em passar em diagonal pela dialética entre estado e mercado. No debate do estatuto do trabalho, Giuseppe investe numa via alternativa entre as panóplias do neoliberalismo e do nacional-desenvolvimentismo. Pelo primeiro, entende-se a técnica de governo baseada na fragmentação do trabalho e na gestão econométrica do risco, que administra a insegurança dos “mercados” e acentua a desigualdade entre quem está “dentro” e quem está “fora” do sistema produtivo. Pelo segundo, as técnicas do nekeynesianismo, de raízes estatistas e industrialistas (“fordistas”), numa ortodoxia de esquerda que incensa o

dito “setor produtivo de base” (industrial), o emprego formal e a aliança entre estado forte e empresários industriais, tudo em louvor ao desenvolvimento nacional. Desta vez, o antagonismo não-dialético de *MundoBraz* rejeita ambas as posições discursivas, aparentemente opostas, ressaltando-lhes uma cumplicidade material.

Para Cocco, emancipação social deve se traduzir em remuneração da vida, políticas sociais, trabalho livre. Tal postura desagrade a esquerda conservadora

Porque a posição de Cocco filia-se às correntes de pensamento que têm no trabalho não-subordinado e autônomo o fundamento da atividade produtiva. Isto significa propugnar por políticas de renda universal, radicalizar programas como a bolsa-família e universalizar o acesso à produção, distribuição e consumo de bens culturais (inclusive carreiras universitárias). O que é inaceitável tanto para o neoliberalismo, a reclamar do decorrente déficit financeiro e implosão do sistema de risco, quanto para o desenvolvimentismo, que tacha a transferência de renda de “assistencialismo” e não anota ganho duradouro à economia sem um planejamento e subsídio estatais ao “setor produtivo”. Para Cocco, na sociedade pós-industrial, não há que se bitolar mais nos slogans do desenvolvimento, do emprego formal e da soberania nacional, mas recolocar a emancipação social em termos de remuneração da vida (bio-renda), política social como cerne da política econômica, trabalho livre e governança global pelos muitos – temas detalhados em *MundoBraz*.

Embora diversificado, o mapa de Cocco não se furta a oferecer uma rosa-dos-ventos nítida, contornando qualquer esboço de enciclopedismo ou relativismo moderninho e sem brilho. Os vários territórios desenhados são divididos em espaços antagônicos, em que se contrapõem discursos intimamente atrelados a práticas concretas da atualidade. Esse dualismo permite ao professor da UFRJ conferir um sentido político aos conflitos que seleciona, conectando as lutas em várias regiões numa rede articulada de resistência. Um procedimento dualista, porém nada dialético: longe de sintetizar “pólos”, o autor recodifica-os, demonstra que amiúde o que se conhece por “esquerda” e “direita” coabitam a mesma agenda antidemocrática, e por fim afirma claramente o seu lugar prático-discursivo na contenda, isto é, afirma a sua diferença.

Por conseguinte, às teorias da favela-inferno, o autor opõe a comunidade dos pobres também como espaço constituinte de cultura e resistência. Aos estudos da favelização como praga urbana a erradicar-se (o “poder do crime”), que geralmente sustentam o discurso do medo e da punição permanente (o “crime do poder”), o autor salienta a veia produtiva e potente dos movimentos das periferias, na sua reinvenção de formas de vida – que o autor não hesita em promover. E o citado antagonismo teórico acede ao nível concreto da vida dos cidadãos, pois as diferenças teóricas repercutem nas políticas públicas: a aplicação cerrada e sistemática do controle policial e do extermínio versus a valorização das periferias por medidas de urbanização, moradia, acesso gratuito à internet e investimento na produção e distribuição da cultura e das artes.

Ao mesmo passo, o debate ao redor do racismo é mapeado e polarizado pelo antagonismo entre os defensores do mito da democracia racial, cuja argumentação circula ao redor da igualdade formal e da meritocracia abstrata, e aqueles que sustentam medidas reais para corrigir a aguda desigualdade social modulada pela raça. No que já é

marca registrada de suas publicações, Cocco desconstrói as teses que negam a existência de raças, sob o bordão do “não somos racistas”, bem como o discurso liberal a-histórico e a sua concepção individual de preconceito – incompatíveis com uma análise materialista, perante a qual o racismo é um dispositivo social estruturante. Novamente, o autor coloca-se de modo cristalino numa agenda política atual, urdindo mais um nó da rede militante.

Em todos esses assuntos, – periferias e metrópole, questão racial e estatuto do trabalho – as referências adotadas *pró* ou *contra* os objetivos políticos do autor assumem um perspectivismo típico de Nietzsche ou Deleuze. Ou seja, a convocação de autores os faz atuar personagens de um teatro filosófico no qual, como no discurso indireto livre, o narrador fala em seu nome por meio dos outros. Dialogicamente, narrador e personagens estimulam-se, na combinação (bom encontro) ou não (encontro ruim) de seus desejos, na formulação comum dos antagonismos políticos, numa polifonia à Bakhtin. Se, de um lado, o ímpeto aglutinador da exposição pode parecer autoritário, por instrumentalizar as citações para o projeto político/sistema conceitual do autor, de outro condiz com a concepção de produção em rede, na medida de sua abertura a pensadores tão diversos quanto Oswald de Andrade, Roberto Schwarz, Euclides da Cunha e Viveiros de Castro, dentre outros. Com efeito, em *MundoBraz* a apropriação torna-se aberta e multitudinária, visto que as inter-relações conceituais operam nos dois sentidos, como sésamo para novos territórios e lutas. E assim, ao invés de reafirmar narcisicamente a identidade do autor, elas conseguem manifestar a sua diferença. Ou seja, o autor-narrador se reinventa sucessivamente ao deixar trespassar-se pelo pensamento dos outros, com quem compartilha de afinidades eletivas.

Nos teóricos do “estado de sítio”, *MundoBraz* enxerga geração intelectual mortíça, para quem qualquer resistência finda recodificada e invariavelmente anulada

Enquanto em *Glob(AL)* o principal eixo antagônico descortinava-se no diagnóstico/desmonte do nacional-desenvolvimentismo e dos mitos da igualdade racial, – tão presentes em esquerdas menos inovadoras, – *MundoBraz* polemiza diretamente contra uma nova e sofisticada estratégia discursiva. Trata-se da utilização, por uma parcela da esquerda intelectualizada, da ontologia negativa de Giorgio Agamben, filósofo cuja significativa penetração no meio intelectual consolidou-se com os livros *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (1995) e *Estado de exceção* (2003). Este autor popularizou-se com a sua tese sobre como, na atualidade, o estado de exceção tornou-se permanente e os dispositivos de controle difundiram-se pervasivamente sobre todos os aspectos da vida.

Em vários níveis de uma análise inegavelmente de fôlego (filosofia da linguagem, direito, literatura, política, teologia), esgueirando-se em meio a cipoal de referências (Kafka, Primo Levi, Walter Benjamin, Carl Schmitt, Paulo de Tarso), Agamben interpreta a sociedade contemporânea como a culminação de um longo processo hermenêutico de captura da vida, originado no berço da metafísica ocidental. Essa captura desnuda a vida progressivamente de qualificações políticas e inviabiliza a mudança e a resistência coletivas. Vive-se assim o eclipse da política e o fim da história, numa espécie de “morte de Deus” nietzschiana ou “clara noite do nada” heideggeriana. Para esse filósofo, na mais pessimista reflexão de sua obra tenebrosa, todo esse rolo compressor ontológico-político se realiza finalmente na tanatopolítica. É ela quem,

modelada pelo campo de concentração, termina por reduzir-nos à vida nua, isto é, matável e insacrificável, exposta à violência sumária pelo poder soberano.

Pelo menos na academia brasileira, as zonas de sombra projetadas por Agamben aguçaram o *spleen* de uma geração intelectual mortíça, para quem tudo está perdido. Fortaleceu-se o argumento de que, na pós-modernidade capitalista, qualquer forma de resistência finda recodificada e invariavelmente anulada. Que a revolução nunca esteve tão distante, devido ao triunfo do neoliberalismo, da globalização predatória, da dissolução do sujeito político e da emasculação das lutas de esquerda. *MundoBraz* enfrenta-os ao polemizar nominalmente com a coleção “Estado de Sítio” (editora Boitempo), coordenada pelo uspeano Paulo Arantes e parcialmente inspirada pela obra agambeniana.

Cocco explica como a sofisticação dos argumentos encobre o fracasso dos projetos da ortodoxia socialista, cada vez mais melancólica, imersa numa atmosfera decadentista. Diante da redução das desigualdades, de transformações democráticas na política e da melhoria de todos os indicadores sociais, – realizações à revelia dos receituários de suas ideologias, – essa esquerda refugia-se na ontologia negativa, que tem em Heidegger a referência mais central. Em *MundoBraz*, o autor não somente ressalta a incompatibilidade formal da filosofia de Agamben com o nacional-desenvolvimentismo dessa mesma esquerda, mas também sublinha a esterilidade política e o imobilismo prático associados a conclusões apocalípticas sobre o fim da história como vitória do “anticristo” neoliberal. Tais pensadores aferraram-se à lógica do “quanto pior, melhor” e assim, como avestruzes contrariados, enfiaram as cabeças pensantes em buracos escuros do pessimismo filosófico.

Em atitude diametralmente contrária à paralisia, Cocco avança sobre terreno até então intocado em seus livros, ao resgatar a cosmologia ameríndia e a antropofagia andradiana. A primeira força é invocada pelo prisma da antropologia de Eduardo Viveiros de Castro e sua abordagem pós-estruturalista – bastante influenciada, aliás, pela filosofia de Deleuze. Após anos de interações e ambivalências junto de comunidades indígenas, Viveiros de Castro lhes identificou um perspectivismo radical – mais vital e impactante do que o seu equivalente ocidental nas filosofias da diferença. Esse perspectivismo – que o antropólogo crê denominador comum dos povos ameríndios como um todo – dissipa as divisórias entre humano e animal e desse modo embaralha referentes canônicos das ciências humanas e naturais. Cocco por sua vez apropria-se de Viveiros de Castro para a sub-trama mais arriscada e abstrata – e talvez menos rigorosa – de sua obra multifacetada. Trata-se de investir o perspectivismo ameríndio na desconstrução das dicotomias fundantes do pensamento ocidental: humano/não-humano (“máquina antropológica”), sujeito/objeto, cultura/natureza. Se a tarefa monumental não caberia no reduzido volume, pelo menos lampeja sobre as implicações ontológicas de um pensamento tão dissimilar ao nosso.

Por outro lado, seguindo a linha de Viveiros de Castro, “MundoBraz” abraça o mentor do modernismo literário brasileiro. Se para o citado antropólogo o perspectivismo ameríndio revigora a antropofagia em outros termos, como deglutição cultural do europeu colonizador, para Giuseppe dá respaldo à hibridização e à implosão de identidades engessadas. De fato, a beleza e a potência do manifesto antropofágico residem na sua dupla esquiva: seja da subjugação pela cultura branca “elevada”

importada da Europa, seja de uma identidade nacional calcada sobre os mitos do indianismo, da democracia racial e das raízes tropicais.

Junto da Geração de 1922, Oswald foi tanto anticolonial quanto antinacionalista, contrapondo-se aos vendilhões europeizados e aos nativistas do movimento integralista. O que não significa ignorar o estrangeiro e o nacional, mas devorá-los indiscriminadamente e degluti-los para a criação de uma cultura híbrida e mestiça, simultaneamente local e global. Se iniciou a trajetória como escritor pequeno-burguês, embora insubmisso, libertário e extemporâneo, Oswald logo descobriu – no bom encontro com Pagu – que “o contrário do burguês não é o boêmio”, mas o militante materialista – transformação ética narrada nos romances da “Trilogia do Exílio” (1922, 27, 34). O seu satírico e expressivo “O Rei da Vela” (1937), na célebre montagem do Teatro Oficina de Zé Celso Martinez, tornou-se literalmente a peça de resistência dos tropicalistas, em 1967.

E é aí que o nomadismo de Deleuze, Negri e Cocco sintoniza-se com a arte libertadora e profundamente democrática que nasce com os modernistas, retumba pelo tropicalismo e ressurgue no século 21, com a produção cultural das periferias, a expressão da Amazônia indigenista, a múltipla comunicação e colaboração da Internet, as redes de coletivos e movimentos minoritários que, no conjunto, ganham enorme dimensão política. Fica claro, em *MundoBraz*, que o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil não devem ser entendidos (simplesmente) como a ascensão midiática, econômica ou geopolítica do país. Nem decerto como *boutade* publicitária do autor. O recente foco sobre o Brasil – futura sede da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – é mais efeito de superfície do que a essência de um fenômeno molecular.

Este se enraíza na aparição de novos atores político-culturais, articulados numa rede colaborativa, difusa e livre, que luta em comum por renda, liberdade e acesso aos direitos. Se por “devir” se entende um conceito de renascimento, o devir-Brasil renova no mundo um cadinho de elementos potentes, que vão da fome ontológica dos ameríndios aos pontos cantados de Iansã – deusa guerreira dos ventos da mudança. Nas suas páginas, *MundoBraz* invoca essa mesma força sincrética e transformadora, ao devorar o inimigo, varrer o pó de discursos encarquilhados e arejar o corpo e a mente de quem procura por mapas e caminhos para a ação política na pós-modernidade.

Bruno Cava, engenheiro e bacharel em direito, participa da Universidade Nômade. Mantém o blog [Quadrado dos Loucos](#).

Túlio Tavares ([site](#)) é artista plástico (desenhos, pinturas, vídeos e fotos) residente em São Paulo. Participa de intervenções urbanas, performances, manipulações da mídia, projetos curatoriais e mostras de arte.

—

Outras resenhas do autor no Outras Palavras:

[Quando Deleuze encontra Marx](#), sobre *As Revoluções do Capitalismo*, de **Maurizio Lazzarato**

[Que aconteceu com meu marxismo?](#) , sobre *Os Marxismos do Novo Século*, de **César Altamira**

[O economista das revoluções modernas](#), sobre *O Lugar das Meias*, de **Christian Marazzi**

[Amor e Pós-Capitalismo](#), sobre *Commonwealth*, de **Antônio Negri** e **Michael Hardt**

[MundoBraz, em busca de uma esquerda pós-moderna](#), sobre *MundoBraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil*, de **Giuseppe Cocco**

MAIS:

> *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*

(Giuseppe Cocco, 2009, ed. Record, 304 pág.)

Disponível, [pela internet](#), na Livraria Cultura (R\$ 42)

> Referências da resenha (só as diretamente citadas):

Agamben, Giorgio

“Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I.”, Belo Horizonte: 2004 [1995], UFMG.

“Estado de exceção”, Rio de Janeiro: 2004 [2003], Boitempo.

Andrade, Oswald de

“*Os Condenados. A Trilogia do Exílio*”, Rio de Janeiro: 2000 [1922, 27,34] , Globo.

“O Rei da Vela”, Rio de Janeiro: 2000 [1937], Globo.

Castro, Viveiros de

“A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia” , São Paulo: 2002, Cosac Naify.

“Eduardo Viveiros de Castro”, coleção de entrevistas organizadas por Renato Sztutman, Rio de Janeiro: 2009, Beco do Azougue (Coleção Encontros).

Cocco, Giuseppe

“MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo”, Rio de Janeiro: 2009, Record.

“O Mundo Real: Socialismo na era pós-neoliberal”, São Paulo: 2008, LP&M.

“Glob(AL). Biopoder e lutas em uma América Latina Globalizada”, c/Antônio Negri, Rio de Janeiro: 2005, Record.

Negri, Antonio & Hardt, Michael:

“Império”, Rio de Janeiro: 2005 [2000], Record.

“Multidão. Guerra e democracia na era do império.”, Rio de Janeiro: 2005 [2004], Record.

“Commonwealth”, Cambridge: 2009, Harvard Un. Press.

A esquerda mundial após 2011

www.outraspalavras.net - 03/01/2012 **Posted in:** Capa



Wallerstein propõe: as múltiplas correntes que desejam superar capitalismo precisam construir certos acordos, para não desperdiçar enormes esperanças surgidas no ano

Por **Immanuel Wallerstein** | Tradução: **Daniela Frabasile**

Por qualquer ângulo, 2011 foi um bom ano para a esquerda mundial – seja qual for a abrangência da definição de cada um sobre a esquerda mundial. A razão fundamental foi a condição econômica negativa, que atinge a maior parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos enfrentou grandes dívidas e receita reduzida. A resposta deles foi tentar impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo em que tentavam proteger os bancos.

O resultado disso foi uma revolta global daquilo que o movimento Occupy Wall Street chama de “os 99%”. Os alvos eram a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos, e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos — tenham eles sistemas multipartidários ou não.

O Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados não alcançaram tudo o que esperavam. Mas sim conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo — para temas como desigualdade, injustiça e

descolonização. Pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o vêem como natural ou inevitável...

A questão para a esquerda mundial, agora, é como avançar e converter o sucesso do discurso inicial em transformação política. O problema pode ser exposto de maneira muito simples. Ainda que exista, em termos econômicos, um abismo claro e crescente entre um grupo muito pequeno (o 1%) e outro muito grande (os 99%), a divisão política não segue o mesmo padrão. Em todo o mundo, as forças do centro-direita ainda comandam aproximadamente metade da população mundial, ou pelo menos daqueles que são politicamente ativos de alguma forma.

Portanto, para transformar o mundo, a esquerda mundial precisará de um grau de unidade política que ainda não tem. Há profundos desacordos tanto sobre a objetivos de longo prazo quanto sobre táticas a curto prazo. Não é que esses problemas não estejam sendo debatidos. Ao contrário, são discutidos acaloradamente, e pouco progresso tem sido feito para superar essas divisões.

Essas discordâncias são antigas. Isso não as torna fáceis de resolver. Existem duas grandes divisões. A primeira é em relação a eleições. Não existem duas, mas três posições a respeito. Existe um grupo que suspeita profundamente de eleições, argumentando que participar delas não é apenas politicamente ineficaz, mas reforça a legitimidade do sistema mundial existente.

Os outros acham que é crucial participar de processos eleitorais. Mas esse grupo está dividido em dois. Por um lado, existem aqueles que afirmam ser pragmáticos. Eles querem trabalhar de dentro – dentro dos maiores partidos de centro-esquerda quando existe um sistema multipartidário funcional, ou dentro do partido único quando a alternância parlamentar não é permitida.

E existem, é claro, os que condenam essa política de escolher o mal menor. Eles insistem que não existe diferença significativa entre os principais partidos e são a favor de votar em algum que esteja “genuinamente” na esquerda.

Todos estamos familiarizados com esse debate e já ouvimos os argumentos várias vezes. No entanto, está claro, pelo menos para mim, que se não houver algum acordo entre esses três grupos em relação às táticas eleitorais, a esquerda mundial não tem muita chance de prevalecer a curto ou a longo prazo.

Acredito que exista uma forma de reconciliação. Ela consiste em fazer uma distinção entre as táticas de curto prazo e as estratégias a longo prazo. Concordo totalmente com aqueles que argumentam que obter poder estatal é irrelevante para as transformações de longo prazo do sistema mundial – e possivelmente as prejudica. Como uma estratégia de transformação, foi tentada diversas vezes e falhou.

Isso não significa que participar nas eleições seja uma perda de tempo. É preciso considerar que uma grande parte dos 99% está sofrendo no curto prazo. Esse sofrimento é sua preocupação principal. Tentam sobreviver, e ajudar suas famílias e amigos a sobreviver. Se pensarmos nos governos não como agente potencial de transformação social, mas como estruturas que podem afetar o sofrimento a curto prazo, por meio de

decisões políticas imediatas, então a esquerda mundial se verá obrigada a fazer o que puder para conquistar medidas capazes de minimizar a dor.

Agir para minimizar a dor exige participação eleitoral. E o debate entre os que propõem o menor mal e os que propõem apoiar partidos genuinamente de esquerda? Isso torna-se uma decisão de tática local, que varia enormemente de acordo com vários fatores: o tamanho do país, estrutura política formal, demografia, posição geopolítica, história política. Não há uma resposta padrão. E a resposta para 2012 também não irá necessariamente servir para 2014 ou 2016. Não é, pelo menos para mim, um debate de princípios. Diz respeito, muito mais, à situação tática de cada país.

O segundo debate fundamental presente na esquerda é entre o desenvolvimentismo e o que pode ser chamado de prioridade na mudança da civilização. Podemos observar esse debate em muitas partes do mundo. Ele está presente na América Latina, nos debates fervorosos entre os governos de esquerda e os movimentos indígenas – por exemplo na Bolívia, no Equador, na Venezuela. Também pode ser acompanhado na América do Norte e na Europa, nos debates entre ambientalistas/verdes e os sindicatos, que priorizam manutenção dos empregos já existentes e a expansão da oferta de emprego.

Por um lado, a opção desenvolvimentista, apoiada por governos de esquerda ou por sindicatos, sustenta que sem crescimento econômico, não é possível enfrentar as desigualdades econômicas do mundo de hoje – tanto as que existem dentro de cada país quanto as internacionais. Esse grupo acusa o oponente de apoiar, pelo menos objetivamente e talvez subjetivamente, os interesses das forças de direita.

Os que apoiam a opção anti-desenvolvimentista dizem que o fôlego em crescimento econômico está errado em dois aspectos. É uma política que leva adiante as piores características do sistema capitalista. E é uma política que causa danos irreparáveis – sociais e ambientais.

Essa divisão parece ainda mais apaixonada, se é que é possível, que a divergência sobre a participação eleitoral. A única forma de resolver isso é com compromissos, diferentes em cada caso. Para fazer com que isso seja possível, cada grupo precisa acreditar na boa fé e nas credenciais de esquerda do outro. Isso não será fácil.

Essas diferenças poderão ser superadas nos próximos cinco ou dez anos? Não tenho certeza. Mas se não forem, não acredito que a esquerda mundial possa ganhar, nos próximos vinte ou quarenta anos, a batalha fundamental. Nela se definirá que tipo de sistema sucederá o capitalismo, quando este sistema entrar definitivamente em colapso.

Leia também:

> [O tempo em que podemos mudar o mundo](#)

Immanuel Wallerstein, provocador: capitalismo está condenado: resta saber quem irá substituí-lo. Transição não será apocalíptica: dependerá das escolhas que fizermos agora

> [Mais textos](#) de **Wallerstein** em *Outras Palavras*

Leia também:

1. [A rede do poder corporativo mundial](#)
2. [Espanha: a luta após os acampamentos](#)
3. [Embrião de uma nova esquerda?](#)
4. [Riqueza mundial: o claro avanço da periferia](#)
5. [A Líbia e a Esquerda](#)
6. [Obama após o desastre](#)
7. [Contradições na esquerda latino-americana](#)
8. [De José Saramago para o Fórum Social Mundial](#)
9. [Fórum Social Mundial, dez anos](#)
10. [Controle da Internet, capitalismo e esquerda](#)



Explorando os limites de uma esquerda reformada

Política | 02/01/2012 | Copyleft – www.cartamaior.com.br

A esquerda, agora, precisa derrotar a direita - além das derrotas eleitorais que já lhe infringiu - no terreno das ideias. Isso significa salvar a democracia, dar efetividade às promessas de justiça e igualdade, que estão no âmago das constituições modernas. No atual período histórico, a democracia política, que era a cortesã escondida do socialismo, passa ser sua única companheira. Democracia e socialismo estão fundidos no programa de direitos e nas oportunidades de luta abertas firmemente pelas constituições democráticas. O artigo é de Tarso Genro.

Tarso Genro (*)

Zygmunt Bauman, na primeira carta do seu livro recentemente publicado no Brasil, *"44 cartas do mundo líquido moderno"* (Zahar, 2011, 226 pgs.), faz duas perguntas e apresenta uma conclusão provisória: "Como filtrar as notícias que importam no meio de tanto lixo inútil e irrelevante? Como captar as mensagens significativas entre o alarido sem nexos? Na balbúrdia de opiniões e sugestões contraditórias, parece que nos falta uma máquina de debulhar para separar o joio do trigo na montanha de mentiras, ilusões, refugio e lixo."

A pergunta de Bauman tem tudo a ver com a impotência das esquerdas, principalmente nos países capitalistas mais desenvolvidos, para dar respostas a uma crise que vinha sendo prevista por alguns economistas, há mais de dez anos. Vê-se que esta, depois de revelada, apresenta características diferentes, sociais e econômicas, das anteriores. Tanto daquelas do fim do Século XIX, na Europa e na Rússia, como daquelas que ensejaram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, entremeadas pela crise aguda de 1929.

A compreensão destas diferenças é o que permitirá uma renovação do ideário e da estratégia da esquerda, em escala mundial, que atualmente se encontra em recesso conservador, como é caso da social-democracia. Uma outra parte da esquerda está fragmentada em milhares de pequenos grupos de idealistas, com causas confusas ou não raras vezes meramente corporativas.

Ambos os agrupamentos de esquerda identificam-se por estarem afastados dos cenários políticos onde se travam as batalhas pelos rumos da história: os cenários dos movimentos sociais de massas em defesa dos direitos prometidos pelas constituições modernas (teto, lazer, educação, informação livre, inclusão na sociedade de classes de maneira formal); e os cenários das disputas ideológicas com o projeto neoliberal, no âmbito da luta política democrática. A crise de personalidade da social democracia é, por outro lado, também uma crise da sua relevância na luta para ocupar governos e governar com coerência programática.

Suponho que as diferenças significativas para uma estratégia de esquerda, são aquelas que marcam os cenários, tanto nos países do centro do capitalismo como nos países "emergentes": primeiro, a rapidez com que as crises contaminam o cenário global é a mesma rapidez - com fundamento nas mesmas tecnologias informacionais - que permite a manipulação dos seus efeitos e a criação de hegemonias artificiais, para a universalização dos "remédios" anticrise; segundo, os trabalhadores do setor público e os trabalhadores assalariados de boa renda ou renda razoável, estão separados dos pobres das periferias, dos imigrantes, dos favelados criminalizados, desempregados, intermitentes ou precários. Estes constituem "ameaças", originárias de quem está excluído e cujas demandas, se aceitas pelos governos, podem exigir repartição de benefícios sociais e disputa pelos empregos dos que estão protegidos na formalidade.

Finalmente, uma terceira diferença substancial: as representações parlamentares dos partidos de esquerda livraram-se, em regra, daquela posição clássica de mera denúncia do "parlamento burguês". Substituíram, porém, esta ideologia da destruição do Estado por uma ideologia que faz, em regra, das bancadas de esquerda, mais uma soma de posições corporativas do mundo do trabalho ou mesmo de setores empresariais, do que uma síntese programática em defesa de um padrão desenvolvimento alternativo e de um novo conteúdo democrático para a república. Neste sentido, as delegações parlamentares de esquerda aproximam-se, perigosamente, da prática tradicional dos partidos cujo sentido é perpetuar uma burocracia parlamentar-profissional, alheia a princípios programáticos.

As transformações do capitalismo, que "cindiram" o campo dos assalariados e dos pobres, em geral, unificaram os "de cima, a partir da força coercitiva do capital financeiro e da ciranda especulativa. Ao mesmo tempo, estas transformações e a necessidade de manejo da dívida pública de maneira "responsável" aproximaram do estado, em geral, os grandes grupos empresariais de comunicação e os grandes oligopólios privados.

Os estados, premidos pela dívida, e as corporações de empresas em geral (donas ou reféns dos bancos) constituem hoje (unidos todos pelas algemas da dívida pública) um "estado ampliado". Por isso mesmo é, também, um estado que vem crescentemente renunciando as suas funções públicas originárias, inclusive aquelas de dar sustento, com juros subsidiados e aportes de infraestrutura, aos investimentos do setores produtivos estratégicos para o projeto nacional. Aqui, a lógica da globalização financeira e da dívida fala mais alto do que a ideia de nação, seja do ponto de vista do controle das riquezas naturais no território, seja do ponto de vista da formação de uma comunidade de destino que institui o "ethos" da nação.

O exemplo grego é emblemático. Não só no que se refere à "revogação" do referendo, feita pelo Banco Central Europeu, mas também no que refere às distintas reações políticas do mundo do trabalho, com suas diversas hierarquias públicas e privadas, para contestar o sacrifício das novas reformas.

Os trabalhadores, o povo grego em geral, os seus empresários nacionais, os seus setores médios empobrecidos, os seus agricultores, não apresentaram um programa alternativo de reformas, que implicasse numa nova relação com a União Européia. Não se uniram por uma saída alternativa para crise. Apenas "somaram" reivindicações de diversas categorias, públicas e privadas, de aposentados e pensionistas, de setores da indústria, sem compor um todo coerente em defesa de um novo modo de integração europeia e de um novo estatuto de força para a comunidade política de esquerda, no âmbito da democracia, contra as tecnocracias financeiras. Os partidos que poderiam fazer isso, ou foram impotentes e fragmentários, ou foram coniventes ou omissos. Lembremos o que ocorreu na Grécia, na Espanha, na Itália, em Portugal...

Ao contrário do que ocorreu em outros períodos da História, nos quais os debaixo "pagavam" as crises com o desemprego e a recessão (na "destruição criativa" de que nos falava Marx), mas cobravam avanços sociais e, no mínimo, compartilhamento nas decisões de estado, no atual período -em cada crise- a esquerda sai mais enfraquecida. Uma parte dela já adotara os valores de uma desigualdade que seria modernizante e que, presumidamente, traria automaticamente melhorias para todos. A outra parte não construiu um programa de respostas, que instituísse uma nova correlação de forças política no plano interno (senão uma nova hegemonia), e ao mesmo tempo protegesse ou pelos menos sustentasse os direitos sociais já conquistados. A primeira parte da esquerda pulou o muro ou ficou encima dele e a segunda fez bravatas corporativas ou não tinha o que dizer.

Uma esquerda reformada não pode sair da tradição socialista, que, no atual período, significa concretamente opor a defesa dos direitos ao sucateamento dos direitos. Significa defender a globalização dos direitos sociais em conjunto com a globalização do capital. Defender a organização do consumo sustentável, combinada com a regulação social do mercado. Significa defender a solidariedade aos ex-países coloniais e a sua gente imigrada, opondo-se ao racismo e à xenofobia. Significa defender a estabilidade da democracia parlamentar e das instituições republicanas, combinadas com a participação direta e virtual da cidadania. Uma esquerda renovada defenderá políticas de desenvolvimento regional que partam da valorização da bases produtivas locais e da valorização das suas respectivas culturas. A esquerda renovada deve, enfim, repor no discurso político e nas ações de governo, a agenda do combate às desigualdades, tão cara à tradição socialista, social-democrata ou meramente republicano-democrática, que o neoliberalismo conseguiu arquivar.

O grande Giovanni Arrighi, falecido em 2009, chegou a ter esperança num mundo "não-hegemônico", cessados os efeitos da crise, em função da emergência da China e da policentralidade mais expressiva, que fatalmente adquiriria o capitalismo no período pós-crise. Tal mundo não se confirmou, lamentavelmente, mas as diferenças sul-norte, hoje, tem novas características políticas. As experiências latino-americanas de não aceitar passivamente as cartilhas neoliberais, embora as campanhas difamatórias contra todos os governos que se opuseram ao "caminho único", abrem novas perspectivas para o discurso e para as práticas de governo da esquerda.

A esquerda, agora, precisa derrotar a direita - além das derrotas eleitorais que já lhe infringiu - no terreno das ideias, no terreno da cultura política. Isso significa salvar a democracia, com um programa aplicável e realista cujo limite, ao mesmo tempo radical e amplo, é dar efetividade às promessas de justiça e igualdade, que estão no âmago das constituições modernas, tão duramente conquistadas ao longo de duzentos anos de lutas.

A derrota da democracia pela manipulação da informação, pela falta de crença popular na efetividade dos direitos que modernamente lhe caracteriza, pela destruição da esfera da política com a desmoralização de todos os partidos e das práticas de gestão democrática, seria a derrota final da ideia do socialismo. A partir daí só poderá sobreviver a anomia e a barbárie. Quem precisa, hoje, apelar para práticas clandestinas, nos obscuros porões das agências de risco, é a direita neoliberal e os seus servos na tecnocracia dos partidos conservadores.

No atual período histórico, finalmente, a democracia política, que era a cortesã escondida do socialismo, passa ser sua única companheira. Democracia e socialismo estão fundidos no programa de direitos e nas oportunidades de luta abertas firmemente pelas constituições democráticas.

(*) *Governador do Rio Grande do Sul*

Um novo projeto socialista é possível?

CARTA MAIOR- www.cartamaior.com.br

Sexta-Feira, 27 de Janeiro de 2012

Fórum Social Mundial



Na avaliação do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, a grande tarefa dos movimentos e organizações que participam do Fórum Social Mundial hoje é buscar elementos mínimos de

unidade para elaborar um programa de resistência e um novo projeto socialista. "A tipologia tradicional dos partidos de esquerda hoje está esgotada e os novos movimentos sociais ainda não conseguiram transcender o nível de mobilização de rua para o de organização política. A esquerda precisa recuperar a ideia de socialismo, mas não há nenhum acordo sobre como fazer isso", defende.

Marco Aurélio Weissheimer

Porto Alegre - “A grande tarefa do Fórum Social Mundial hoje é procurar identificar nas forças políticas e sociais que o constituem elementos mínimos de unidade para elaborar um programa de resistência e um novo projeto socialista. O Fórum foi e permanece sendo um movimento de grande importância para a esquerda mundial”. A avaliação é do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), ao falar para a Carta Maior sobre os desafios colocados para a articulação de movimentos e organizações que constituem o processo do Fórum Social Mundial.

Após mais de dez anos de estrada e de debates, o FSM busca hoje definir qual é seu papel no atual contexto de crise econômica e instabilidade política e social em várias regiões do planeta. O Fórum, afinal de contas, nasceu para lutar por um outro mundo possível, e o mundo está se movendo rapidamente.

A reflexão de Tarso Genro sobre o Fórum Social procura situar historicamente o movimento no contexto da história da esquerda mundial no século XX. “O Fórum Social Mundial nasceu de duas vertentes que não tem uma mesma fundamentação crítica: os novos movimentos sociais que começaram a surgir na década de 80 e as forças críticas anticapitalistas ligadas à nova esquerda marxista, não leninista, que floresceram após o fim da União Soviética. Essas duas vertentes deram o tom das duas primeiras edições do Fórum”.

Ainda segundo a avaliação do governador gaúcho, o desenvolvimento do processo de globalização pós-queda da União Soviética, sob uma hegemonia neoliberal, não encontrou nestas forças de esquerda ligadas ao Fórum Social Mundial uma resposta minimamente uniforme. “Assim, o Fórum que nasceu para ser uma grande articulação contrária a esse modelo de globalização, passou a ser fundamentalmente um espaço de debates”. Mas, no final da primeira década do século XXI, aponta Tarso Genro, esses debates sofreram um bloqueio importante: “uma parte das organizações, mais ligada à esquerda partidária, queria que o Fórum se tornasse uma nova internacional ; outra, ligada aos movimentos sociais, defendia um tipo de articulação política diferente deste da esquerda mais tradicional; e uma terceira parte achava que o Fórum deveria permanecer como um espaço de debates, sem estrutura organizativa”.

Nos últimos anos, prossegue, o Fórum foi marcado por esse debate e tenta hoje redimensionar sua atuação. “Estamos vivendo um longo período histórico de reorganização da esquerda em meio a um clima de decadência do neoliberalismo. Não existem hoje, na minha avaliação, condições teóricas e organizativas nem uma ideologia socialista compatível com os desafios da conjuntura que estamos vivendo. Não há, do ponto de vista da esquerda, a hegemonia de uma visão sobre como enfrentar as crises do capital globalizado. Não há tampouco, com exceção do Brasil e talvez alguns outros poucos países, um partido de esquerda forte capaz de enfrentar essa agenda”.

Daí, defende Tarso Genro, surgiria a grande tarefa do Fórum: “buscar elementos mínimos de unidade para elaborar um programa de resistência e um novo projeto socialista”.

O governador reconhece os obstáculos para a realização dessa tarefa. A esquerda, do ponto de vista de seus partidos, também atravessa um período de transição, assinala. “Mesmo os partidos mais tradicionais, como os comunistas e os social-democratas, apresentam muitas diferenças entre si. A social-democracia abandonou seu documento mais importante, que era a defesa do programa de proteção social. Alguns países, como Suécia, Noruega e Dinamarca, desenvolveram políticas muito avançadas nesta direção, durante cerca de 30, 40 anos, deixando um legado importante. Mas a realidade hoje é outra. Os PCs também seguiram por caminhos diferentes. Basta ver, para tomar dois exemplos, as políticas adotadas pelo PC chinês e o rumo centrista seguido pelo PC italiano e por outros partidos comunistas europeus”.

A tipologia tradicional dos partidos de esquerda hoje está esgotada, conclui Tarso Genro. “A esquerda precisa recuperar a ideia de socialismo, mas não há nenhum acordo sobre como fazer isso”.

Ele aponta, por outro lado, alguns exemplos e manifestações que indicam a possibilidade de um caminho. “Na América Latina, por exemplo, Brasil, Argentina e Venezuela, cada um ao seu modo, vem demonstrando a possibilidade concreta de construir outro modelo de desenvolvimento. Nos países europeus, novos movimentos sociais organizados rompem com a inércia dos partidos de esquerda mais tradicionais e saem às ruas pedindo democracia real contra a hegemonia do capital financeiro sobre a política”.

Esses movimentos, no entanto, ressalta, também já apresentaram um limite importante: eles ainda não conseguiram transcender o nível de mobilização de rua para o de organização política. “No lado dos partidos, as dificuldades não são menores. Se o PT, por exemplo, não pensar em como reorganizar suas relações com as bases da sociedade, vai envelhecer rapidamente”.

O governador do Rio Grande do Sul destaca, por fim, que nesses novos movimentos de esquerda que estão surgindo, não está presente a ideia do socialismo como um modelo fechado, como um modelo pronto de um novo modo de produção. “Hoje, o socialismo é, cada vez mais, uma ideia reguladora, um horizonte a ser perseguido, e não um modelo de produção pronto e fechado. Temos aí a possibilidade de uma ideia de socialismo renovado, com o surgimento de novas formas de empresas, empresas cooperativadas, empresas públicas sob controle social”.

Essa ideia de socialismo, acrescenta, “não extingue a dualidade entre Estado e sociedade civil, erro cometido por experiências socialistas passadas que acabaram estatizando a sociedade civil e privatizando o Estado”. “Essa foi uma lição cabal que tivemos: a extinção da sociedade civil foi um crime contra a ideia libertária de socialismo. A esquerda, na minha avaliação, não deve mais pensar o socialismo como uma ‘ideia do proletariado’, mas sim como de todos aqueles que querem uma sociedade emancipatória e justa”.

Como mudar o mundo

de **Eric Hobsbawm**

OG LITERATURA MARXISTA

<http://literaturamarxista.wordpress.com/> [1]

literatura.marxista@gmail.com

BOLETIM MENSAL INFORMATIVO - Nº6 - JANEIRO DE 2011

Como demonstram os prefácios, artigos, conferências e ensaios reunidos em Como mudar o mundo, a militância política de Eric Hobsbawm tem convivido de modo fecundo com sua consagrada produção intelectual. Numa coletânea que abrange décadas de intensa proximidade com a obra de Karl Marx (1818-83) e a tradição marxista, o historiador britânico reafirma a atualidade das reflexões sobre o capitalismo realizadas pelo filósofo, sociólogo e jornalista alemão - e seu colaborador, Friedrich Engels (1820-95) - a partir da década de 1840. O livro consiste numa espécie de tributo à influência de Marx sobre Hobsbawm, algo visível ao longo de toda sua trajetória acadêmica e política. Firmemente estabelecidas desde 1931, quando ingressou ainda adolescente numa liga de jovens comunistas em Berlim, as simpatias ideológicas do historiador não comprometem, contudo, a lucidez da sua interpretação dos trágicos erros cometidos ao longo do século XX em nome das ideias do autor de O Capital.

Para saber mais, clique em:

<https://literaturamarxista.wordpress.com/2011/12/11/234/> [2]

Audacia, más audacia

Samir Amin

Traducción: Katu Arkonada y Alejandra Santillana

Publicada na Revista O BERRO

Las circunstancias históricas creadas por la implosión del capitalismo contemporáneo requieren de una izquierda radical, tanto en el Norte como en el Sur, que sea capaz de formular una alternativa política al sistema existente. El propósito de este artículo es mostrar por qué es necesaria la audacia y lo que esta significa.

¿Por qué audacia?

1. El capitalismo contemporáneo es un capitalismo de monopolios generalizados. Con esto quiero decir que los monopolios no son ya más islas grandes en un mar de empresas relativamente autónomas, sino que son un sistema integrado, que controla absolutamente todos los sistemas de producción. Pequeñas y medianas empresas, incluso las grandes corporaciones que no son estrictamente oligopolios, están bajo el control de una red que reemplaza a los monopolios. Su grado de autonomía se ha visto reducido al punto de convertirse en subcontratistas de los monopolios.

Este sistema de monopolios generalizados es producto de una nueva fase de centralización del capital que tuvo lugar durante los 80 y 90 en los países que componen la Triada (Estados Unidos, Europa y Japón). Los monopolios generalizados dominan ahora la economía mundial. “Globalización” es el nombre que le han dado al conjunto de demandas mediante las cuales ejercen su control sobre los sistemas productivos de la periferia del capitalismo global (periferia entendida como el mundo por debajo de la Triada). Esto no es más que una nueva fase del imperialismo.

2. El capitalismo de los monopolios generalizados y globalizados es un sistema que garantiza que estos monopolios graven impuestos sobre la

masa de plusvalía (transformada en ganancias) que el capital extrae de la explotación del trabajo. En la medida en que estos monopolios están operando en las periferias del sistema global, la renta monopólica es renta imperialista. El proceso de acumulación capitalista –que define el capitalismo en todas sus sucesivas formas históricas- está determinado por la maximización de la renta monopólica/imperialista que persigue.

Este desplazamiento del centro de gravedad de la acumulación del capital es la fuente de la continua concentración del ingreso y la riqueza en beneficio de los monopolios, ampliamente controlada por las oligarquías (plutocracias) que gobiernan los grupos oligopólicos a expensas de la remuneración del trabajo e incluso de la remuneración del capital no monopólico.

3. Esto pone en riesgo al mismo crecimiento, desequilibrando la fuente de financización del sistema económico. Con esto me refiero a que el segmento creciente de la plusvalía no puede ser invertido en la expansión y profundización de los sistemas de producción y por consiguiente la inversión financiera de la plusvalía desmedida se vuelve la única opción para sostener la acumulación bajo el control de los monopolios.

La implementación que el capital realiza en determinados sistemas, permite que la financización opere de distintas maneras, generando:

- (i) la subordinación de la gestión de las empresas al principio

del “valor de las acciones”.

(ii) la sustitución del sistema de pensiones basado en la capitalización (fondos de pensión) por sistemas de distribución de las pensiones.

(iii) la adopción del principio de “intercambio de tasas flexibles”.

(iv) el abandono del principio bajo el cual los bancos centrales determinan la tasa de interés –el principio de liquidez- y la transferencia de esta responsabilidad al “mercado”.

La financiarización ha transferido la responsabilidad principal en el control de la reproducción del sistema de acumulación a 30 grandes bancos que son parte de la Triada. Los eufemísticamente llamados “mercados” no son otra cosa más que los lugares donde son desplegadas las estrategias de los actores que dominan la escena económica. Por consiguiente esta financiarización, que es responsable del crecimiento de la desigualdad en la distribución del ingreso (y la riqueza), genera la misma plusvalía que la sostiene. La “inversión financiera” (o mejor dicho la inversión en especulación financiera) continúa creciendo a gran velocidad sin corresponderse con el crecimiento del Producto Interior Bruto (que en la actualidad se está convirtiendo en algo ficticio) o con la inversión en la producción real.

El crecimiento explosivo de la inversión financiera requiere, y se

alimenta de, la existencia de deuda en todas sus formas, especialmente de la deuda soberana. Cuando los gobiernos que están en el poder dicen estar persiguiendo la reducción de la deuda, están mintiendo deliberadamente. Para concretar la estrategia de financialización de los monopolios se necesita el crecimiento de la deuda, algo que en realidad los monopolios buscan más que combaten, como una manera de absorber la ganancia de los monopolios. Las políticas de austeridad impuestas para “reducir la deuda”, han tenido como resultado (tal y como se pretendía) el incremento del volumen de la misma.

4. Es este sistema –llamado popularmente neoliberal, el sistema del monopolio generalizado capitalista, “globalizado” (imperialista) y financializado (como una necesidad para su propia reproducción) – que implosiona ante nuestros ojos. Pero este sistema, aparentemente incapaz de derrotar sus crecientes contradicciones internas, está condenado a continuar su salvaje expansión.

La “crisis” del sistema es causada por su propio “éxito”. En efecto, la estrategia desplegada por los monopolios siempre ha producido los resultados deseados: los planes de “austeridad” y los llamados planes de reducción social (en realidad anti-social) continúan siendo impuestos, a pesar de la resistencia y las luchas. Actualmente, la iniciativa yace en manos de los monopolios (“los mercados”) y sus siervos políticos (los gobiernos subordinados a las demandas del “mercado”).

5. Bajo estas condiciones el capital monopólico ha declarado abiertamente la guerra tanto a los trabajadores como a los pueblos. Esta declaración es parte del planteamiento de “el liberalismo no es negociable”. El capital monopólico seguirá expandiéndose sin reducir su velocidad. La crítica a la “regulación” que explico a continuación, está basada en este hecho.

No estamos viviendo un momento histórico en donde la búsqueda de un “compromiso social” sea una opción posible. Ha habido momentos en el pasado, como el compromiso social durante la post Guerra entre el capital y el trabajo referente a un Estado social democrático en el oeste, el socialismo actualmente existente en el este, y los proyectos nacionalistas y populares en el sur, pero el actual momento histórico ya no es el mismo. El conflicto actual se produce entre el capital monopólico, y los trabajadores y la gente que es llamada a rendirse incondicionalmente. Las estrategias defensivas de resistencia bajo estas condiciones no son efectivas y eventualmente llevan incluso a ser derrotadas. En la guerra declarada por el capital monopólico, los trabajadores y los pueblos deben desarrollar estrategias que les permitan colocarse a la ofensiva.

El periodo de guerra social está necesariamente acompañado por la proliferación de conflictos políticos internacionales e intervenciones militares de las fuerzas imperialistas de la Triada. La estrategia de “control militar del planeta” por las fuerzas armadas de los Estados Unidos y sus aliados subordinados de la OTAN es, en última instancia, el único medio por el cual los monopolios imperialistas de la Triada pueden continuar su dominio sobre los pueblos, naciones y estados del Sur.

Ante este desafío de la guerra declarada por los monopolios, ¿cuáles son las alternativas que se proponen?

Primera respuesta: “regulación de los mercados” (financieros y de otros tipos)

Esta regulación es una iniciativa que los monopolios y los gobiernos reivindicán. Sin embargo esto es solo retórica vacía, diseñada para confundir a la opinión pública. Estas iniciativas no pueden parar la desenfrenada carrera por el beneficio financiero, resultado de la lógica de acumulación controlada por los monopolios. Son por tanto una falsa alternativa.

Segunda respuesta: un retorno a los modelos de la post Guerra.

Estas respuestas alimentan una triple nostalgia: (i) la reconstrucción de una verdadera “socialdemocracia” en Europa occidental, (ii) la resurrección de “socialismos” basados en los principios que gobernaron el siglo XX (iii) el retorno a fórmulas de nacionalismo popular en la periferia del Sur. Estas nostalgias imaginan que es posible obligar a retroceder al capitalismo monopolístico, forzándole a regresar a lo que era en 1945. Pero la historia nunca permite tales retornos al pasado. El capitalismo debe ser confrontado tal y como es hoy, no como nosotros hubiéramos deseado que hubiese sido imaginándonos un bloqueo en su evolución. Sin embargo, estos anhelos siguen atormentando a una buena parte de la izquierda global.

Tercera respuesta: la búsqueda de un consenso “humanista”

Yo defino este piadoso deseo de la siguiente manera: la ilusión de que un consenso entre intereses en conflicto puede ser posible. Algunos ingenuos movimientos ecologistas, entre otros, comparten esta ilusión.

Cuarta respuesta: las ilusiones del pasado

Estas ilusiones invocan “la especificidad” y “el derecho a la diferencia” sin preocuparse de entender su alcance y significado. El pasado ya nos ha respondido las preguntas del futuro. Estos “culturalismos” pueden adoptar varias formas étnicas o para-religiosas. Teocracias y etnocracias se convierten en convenientes substitutos de las luchas sociales democráticas que han visto vaciada su agenda.

Quinta respuesta: la prioridad de la “libertad personal”.

La gama de respuestas basadas en esta prioridad, considerada el “valor supremo”, incluyen entre sus filas a los retrógrados defensores de la “democracia electoral representativa”, a la que equiparan con democracia en sí misma. La fórmula separa la democratización de las sociedades del progreso social, tolerando incluso una asociación de facto con la regresión social con tal de no poner en riesgo y desacreditar la democracia, reducida ahora al estatus de una trágica farsa.

Pero hay variaciones de esta posición incluso más peligrosas. Me refiero aquí a algunos típicos “post modernos” actuales (como Toni Negri en particular) quienes imaginan que el individuo se ha convertido ya en el protagonista de la historia, como si el comunismo, que permite al individuo ser emancipado de la alienación y convertirse en protagonista de la historia, ya hubiese sido instaurado.

Está claro que todas las respuestas de arriba, incluyendo aquellas de derecha (como las “regulaciones” que no afectan a la propiedad privada de los monopolios) todavía encuentran poderosos ecos en una mayoría de

la gente de izquierda.

6. La guerra declarada por el generalizado capitalismo monopólico del imperialismo contemporáneo no tiene nada que temer de las falsas alternativas que acabo de perfilar.

¿Qué hacer entonces?

Este momento nos ofrece la oportunidad histórica de ir mucho más lejos; nos demanda como única y efectiva respuesta una audaz y atrevida radicalización en la formulación de alternativas capaces de movilizar trabajadores y pueblos para colocarse a la ofensiva y defenderse de la estrategia de guerra de sus enemigos. Estas formulaciones, basadas en el análisis del capitalismo actualmente existente, deben confrontar directamente el futuro a ser construido, y sacarnos de la nostalgia del pasado y de las ilusiones de la identidad o el consenso.

Programas audaces para una izquierda radical

Voy a organizar los siguientes planteamientos bajo tres ideas

centrales: (i) la socialización de la propiedad de los monopolios,

(ii) la des-financialización del manejo de la economía, (iii)

des-globalización de las relaciones internacionales.

Socialización de la propiedad de los monopolios

La efectividad de la respuesta alternativa requiere necesariamente del cuestionamiento del principio de la propiedad privada del monopolio del capital. La propuesta de “regular” las operaciones financieras, el retorno de los mercados a la “transparencia” para permitir que las expectativas de los “agentes” se conviertan en “racionales” y definan

los términos de un consenso de estas reformas sin abolir la propiedad privada de los monopolios no es más que un claro intento de confundir a un público ingenuo. Los monopolios son llamados a "gestionar" reformas contra sus propios intereses, ignorándose el hecho de que los monopolios mantienen mil y un formas de burlar los objetivos de estas reformas.

El proyecto social alternativo debería revertir la dirección del actual orden social (desorden social) producido por las estrategias de los monopolios, con el propósito de asegurar empleo pleno y estable, garantizando salarios decentes al mismo tiempo que genera la productividad de la labor social. Este objetivo es simplemente imposible sin la expropiación del poder de los monopolios.

El "software de los teóricos de la economía" debe ser reconstruido (en palabras de François Morin) así como la absurda e imposible teoría económica de que las "expectativas" promueven la democracia porque permiten un mayor control en la toma de decisiones económicas. La audacia en este momento requiere de reformas radicales en la educación para la formación no solo de economistas sino también de aquellos llamados a ocupar cargos de gestión.

Los monopolios son cuerpos institucionales que deben ser manejados de acuerdo a los principios de la democracia, en conflicto directo con quienes santifican la propiedad privada. A pesar de que el término "bienes", importado de la palabra anglo sajona, es en sí mismo ambiguo porque está desconectada del debate sobre el significado de los conflictos sociales (el lenguaje anglo sajón ignora deliberadamente la realidad de las clases sociales), el término aquí puede ser utilizado específicamente para denominar a los monopolios como parte de los

“bienes”.

La abolición de la propiedad privada de los monopolios debe tener lugar a través de su nacionalización. Este primer paso legal es inevitable. Pero la audacia implica en este punto ir más allá de este paso legal para proponerse la socialización de la gestión de los monopolios nacionalizados y la promoción de las luchas sociales democráticas articuladas en este proceso.

Daré un ejemplo concreto que podría incluirse en estos planes de socialización.

Tanto los propietarios de tierra 'capitalistas' (aquellos de los países desarrollados) como los propietarios 'campesinos' (mayormente del Sur) son prisioneros tanto de los monopolios que proveen inputs[1] y créditos, como de los que dependen del proceso de transporte y comercialización de sus productos. Pero ninguno de los dos grupos tiene autonomía real en la toma de decisiones. A esto se suma que la productividad alcanzada es apropiada por los monopolios que reducen a los productores al status de "subcontratistas". Frente a esto, ¿cuál es la alternativa posible?

Los monopolios deberían ser substituidos por instituciones públicas que trabajen dentro de un marco legal como parte de su forma de gobernar. Estas instituciones deberían ser constituidas por representantes de: (i) campesinos (los principales interesados), (ii) unidades ascendentes (manufactura de inputs, bancos) y descendentes (industria alimentaria, cadenas comerciales), (iii) consumidores, (iv) autoridades locales comprometidas con el medio ambiente y la sociedad (escuelas, hospitales, planificación urbana, vivienda, transporte), (v) el Estado (los ciudadanos). Estos representantes deberían ser seleccionados de acuerdo a procedimientos correspondientes a su propia

manera de gestión social, como por ejemplo unidades de producción de inputs gestionadas por consejos de administración conformados por trabajadores directamente empleados por las unidades concernientes así como por quienes están empleados por unidades de subcontrato. Estas estructuras deberían estar diseñadas de tal manera que asocien la gestión del personal con cada uno de estos niveles, así como con centros de investigación que busquen una investigación independiente, y tecnología apropiada. Podríamos hasta concebir una representación de los proveedores de capital ("pequeños accionistas") heredados de la nacionalización, si es que lo consideramos útil.

Estamos hablando por tanto de aproximaciones institucionales que son más complejas que las reformas de autogestión o cooperativas conocidas hasta el momento. Es necesario inventar los caminos de este proceso de tal manera que promuevan el ejercicio de una democracia verdadera en el manejo de la economía, ejercicio basado en negociaciones abiertas entre todas las partes interesadas. Se requiere una fórmula que vincule sistemáticamente la democratización de la sociedad con el progreso social, en contraste con la realidad del capitalismo que disocia la democracia, reduciéndola al manejo formal de la política, con las condiciones sociales abandonadas al "mercado" dominado por lo que produce el monopolio del capital. Ahí y solo ahí podremos hablar de una verdadera transparencia de los mercados, cuando estos sean regulados bajo formas institucionalizadas de gestión socializada.

El ejemplo puede parecer marginal en los países capitalistas desarrollados debido a que los pequeños propietarios de tierra y campesinos son solo una pequeña proporción de los trabajadores (3-7%). Sin embargo, este tema es central para el Sur, en donde la población

rural seguirá siendo significativa por algún tiempo. Aquí, el acceso a la tierra, que debe ser garantizado para todos (con la mayor equidad posible en su distribución) es fundamental para avanzar en la agricultura campesina. Esta "agricultura campesina" no debe ser entendida como sinónimo de "agricultura estática" o "tradicional y folklórica". El progreso necesario de la agricultura campesina implica una cierta "modernización" (a pesar de que este término es poco apropiado debido a que inmediatamente sugiere modernización a través del capitalismo). Más inputs efectivos, créditos, y cadenas de producción y distribución son necesarias para impulsar la productividad del trabajo campesino. Las fórmulas propuestas aquí tienen por objetivo avanzar en la modernización bajo formas y orientadas por un espíritu "no-capitalista", es decir, bajo un horizonte socialista.

Obviamente, el ejemplo específico escogido aquí en este artículo es uno de los que necesita ser institucionalizado. La nacionalización / socialización de la gestión de los monopolios en los sectores de la industria y el transporte, bancos y otras instituciones financieras, deben ser imaginadas bajo el mismo espíritu, tomando las especificidades de sus propias economías y funciones sociales en la constitución de sus consejos de administración. Como ya se ha señalado, estos consejos deben incluir a los trabajadores de la compañía, así como a los subcontratistas, representantes de las industrias, bancos, institutos de investigación, consumidores y

ciudadanos.

La nacionalización/ socialización de los monopolios nos señala una necesidad fundamental como eje central del reto que deben encarar los trabajadores y pueblos bajo un capitalismo contemporáneo de monopolios generalizados. Este es el único camino para detener la acumulación por desposesión a la que nos está llevando el manejo de la economía por parte de los monopolios.

La acumulación dominada por los monopolios puede ser de hecho reproducida solamente si el área sujeta al "manejo del mercado" está en constante expansión. Esto es posible por la excesiva privatización de los servicios públicos (desposesión de los ciudadanos), y el acceso a recursos naturales (desposesión de los pueblos). La extracción de las ganancias de las unidades económicas "independientes" por parte de los monopolios es también una desposesión (entre capitalistas!) de la oligarquía financiera.

De-financialización: un mundo sin Wall Street

La nacionalización/ socialización de los monopolios debería abolir el principio de "valor de las acciones" impuesto por la estrategia de acumulación al servicio de la renta monopólica. El objetivo es esencial para cualquier agenda que quiera escapar del anquilosamiento bajo el cual nos tiene enfangados el actual manejo de la economía. La implementación de un proceso de nacionalización trastoca la financialización del manejo de la economía. Pero ¿estaríamos regresando a la famosa "eutanasia de la renta" acuñada por Keynes en su época? No necesariamente, y desde luego no completamente. Se puede fomentar el ahorro, pero bajo la condición de que su origen (ahorros de los trabajadores, negocios, comunidades) y las condiciones de las

ganancias, sean bien definidas. El discurso del ahorro macroeconómico en la teoría económica convencional esconde la pretensión del acceso exclusivo al mercado de capital por parte de los monopolios. La tan llamada "ganancia generada por el mercado" no es otra cosa que el medio para garantizar el crecimiento de la renta monopólica.

Por supuesto la nacionalización / socialización de los monopolios también se puede utilizar para los bancos, al menos para los más grandes. Pero la socialización de su intervención ("políticas de crédito") tiene características específicas que requieren de más precisión en la constitución de sus consejos de administración. La nacionalización en el sentido más clásico se refiere únicamente a la sustitución de consejos de administración conformados por accionistas privados por otros definidos por el Estado. Esto permitiría en principio, la implementación de políticas de crédito formuladas desde el Estado, lo cual no es poco. Pero no es suficiente si consideramos que la socialización requiere de la participación de accionistas sociales relevantes en la gestión del banco. Aquí la gestión de los bancos por sus propios trabajadores no sería lo más apropiado. El personal afectado debe ser incorporado en las decisiones sobre sus propias condiciones laborales, pero poco más, debido a que no le corresponde determinar las políticas de crédito que deben ser implementadas.

Si los consejos de administración deben lidiar con el conflicto de

intereses entre quienes proveen préstamos (los bancos) y aquellos que los reciben (las "empresas"), la fórmula para la composición de los consejos de administración debe ser diseñada tomando en cuenta cuáles son estas empresas y que es lo que necesitan. Necesitamos una reestructuración del sistema bancario, sistema que se ha convertido en algo excesivamente centralizado desde que los marcos regulatorios de los últimos dos siglos fueron abandonados en las últimas cuatro décadas. Este es un argumento fuerte que justifica la reconstrucción de la especialización bancaria en función de los requerimientos de los beneficiarios de los créditos, así como de su propia función económica (provisión de liquidez a corto plazo, contribuir a la financiación de inversiones en el mediano y largo plazo). Deberíamos entonces por ejemplo, crear un " banco agrícola" (o un conjunto coordinado de bancos agrícolas) entre cuya clientela se incluyan no solo pequeños propietarios de tierra y campesinos sino también a todos los involucrados en las diferentes entidades de la agricultura descritas arriba. El consejo de administración del banco podría incorporar por un lado a los "bancarios" (personal del banco, los que han sido reclutados por el consejo de administración) y otros clientes (pequeños propietarios de tierra o campesinos, y otras entidades. Podemos imaginar también otros tipos de sistemas articulados de bancos, adecuados para diferentes sectores industriales, en donde los consejos de administración podrían incluir clientes industriales, así como centros de investigación, tecnología y servicios, para asegurar el control del impacto ecológico de la industria, y de esta manera garantizar el mínimo riesgo (reconociendo claro está que ninguna acción humana está completamente libre de riesgos), y vincularlo a un

debate transparente y democrático.

La des-financiarización de la gestión económica requiere asimismo de dos tipos de legislación. La primera referente a la autoridad de un Estado soberano para prohibir que fondos especulativos (fondos de cobertura) operen en su propio territorio. La segunda es la referida a los fondos de pensiones, los cuales se han convertido actualmente en los mayores operadores en la financiarización del sistema económico. Estos fondos fueron designados, en Estados Unidos en primer lugar por supuesto, para transferir a los trabajadores los riesgos normalmente asumidos por el capital, y que constituyen las razones a las que se suele apelar para justificar la remuneración del capital! Esto constituye un arreglo escandaloso, en clara contradicción incluso con la defensa ideológica del capitalismo! Pero esta "invención" es un instrumento ideal para las estrategias de acumulación dominadas por los monopolios.

La abolición de los fondos de pensiones es necesaria para el beneficio de sistemas redistributivos de pensiones, los cuales por su propia naturaleza, requieren de un debate democrático para determinar las cantidades y periodos de contribución así como la relación entre las cantidades de las pensiones y los pagos. En una democracia que respeta derechos sociales, los sistemas de pensiones son universalmente accesibles para todos los trabajadores.

Todas las medidas de de-financiarización sugeridas aquí nos llevan a una conclusión obvia: Un mundo sin Wall Street, tomando prestado el título de un libro de François Morin, es posible y deseable.

En un mundo sin Wall Street, la economía está todavía controlada por el mercado. Pero por primera vez estos mercados son verdaderamente transparentes, regulados por una negociación democrática entre actores sociales genuinos (actores que por primera vez ya no son adversarios, como ocurre bajo el capitalismo). Es el “mercado” financiero, opacado por la naturaleza y el carácter de los requerimientos de la gestión para beneficio de los monopolios, el que desaparece. Podríamos incluso explorar si es que es útil o no terminar con el intercambio de acciones, dado que los derechos a la propiedad (tanto en su forma privada como social) serían dirigidos de otra manera. El simbolismo en cualquier caso—un mundo sin Wall Street- conserva todo su poder. Des-financiarización no significa en cualquier caso la abolición de la política macroeconómica y en particular la gestión macro del crédito. Por el contrario, restaura su eficiencia al liberándola de la subyugación a estrategias que buscan la maximización de las rentas de los monopolios. La restauración de los poderes de los bancos centrales nacionales, ya no más “independientes” sino dependientes tanto del Estado como de los mercados y regulados por la negociación democrática entre los accionistas sociales, nos otorga la formulación de una política macro de crédito capaz de permitir una gestión social de la economía.

En el nivel internacional: desconexión

En este punto voy a utilizar el término “desconexión” que propuse hace medio siglo, un concepto que el discurso contemporáneo aparentemente ha sustituido por el sinónimo “des-globalización”. Nunca he

conceptualizado desconexión como una forma autárquica de refugio, sino como un cambio estratégico de cara tanto a las fuerzas internas como externas en respuesta a los requerimientos inevitables del desarrollo autodeterminado. La desconexión promueve la reconstrucción de una globalización basada en la negociación, en vez de una subordinación a los intereses exclusivos de los monopolios imperialistas. La desconexión hace también posible la reducción de las desigualdades internacionales.

La desconexión es necesaria porque sin ésta, las medidas definidas en las dos secciones previas de este artículo no podrán ser jamás implementadas a escala global, o incluso tampoco a nivel regional (por ejemplo en Europa). Estas medidas únicamente podrán empezar a realizarse en el contexto de los estados / naciones a partir de luchas sociales y políticas, comprometidas con un proceso de socialización del manejo de su economía.

El imperialismo, bajo la forma adoptó hasta justo después de la Segunda Guerra Mundial, generó un fuerte contraste entre centros imperialistas industrializados y periferias dominadas donde la industria fue prohibida. Las victorias de los movimientos de liberación nacional iniciaron el proceso de industrialización de las periferias, mediante la implementación de políticas de desconexión necesarias para alcanzar el desarrollo endógeno. Asociadas con reformas sociales, que para aquellos tiempos eran reformas radicales, estas desconexiones crearon las condiciones para un eventual

"surgimiento" de los países que más lejos habían llegado en esa dirección – obviamente con China a la cabeza de este bloque de países.

Pero el imperialismo del actual momento histórico, el imperialismo de la Triada, está forzado a renegociar y "ajustarse" a las condiciones de este nuevo momento, y por lo tanto a reconstruirse bajo nuevas bases, basadas en "ventajas" mediante las cuales se busca mantener el privilegio de la exclusividad que he clasificado en cinco categorías.

Estas se refieren al control de:

- tecnología
- acceso a recursos naturales del planeta
- integración global de los sistemas monetarios y financieros
- sistemas de comunicación e información
- armas de destrucción masiva.

Actualmente, la principal forma de desconexión es aquella definida precisamente por estos cinco privilegios del imperialismo contemporáneo. Los países emergentes están destinados a la desconexión de estos cinco privilegios, con distintos grados de control y auto determinación. Mientras que el éxito temprano en las pasadas dos décadas de desconexión permitió la aceleración de su desarrollo, en particular a través del desarrollo industrial dentro del sistema "liberal" globalizado, es decir "capitalista", este éxito ha alimentado la desilusión sobre la posibilidad de continuar por este camino, es decir, emergiendo como los nuevos "socios capitalistas de igual nivel". La intención de "cooptar" a los más prestigiosos de estos países mediante la creación del G20 ha fomentado estas ilusiones.

Pero con la actual implosión del sistema imperialista (llamado "globalización"), estas ilusiones deben disiparse. El conflicto entre los poderes imperialistas de la Triada y los países emergentes ya es visible, y se espera que empeore. Si quieren avanzar, las sociedades de los países emergentes se verán forzadas a avanzar hacia modelos de desarrollo autosuficientes mediante planes nacionales y a través del fortalecimiento de la cooperación Sur-Sur.

La audacia, en estas circunstancias, incluye un compromiso vigoroso y

coherente hasta el final, que vincule las medidas requeridas de desconexión con los avances deseados en el progreso social.

El objetivo de esta radicalización implica: la democratización de la sociedad; el consecuente progreso social asociado; y la toma de posiciones antiimperialistas. Un compromiso en esta dirección es posible, no solo para las sociedades de los países emergentes, sino también para los "abandonados" o los "invisibilizados" del Sur global. Estos países han sido recolonizados a través de los programas de ajuste estructural de los 1980s. Sus pueblos están actualmente movilizados, y o bien han alcanzado algunas victorias (en América del Sur) o no lo han logrado todavía (en el mundo árabe).

Audacia significa que la izquierda radical de estas sociedades debe tener el coraje necesario para medir los retos que afronta y apoyar la continuación y radicalización de las necesarias luchas actualmente en marcha.

La desconexión del Sur prepara el camino para la deconstrucción del propio sistema imperialista. Esto es específicamente obvio claro en áreas afectadas por el manejo del sistema monetario y financiero

global, resultado de la hegemonía del dólar.

Pero cuidado: es una ilusión esperar que a este sistema le sustituya "otro mundo monetario y otro sistema financiero" que sea más equilibrado y favorable para el desarrollo de las periferias. Como suele ocurrir, la búsqueda de un "consenso" basado en la reconstrucción internacional y producido desde arriba, es un mero deseo en espera de que ocurra un milagro. Lo que está en la agenda ahora es la deconstrucción del sistema existente – su propia implosión – y la reconstrucción de sistemas nacionales alternativos (para países, continentes o regiones), algo que ya ha comenzado a suceder en América del Sur. Audacia es tener el coraje de avanzar con la mayor determinación posible, sin preocuparse demasiado por cómo vaya a reaccionar el imperialismo.

La misma cuestión de la desconexión es igualmente importante para Europa, que es una especie de sub escenario de globalización dominado por monopolios. El proyecto europeo fue diseñado desde afuera y construido sistemáticamente para desposeer a la gente de su capacidad para ejercer su poder democrático. La Unión Europea fue establecida como un protectorado de los monopolios. Con la implosión de la zona euro, la subordinación a la ganancia de los monopolios ha significado la abolición de la democracia, que ha sido reducida al estatus de

farsa y que adopta formas extremas, concentrándose solo en la pregunta: cómo el "mercado" (o sea los monopolios) y las "agencias de calificación de riesgos" (es decir, de nuevo los monopolios) reaccionan? Actualmente ese es el único asunto planteado. Ya no es un tema a ser considerado el cómo la gente reacciona.

Está claro que ni aquí ni allí existe una alternativa a la audacia: es necesario "desobedecer" las reglas impuestas por la "Constitución Europea" y el ficticio Banco Central Europeo. En otras palabras, no existe otra alternativa que deconstruir las instituciones europeas y la zona euro. Este es el pre requisito insoslayable para la eventual reconstrucción de "otra Europa" de pueblos y naciones.

En conclusión: Audacia, más audacia, siempre audacia.

En definitiva esto es lo que quiero decir con audacia:

(i) Para la izquierda radical de las sociedades de la Triada imperialista, la necesidad de un compromiso para construir un bloque

social anti monopólico.

(ii) Para la izquierda radical de las sociedades de la periferia, el compromiso de construir un bloque social alternativo anti-comprador. anti-imperialista.

Va a tomar tiempo avanzar en la construcción de estos bloques, pero podría darse una aceleración si es que la izquierda radical se mueve con determinación y se compromete en avanzar por el largo camino al socialismo. Es sin embargo necesario proponer estrategias no para "salir de la crisis del capitalismo" sino para "salir del capitalismo en crisis", como dice el título de uno de mis recientes trabajos.

Nos encontramos en un periodo crucial de la historia. La única legitimidad del capitalismo es haber creado las condiciones para transitar al socialismo, que debemos entenderlo como una fase más avanzada de la civilización. El capitalismo es ya un sistema obsoleto, su continuidad solo puede llevarnos a la barbarie. No es posible otro capitalismo. La posibilidad de un choque de civilizaciones es, como siempre, incierto. O la izquierda radical triunfa mediante la audacia de sus propias iniciativas para elaborar avances revolucionarios, o la contra revolución ganará.

Todas las estrategias de la izquierda no radical no son de hecho estrategias, sino tan solo ajustes coyunturales a los altibajos de un sistema que implosiona. Y si el poder que se quiere, como Le Guépard, es el de "cambiar todo para que nada cambie", y si los candidatos de

la izquierda creen que es posible "cambiar la vida sin tocar el poder de los monopolios", la izquierda no radical no detendrá el triunfo de la barbarie del capitalismo. Ya han perdido la batalla por no querer enfrentarlo.

Audacia es lo que hace falta para provocar el otoño del capitalismo, otoño que será anunciado por la implosión del propio sistema y por el nacimiento de una auténtica primavera de los pueblos, una primavera posible.

Referencias bibliograficas:

Samir Amin, Sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise ; Le temps des cerises, 2009.

Samir Amin, Ending the crisis of capitalism or ending capitalism.Pambazuka Press 2011

Samir Amin, Du capitalisme à la civilisation ; Syllepse, 2008.

Aurélien Bernier, Désobéissons à l'Union Européenne ; Les mille et une nuits, 2011.

Jacques Nikonoff, Sortir de l'euro ; Mes mille et une nuits, 2011.

François Morin, Un monde sans Wall Street ; Le seuil, 2011.

[1] Sobre los inputs: "Se empieza considerando, por razones de simplificación, que se produce un sólo bien (o servicio) por una empresa y que para producirlo es necesario una serie de elementos denominados factores de producción (también pueden ser denominados insumos o inputs). El bien o servicio producido recibe el nombre de output. La función que relacionaría las cantidades de la cantidad de

factores productivos utilizados con el output obtenido recibe el nombre de función de producción. Los inputs utilizados serían las materias primas, productos intermedios (comprados a otra empresa u obtenidos en otro proceso de producción de la misma empresa), el trabajo humano usado, los suministros de energía, agua y similares, el coste de reponer el capital utilizado, maquinaria, herramientas), ya que sufre desgaste por el uso en el proceso de fabricación. Una simplificación frecuente es reducir a dos los factores: capital y trabajo. Trabajo representaría el trabajo humano, capital el resto” en <http://es.wikipedia.org/wiki/Microeconom%C3%ADa>

Cartaoberro mailing list

Cartaoberro@serverlinux.revistaoberro.com.br

<http://serverlinux.revistaoberro.com.br/mailman/listinfo/cartaoberro>

[As partes desta mensagem que não continham texto foram removidas]

A mensagem acima e as outras enviadas para a Rede 3setor estão em:

<http://br.groups.yahoo.com/group/3setor/messages>

Twitter: <http://twitter.com/3setor>

Rede 3setor (Rede de Informação e Discussão do Terceiro Setor)

11 anos - Mais de 100.000 mensagens arquivadas para consulta

- Mais de 19.000 inscritos

Informações e inscrições no site <http://br.groups.yahoo.com/group/3setor>

A inscrição também pode ser feita enviando um e-mail em branco para:

3setor-subscribe@yahoogrupos.com.br

Para enviar mensagem para a Rede utilize: 3setor@yahoogrupos.com.br

A Rede é moderada, as mensagens são liberadas às 2ª, 4ª e 6ª feiras.

As mensagens fora do foco (puramente pessoais, agressões, fofocas), repetidas, com HTML e assuntos relacionados a administração da Rede não são liberadas.

Os participantes são leitores, correspondentes, comentaristas, divulgadores e etc.

A Rede não tem HTML e anexos, as mensagens são leves e sem vírus.

Não existem taxas a Rede é gratuita. Links do Yahoo! Grupos

<*> Para visitar o site do seu grupo na web, acesse:

<http://br.groups.yahoo.com/group/3setor/>

Entramos em uma nova era?

Paul Kennedy * - (The New York Times)

A queda no valor do dólar, a desintegração dos sonhos europeus, a corrida armamentista na Ásia e a paralisia da ONU são indicadores de mudanças

Pela definição do dicionário, divisor de águas é uma linha imaginária que separa rios diferentes. A expressão também pode ser usada para descrever um fenômeno histórico e político. Um marco, um momento transcendental, o instante em que as atividades e circunstâncias humanas atravessam a linha divisória que separa diferentes eras.

Quando isso ocorre, poucas pessoas percebem que entraram em um novo tempo. A não ser, é claro, que o mundo esteja saindo de uma guerra catastrófica, como as napoleônicas ou a 2ª. Guerra.

Transformações históricas tão bruscas não são o objeto desse artigo. O que nos interessa é o lento acúmulo de forças modificadoras, na maior parte invisíveis, quase sempre imprevisíveis, que cedo ou tarde acabam transformando uma época em uma outra bem distinta.

Ninguém que viveu em 1480 conseguia reconhecer o mundo de 1530, 50 anos depois. Um mundo de Estados-nação, da ruptura da cristandade, da expansão europeia para a Ásia e para as Américas, a revolução de Gutenberg no campo das comunicações. Talvez tenha sido a linha divisória da história mais importante de todos os tempos, pelo menos no Ocidente.

Existem outros exemplos, obviamente. Quem viveu na Grã-Bretanha em 1750, antes do uso da máquina a vapor se tornar comum, teria ficado estupefato ao ver o seu uso 50 anos depois, com a disseminação da Revolução Industrial.

E o que ocorre hoje? Muitos jornalistas e especialistas em tecnologia falam entusiasmados da atual revolução das telecomunicações - celulares, iPads e outros aparelhos - e de suas consequências para os Estados e povos, para as autoridades tradicionais e para novos movimentos de libertação. Há provas evidentes, por exemplo, na primavera árabe, em todo o Oriente Médio e também no movimento Ocupe Wall Street.

Seria o caso de questionar se alguns dos profetas das altas tecnologias, que proclamam uma nova era na política internacional, algum dia se preocuparam em estudar as repercussões da imprensa de Gutenberg ou as conversas radiofônicas de Franklin Roosevelt, que eram ouvidas por milhões de americanos nos anos 30 e no início dos anos 40.

Cada período fica fascinado por suas próprias revoluções tecnológicas, de modo que vou me concentrar em algo bastante distinto: os indicadores que assinalam que estamos nos aproximando - ou talvez já tenhamos cruzado - algumas linhas divisórias históricas no difícil mundo da economia e da política.

O primeiro indicador é a corrosão constante do dólar americano, como divisa de reserva única ou dominante no mundo. Ficaram para trás os tempos em que 85% ou mais das reservas internacionais eram moeda americana. As estatísticas flutuam enormemente, mas hoje o percentual atual se aproxima dos 60%.

Apesar dos problemas econômicos da Europa e também da China, já não é mais uma fantasia imaginar um mundo em que existam três grandes divisas de reserva: o dólar, o euro e o yuan, com algumas alternativas menores, como a libra esterlina, o franco suíço e o iene japonês.

A ideia de que as pessoas seguirão procurando "refúgio" no dólar não se sustenta, ao ver que os EUA estão cada vez mais endividados com seus credores estrangeiros. A questão é a seguinte: um mundo com diferentes divisas de reserva proporcionará uma maior ou menor estabilidade financeira?

União Europeia. A segunda transformação é a corrosão e a paralisia do projeto europeu, ou seja, do sonho de Jean Monnet e de Robert Schuman de que os heterogêneos Estados da Europa passariam por um sólido processo de integração comercial e fiscal, primeiro, e depois, por meio de uma série de compromissos sérios e irreversíveis, trabalhar para um continente politicamente unido.

As instituições encarregadas de tornar o sonho realidade - o Parlamento Europeu, a Comissão e o Tribunal de Justiça da Europa - já existem, mas a vontade política de conferir-lhes uma existência autêntica desapareceu, tristemente debilitada pelo simples fato de que políticas fiscais nacionais muito diferentes são incompatíveis com a moeda europeia comum.

Em poucas palavras, Alemanha e Grécia, com seus respectivos históricos orçamentários, não podem ingressar juntas em um eventual bloco dos Estados Unidos da Europa. Entretanto, ninguém parece ter uma resposta para essa dicotomia, salvo para encher as fendas com mais eurobonds e empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

Ou seja, os europeus não têm tempo, energia nem recursos para se dedicarem a nada que não sejam seus próprios problemas. Isso significa que existem poucos observadores no continente que tenham estudado o que poderia ser considerada a terceira grande transformação dos dias de hoje: a enorme corrida armamentista que está se desenrolando na maior parte do Leste e do Sul da Ásia.

Avanço bélico. Enquanto os Exércitos europeus estão se tornando uma espécie de polícias locais, os governos asiáticos estão construindo verdadeiras armadas para navegar em águas profundas e investindo em novas bases militares, adquirindo aviões cada vez mais avançados e testando mísseis de alcance cada vez maior.

Os escassos debates que ocorrem tratam principalmente do aumento das forças militares da China, mas ignoram o fato de que o Japão, a Coreia do Sul, a Indonésia, a Índia e até mesmo a Austrália estão seguindo o exemplo chinês.

Se a desaceleração do crescimento econômico, os danos ao meio ambiente e o desgaste do tecido social na China impelem seus futuros dirigentes a fazer demonstrações de força no exterior - por enquanto, na verdade, seus líderes se mostram muito cautelosos -, seus vizinhos estão se preparando para responder com firmeza.

Alguém em Bruxelas sabe - ou se preocupa em saber - que os 500 anos de história que representam o mundo de 1500 estão prestes a se acabar? Nesse cenário, a Ásia se dispõe a dar um passo à frente, enquanto a Europa se torna um coro distante. Esse fenômeno não será considerado, para os historiadores futuros, outra linha divisória de imensa importância no contexto internacional?

Inatividade da ONU. A quarta mudança é, desgraçadamente, a lenta, firme e crescente decrepitude da ONU, particularmente de seu órgão mais importante, o Conselho de Segurança. A Carta da ONU foi redigida com extremo cuidado para ajudar os países a terem paz e prosperidade depois dos terríveis males da 2ª. Guerra.

A Carta da ONU, porém, era um risco calculado: ao reconhecer que as grandes potências de 1945 tinham direito a desempenhar um papel desproporcional (como o veto e a cadeira permanente no Conselho), os redatores, entretanto, confiavam que os cinco governos soubessem trabalhar juntos para tornar realidade os elevados ideais da instituição mundial. A Guerra Fria acabou com as esperanças e a queda da União Soviética as reviveu, mas agora estão voltando a desaparecer pelo cínico abuso do poder de veto.

Quando a China e a Rússia vetam qualquer medida para impedir que o repugnante regime sírio do presidente Bashar Assad continue matando seus próprios cidadãos e quando os EUA vetam qualquer resolução para deter o avanço de Israel em terras palestinas, a ONU perde sua razão de ser. E dá a impressão de que Moscou, Pequim e Washington acham isso certo.

Vimos a queda do valor do dólar, a desintegração dos sonhos europeus, a corrida armamentista na Ásia e a paralisia do Conselho de segurança da ONU cada vez que há uma ameaça de veto. Será que essas coisas não indicariam que estamos penetrando em território desconhecido, em um mundo agitado? Que, se comparada a ele, a visível alegria dos consumidores que saem de uma loja da Apple com um aparelho novo parece boba e sem importância?

É como se estivéssemos novamente em 1500, saindo da Idade Média para o mundo moderno, quando as multidões se maravilhavam diante de um arco novo, maior e mais poderoso. Não deveríamos levar o nosso mundo um pouco mais a sério?

- Paul Kennedy é professor de História e Diretor de Estudos de Segurança Internacional na Universidade Yale.
- [Colunistas| 30/11/2011 | Copyleft](#) 

• [Envie para um amigo](#) [Versão para Impressão](#)

• **A miséria do 'novo desenvolvimentismo'**

José Luiz Fiori –www.cartamaior.com.br

- Na América Latina e na Ásia, governos desenvolvimentistas sempre utilizaram políticas ortodoxas, segundo as circunstâncias, e o inverso também se pode dizer de muitos governos europeus ou norte-americanos ultra-liberais ou conservadores que utilizaram políticas econômicas de corte keynesiano ou heterodoxo.

- **José Luís Fiori**

- *"O capitalismo só triunfa quando se identifica com o estado, quando é o estado"*
Fernand Braudel, "O Tempo do Mundo", Editora Martins Fontes, SP, p: 34

O "debate desenvolvimentista" latino-americano não teria nenhuma especificidade se tivesse se reduzido à uma discussão macro-econômica entre "ortodoxos", neo-clássicos ou liberais, e "heterodoxos", keynesianos ou estruturalistas. Na verdade, ele não teria existido se não fosse por causa do estado, e da discussão sobre a eficácia ou não da intervenção estatal, para acelerar o crescimento econômico, por cima das "leis do mercado". Até porque, na América Latina como na Ásia, os governos desenvolvimentistas sempre utilizaram políticas ortodoxas, segundo a ocasião e as circunstâncias, e o inverso também se pode dizer de muitos governos europeus ou norte-americanos ultra-liberais ou

conservadores que utilizaram em muitos casos, políticas econômicas de corte keynesiano ou heterodoxo. O pivô de toda a discussão e o grande ponto da discórdia sempre foi o estado, e a definição do seu papel no processo do desenvolvimento econômico.

Apesar disto, depois de mais de meio século de discussão, o balanço teórico é decepcionante.. De uma forma ou outra a "questão do estado" sempre esteve presente, nos dois lados desta disputa, que acabou sendo mais ideológica do que teórica. Mas o seu conceito foi sempre impreciso, atemporal e ahistórico, uma espécie de "ente" lógico e funcional criado intelectualmente para resolver problemas de crescimento ou de regulação econômica. Desenvolvimentistas e liberais sempre compartilharam a crença no poder demiúrgico do estado, como criador ou destruidor da boa ordem econômica, mas atuando em todos os casos, como um agente externo à atividade econômica. Um agente racional, funcional e homogêneo, capaz de construir instituições e formular planos de curto e longo prazo orientados por uma idealização do modelo dos "capitalismos tardios" ou do estado e desenvolvimento anglo-saxão. E todos olhavam negativamente para os processos de monopolização e de associação do poder com o capital, que eram vistos como desvios graves de um "tipo ideal" de mercado competitivo que estava por trás da visão teórico dos desenvolvimentistas tanto quando dos liberais.

Além disto, todos trataram os estados latino-americanos como se fossem iguais e não fizessem parte de um sistema regional e internacional único, desigual, hierarquizado, competitivo e em permanente processo de transformação. E mesmo quando os desenvolvimentistas falaram de estados centrais e periféricos, e de estados dependentes, falavam sobretudo de sistema econômico mundial que tinha um formato bipolar relativamente estático, onde as lutas de poder entre os estados e as nações ocupavam um lugar bastante secundário..

No final do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia. Como volta a acontecer com o chamado "neo-desenvolvimentismo" que se propõe inovar e construir uma terceira via (uma vez mais), "entre o populismo e a ortodoxia". Como se tratasse de uma gangorra que ora aponta para o fortalecimento do mercado, ora para o fortalecimento do estado.

Na prática, o "neo-desenvolvimentista" acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes "campeões nacionais"; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado, o "neo-desenvolvimentismo" propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações.

Neste sentido, fica ainda mais claro que o desenvolvimentismo latino-americano sempre teve um parentesco maior com o keynesianismo e com "economia do desenvolvimento" anglo-saxônica, do que com o nacionalismo econômico e o anti-imperialismo, que são a mola mestra do desenvolvimento asiático. E que, além disto, os desenvolvimentistas latino-americanos sempre compartilharam com os liberais, a concepção econômica do estado do paradigma comum da economia política clássica, marxista e neo-clássica. Este paradoxo explica – aliás - a facilidade teórica com que se pode passar de um lado para o outro, dentro do paradigma líbero-desenvolvimentista, sem que de fato se tenha saído do mesmo lugar.

•

- José Luís Fiori, cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para onde vamos?

Rodrigo L. Medeiros – Valor 22 nov 2011 - medrodrigo@gmail.com

Tema recorrente na mídia é o da continuidade da crise de 2008. Quem apostou numa crise em formato W parece ter acertado. A ausência de lideranças e alternativas ao fim do ciclo neoliberal de 30 anos marca o tempo presente.

Muito se escreveu defendendo que necessitamos de novas idéias no campo da economia. Pensando bem, para o curto prazo essa tese não se sustenta. Em um contexto no qual o setor privado se contrai, o desemprego cresce e se mantém elevado, e, portanto, não se pode esperar vir do consumo ou mesmo do comércio exterior o alívio do crescimento econômico, só resta mesmo uma componente da equação: o gasto público. Essa é a síntese da visão keynesiana.

Há ainda quem defenda ingenuamente aquilo que o laureado economista Paul Krugman denominou criticamente de "fada da confiança". Bastaria um ajuste fiscal draconiano nas contas públicas dos países em dificuldade e que a confiança retornasse ao mundo dos negócios para que os investimentos deslanchassem naturalmente.

Empresários perceberiam, em algum momento impreciso no tempo, que os preços relativos dos fatores de produção estariam favoráveis ao investimento. A eficiência marginal do capital estaria acima das taxas de juros do mercado e assim se iniciaria um novo ciclo de crescimento e ajustamentos.

Desde a crise de 1929 se reconhece não haver garantias de quando o mercado se recuperaria sozinho. Ademais, esse "longo prazo" seria inaceitável do ponto de vista político, pouco importando se o regime é democrático ou não. Certamente o caso se torna mais explosivo em um ambiente institucional de democracia política.

Ao que indicam os fatos presentes, a eurozona encaminha-se para a desintegração. Nos EUA, os dois partidos que se revezam na presidência mal conseguem estabelecer, como outrora, zonas mínimas de convergência para a política doméstica. Quanto à China, há sérias dúvidas se escapará ilesa da recessão na eurozona e da crise nos EUA. Duvida-se, inclusive, se o seu capitalismo de Estado conseguirá equilibradamente elevar a parcela doméstica do consumo na participação no Produto Interno Bruto.

O Brasil enfrenta esse quadro global de incertezas. Seu Congresso Nacional e os 29 partidos políticos em atividade estão efetivamente debatendo questões dessa natureza? O que estão debatendo as organizações da sociedade civil diretamente e/ou indiretamente afetadas?

Aparentemente, o Ministério da Fazenda e o BC estão atentos com essas e outras questões. O Ministério do Desenvolvimento, por sua vez, mostra-se sensível a questões de política industrial.

Entretanto, nota-se certa desarticulação de medidas e propostas no âmbito do Governo Federal. O PPA 2012-2015, por exemplo, possui como parâmetro cambial um dólar pouco abaixo de R\$1,80. Abaixo, portanto, dos R\$ 2,30 apontados por The Economist e pelo BIS como patamar de alinhamento cambial.

Há consequências sociais, políticas e econômicas nessa escolha. Pode-se até esperar utilizar o câmbio apreciado para aliviar eventuais pressões inflacionárias, muito embora essa mesma apreciação cambial derrube as tarifas comerciais praticadas pelo país e as indústrias instaladas expostas à competição externa sintam o peso de tal opção.

Interessa efetivamente um Brasil desindustrializado e com 80% de sua população morando em cidades? Revela-se sensato apostar-se novamente em uma estratégia de inserção primário-exportadora mesmo quando se reconhece ser a industrialização o caminho para o desenvolvimento, antes do gradual deslocamento de parcela da força de trabalho para os serviços?

Os debates reformistas no âmbito do G20 e dos fóruns multilaterais de regulação e articulação global estão paralisados, apontando para um caminho perigoso que já se trilhou no passado. Algumas lideranças dessas organizações apostam ilusoriamente na restauração da ordem pré-crise de 2008. Cada país precisará cuidar bem dos seus próprios interesses e não há garantias de que os cenários econômicos e políticos não se deterioreem nos próximos momentos.

*D.Sc. e integrante da World Economics Association (WEA).

Um partido que era limpo

Vivaldo Barbosa - FONTE: O GLOBO

O PDT e o trabalhismo sempre cultuaram valores éticos e patrióticos ao longo de sua trajetória. O trabalhismo e o nacionalismo, marcas do PDT, ligam-se à Revolução de 1930 e esta, por sua vez, liga-se aos republicanos positivistas que fizeram a República no Brasil. Na história, a nação brasileira sempre reverenciou esses movimentos políticos e deu-lhes um lugar especial em nossa formação. O presidente Getúlio Vargas esteve no poder por quase 20 anos, enfrentou polêmicas e campanhas terríveis, mas nunca recebeu qualquer acusação de práticas de atos irregulares ou de corrupção, nunca se enriqueceu na vida pública. Aliás, sua família era de posses medianas. O presidente João Goulart foi deposto, os militares devassaram sua vida e não apontaram qualquer fato que o desabonasse.

Leonel Brizola igualmente teve sua vida devassada pelos militares e nada levantaram contra ele. Entrou em inúmeras polêmicas, fez diversos adversários e até inimigos. Mas até seus adversários e inimigos, por mais que fizessem críticas à sua ação política, sempre lhe devotaram respeito e sempre admiraram sua seriedade e lisura no trato da vida pública. Foi três vezes governador de estado, prefeito, secretário de estado, deputado, não se enriqueceu na vida pública. Ao contrário, o patrimônio revelado no inventário do casal, quando da morte da admirável d. Neuza Goulart Brizola, era de um terço do patrimônio que desfrutavam quando do casamento, decorrente de herança da d. Neuza.

Brizola nos legou um partido limpo e imorredouras lições de boas práticas políticas e republicanas.

Agora, todos nós nos entristecemos diante dessas notícias que envolvem diversas irregularidades no Ministério do Trabalho, onde se apontam ligações com o PDT. Nunca houve isto na história do PDT e do trabalhismo sadio.

Esta situação que envolve o Ministério do Trabalho veio nos esclarecer por que a direção do PDT procurou desorganizar e desestruturar o partido. Vejamos o quadro em que nos encontramos: nos últimos seis anos, o Diretório Nacional reuniu-se apenas duas vezes: para aprovar o apoio e participação no governo Lula e para dizer que queria continuar no Ministério do Trabalho no governo Dilma. O partido somente dispõe de 9 diretórios estaduais, o mínimo necessário para sua existência legal. Nos demais estados, adota comissões provisórias por 90 dias, sempre renovadas através dos anos, tornando os dirigentes locais dependentes da direção nacional. O mesmo procedimento adota em todos os estados em relação aos municípios. No Rio de Janeiro, por exemplo, existiam apenas 6 diretórios municipais até pouco tempo, nos demais municípios, comissões provisórias, em muitos nem isto, o partido está sem existência legal. O Conselho Político foi dissolvido. O movimento sindical foi dissolvido. O PDT é responsável pelo Ministério do Trabalho e extinguiu seu movimento sindical, que existia desde a criação do partido!

Por que desestruturar e desorganizar tanto assim o PDT? Agora, está ficando claro: o partido organizado, com seus departamentos funcionando, seus quadros e militantes atuantes, pressionaria e procuraria influenciar as ações políticas e administrativas do ministério. Mantendo o partido desorganizado, o ministério ficaria livre da influência dos quadros e militantes partidários. O ministro poderia tocar o ministério como lhe aprouvesse, valendo-se de pessoas de seu círculo pessoal e não dos quadros partidários já testados na luta política, que certamente o partido funcionando regularmente lhe imporia.

Há uma outra questão: há uma grande distorção ao envolver o Ministério do Trabalho com formação de mão de obra. A razão de ser e o destino do Ministério do Trabalho é trabalhar as relações de emprego no país, aperfeiçoá-las e, acima de tudo, procurar avançar nos direitos dos trabalhadores. A formação de mão de obra deve ficar a cargo do sistema educacional do

país. São as universidades e os grandes colégios que deveriam cuidar da formação de mão de obra, utilizando os espaços e horários ociosos, pois diz respeito ao sistema escolar. Aliás, são as deficiências do sistema educacional que geram a necessidade de formação suplementar das pessoas para o mercado de trabalho. A fiscalização do funcionamento dos cursos ficaria a cargo do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais de Educação, que já estão aparelhadas para isto.

Por outro lado, utilizar-se-iam os serviços e os servidores públicos, e mesmo as instituições particulares, mas que são dedicadas ao ensino, e não as ONGs, muitas delas organizadas de forma precária, não habilitadas para a missão. Evitar-se-ia esse cenário de verbas pra cá, verbas pra lá, ONGs pra cá, ONGs pra lá.

Vivaldo Barbosa é advogado e foi deputado federal pelo PDT do Rio.

Crise da ideologia

Esquerda vive hoje a mesma questão do pós-guerra: a relação entre intervenção estatal e valores igualitários

TAGS: [crise](#), [esquerda](#), [Ideologia](#), [Occupy](#), [Os indignados](#)



LEONARDO AVRITZER

A crise de 2008 pareceu ser, a princípio, um excelente momento para a reconstrução de uma prática e de um pensamento de esquerda no mundo. Afinal, poucas crises na

história do capitalismo foram desencadeadas por elementos tão ideológicos do debate entre a direita e a esquerda.

A crise de 2008 foi desencadeada por dois elementos, ambos obrigatórios na cartilha do assim chamado “neoliberalismo”: a desregulamentação dos mercados financeiros e a ideia de que o mercado pode se constituir na entidade reguladora do seu próprio risco.

O mercado financeiro norte-americano foi fortemente regulado entre 1933 e o começo dos anos 90 por um ato do presidente Roosevelt poucas semanas depois de chegar ao poder, o chamado “Glass–Steagall Act”, que separou bancos de investimentos de bancos comerciais, limitou a alavancagem nos mercados financeiros e, principalmente, limitou o tamanho dos bancos, tornando-os regionais.

Com isso, estabeleceu-se uma relação entre mercado financeiro e Estado nos Estados Unidos, de acordo com a qual o mercado financeiro podia gerar lucros, mas não era capaz de desestabilizar o Estado ou a economia do país. Este equilíbrio prevaleceu até os anos 90.

A doutrina político-econômica que hoje denominamos neoliberalismo combateu fortemente desde a metade dos anos 90 a regulação dos mercados financeiros e defendeu a ideia que os mercados são capazes de regular o seu próprio risco.

Aí está a origem da crise de 2008, que, neste sentido, foi eminentemente política. Não só a desregulamentação permitiu que bancos americanos e europeus assumissem enormes posições especulativas que colocaram em risco toda a economia mundial, como os instrumentos elaborados para a avaliação do risco se mostraram completamente inócuos.

Como afirmou o financista George Soros, a avaliação de risco parece ser um instrumento muito interessante. O problema é que ninguém sabe como fazê-la. Ou seja, todos aqueles que tentaram ancorar o seu risco em instrumentos produzidos por Wall Street e o mercado financeiro terminaram por ter fortes prejuízos, e a principal empresa de seguros dos Estados Unidos quebrou e teve que ser salva pelo governo americano.

Este constitui o pano de fundo do colapso financeiro de 2008, que abriu um conjunto de oportunidades para a esquerda, entre as quais, evidentemente, a de colocar uma nova ênfase na regulação econômica dos mercados financeiros pelo estado.

Hoje, quase cinco anos depois dos primeiros indícios da crise, é possível dividir a reação da esquerda à crise em dois momentos: um primeiro claramente negativo e um segundo mais positivo, ainda em construção, no qual o movimentos dos “Indignados”, na Espanha, e o Occupy Wall Street assumiram um certo protagonismo.

Ainda que seja muito difícil definir o que é a esquerda, eu sustentaria que o pensamento e a prática de esquerda tem dois grandes polos estruturadores: o primeiro é uma ideia de justiça, seja ela social ou distributiva; o segundo é uma crítica ao mercado que aponta para a necessidade de intervenções do Estado com o objetivo de regular ou coibir excessos gerados pela própria operacionalidade do mercado.

Concebida desta forma, não é difícil perceber que a suposta reconstrução de uma prática de esquerda na primeira fase da crise de 2008 acabou se pautando exclusivamente pelo segundo elemento.

Nas principais economias desenvolvidas, o Estado resgatou os seus mercados financeiros intervindo maciçamente neles. Foi o caso dos diferentes pacotes elaborados nos EUA – um primeiro pelo governo George W. Bush e um segundo pelo governo Obama.

Os dois pacotes que estão na raiz dos discursos tanto do Tea Party quanto do Occupy Wall Street foram pensados exclusivamente como resgate pontual do mercado financeiro.

O pacote do governo Bush chegou a ser uma distribuição de cheques de US\$ 25 bilhões para os maiores bancos, e o pacote do governo Obama não foi muito diferente, já que nomeou o principal representante de Wall Street como seu Secretário do Tesouro.

O que ocorreu como resultado de uma política de resgate do mercado financeiro sem uma proposta de justiça foi o desastre que conhecemos: os bancos americanos se recuperaram e, ao mesmo tempo, quase 2 milhões de pessoas perderam ou estão a ponto de perder as suas casas para os bancos, o desemprego nos EUA ficou acima de 8% por quase dois anos e os dados sobre pobreza no país mais rico do mundo são chocantes.

Ou seja, as políticas do governo Obama levaram a uma recuperação do sistema financeiro sem levar a uma recuperação da situação econômica da população. Este é o pano de fundo do Occupy, é o início da segunda fase da reação da esquerda à crise.

O Occupy colocou na agenda política norte-americana as duas questões que são fundamentais para uma abordagem de esquerda no país. A primeira é a falta de legitimidade de Wall Street.

O movimento que ocupou um parque (não por acaso um parque privado) colocou em pauta o papel destrutivo jogado por Wall Street em relação às empresas industriais (uma questão que voltou à tona nas primárias republicanas deste ano). Também pôs em questão a falta de representatividade das ações do sistema financeiro em relação à maioria da população.

Enquanto uma parte da população americana se vê sem condições de ter uma aposentadoria digna ou está correndo o risco de perder a sua casa, as empresas de Wall Street operam com outra lógica: têm lucros estratosféricos, parte dos quais são revertidos aos funcionários, e prejuízos igualmente estratosféricos que são cobertos pelo governo federal ou pelo Banco Central. Daí o sentido do slogan do Occupy: nós somos os 99% que mostram a dicotomia entre os beneficiários do sistema financeiro e a população americana como um todo.

Em segundo lugar, o Occupy ressaltou a falta de representatividade do seu sistema político e das maneiras como o poder econômico e o poder político se associam em Washington.

O Goldman Sachs, principal banco de investimentos em operação nos EUA, praticamente dominou os últimos governos americanos, se pensarmos que Robert Rubin (Secretário do Tesouro de Bill Clinton), Henry Paulson (Secretário do Tesouro de George W. Bush) e Timothy Geithner (Secretário do Tesouro de Barack Obama) saíram dos seus quadros.

As políticas feitas por esses governos terminaram por convergir contra os interesses da maior parte da população americana. É quase impossível contrariar interesses do Goldman Sachs no interior do governo e/ou do Congresso. O Occupy pôs em evidência a falta de representatividade dos políticos ao levantar a bandeira da “democracia real agora”, um dos seus principais slogans.

Ao levantar o slogan da inclusão econômica e da democracia real, o movimento pôs em questão os dois principais elementos da relação entre sistema econômico e sistema político tal como praticados nos Estados Unidos e com os quais o próprio Obama não foi capaz de romper.

Ao mesmo tempo, politizou a disputa entre direita e esquerda e mostrou as vulnerabilidades do tipo de liberalismo praticado nos EUA. A desocupação do Zuccotti Park talvez tenha sido a melhor expressão da privatização do público no país. O movimento ocupou um parque privado que tinha entre as suas regras a do funcionamento por 24 horas (todos os parques públicos nos Estados Unidos fecham durante a noite).

No entanto, à medida que o movimento se fortaleceu, começaram as pressões pela desocupação do parque. A empresa proprietária mudou o estatuto, proibindo acampamentos no seu interior. Em seguida, a polícia desocupou o parque na madrugada do dia 14 de novembro de 2011. Assim, o próprio ato de desocupação mostra a natureza não-pública do modo como a política vem operando nos Estados Unidos.

O movimento, que se estendeu pelos EUA atingindo principalmente a Califórnia, acabou se associando neste ano às primeiras vitórias da esquerda em eleições na Europa desde o início da crise.

A crise europeia é uma continuação piorada das mudanças implementadas pelo neoliberalismo nos EUA, com um adendo: a situação do euro. Se o pressuposto do neoliberalismo é a despolitização da regulação e do controle do risco na economia, o euro foi um passo à frente em relação a essa concepção. Ele representa a tentativa de dissociar moeda e soberania política.

O euro foi criado a partir da ficção de que a estabilidade da moeda pode se desvincular da soberania do Estado ou dos Estados nacionais que a sustentam. Países com economias fragilíssimas, como a Grécia, até 2009 foram considerados livres de qualquer risco para os mercados financeiros, o que os tornou capazes de emitir enormes dívidas.

No momento em que os bancos e os mercados se deram conta dos riscos, eles mesmos continuaram com a tarefa de inviabilizar economias como a grega, a portuguesa e a espanhola. O PIB da Grécia cai sem parar desde 2008 e o desemprego atinge um quarto da população.

Mas, o que é pior, o país perdeu completamente sua soberania no processo de estabilização coordenado pela União Europeia (leia-se Alemanha) e FMI. Os recursos da EU disponibilizados para a Grécia são depositados em uma conta-corrente controlada em parte pelas duas instituições. O governo grego não tem acesso a ela.

Todos esses fatos levaram à vitória da esquerda na Grécia e na França. A receita “Merkozy”, que é austeridade nas contas públicas pela via do corte de gastos públicos, parece finalmente estar em crise. François Hollande tem hoje a possibilidade de coordenar uma resposta diferente para crise econômica que se abate sobre o continente.

Essa resposta tem que ser ao mesmo tempo econômica e política. Econômica, porque é preciso pensar em uma regulação que não permita aos bancos incorrerem nos prejuízos que geraram e depois apresentarem as contas aos seus respectivos Estados nacionais – tal como fizeram o BNP, o Daxia e agora o Bankia. E política, porque, evidentemente, a população europeia, assim como a norte-americana, não está mais disposta a tolerar as desigualdades geradas pelos processos de resgate que não se pautaram por nenhum critério de justiça.

Ou seja, hoje, com as eleições na Grécia e na França, com um possível colapso do governo de direita na Espanha e com o fortalecimento de movimentos como os “Indignados” e o Occupy, voltamos à questão clássica que levou a esquerda europeia ao poder no pós-guerra: como estabelecer uma relação entre intervenção estatal e valores igualitários?

A reconstrução da esquerda como alternativa política depende da elaboração de uma política econômica que exerça duas funções: por um lado, essa política tem que ser capaz de assegurar a estabilidade do sistema financeiro, mas este não pode ser um objetivo unicamente sistêmico. Essa estabilidade tem que ser compatível com o exercício pelo sistema financeiro de uma atividade econômica que produza resultados para a economia mais ampla.

Por outro lado, é preciso que os resultados da intervenção estatal sejam moralmente justos e politicamente igualitários, senão o próprio princípio da intervenção será questionado. François Hollande está certo em questionar Angela Merkel acerca dos custos sociais do pacto fiscal europeu. Mas, se ele quiser avançar mais, terá de ouvir os indignados sobre um novo modo de exercer o papel ativo do Estado.

Leonardo Avritzer é professor no Departamento de Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais e um dos organizadores do livro *Corrupção – Ensaio e Crítica* (Ed. UFMG).

**MESSIANISMO – ÓPIO DO POVO OU
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA?**

Raul Longo

Muitos dos movimentos populares de resistência à exploração social ou contra o colonialismo imperialista contradizem a máxima marxista de que a religião é o ópio do povo.

Evidentemente Karl Marx se referia a manipulação das tendências cristãs impostas à Europa de sua época e desde a continuidade do Império Romano pela Igreja Católica. Mas a um e outro a resistência dos povos daquelas eras sempre teve nas religiões célticas ou de outras origens o poder de aglutinação de forças dos que em defesa de suas crenças nas evidências naturais da Grande Mãe, enfrentaram os planejados símbolos patriarcalistas do monoteísmo herdado do judaísmo pelo catolicismo de Roma.

Marxistas brasileiros se entusiasmaram com os resultados de uma pesquisa encomendada pela Igreja Católica no início da década de 80, onde se aferiu que apesar de se manter como religião da maioria o crescimento das seitas evangélicas as aproximavam, mas nenhuma das divergências interpretativas do cristianismo evoluíra tanto quanto o ateísmo.

Daí o recrudescimento de acusações e disparates contra os ateus, inclusive da parte de jornalistas desconexos que incluem perguntas sobre crenças deístas em debates políticos e o mal estar perante a questão da parte de candidatos igualmente desconexos às realidades sociais.

Porém, não mais conectados, aqueles que se entusiasmaram com o desenvolvimento do ateísmo entre as classes populares mais uma vez demonstraram dificuldade de compreensão das diferenças entre os povos americanos e o europeu.

Uma coisa é o ateísmo desenvolvido a partir da consciência do indivíduo sobre si como pessoa e como integrante de um conjunto, bem outra é o surgido em consequência de uma relação social onde o desenvolvimento de consciência é desestimulado, quando não impedido.

Um personagem de Dostoiévsky resume a questão numa única frase: “Se Deus não existe, tudo é permitido.”

Assim chegamos ao latrocínio por um par de tênis e ao deputado embriagado que com seu carro ceifou vidas na madrugada de Curitiba.

Pró-forma ou socialmente o deputado talvez até seja católico ou protestante e, se menos inapto, teria respondido ao jornalista que, sim, acredita em Deus. Mas em verdade já não tem qualquer receio de ser mandado ao inferno pela morte de um semelhante. Para os anseios individualistas do deputado, Deus é o velocímetro como também pode ser quaisquer das múltiplas obtenções garantidas pela inimputabilidade de seus poderes econômicos ou políticos.

Na condição social oposta, a única consciência possível é sobre as necessidades básicas de sobrevivência.

Quando a própria existência escapa ao sentido de coerência perante a efemeridade de ambas as realidades, aí então ao ópio propriamente dito, sem nenhuma analogia que não seja com correlatos de similares efeitos em alteração de uma impossível consciência ou de uma realidade caótica. Do ecstasy ao oxi as variedades de opções são tantas quanto as que existem entre as ordens católicas e as assembleias e igrejas evangélicas.

Cada geração com os escapes e fugas próprios às suas épocas.

Mas na maioria dos casos à religiosidade popular não escapa a consciência da realidade que, por mais negativa, não se pretende alterada apenas através de efêmeras alucinações. Por mais estoicos e acusados de fanáticos, os movimentos messiânicos que se espalharam por toda a América pretenderam alterações concretas e efetivas de uma realidade inadmissível às consciências de gente simples, mas cientes da desumanidade das condições a que são submetidas.

Cultos xamânicos como o Catimbó no nordeste do Brasil ou a Dança Índia dos Espíritos das pradarias do sul dos Estados Unidos, assimilaram o catolicismo do opressor colonizador, mas numa versão absolutamente própria onde, da Igreja Apostólica Romana, apenas se aproveitou a essência do cristianismo inscrito no Novo Testamento.

Em verdade, nem mesmo aproveitamento, nenhuma apropriação. Apenas identificação como no canto de Milton Nascimento: “Eu tenho esses peixes e dou/Eu tenho essas matas e dou/De coração!”. Não é aprendizado, mas apenas um modo de ser que identifica com o que se diz ter pregado Jesus Cristo. Embora de impossível assimilação pelas próprias igrejas cristãs, aos chamados pagãos já era comportamento natural que foi herdado pela gente mais pobre das Américas.

Os próprios missionários europeus da República Guarani reconheceram essa essência nos Povos das Missões e todos registraram ter encontrado entre aquela gente sem batismo o verdadeiro sentido de cristianismo e a concretização de tudo o que Cristo teria pregado no Novo Testamento.

Os prelados da mais radical ordem da Igreja Católica Apostólica Romana, sediada na Ibéria, catequizados pela experiência comunal e socialista que integrava as 7 Missões Guaranis, desobedeceram ao Vaticano e por aqueles índios pegaram em armas contra Portugal e Espanha.

Outro exemplo que embora ocorrido no Brasil se deu entre colonos oriundos da Renânia (sudoeste da Alemanha), demonstra de forma muito contundente a distância do cristianismo popular ao das igrejas que sempre apoiaram os dominadores.

Jacobina Mentz Maurer não ouvia vozes de mensageiros de Jesus, como ocorreu com Santa Joana D’Arc. Tampouco se considerava esposa ou amante de Jesus, como Santa Tereza. E não se identificava com a Virgem Maria, a mãe de Jesus.

Jacobina Mentz simplesmente era a personificação feminina da principal entidade de uma religião patriarcal. Ela era a reencarnação de Jesus.

Pejorativamente chamados de Muckers (santarrões) por seus conterrâneos luteranos, os católicos seguidores de Jacobina pegaram em armas contra seus próprios parentes, alguns também católicos. Enfrentaram e impuseram derrota às tropas do Exército Brasileiro.

Ainda que o conflito aparente-se gerado por controvérsias religiosas, em verdade os verdadeiros motivos daquela guerra que se desenrolou de 1866 a 1874 foi a espoliação na comercialização pelos alemães mais abastados de São Leopoldo que distribuíam ao restante da província o que a duras penas produziam os mais pobres, relegados às terras inóspitas do Vale dos Sinos.

A Revolta dos Muckers no Rio Grande do Sul não foi o único movimento messiânico de resistência contra o ultraje das classes populares. Embora alguns desses movimentos não tenham superado doentios delírios de seus líderes, como o relatado por Ariano Suassuna no “Romance da Pedra do Reino”, na maioria dos movimentos populares a interpretação do cristianismo é muito mais uma reação de consciência dos valores humanos do que de subjeção típica das classes intermediárias, essas sim iludidas por engodos messiânicos a prometer provimentos e outras milagrosas realizações individualistas.

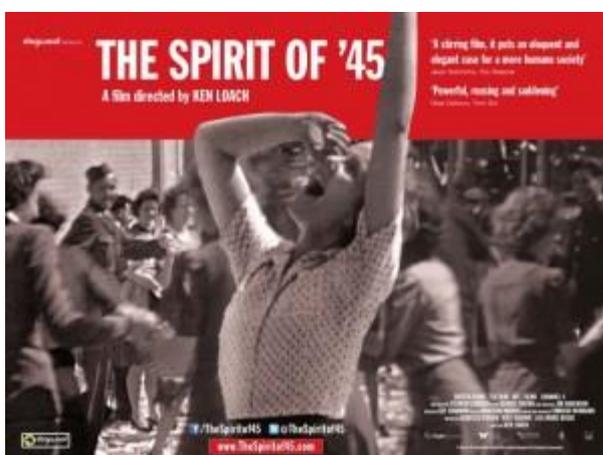
Por mais que sejam acusados de fanáticos seguidores de delirantes doentes mentais, os movimentos messiânicos corresponderam a uma realidade e a um universo muito mais concreto e plausível. A uma consciência sócio/política incomparavelmente maior do que as manipuladas no cotidiano doméstico pelas igrejas eletrônicas de canais de TV

Através do depoimento colhido por Celso Martins se demonstra aqui que o mesmo também ocorreu na Guerra do Contestado, com decisiva influência messiânica do Monge José Maria.

Raul Longo

24. **Grã Bretanha: Chamamento a criar um partido de esquerda**

Por Ken Loach, Kate Hudson, Gilbert Achcar



The Spirit of '45 (O espírito de 45), o novo filme de Ken Loach é um documentário, baseado em imagens de arquivo, que relata o nascimento do Estado de bem-estar social no Reino Unido no fim da guerra, sob o mandato do governo laborista de Clement Attlee. Aquele período esteve marcado por uma onda de nacionalizações sem precedentes – e sem equivalência nos países ocidentais – assim como pela criação do NHS, (o sistema público de saúde), entre outras coisas.

A estreia do filme, no mês passado, nas telas britânicas, forneceu a ocasião para uma verdadeira sucessão de reuniões públicas: muito rapidamente as discussões se centraram no balanço do Estado de bem-estar social, nos ataques atuais que tentam desmantelá-lo, na deriva direitista do Partido Laborista. E na necessidade de um novo partido...

É esta uma preocupação que num primeiro momento foi desenvolvida por Ken Loach em várias entrevistas, entre elas a concedida à página Open Democracy:

“Se os sindicatos dizem que vamos fazer o que fizemos há um século, que vamos fundar um partido para representar os interesses do mundo do trabalho e que só apoiaremos os candidatos que defendam uma política de esquerda, então poderemos retomar nossa marcha para a frente. Mas temos necessidade de um novo partido e de um novo movimento (...). Nas últimas eleições internas à direção do Partido Laborista, não havia sequer um candidato que representasse a esquerda desse partido. E é que esse partido sofreu os expurgos realizadas por Blair e seu setor. Os sindicatos devem cortar os laços (com ele) e recomeçar com todos os que se situam na esquerda, com aqueles que se envolvem em campanhas militantes, em defesa do NHS, a favor da moradia, dos serviços sociais. Com toda essa gente...”

Este “chamamento” informal, repetido em numerosas páginas web – entre elas a de Socialist Resistance, a organização britânica da Quarta Internacional – converteu-se rapidamente num verdadeiro chamamento, numa petição que já recolheu mais de 7.000 assinaturas. Este fenômeno desembocou na criação duma rede – LeftUnity – dotada de grupos de base que debatem sobre a criação de um novo partido.

A questão dum novo partido não está, por outra parte, limitada às discussões dos círculos da esquerda revolucionária, entre os quais o chamamento de Ken Loach não deixará de provocar movimentos. Abriu-se ao debate político britânico, em particular graças à publicação no Guardian duma tribuna assinada por Ken Loach, Kate Hudson (secretária geral do CND, a campanha pelo desarme nuclear) e Gilbert Achcar (acadêmico e ensaísta), cuja tradução publicamos a continuação.

[François Cousta]

Do The Guardian

O Partido Laborista nos traiu. Precisamos de um novo partido de esquerda

A Grã Bretanha precisa de um partido que rechace as políticas neoliberais e melhore a vida das pessoas comuns. Ajude-nos a criá-lo!

Ken Loach, Kate Hudson, Gilbert Achcar

A austeridade agrava a catástrofe econômica que a Europa sofre, como ocorreu muito recentemente à população chipriota, mas George Osborne [1] dá prosseguimento à mesma política desastrosa. O orçamento anunciado na semana passada não é uma surpresa: Osborne anunciou todavia mais cortes orçamentários, assim como a extensão do bloqueio dos salários no

setor público, o que significa um descenso do poder aquisitivo. Nos afunda ainda mais profundamente num buraco econômico, como mostra a revisão das previsões de crescimento dadas pelo Escritório de Responsabilidade Orçamentária: uma taxa de crescimento de 0,6% no lugar do 1,2% inicialmente previsto. Isso se parece muito a uma nova recessão, e não ao prometido crescimento; e são as pessoas comuns que pagam o preço. A violência dos ataques econômicos do governo não conhece limites. No bem-estar social, nos subsídios aos desempregados, nos impostos locais ou nos impostos sobre as moradias vazias [2], aplica-se outras tantas políticas punitivas dirigidas contra os membros mais vulneráveis da sociedade.

A se a julgar em função dos objetivos que diz perseguir, se poderia facilmente afirmar que a política governamental é ineficaz: o déficit será 61.500 milhões de libras acima do previsto (uns 73.000 milhões de euros). Mas, por suposto, a realidade é que as políticas de austeridade foram concebidas para dismantelar o Estado de bem-estar social, baixar os salários e privatizar completamente a economia, destruindo todas as conquistas econômicas e sociais obtidas pelas camadas populares desde a Segunda Guerra Mundial. Do ponto de vista do que busca o governo, suas políticas são eficazes.

A sociedade vai compreendendo cada vez mais o que o governo quer realmente e, em consequência, cresce a oposição e se discutem alternativas em matéria de política econômica. Na semana passada, o *Guardian* publicou um chamamento de 60 economistas que explicam que o pior está por vir: faltam ainda 80% de cortes orçamentários a realizar...

Essas políticas econômicas alternativas estão em debate, mas, no nível político, aonde podemos nos dirigir para que sejam defendidas como partido? Se queremos lutar por uma alternativa, quem está do nosso lado? No passado, muitos esperavam que o Partido Laborista atuasse a nosso favor e conosco; mas já não é o caso. O subsídio para os desempregados? Na semana passada, o Partido Laborista se absteve e agora o governo pode excluir dele um quarto de milhão de desempregados. A taxação sobre as moradias vazias? Algum governo laborista se dispõe a aboli-la?

Temos necessidade de políticas que rechacem os cortes orçamentários dos conservadores, que regenerem a economia e melhorem a vida das camadas populares. Não obteremos nada disso do Partido Laborista. Quanto a isso não há dúvida: no passado, houve alguns ganhos laboristas destacáveis, como o Estado de bem-estar social, o serviço público de saúde, uma economia redistributiva que tornou possível níveis mais altos do que nunca em igualdade na educação e na saúde. Mas esses ganhos já pertencem ao passado. Hoje, o Partido Laborista está do lado dos cortes orçamentários e das privatizações. Ele mesmo dismantela sua grande obra do passado. O Partido Laborista nos traiu. Nada mostra isso mais claramente do que o filme *O espírito de 45*.

O Partido Laborista britânico não está sozinho na sua virada à direita e na sua conversão às políticas econômicas neoliberais. Seus partidos irmãos na Europa seguiram o mesmo caminho faz dois decênios. Mas, em outras partes da Europa, novos partidos ou novas coalizões – como Syriza, na Grécia, ou Die Linke, na Alemanha – começaram a ocupar o espaço deixado vago e a oferecer uma alternativa política, uma visão econômica e social. É preciso acabar com essa anomalia que deixa a Grã Bretanha sem uma alternativa política de esquerda para defender o Estado de bem-estar social, o investimento gerador de empregos, a moradia e a educação, a transformação da economia.

Por essa razão, chamamos o povo a se unir no debate para a fundação de um novo partido de esquerda. A classe operária não pode permanecer sem representação política, sem defesa, precisamente quando todas as suas vitórias e todas as suas conquistas estão sendo destruídas.

Segunda-feira, 29 de abril de 2013

Notas :

[1] Ministro de Economia e Finanças do governo Cameron

[2] Não é realmente um imposto, ainda que tenha sido batizado de “o imposto do dormitório”. É uma invenção do governo que retira dinheiro das ajudas da seguridade social por cada moradia vazia que tenha em seu domicílio pessoas com poucos recursos. É uma forma de obrigar os pobres que recebem subsídio de aluguel a buscar moradias menores. Foi introduzido ao mesmo tempo em que se reduziu de 50% para 45% a taxaçoão do IRPF sobre os mais ricos (ndt) .

25 . A participação de PCs nos governos: Seria esta uma forma de sair da crise capitalista?

http://resistir.info/europa/lerouge_15fev13.html

por Herwig Lerouge [*]

Ao longo dos últimos anos, a possibilidade existente de certos partidos comunistas (ou ex-comunistas) de participar do governo, permanece na ordem do dia. Na Alemanha, o Die Linke participou de alguns governos regionais e, certamente, continua participando. O partido discute a possibilidade de participar do governo federal. Na Grécia e nos Países Baixos, a coligação de esquerda Syriza e o Socialistische Partij vem anunciando claramente sua vontade de entrar para o

governo. A folgada maioria do Partido Socialista Francês, durante as recentes eleições parlamentares de 2012, eliminou a dúvida sobre uma nova participação no governo do Partido Comunista Francês. O PCF e, na Itália, a Rifondazione Comunista e o Partido dos Comunistas Italianos, participaram de muitos governos no transcorrer das últimas décadas.

Em 2008, o êxito eleitoral de alguns destes partidos levaram uma revista britânica de esquerda, a *The New Statesman*, concluir: "O socialismo, o socialismo puro, inalterado, uma ideologia considerada morta pelos capitalistas liberais, regressa com força. Ao longo do continente, assistimos à tendência de que os partidos de centro-esquerda estabelecidos há muito tempo sejam desafiados por outros, indubitavelmente socialistas, que defendem um sistema econômico em que os interesses do capital se subordinem aos dos simples trabalhadores". [1]

Infelizmente, esta visão sobre um brilhante futuro socialista para a Europa foi ultrapassada pelos últimos resultados eleitorais e, fato mais importante ainda, pela evolução política destes partidos.

A tragédia italiana

A maioria destes partidos foi criada depois da contra-revolução de veludo de Gorbachev. Na Itália, durante seu congresso em Rimini, em 1991, o histórico Partido Comunista Italiano (PCI) se transformou em um partido social-democrata ordinário. Nesse mesmo ano, os comunistas italianos fundaram o Partito della Rifondazione Comunista (Partido da Refundação Comunista). No seio do Rifondazione, o debate sobre a estratégia do partido ficou aberto por muito tempo... Quando Bertinotti ascendeu à presidência, o debate se acelerou. Durante o 5º Congresso do Rifondazione, em fevereiro de 2002, Bertinotti apresentou suas 63 teses como uma soma de "inovações". Descobriu uma "nova classe operária" nascida em Gênova, em 2001, e um "novo conceito de partido". Recusando o partido de vanguarda, que era "obsoleto", substituiu-o por um partido concebido como uma soma de "movimento de movimentos". Descobriu, igualmente, uma "nova definição de imperialismo", segundo a qual o mundo já não se dividia em blocos capitalistas rivais e a guerra deixou de ser o meio pelo qual o mundo era partilhado de maneira periódica. "O antigo centralismo democrático foi substituído pelo direito a tendências". [2]

Depois de 36 meses de inovação, a direção do Rifondazione Comunista declarou-se pronta para participar do governo, junto com os democratas cristãos de Romano Prodi e a social-democracia de

D'Alema. Durante o 6º Congresso do PRC, em março de 2005, Bertinotti afirmou que seu partido devia ser a força motriz de um processo de reforma. E a participação no governo passou a ser um passo necessário na dita direção. No discurso de encerramento do Congresso afirmou: "O governo, inclusive o melhor, não é mais que um passo, um passo de compromisso. O partido deve situar-se em uma posição em que se deixe transparecer sua estratégia, a fim de mostrar que quer ir mais longe [...]". [3] Para prevenir-se de críticas contra o PRC, que faz parte de uma coligação favorável à UE junto ao antigo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, Bertinotti não encontrou melhor desculpa que a já gasta pirueta da social-democracia: "Devemos difundir a ideia de que os movimentos e o partido devem guardar sua autonomia a respeito do governo. O partido não deve ser identificado com o governo. Deve manter sua própria linha e uma estratégia ativa separada deste". [4]

O conhecidíssimo membro do grupo Bildelberg, Romano Prodi, esteve presente no Congresso e percebeu muito bem a virada do dirigente da Rifondazione: "Há aqui um partido socialista de esquerdas que aceita o desafio de governo". [5]

Em menos de 10 anos, Bertinotti conseguiu colocar um importante potencial revolucionário sob o controle do sistema. No ano de 2007, o PRC somou-se à coligação do "Olivo". Sem uma clara oposição de esquerdas anti-capitalista à participação na guerra no Afeganistão e às medidas de austeridade do governo de Prodi, a direita chegou ao vazio político e Berlusconi chegou ao poder. O PRC perdeu toda sua representação parlamentar na derrocada da esquerda eleitoral. Trata-se da experiência mais recente dos estragos que o revisionismo pode ocasionar. Atualmente, o movimento comunista italiano atravessa uma profunda crise.

França: Comunistas no governo (1981, 1987)

O século XX já provou o fracasso dos que pretendem modificar o equilíbrio de poder em favor da classe trabalhadora, mediante maiorias no seio do parlamento burguês.

Na euforia da vitória eleitoral de Mitterrand, em 1981, o secretário-geral do PCF, George Marchais, designou quatro comunistas ao governo com o intuito de modificar "o equilíbrio de poder". O dirigente do PCF, Roland Leroy, justificou o ato da seguinte maneira: "Nossa presença está relacionada à nossa missão e nossa estratégia: utilizar cada oportunidade, inclusive o menor passo adiante, para construir um socialismo original, mediante meios democráticos". [6]

No lugar de obter um socialismo original, a classe operária francesa teve de suportar um Código de Trabalho desregulado, uma segurança social reduzida, além do desequilíbrio dos salários em relação ao aumento da inflação. Seis anos mais tarde, em julho de 1997, a direção do PCF voltou a fazer o mesmo. Três ministros comunistas se aliaram ao governo da "esquerda plural" (PS-PCF-Verdes-MDC), que chegava ao poder depois das grandes lutas de 1995. Resultado? No dito governo houve mais privatizações que na soma das administrações de direita de Juppé e Balladur. Por exemplo, a privatização da Air France foi supervisionada pelo ministro comunista de Transportes, Jean-Claude Gayssot. A Air France, France Télécom, as companhias de seguros GAN e CIC, a Sociedade Marselhesa de Crédito, CNP, Aeroespacial, todas elas foram "abertas ao capital". A direção do PCF continuava no governo de "Jospin – o guerreiro" quando, em 1999, a França apoiou o bombardeio da Jugoslávia pela OTAN.

Certamente foram feitas concessões às exigências sindicais, porém, como ocorreu em 1936, com o governo da Frente Popular, basicamente foram resultado das grandes lutas que precederam ou acompanharam a vitória eleitoral da esquerda.

Pretender modificar no parlamento o equilíbrio de poder em favor da população trabalhadora é absurdo aos olhos de todos aqueles que observam o circo eleitoral, que veem aos milhares os grupos de pressão e as comissões de especialistas pagos pelos grupos de negócios, cuja finalidade é influir diretamente nas decisões políticas. E para mostrar de que maneira "a riqueza exerce seu poder indiretamente, porém com maior eficácia" (retomando as palavras de Engels), o melhor lugar são os Estados Unidos. No ano de 2000, os 429 candidatos com melhor financiamento em suas campanhas ocuparam os 429 primeiros lugares no Congresso estadunidense. Só os lugares do 430 ao 469 foram dados a candidatos com menos "fortuna". [7]

Se existe uma conclusão de toda a época do neoliberalismo, é esta: a evidência de que a influência dos grupos mais poderosos do capital sobre os Estados-nação, as instituições europeias e as instituições financeiras internacionais nunca estiveram tão abertas e descaradas. As decisões reais são a prerrogativa do executivo há muitas décadas e o Parlamento não é mais que um instrumento para ratificar as decisões já tomadas a nível governamental. Cada vez mais as leis se preparam nos gabinetes ministeriais e, atualmente, nos grupos de pressão das empresas mais importantes. A paz duradoura e o

progresso social requerem uma sociedade socialista e uma transformação radical da sociedade. A via parlamentar para o socialismo repousa na ilusão de que o grande capital vai aceitar retroceder e que chegará a ceder, sem mais, o aparato do Estado à classe operária quando esta se tornar suficientemente representada no Parlamento.

Naturalmente, devemos ser conscientes que, atualmente, a maioria da população da Europa vê a ordem social atual como a única possível.

Um processo revolucionário requer flexibilidade tática, adaptação à realidade política, uma adequada avaliação do objetivo de cada batalha, um conhecimento exato das contradições de classe e das correlações de força, assim como grandes alianças.

Nós lutamos por reformas, lutamos para reforçar a força política e organizativa dos trabalhadores. Não dizemos à população: "Resolveremos isto por vocês", mas dizemos: "Tomem vocês mesmos o destino em suas mãos". Em cada batalha, os trabalhadores adquirem experiência e nosso dever é introduzir a perspectiva socialista, no longo prazo. Inclusive na luta pelas reformas, o decisivo não são o parlamento e as eleições, mas as lutas. Todos os avanços do movimento operário vêm sendo resultado de um combate organizado, fazendo campanha e criando correlação de força nas ruas.

A esquerda europeia

Nos dias 8 e 9 de maio de 2004, os dois partidos já mencionados, o PRC e o PCF, tornaram-se fundadores do Partido da Esquerda Europeia (PEE). Bertinotti foi nomeado seu presidente.

O Partido da Esquerda é um salto qualitativo da evolução para o reformismo (de esquerdas), declarou um de seus fundadores, o presidente do Partido do Socialismo Democrático (PDS), Lothar Bisky. Em uma entrevista realizada pela revista *Freitag*, explicou: "Para as forças políticas da União Europeia que têm como origem o movimento operário revolucionário, o Partido da Esquerda Europeia significa um novo passo qualitativo no processo de adaptação do socialismo de esquerdas". [8]

Nem no Manifesto da Esquerda Europeia e nem em seus estatutos, se faz referência à propriedade privada dos meios de produção, às crises econômicas inerentes ao sistema, à concorrência assassina travada entre as empresas monopolistas ou à partilha do mundo entre as

principais potências imperialistas. O partido da Esquerda Europeia promete "uma alternativa progressista", a "paz", a "justiça social", um "desenvolvimento sustentável" e outras maravilhas aos quais ninguém se apresenta contrário. [9]

Tudo se apresenta de forma muito vaga dentro dos limites do sistema e de suas relações de propriedade. É um esforço vão buscar a menor referência à estratégia da revolução social. Ao contrário, o Partido se centra basicamente na "reforma em profundidade" das instituições do sistema. "Queremos fazer com que as instituições eleitas – o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais – tenham mais poder e possibilidades de controle". [10]

Die Linke

Um partido importante no seio da Esquerda Europeia é o partido alemão da esquerda, Die Linke. Ele é o resultado da unificação, no ano 2007, do Partido do Socialismo Democrático (PDS, o partido que sucedeu o principal partido da RDA, o SED) e o WASG (os socialdemocratas de esquerda desiludidos, dirigentes sindicais e grupos trotskistas da Alemanha Oriental).

O WASG, composto pelo Partido Socialdemocrata (SPD) e os Verdes, nasceu no ano de 2005, depois dos protestos suscitados contra o governo de Gerhard Schröder. A reforma Hartz IV, que acabou com o seguro desemprego no prazo de um ano ao introduzir os desempregados em um sistema de assistência social, criou um enorme setor de salários baixos. As consequências da reforma Hartz IV foram desastrosas. Um relatório das Nações Unidas [11] sobre a situação social na Alemanha mostra que, na atualidade, 13% da população vivem abaixo do nível de pobreza e que 1,3 milhões de pessoas, ainda que tenham trabalho, precisam de uma ajuda suplementar, pois seus rendimentos não são suficientes para a subsistência. A pobreza infantil afeta 2,5 milhões de crianças. Alguns estudos mostram que 25% dos estudantes vão para as aulas sem tomar o pequeno-almoço.

Assistimos ao aumento da pobreza entre as pessoas idosas devido às aposentadorias modestas que diminuem por conta da redução do salário. Atualmente, existem 8,2 milhões de pessoas com empregos temporários ou "mini-jobs" – com salários de menos de 400 euros por mês. Dos novos empregos, 75% são precários. Tudo isto fortalece os super-ricos. Na Alemanha, em 2010, existiam 924 mil milionários, ou seja, eles aumentaram 7,2% em três anos.

Esta "reforma" dividiu o partido socialdemocrata e levou o antigo ministro socialdemocrata, Lafontaine, a abandonar o partido. Ele foi seguido por federações inteiras do movimento sindical alemão. Estes dissidentes criaram o WASG. O partido unificado WASG-PDS se converteu em "Die Linke" e, em 2009, obteve 11,9% dos votos nas eleições federais, alcançando 78 assentos. Seu número de membros rondava a casa dos 80.000.

Porém, três anos mais tarde, segundo as pesquisas mais recentes, o Die Linke passou a ter problemas em ultrapassar o antidemocrático limite dos 5%, que se aplica a todas as eleições, tanto nacionais como regionais alemães. Em maio de 2012, perdeu seus assentos nos Parlamentos federal e regionais de Schleswig-Holstein (de 6%, os votos passaram a 2,2%) e da Renânia do Norte-Westfalia (de 5,6% a 2,5%). O número de membros diminuiu para menos de 70.000.

A nova socialdemocracia

O Die Linke adotou um programa durante seu congresso em Erfurt, em 2011. Ele se apresenta como uma síntese entre as tendências marxistas e os realistas muito reformistas. [\[12\]](#)

"O Die Linke, como partido socialista, opta por alternativas, por um futuro melhor" (p. 4). Este futuro inclui, com grande justiça, "uma vida com segurança social, com um rendimento mínimo assegurado, isenta de impostos e protegida da pobreza, assim como uma proteção total contra a dependência, com uma pensão obrigatória para todos, que se apoie na luta contra a pobreza, com educação de qualidade, gratuita, acessível a todos, com diversidade cultural e participação de todos na riqueza cultural da sociedade, com um sistema de impostos justo, que reduza as cargas impostas às rendas baixas e médias, porém que as aumente às altas rendas, apontando substancialmente às grandes fortunas, para fazer efetiva a democracia e fazer valer a lei contra o poder exorbitante das grandes companhias, com a abolição de toda forma de discriminação baseada no sexo, idade, classe social, filosofia, religião, origem étnica, orientação sexual e identidade, ou baseada nas incapacidades de qualquer gênero".

Porém, não se sabe ao certo se estas boas intenções se concretizarão neste sistema capitalista ou se é necessário abolir este sistema. Em uma passagem, é possível ler: "Necessitamos de um sistema econômico e social diferente: o socialismo democrático" (p. 4). Critica-se a "economia social de mercado" como "um compromisso entre o trabalho assalariado e o capital que nunca eliminou a exploração depredadora da natureza e nem as relações patriarcais nas esferas

públicas e privadas". Em outras passagens, o problema não é o sistema, mas sim o "capitalismo sem restrições" (p. 58), o "modelo político neoliberal" (p. 56) e os "mercados financeiros desregulados" (p.15).

O texto evoca um "longo processo de emancipação, no qual o domínio do capital será revertido mediante as forças democráticas, sociais e ecológicas", que levará a uma "sociedade democrática" (p.5). Em outra parte do documento, a chave da transformação social é a questão da propriedade. "Enquanto as decisões tomadas pelas grandes companhias se orientarem mais pelos benefícios ansiados que para o bem público, a política estará sujeita a chantagens e se minará a democracia".

Mais adiante, "a propriedade pública" se limita "aos serviços de interesse geral de infraestrutura social, às indústrias do setor energético e ao setor financeiro" (p.5). E o programa copia a velha tese socialdemocrata "da democracia que se estende à tomada de decisões econômicas e submete todas as formas de propriedade a normas emancipacionistas, sociais e ideológicas. Sem democracia na economia, a democracia permanece imperfeita [...]". De modo que esta "ordem econômica democrática diferente" será uma economia de mercado regulada. "Submeteremos a regulação do mercado da produção e da distribuição a um marco e a um controle democrático, social e ecológico". "O mundo dos negócios deve estar submetido a um severo controle da concorrência" (p.5).

A classe operária não tem nenhum papel na conquista do poder político. É questão de "maiorias vencedoras" (p.20) e o "socialismo democrático" poderá ser levado a cabo no seio das estruturas "democráticas" da constituição alemã e de um "estado social de direito".

Os serviços de inteligência deverão ser abolidos, porém o "controle democrático" do exército e da polícia será suficiente para transformá-los em ferramentas do socialismo.

A participação no governo

Segundo o programa, a participação no governo só tem sentido se baseada no "repúdio ao modelo político neoliberal", se supõe uma mudança "social e ecológica" e a possibilidade de melhorar o nível de vida da população. No caso, "o poder político do Die Linke e dos movimentos sociais poderão ser reforçados" e "o sentimento de impotência política que existe entre um sem número de pessoas

poderá ser eliminado" (p.56).

A pergunta feita é: como é possível adotar esta posição pouco depois da queda daquilo que sempre tinha sido apresentado como um notável exemplo da estratégia do partido: o desastre de Berlim? Em agosto de 2010, Die Linke se fundiu nas eleições do Senado de Berlim. Em 10 anos de participação no governo berlinense, o partido sofreu uma derrocada, passando de 22,3% a 11,5%.

Durante 10 longos anos, a coligação governamental SPD-Die Linke governou a capital alemã. Foram fechadas inúmeras creches, cortadas indenizações sociais e privatizadas 122.000 habitações sociais. O Die Linke votou pela privatização parcial do sistema berlinense de eletricidade, fez campanha contra a paridade nacional de salários dos trabalhadores do setor público (que, todavia, ganham consideravelmente menos no Ocidente) e manifestou-se contra os esforços de devolver à titularidade pública a Sociedade de Água de Berlim. Contribuiu, igualmente, para privatizar uma parte do principal hospital de Berlim – o que se traduziu em uma degradação das condições de trabalho e uma diminuição dos salários.

Mathias Behnis, cientista político e porta-voz da frente de resistência contra a privatização da sociedade berlinense de distribuição de água, e Benedict Ugarte Chacón, cientista político e porta-voz da iniciativa berlinense contra o escândalo bancário, publicaram um balanço particularmente preocupante no jornal *Junge Welt*, de 20 de agosto de 2011. [13] A coligação SPD-PDS (até então, tratava-se do PDS que, mais tarde, participaria da criação do Die Linke) expôs claramente, desde o início de 2002, qual caminho percorreria ao aprovar um fundo de risco para a Bankgesellschaft Berlín. Ela assumiu os riscos de um fundo imobiliário criado por bancos no valor 21,6 mil milhões de euros. Desde então, Berlim administra as perdas anuais destes bancos. O PDS esteve de acordo em garantir os lucros dos acionistas destes fundos, com ajuda do dinheiro público.

Ao mesmo tempo, dirigiu uma política monetária estrita em detrimento, por exemplo, dos subsídios aos cegos, em 2003, ou dos bilhetes sociais para o transporte público urbano, em 2004, depois que os governos federais suprimiram os subsídios. Foram necessários enormes protestos sociais para reintroduzir estes bilhetes, porém a um custo muito mais elevado.

As creches e as universidades deixaram de se subvencionarem. Isto detonou veementes protestos entre os estudantes e o congresso do PDS, ocorrido em 6 de dezembro de 2003, no luxuoso hotel Maritim,

no centro de Berlim, teve que ser protegido pela polícia de choque, que forçou a evacuação das ruas com brutalidade.

Em maio de 2003, os pais foram obrigados a gastar até 100 euros com a compra de livros escolares.

O Die Linke, em Berlim, é igualmente responsável pela piora na situação de milhares de inquilinos. Em maio de 2004, o governo regional berlinense vendeu 65.700 casas da sociedade pública de alojamento GSW ao vantajoso preço de 405 milhões de euros a um consórcio ao qual o Whitehall-Fund, do banco de investimentos Goldman Sachs e da sociedade de investimentos Cerberus. Em 2010, permitiu que estas sociedades entrassem na Bolsa de Valores e transformassem milhares de alojamentos berlinenses em objetos de especulação.

Da mesma forma, aboliu os subsídios dos proprietários que disponibilizavam suas casas ao arrendamento social, sem se preocupar com o que aconteceria aos inquilinos. Nos antigos apartamentos, até então muito baratos, ocupados, sobretudo, por trabalhadores com baixos salários e por desempregados, as rendas aumentaram em 17%.

A água que se tornou mercadoria

Em 1999, o antigo governo vendeu 49.9% da antiga sociedade de distribuição de água berlinense para a RWE e a Vivendo (Veolia). O PDS obteve o posto de ministro da Economia em 2002, porém não fez nenhuma mudança. O preço da água aumentou, aproximadamente, 33%. Durante o antigo governo, o PDS fez campanha contra a privatização parcial da água. Porém, o ministro do PDS, Wolf, fez exatamente aquilo que era contra: garantiu os benefícios dos acionistas privados e beneficiou-se com os elevados preços da água.

No acordo de coligação de 2006, Die Linke e o SPD falaram em comprometer-se com o retorno da sociedade de distribuição de água à autoridade municipal. Porém, não se fez nada. Pior ainda, opuseram-se, de todas as maneiras, ao grande movimento extraparlamentar em favor da publicação do acordo secreto de privatização da sociedade de distribuição de água. Mais de 666.000 pessoas exigiram que fosse objeto de um referendo. A coligação fez campanha contra esta ação. Aceitaram o referendo, obtido forçosamente, porém continuaram opondo-se a toda iniciativa legal da população.

Tudo o que podem dizer em sua defesa, é a eterna cantilena dos

social-democratas: "Sem nós, teria sido pior". Porém, não. Teria sido bastante parecido ou, talvez, melhor, pois com sua participação paralisaram uma parte do potencial de resistência.

Depois de sofrer um golpe nas eleições, queixaram-se de não terem conseguido impor seus pontos de vista ao SPD. Havia "restrições à liberdade do movimento", disse o dirigente do partido, Klaus Lederer. Naturalmente. Porém, quando existe a promessa de participar de um governo para mudar as coisas, não é surpresa se, no fim das contas, as pessoas perguntam o que foi modificado.

Nos governos regionais de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, de Brandeburgo e de Berlim, o partido participou das restrições e dos fechamentos.

Certamente, o Congresso de Erfurt concluiu que a participação no governo tem sentido.

A participação em governos locais e, inclusive, federais, apenas se discute no seio do partido. A ala direita da direção aproveita, inclusive, os maus resultados recentes para reclamar que o partido renuncie a seu "desejo de permanecer na oposição". Deve declarar abertamente sua intenção de participar em todos os níveis de governo, particularmente com seu "companheiro natural de coligação", o SPD. Dietmar Bartsch, um de seus principais porta-vozes, é apoiado pelo partido do Länder do Leste, onde a organização é mais numerosa. No Leste, a participação no governo se tornou norma.

Oskar Lafontaine, considerado como representante da esquerda do partido, nunca se opôs a que o partido embarque nas coligações do poder – ao contrário. É keynesiano e sonha com um tipo de Estado de bem-estar socialmente limitado a nível nacional. O regresso aos anos 70. Junto com seus companheiros, não deixa de formular os "princípios" ou "condições" que justifiquem a participação no governo.

"Não podemos deixar o SPD e os Verdes governarem sozinhos. O social só é possível com a nossa participação". Esse era o título do texto de base da direção do partido durante seu congresso em Rostock, no ano de 2010. "O Die Linke pode governar, inclusive melhor que os demais. E nós, em Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental temos ideias muito claras sobre o que deve melhorar e como fazê-lo", declara Steffen Bockhahn, presidente regional do Die Linke no Land Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental [14]. "Devemos ter alternativas à coalizão CDU-FDP", dizem os dirigentes do partido. Como se o SPD e os Verdes não estivessem de acordo em fazer os trabalhadores

pagarem os prejuízos causados pela crise! Já não há crítica radical para estes partidos.

O Die Linke afirma que combina os protestos sociais e políticos, elaborando possíveis alternativas e transformações políticas no marco do governo. Porém, é evidente que, atualmente, não existem as correlações de força que tornem possível o exercício de tal pressão sobre os governos, que se veem forçados a realizar reformas importantes a favor do povo. A única consequência da participação governamental é que paralisa os movimentos de massas e os integra ao sistema, como já visto em Berlim.

As experiências da participação comunista nos governos europeus comprovam que esta participação não detém as privatizações, a regressão social e nem as guerras imperialistas. Estas experiências estremeceram a confiança nos partidos que participam desses governos e mostram que não há diferença com outros partidos. A participação de um governo burguês, onde os monopólios capitalistas dominam, debilita as forças anti-capitalistas.

Na Grécia

No entanto, alguns partidos repudiam aprender as lições das ditas experiências. Provam que se tornaram autênticos partidos social-democratas, prontos para substituir os antigos, hoje desacreditados, partidos.

Na Grécia, quanto maiores as possibilidades existentes de uma vitória eleitoral, mais aceitável seu programa se torna, assim como a seção local do Partido da Esquerda Europeia, o Syriza, para a direção da UE e para a burguesia grega. Seu programa governamental [15] se apresentou como um "plano para colocar fim à crise". "O propósito é unir o povo ao redor do programa governamental do Syriza com a finalidade de libertar a Grécia da crise, da pobreza e sua má reputação". Não se menciona em nenhum sítio o sistema capitalista como o causador da crise: tão somente é mais o resultado da gestão "neoliberal". O programa se apresenta como social e fiscalmente equitativo, prometendo anular as medidas mais insuportáveis e anti-sociais, aumentar o salário mínimo, restaurar o antigo nível de proteção contra o desemprego e enfermidade. Também promete suprimir os impostos especiais àqueles que possuem baixo ou médio rendimento. Porém, este plano só pretende a "estabilização dos gastos básicos em torno de 43% do PIB, frente aos 36% do relatório e a um máximo de 46% do PIB". A ideia é colocar a Grécia "no centro atual do seio da zona do euro". É um programa que não vai mais além

do marco capitalista. "Organizaremos a revitalização da produção do país com importantes investimentos para apoiar o desenvolvimento de indústrias competitivas". Também promete congelar a privatização apenas de entidades públicas de importância estratégica que ainda eram públicas em 2010, quando estourou a crise. Sobre a dívida, o programa busca um compromisso com a burguesia da UE. Está muito abaixo do programa de 10 pontos do Syriza das eleições de 6 de maio, que exigia "uma moratória do pagamento da dívida, negociações para anular certas dívidas (não à dívida, como exige o KKE) e a regulação da dívida restante para incluir provisões para o desenvolvimento econômico e o emprego" [16]. Em 8 de maio, depois das primeiras eleições, Alexis Tsipras, o dirigente do Syriza, apresentou um programa de cinco pontos como base para a formação de um "governo de esquerdas". Agora, só pleiteia "a criação de uma comissão de auditoria internacional para investigar as causas do déficit na Grécia, com uma moratória do pagamento da dívida em espera da publicação dos resultados da auditoria" [17].

Antes das novas eleições de 17 de junho, seu "programa de governo" limita-se a denunciar os empréstimos (negociados com a Troika) substituindo suas condições por "outras que não ponham em dúvida a soberania nacional da Grécia e a sobrevivência econômica de nosso país. Não se aceitarão sem mais condições como a prioridade no reembolso de empréstimos ou a apreensão dos bens de propriedade do Estado, como acordada com os credores no relatório...". Não há reivindicações radicais que busquem fazer pagar os responsáveis da crise (os burgueses gregos e europeus e outros bancos...), nem meios para impor suas medidas. Tudo será negociado. O programa não espera impor "a anulação do regime de imposto zero para as companhias de transporte e para a Igreja", mas "busca um acordo" com a indústria marítima para abolir as 58 isenções. Não se diz nada sobre a criação de um governo capaz de impor suas próprias medidas. Quer "elevar o nível de impostos ao mesmo nível que o resto da UE", onde a totalidade da carga recai nas costas da população trabalhadora. Em nenhuma parte se discute a questão do controle da administração ou do sistema econômico pelos trabalhadores. Quem vai controlar os patrões, os banqueiros? Nada se aborda sobre a polícia, o exército. O Syriza permanece no seio da OTAN, da UE.

As duras lições do passado

As experiências confirmam as posições de Marx, Lênin e a Terceira Internacional sobre este assunto. Elas repudiam toda a participação, à exceção de situações nas quais o fascismo constitua uma ameaça real, no caso de uma situação que possam dar lugar a uma transição

para um governo realmente revolucionário, isto é, em situações pré-revolucionárias importantes com lutas de classe e correlação de forças favorável (como no Chile, no início dos anos 70, e em Portugal, em 1975...). Nestas situações, é possível que devamos selar alianças com forças que representem camadas não proletárias, porém que são igualmente oprimidas pelos monopólios ou ameaçadas pelo fascismo ou inimigos exteriores. Porém, só sob a condição de que este poder evolua ou deseje evoluir para a democracia popular e para o socialismo, para um Estado diferente controlado pelos trabalhadores. Não foi o caso do Chile, onde a reação massacrou socialistas e comunistas, metendo-os no mesmo saco.

O governo dos trabalhadores, tal e como foi proposto pela Terceira Internacional, se entende como "a frente unida de todos os trabalhadores e uma coalizão de todos os partidos de trabalhadores, tanto na área econômica como política, para lutar contra o poder da burguesia e, finalmente, para derrubá-la". "As tarefas mais fundamentais de tal governo de trabalhadores devem consistir em armar os trabalhadores, desarmar as organizações contra-revolucionárias burguesas, introduzir o controle da produção (pelos trabalhadores), fazer carregar o principal peso dos impostos sobre os ricos e romper a resistência da burguesia contra-revolucionária" [18] .

O dito governo dos trabalhadores só é possível se nasce das lutas de massas e se é apoiado pelas organizações militantes dos trabalhadores. [19]

Aqueles que justificam uma coalizão com os partidos políticos burgueses nas instituições parlamentares, utilizam parte dos escritos de Dimitrov sobre a frente unida contra o fascismo. É certo que Dimitrov criticava as pessoas que rechaçavam a política da frente unida contra o fascismo, porém segundo Dimitrov, a frente popular antifascista deve ser criada tendo como base uma frente unida de trabalhadores. Pede que um governo de frente popular tome medidas revolucionárias anti-capitalistas: pode surgir "uma situação tal que a formação de um governo de frente única proletária ou de frente obedeça aos interesses do proletário. [...] Exigimos deste que ponha em prática as reivindicações revolucionárias radicais, determinadas, que respondam à situação. Por exemplo, o controle da produção, o controle dos bancos, a dissolução da polícia, sua substituição pela milícia operária armada, etc". [20]

Dimitrov alertou contra o fato de que, "manter uma frente popular na França não significa que a classe operária vá apoiar o atual governo [21] a todo custo [...]. Se, por uma razão ou outra, o governo

existente se mostra incapaz de fazer valer o programa da Frente Popular, adota uma linha de retirada ante o inimigo, de seu país e do estrangeiro. Se uma política debilita a resistência à ofensiva fascista, então, a classe operária, com o propósito de reassegurar os laços da Frente Popular, provocará a substituição do atual governo por outro". [22]

É o que aconteceu e o PCF demorou muito tempo para compreender. Em 1936, depois da vitória eleitoral dos partidos de esquerda, formou-se o governo Blum de socialistas e radicais, apoiado externamente pelo PCF. Uma enorme onda de greves exerceu pressão sobre o governo para forçá-lo a satisfazer as reivindicações que se encontravam no programa da Frente Popular. Porém, para retomar os termos de seu presidente, o governo se fixou como objetivo encontrar uma maneira de "procurar um alívio suficiente para aqueles que sofrem" no marco da sociedade de então. Para Blum, a missão da Frente Popular consistia em "moderar a sociedade burguesa" e remover "um máximo de ordem, bem-estar, segurança e justiça". Nessas condições, o impacto negativo da participação no governo aumentou consideravelmente. Historicamente, as administrações "de esquerda" presidindo sistemas capitalistas desmoralizaram e desmobilizaram a classe operária, além de abrirem caminho para partidos e governos conservadores e, inclusive, de extrema direita.

O governo de Blum foi derrubado dois anos depois e bastaram dois anos a mais para que os capitalistas franceses quisessem revanche e recuperassem as concessões que haviam feito. Por iniciativa do Partido Socialista, o governo dirigido pelo líder do Partido Radical, Daladier, ilegalizou o PC em 21 de novembro de 1939 e seus representantes foram submetidos a julgamento. Em 7 de julho de 1940, os mesmos representantes radicais e socialistas deram seu voto de confiança ao governo do traidor Pétain.

Inclusive nos períodos em que a participação no governo pode levar à fase de luta aberta pelo socialismo, é necessária uma extrema vigilância.

Em setembro de 1947, durante uma reunião onde estavam presentes membros do novo órgão de coordenação dos partidos comunistas depois da Segunda Guerra Mundial – o Kominform [23] – os participantes criticaram a linha oportunista do PCF em sua política de frente unida durante a ocupação e sua participação no subsequente governo.

A burguesia tinha interesse em cooperar com os comunistas durante e

depois da guerra porque era débil. Os comunistas deveriam ter aproveitado essa situação para ocupar postos-chave, porém não o fizeram. No lugar de conquistar o apoio das massas para tomar o poder, desarmaram as massas e semearam ilusões sobre a democracia burguesa e o parlamentarismo.

No lugar de criar a unidade antifascista a partir da base, mediante a criação de instrumentos emanados das massas, juntando todas as tendências que estavam realmente dispostas a seguir a via da luta por um poder revolucionário, os dirigentes do PCF e do PCI cometeram o erro de construir uma frente por cima, tendo como base uma representação igualitária dos diferentes partidos, quando o objetivo dos partidos burgueses era evitar a transformação real do país. Para colocar em prática esta política, os dirigentes do PCF e do PCI argumentaram que toda reivindicação diferente à de libertação nacional, toda reivindicação diferente à de mudanças democráticas radicais e revolucionárias, afastaria da frente antifascista um número expressivo de grupos sociais e de forças políticas.

A reunião criticou o PCF por ter permitido e até facilitado o desarmamento e a dissolução das forças da Resistência sob o pretexto de que a guerra tinha terminado e que uma ação contra a política de De Gaulle desembocaria em um confronto com os Aliados. Esta concepção facilitou a tarefa dos imperialistas preocupados em reconquistar suas posições anteriores à guerra. Criou ilusões sobre a "democracia" dos imperialistas e sua capacidade de ajudar na reconstrução, sem outros objetivos, das nações que foram libertadas do fascismo.

Em geral, os delegados da Conferência reprovaram a persistência nas ilusões de uma via parlamentarista para o socialismo, na propagação das mesmas entre as massas no lugar de mobilizá-las contra a política pró-estadunidense de seus governos e por uma alternativa verdadeiramente revolucionária. [24]

Agora menos que nunca

A primeira pergunta persiste: qual é o caráter da sociedade na qual um partido comunista queira participar do governo? É um Estado capitalista. Sua base econômica é o capitalismo e sua tarefa é, obviamente, administrar o capitalismo, proteger e criar condições favoráveis ao sucesso de seu desenvolvimento. Este Estado adota uma constituição, leis e regulamentações que possuem como objetivo garantir a ordem constitucional, criar as condições para o desenvolvimento do capital e evitar conflitos no seio da sociedade.

A política hostil com os trabalhadores nestes Estados não revela políticos malvados e nem os maus partidos, com programas maliciosos. Enquanto a propriedade privada dos meios de produção reinar, enquanto as empresas devem competir para sobreviver, deverão acumular, aumentar seus lucros, reduzir os salários, repudiar as reivindicações sociais. A esta lei não se podem opor "bons" políticos no governo com ideias e programas "corretos".

O capitalismo atual já não pode, como esperava Lafontaine, voltar à época da chamada "economia social de mercado" com cooperação social. Foi um episódio que deve ser situado no contexto da rivalidade ideológica entre socialismo e capitalismo, da força dos partidos comunistas após a Resistência, quando podiam atender às reivindicações a partir dos lucros da fase da reconstrução do pós-guerra.

Isto já não é possível e nem obviamente necessário na lógica capitalista. Os 25 milhões de desempregados oficiais da UE, que exercem uma pressão sobre os salários e os mercados de trabalho, hoje mundialmente acessíveis, reduzem o preço da mão-de-obra. O custo do desemprego duplica o orçamento social: os salários em baixa proporcionam menos receita aos fundos de segurança social e, cada vez mais, existem beneficiários para serem atendidos por esses fundos.

O colapso do sistema de segurança social não é mais que uma questão de tempo se não houver um combate de envergadura para fazer com que o capital pague impostos. Além disso, as arrecadações dos impostos sobre os lucros das empresas vão em baixa, apesar de os lucros crescerem: necessitam-se reduções suplementares aos impostos para reforçar os capitais nacionais nos mercados internacionais.

O Estado capitalista trabalha para criar as condições favoráveis para o crescimento da rentabilidade das empresas, para criar novos mercados graças à privatização e à redistribuição do rendimento nacional em favor dos possuidores de capital. Está aí para fazer calar ou reprimir a classe operária nacional e para garantir os interesses do capital em outras regiões.

De modo que a participação em governo nestas condições significa unicamente a participação na regressão social, inclusive ainda que alcançada lentamente. Significa desarmar a resistência e dar falsas esperanças ao movimento operário.

Antigos partidos comunistas escolheram participar do poder, sabendo, com certeza, que isto significa governar sob os interesses do capital e participar da destruição das conquistas sociais obtidas após as lutas do movimento operário.

A participação no governo contribuiu para desmobilizar a resistência tão necessária e o desenvolvimento de um contrapoder. Atualmente, para modificar o equilíbrio das forças de classe, devemos nos unir em numerosos combates defensivos contra a regressão social, com a finalidade de criar um movimento político independente de trabalhadores e daqueles a quem se impede trabalhar e difundir uma consciência anti-capitalista no seio do movimento operário.

A debilidade dos comunistas e dos sindicatos com uma clara orientação anti-capitalista é a principal causa do domínio agressivo do capital na maior parte dos países capitalistas.

Necessitamos um programa político alternativo e devemos lutar por ele. Que inclua reivindicações imediatas, porém que também possua a palavra de ordem da abolição das relações capitalistas de propriedade. Estas reivindicações não devem se dirigir a potenciais sócios no seio de um governo de esquerdas (que não existe), mas a um movimento operário organizado e a outras camadas exploradas da sociedade. Devem dirigir-se aos sindicatos, a todo tipo de organizações populares ativas em todos os domínios da luta social, democrática, anti-imperialista e cultural.

A verdadeira pergunta é saber de que maneira os partidos comunistas se vão preparar para as batalhas que virão, como se vão organizar para serem capazes de assumir eficazmente a carga das novas lutas da classe operária e da população trabalhadora no sentido amplo. A crise leva grandes massas de trabalhadores a dar as costas à social-democracia. Não devemos lhes oferecer uma sociedade social-democrata renovada. É necessário um partido revolucionário que tenha em conta o nível de consciência atual, que faça seus os problemas do povo, que fale uma linguagem acessível, que busque a unidade do maior número possível de pessoas na luta. Porém, que não esqueça seus princípios, que mantenha o rumo para uma sociedade na qual não exista exploração do homem pelo homem, uma sociedade sem propriedade privada dos meios de produção, uma sociedade em que os trabalhadores sejam realmente livres e com um Estado que proteja a liberdade da vasta maioria contra a opressão de uma minoria.

- [1] " Socialism's comeback ", *New Statesman*, diciembre 2008, www.newstatesman.com/europe/2008/12/socialist-party-socialism?page=5 .
- [2] Fausto Bertinotti e.a., Tesi maggioranza (tese da maioria), V Congresso Nazionale, 2002, Partito della Rifondazione Comunista. Todas as citações sobre o PRCI provém da obra "La clase obrera en la era de las multinacionales" "A classe operária na era das multinacionais", de Peter Mertens: <http://www.jaimelago.org/node/7>. (As teses em italiano : www.d-meeus.be/marxisme/modernes/Bertinotti63Tesi.html).
- [3] Partito della Rifondazione Comunista. VI Congresso Nazionale. Relazione introduttiva del segretario Fausto Bertinotti.
- [4] Partito della Rifondazione Comunista. VI Congresso Nazionale. Conclusioni del segretario Fausto Bertinotti.
- [5] *La Stampa*, 4 de março de 2005, p. 7, www.archiviolastampa.it/ .
- [6] *Le Nouvel Observateur*, 10 de fevereiro de 1984.
- [7] Michael Scherer, Amy Paris e.a., " Campaign inflation ", en *The Mother Jones* 400, março 2001, www.motherjones.com/news/special_reports/mojo_400/index.html .
- [8] *Junge Welt*, 8 de abril de 2004, www.jungewelt.de/2004/04-08/004.php .
- [9] Parti de la Gauche européenne, " Manifeste du Parti de la Gauche européenne ", 10 de maio de 2004.
- [10] Ibidem.
- [11] United Nations Economic and Social Council, 20 de Maio de 2011. Concluding Observations of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights. Alemanha, www.agfriedensforschung.de/themen/Menschenrechte/deutsch-un.pdf
- [12] Programme of the Die Linke Party [en.dielinke.de/...](http://en.dielinke.de/)
- [13] Mathias Behnis et Benedict Ugarte Chacón "Die Überflüssigen: Hintergrund. Harmlos, farblos und immer treu zur SPD. Zehn Jahre Regierungsbeteiligung der Linkspartei in Berlin — eine unvollständige Bilanz des Scheiterns", www.jungewelt.de/loginFailed.php?ref=/2011/08-20/024.php .
- [14] Disput, junho de 2010.
- [15] [transform-network.net/de/...](http://transform-network.net/de/)
- [16] [hellenicantidote.blogspot.be/...](http://hellenicantidote.blogspot.be/)
- [17] www.ekathimerini.com/4dcgi/_w_articles_wsite1_1_08/05/2012_441181
- [18] [www.contre-informations.fr/komintern/komintern/5.html#A point XI](http://www.contre-informations.fr/komintern/komintern/5.html#A_point_XI)
- [19] www.marxists.org/francais/inter_com/1922/ic4_01.htm

[20] Georgi Dimitrov, L'Offensive du fascisme et les tâches de l'Internationale communiste dans la lutte pour l'unité de la classe ouvrière contre le fascisme, actionantifasciste.fr/documents/analyses/28.html

[21] O governo da Frente popular de socialistas e radicais dirigido por Léon Blum, ver mais adiante.

[22] Georgi Dimitrov, OEuvres choisies, t. 2, p. 160, Sofia Presse

[23] Em 1943, foi desfeita a Terceira Internacional. Após a derrota do fascismo, foi restaurada sob o nome de Kominform. Esta se reuniu somente três vezes. Durante suas sessões, que ocorreram de 23 a 26 de setembro de 1947, discutiu-se em pormenor a situação na França e na Itália.

[24] Intervenção de Djilas de 25 de setembro de 1947. Giuliano Procacci (red.), The Cominform: Minutes of the Three Conferences 1947/1948/1949, Milan, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli & Russian Centre of Conservation and Study of Records for Modern History (RTsKhIDNI), 1994, pp 255-257. Citado en Peter Mertens, " La clase obrera en la era de las multinacionales " <http://www.jaimelago.org/node/7> .

[*] Redator-chefe da *Estudos Marxistas*, www.marx.be

A versão em castelhano encontra-se em www.pcpe.es/ . A tradução do PCB encontra-se em [pcb.org.br/...](http://pcb.org.br/) (efectuadas pequenas alterações).

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/> .

26 - ¿Partidos políticos o comités electorales?

Rossana Rossanda08/09/13

Publicado SIN PERMISO

La requisitoria contra los partidos, hecha incluso por amigos queridísimos además de ciudadanos intachables, como Marco Revelli, ha llegado hasta su exponente más frágil, el Partido Democrático, demostrando que el resultado es la transformación del partido en simple comité electoral. ¿Qué era un

partido si no una idea y propuesta de sociedad, que hacía propia una parte de ella, como dice la misma palabra, y se presentaba a una población compuesta por partes sociales diversas y asimismo opuestas? En este sentido es en el que la Constitución del 48 señala en los partidos, agregados de ideas e intereses, los instrumentos típicos de la democracia, los “cuerpos intermedios que organizan la reflexión entre la sociedad y el Estado, y por medio de las elecciones expresan la fracción mayoritaria”. Con un solo límite, el pacto constitucional, dentro del cual y sin salirse de él los partidos son libres de moverse y modificarse.

Esta estructura del pensamiento político moderno lleva estallando desde 1989 en adelante con la crisis de los partidos comunistas y de ese “compromiso keynesiano” que nació tras el desastre económico del 29, el surgimiento de los fascismos y la Segunda Guerra Mundial. Y que ha estado en la base de las constituciones democráticas, como la nuestra. Ésta reconocía que hay intereses opuestos entre capital y asalariados, e intentaba frenar bien una revolución como la rusa de 1917, bien una reacción como la fascista y nazi, poniendo límites a la clase más fuerte, la del capital. Era entonces opinión común que debía corregirse el modo de producción capitalista dominante en Occidente. La oleada neoliberal reiniciada por Thatcher y Reagan ha proclamada la

unicidad y eternidad de la ordenación capitalista con la famosa “TINA” [“There is no alternative” – “No hay alternativa”] y ha puesto fin a los “partidos” como expresión de “partes sociales”, dejando legitimidad solamente a los bilateralismos anglosajones y a un modo en parte diferente de administrar la única sociedad posible, la capitalista. Y este retorno a Von Hayek se le le ha antojado persuasivo a los herederos de los partidos comunistas; es más, como dijera D’Alema, es la “normalidad” a la que deseaban que llegase Italia.

Desde ese momento, también los partidos que han seguido llamándose de izquierda han dejado de expresar una idea diferente de sociedad, con relativos valores y contravalores, adversarios y objetivos, y su eje se ha desplazado de la propuesta de una idea de sociedad y de país a la promoción de las personas que se presentan como candidatas para dirigirlos. No sorprende que el más afectado y asolado por el cambio sea el heredero del Partido Comunista, el PD. Atravesado por luchas furibundas entre los que se autopropone ceñirse al presente y los pocos que querrían mantener una diferencia social, ser, en resumen, no digo todavía comunistas sino todavía keynesianos. La mayoría, también en la llamada sociedad civil, no quiere volver a oír hablar de conflictos y prefiere lamentar la degeneración moral

de una política que no puede ser más que ésa. Y no quieren saber nada, no por casualidad, de la propuesta de Fabrizio Barca, consistente en restituir a los partidos solamente el papel de proponentes de ideas de sociedad, separándolos de las instituciones del Estado, con relativos puestos y prebendas. No es una propuesta simple, pero no la han tomado en consideración ni siquiera los dirigentes candidatos a la secretaría general, y el PD ya no es más que un comité electoral, cuyo problema principal consiste en decidir si la base de los electores debe reservarse a quien constituía la base social compuesta por aquellos sin medios de producción (capitales, tierras, minas) o bien el conjunto de la población, capitalista o no. El voto irá exclusivamente a la persona del candidato y a su modo de hacer y aparecer en una sociedad justamente “normalizada” como se ha indicado antes. Un joven como Renzi no duda en decir que no le importa nada del partido salvo como medio sobre el cual elevarse para llegar al gobierno: porque con una sociedad distinta no se identifica en absoluto.

No sé si un partido de ese género estaría en situación de remediar la crisis italiana, un apartado de la crisis mundial en la que nos ha metido el neoliberalismo. Esto no está en sus intenciones, del mismo modo que desconozco el análisis de las causas que hace hasta ahora Barca. Más modestamente, ¿estaría su

propuesta en condiciones de liberarnos de esa superposición de bajos intereses e ilegalidad que reprobaba Marco Revelli al desear el fin de los partidos? Quizás sí, pero, aun quedando limpia de nuevo la esfera de la representación, habría que volver a pensar el conjunto de la estructura política. Y sería imposible cancelar el conflicto social como hace hoy toda la política, derecha e izquierda, representados y no representados.

Rossana Rossanda es miembro del Consejo Editorial de SinPermiso

Traducción para www.sinpermiso.info: Lucas Antón

sinpermiso electrónico se ofrece semanalmente de forma gratuita. No recibe ningún tipo de subvención pública ni privada, y su existencia sólo es posible gracias al trabajo voluntario de sus colaboradores y a las donaciones altruistas de sus lectores. Si le ha interesado este artículo, considere la posibilidad de contribuir al desarrollo de este proyecto político-cultural realizando una DONACIÓN o haciendo una SUSCRIPCIÓN a la REVISTA SEMESTRAL impresa.

A esquerda que falta

Luiz Sérgio Henriques domingo, 13 de outubro de 2013

<http://gilvanmelo.blogspot.com.br/2013/10/a-esquerda-que-falta-luiz-sergio.html>



Mais de um autor clássico de estudos sobre partidos, sua afirmação como instrumento da política de massas, seus limites e mesmo processos de involução oligárquica, chamou a atenção para o papel representado pela social-democracia alemã e os partidos de esquerda que a tiveram por décadas como referência indiscutível. Nem é preciso voltar a Robert Michels e sua lei de ferro da oligarquização do partido operário. Um autor mais próximo, o italiano Umberto Cerroni, nos legou um livro pequeno e útil sobre a Teoria do Partido Político (Livreria e Editora Ciências Humanas, 1981), escrito no tempo em que alguns julgavam possível ou oportuno renovar o repertório dos velhos PCs a partir daquilo que se convencionou chamar, num certo momento, de eurocomunismo.

Curioso o fato de que Cerroni, sem nem de longe se referir a acontecimentos brasileiros, que lhe eram desconhecidos, ritmava genericamente o processo de criação de um partido de esquerda em três sequências mais ou menos inevitáveis de um mesmo roteiro. Em primeiro lugar, uma pré-história social, uma fase propriamente pré-política, marcada por embates sociais e econômicos. Logo em seguida, a abertura da nova agremiação para a política, ainda que arrastando o peso de limitações corporativas ou, no jargão da tribo marxista, "economicistas". E, por fim, a plena assimilação de uma função "estatal", como capacidade de dirigir estrategicamente a sociedade e o Estado, liberando-o, na boa hipótese, do elitismo liberal avesso à incorporação das massas.

O autor não sabia, mas naquela altura começava sua trajetória no cenário brasileiro um partido que, já no nome, trazia o i que ele caracterizava como "persistente economicismo". De fato, um certo "partido dos trabalhadores" portava não só a afirmação orgulhosa de setores novíssimos da economia e da sociedade - nucleados em torno do operariado do ABC paulista e de parte significativa da intelligentsia, profundamente redefinida pela modernização conservadora pós-1964 mas também, com a "Vaidade de partido", alguma dose de desprezo pela mediação político-institucional, campo no qual então se tecia a frente política que iria derrotar o regime autoritário.

Esse alheamento da mediação institucional, se bem que não estivesse fadado a impedir a contínua e regular expansão do novo partido, conformaria, sem dúvida, uma cultura política específica, um modo de conceber a competição democrática, um modo de se comportar nos momentos históricos cruciais. Valha como exemplo definidor o comportamento assumido por ocasião da aprovação da mais avançada das Constituições brasileiras, há apenas 25 anos. Mesmo assinando o pacto constitucional, o Partido dos Trabalhadores votou contra seu conteúdo, apresentando um texto alternativo que só agora, nas palavras do seu dirigente máximo, vem reconhecido como provável fator de ingovernabilidade, se adotado, e expressão de um radicalismo de facção.

A autocrítica aparece tardia, tímida e pouco articulada, especialmente da parte de quem esteve à frente do Estado brasileiro por dois mandatos e ainda detém considerável poder e influência nas coisas da República - mais até do que seria de esperar numa democracia madura, que tivesse a escorá-la, à esquerda, uma força ou forças com sentido alto de Estado, e não de ocupação ou partidarização das suas instâncias decisivas como recurso de poder para a cooptação quase generalizada de atores políticos e sociais frequentemente antagônicos.

Trata-se, dissemos, de uma cultura, de um modo de ser na sociedade e nas instituições não isento de riscos para a livre dialética democrática. Quase : não há setor da sociedade a salvo dos procedimentos de cooptação: no Parlamento, partidos de criação recente, nascidos, longe do roteiro cerroniano, como meros empreendimentos para esvaziar as agremiações oposicionistas, são assediados com a perspectiva de um poder que parece avesso à perspectiva normal da alternância democrática. Na vida econômica, à falta de um horizonte que se possa minimamente chamar de socialista, no sentido de modelo alternativo viável, o risco é a afirmação de um capitalismo mercantil, tão perigoso quanto o seu oposto liberal para o estabelecimento de uma relação equilibrada entre mercado e economia, bem como para a possibilidade de regulação democrática da própria economia.

Essa surpreendente capacidade de fagocitose se equilibra - de modo eleitoralmente rendoso, mas substantivamente falso - com a seleção "sábua" do inimigo a ser abatido, seja de que maneira for. Um cenário no qual o "neoliberalismo tucano" faz as vezes de cômodo alvo retórico contra o qual se movimenta o sistema de poder do partido hegemônico, com seu séquito de empreiteiras, bancos e o grande negócio agrário, para não falar de todo o leque mais expressivo da velha e atrasada direita política nacional.

Tanto quanto a vista descortina, não seria mesmo possível ir além de variados tipos de compromisso entre as forças de mercado e as razões civilizadoras e emancipadoras da democracia política. Não se poderia cobrar da esquerda hegemônica e muito menos dos setores da esquerda democrática que suprimissem o mercado ou o sistema de empresas, num surto estado-cêntrico que, no passado, se revelou insuficiente e até nocivo à ideia de uma sociedade tendencialmente autorregulada.

Poder-se-ia, no entanto, esperar, depois de um quarto de século de vida constitucional, a presença iluminadora de uma esquerda de governo que compreendesse plenamente a sociedade aberta, o Estado Democrático de Direito e a defesa esclarecida da supremacia da esfera pública nesse tipo de Estado. Seria, na verdade, o terceiro passo da construção proposta por Cerroni, um passo que, entre nós, apesar das aparências, ainda não foi dado.

Tradutor e ensaísta. É um dos organizadores das "obras" de Gramsci no Brasil e vice-presidente da Fundação Astrojildo Pereira (FAP).

Fonte: [O Estado de S. Paulo](#)

O preço do button

Jairo Nicolau - domingo, 13 de outubro de 2013



No Brasil há regras muito rigorosas para criação de partidos - e muito generosas quanto ao acesso a recursos públicos para aqueles já registrados

Somente neste ano, três novos partidos (Partido Republicano da Ordem Social, Solidariedade e Partido Ecológico Nacional) foram registrados e o movimento para a criação de um quarto - a Rede de Sustentabilidade - recebeu uma expressiva cobertura da imprensa. Este novo ciclo de criação de legendas trouxe à baila a discussão sobre o número excessivo de partidos, com a inevitável lista de mudanças que poderiam ser feitas na legislação para enxugar o quadro partidário.

Qualquer discussão abordando o tema deve levar em conta três aspectos. O primeiro é que não devemos confundir os partidos registrados com aqueles que efetivamente importam no jogo político. Em muitos países o número de partidos é enorme, mas poucos realmente obtêm representação em âmbito nacional. Um bom exemplo é a Espanha. Nas últimas eleições nacionais (2011), 40 partidos concorreram, mas apenas 16 obtiveram representação na Câmara dos Deputados; outros 12 têm cadeiras apenas nos Legislativos estaduais e dezenas de outros concorrem apenas no âmbito local.

O segundo é a inexistência de critério para definir qual é o número "ótimo" de partidos que uma democracia deve ter. Existem democracias, como a Bélgica, a Itália e Israel, com um número expressivo de partidos relevantes. Outras, como os Estados Unidos e Alemanha, têm um número menor de legendas no cenário nacional.

O terceiro aspecto é que a legislação brasileira criou a figura do registro definitivo dos partidos. Gostemos ou não dos 32 brasileiros, eles têm a sobrevivência assegurada e não podem ser "banidos" por nenhuma reforma eleitoral.

Na maioria das democracias, o registro de partidos é feito de maneira mais simples e com menos controle do Estado do que acontece no Brasil. Aqui, desde 1945, um

órgão estatal (a Justiça Eleitoral) assumiu a tarefa de registrar novas organizações partidárias. Durante o atual período democrático, duas regras bem distintas orientaram a criação de partidos. A primeira, extremamente liberal, vigorou entre 1985 e 1994. Para fundar uma nova legenda, bastava um grupo de 101 entrem com o pedido junto ao TSE. A simples obtenção do registro provisório já permitia que o partido participasse das eleições. Nesse período, nada menos que 69 legendas diferentes (aqui excluídas as que mudaram de nome) lançaram algum candidato. A lei partidária de 1995 adotou um critério muito mais rigoroso. Para criar uma nova legenda, um grupo de cidadãos deve obter a assinatura de milhares de eleitores (0,5% do total de votos válidos na última eleição para a Câmara dos Deputados). Hoje são necessárias cerca de 492 mil assinaturas, que são detalhadamente conferidas pelos cartórios eleitorais.

Como pudemos observar no dramático processo de não registro da Rede de Sustentabilidade, a criação de partidos no Brasil não é uma tarefa fácil. Após a adoção do sistema de assinaturas, levou mais de dez anos para que um novo partido surgisse. Apenas sete legendas conseguiram cumprir as novas regras: PRB, PSOL, PSD PPL, PEN, Solidariedade e PROS; um número realmente baixo para quase 20 anos de vigência da lei.

O fato é que, se compararmos a outras democracias, não temos tantos partidos registrados. O que nos diferencia é a facilidade com que novas legendas garantem acesso aos recursos públicos (Fundo Partidário e Horário Eleitoral Gratuito) e à representação parlamentar. A legislação é tão liberal que mesmo partidos que nunca participaram de uma única eleição já recebem recursos do fundo. O PSD, por exemplo, criado em 2011, recebeu R\$ 9,3 milhões no ano passado.

A combinação de grandes distritos eleitorais e coligações nas eleições proporcionais favorecem em demasia as pequenas legendas. Já há algum tempo, temos o Legislativo nacional mais fragmentado do mundo.

Em resumo: o Brasil criou um modelo singular para regulação dos partidos, com regras muito rigorosas para criação de novos, mas com regras muito generosas para acesso aos recursos públicos para os partidos já registrados.

Minha sugestão é que essa equação deva ser invertida: facilitar a criação de partidos, mas adotar regras mais rigorosas para acesso aos recursos públicos. Não há por que continuarmos com essa exigência de um número tão alto de assinaturas para registrar uma nova legenda. Por outro lado, somente partidos com alguma representação eleitoral teriam acesso aos recursos do Fundo Partidário e tempo de rádio e TV para campanha.

Vejamos o caso da Alemanha, que tem atualmente 36 partidos políticos. O país adota uma cláusula de barreira extremamente rigorosa: um partido tem que receber pelo menos 5% dos votos e eleger um deputado na Câmara dos Deputados. Nas eleições deste ano, somente cinco partidos conseguiram ultrapassar a barreira. O Partido Liberal, que tinha 93 deputados, obteve 4,8% dos votos e ficará sem um único deputado. A regra para acesso ao Fundo Partidário é menos exigente: 0,5% dos votos em eleições nacionais.

Não imagino um modelo tão draconiano como o alemão funcionando por aqui. Mas teríamos muito a ganhar com sua premissa: criar partidos não tem nada que ver com ter recursos estatais para sua manutenção, nem com a garantia de representação parlamentar.

**Jairo Nicolau é professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor, entre outros livros, de Sistemas Eleitorais (FGV).*

Fonte: O Estado de S. Paulo / Aliás

Marxismo, sistema e ação transformadora

Brasílio Sallum Jr. - Junho 2013

Imprimir  Enviar por e-mail 

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1577>

No começo dos anos 1970, quando o marxismo estava convulsionado pelo surgimento do estruturalismo althusseriano, Alvin Gouldner — sociólogo da tradição crítica norte-americana — publicou um pequeno artigo denominado “Dois marxismos” em que sublinha a necessidade, óbvia mas poucas vezes atendida, de pensar o marxismo de uma perspectiva marxista (GOULDNER, 1975).

Ele esclarece: haveria que tratar o marxismo não apenas como meio de conhecer ou de transformar a história, mas também como produto social e histórico. Diz mais: seria necessário pensar o marxismo como movimento que se desdobra na história de forma contraditória, quer dizer, como unidade tensa entre diferenças.

A primeira das duas recomendações contém o que me parece ser o espírito com que hoje devemos tratar os textos de Marx e Engels, de seus intérpretes e seguidores: não como artigos de fé, mas como meios excepcionais mas limitados, humana e historicamente limitados, de conhecer e transformar o mundo. E precisamente por serem limitados eles não demandam apenas interpretação, mas também um trabalho de reelaboração teórica. Uma reelaboração que dê maior consistência ao legado teórico de Marx e Engels e o renove para ajustá-lo aos problemas do presente. Estas tarefas construtivas impõem uma ruptura necessária com o dogmatismo. Mais: elas implicam não só dialogar, mas também dispor-se a aprender com as ciências sociais não marxistas.

No que diz respeito ao caráter dialeticamente contraditório do marxismo, Gouldner constrói dois tipos de interpretação da teoria que, segundo ele, vêm polarizando sua história, o marxismo científico e o crítico. A construção é habilidosa e, embora alguns autores e atores ofereçam certa dificuldade de classificação, os tipos mencionados são úteis para pensar os problemas da teoria marxista, inclusive os suscitados

pelo tema que nos ocupa hoje. Gouldner mostra, com efeito, que o marxismo se polariza a propósito de vários temas, o que mencionarei de forma breve e incompleta, apenas para ser bem entendido. Em relação à ciência, por exemplo, a vertente científica do marxismo entende que a realidade é governada por leis naturais independentemente da vontade dos homens; ao invés, tais leis a determinam. A ciência marxista seria definível mais como uma construção teórica que por referência empírica, embora haja pouca precisão tanto sobre o método como sobre o seu produto. No polo oposto, a vertente crítica do marxismo entenderia como problemáticos quaisquer sistemas de pensamento e a própria ciência. O marxismo visaria desmistificá-los. Qualquer teoria, inclusive o marxismo, envolveria sempre uma mirada perspectiva sobre os processos. E os ângulos diversos de mirá-los e interpretá-los decorreriam dos diferentes vínculos entre as teorias e a sociedade.

Fica claro, pois, que para Gouldner os marxistas científicos entendem haver um fosso intransponível entre ciência e ideologia, ao passo que os críticos percebem as duas como socialmente ancoradas, havendo conhecimento verdadeiro também na ideologia, conhecimento esse a ser desentranhado pela ciência.

Em relação ao papel da capacidade dos homens intervirem ativamente no processo histórico, o marxismo crítico enfatizaria que os homens fazem a história, ao passo que o científico sublinharia que a fazem, sim, mas dentro de condições determinadas, independentes de sua vontade. Coerentemente, o marxismo científico daria ênfase ao valor da resistência e da paciência políticas, à proteção dos quadros revolucionários até a chegada da "hora certa", e teria confiança nas oportunidades objetivas que as contradições possam vir a criar. No polo oposto, a vertente crítica se recusaria a se submeter "ao que existe", valorizando a coragem, atribuindo ao elã revolucionário capacidade de compensar o déficit das "condições objetivas". Não me alongarei mais neste sumário. São reconhecíveis, facilmente, nos polos científico e político, autores, atores e obras: de uma parte Althusser, de outra o jovem Lukács; em um polo Kautsky, em outro Thompson; o Marx de *O capital* versus o do *Dezoito Brumário* de Luís Bonaparte; e assim por diante.

Entre os temas em que Gouldner identifica polarizações entre científicos e críticos, para nós interessa um em particular, aquele que diz respeito ao modo de produção da história. Em relação a isso haveria os que concebem a história principalmente como fruto das contradições entre forças produtivas e relações de produção; ou, ao invés, os que acreditam que ela resulte da luta de classes. Trata-se, é claro, não de opções exclusivas, mas de diferentes ênfases. Na realidade autores representativos de ambos os polos esforçaram-se para demonstrar que não "esqueceram" o seu oposto. Quem não se lembra dos malabarismos intelectuais e linguísticos de Poulantzas, em *As classes sociais no capitalismo de hoje*, para "demonstrar" que as estruturas econômicas, políticas e ideológicas são, a um só tempo, "lutas de classe"? Não faltarão exemplos como este, de um ou de outro lado da trincheira.

Esta polarização entre contradições sistêmicas e conflito de classes, embora sirva bem ao argumento de Gouldner, perde um elemento-chave que nos pode levar para além das antinomias. Com efeito, não importa o polo que adotemos no combate: se o da ênfase nas contradições entre relações de produção e forças produtivas ou o da ênfase nas lutas de classe. O que é mais problemático no marxismo não é a escolha do lado a enfatizar; o problema central está na relação entre sistema contraditório e lutas de classes, entre estrutura e história.

Sobre isso há um quase silêncio teórico. E esta é a questão central que pretendemos discutir neste artigo.

Sublinho, desde logo, a centralidade não só teórica, mas também política desta relação. É da conexão entre as contradições sistêmicas do capitalismo e o conflito de classes que depende tanto a revolução como o conformismo do sujeito revolucionário.

Recorde-se que para Marx o núcleo das contradições do capitalismo está na contraposição entre a socialização cada vez maior da produção capitalista e a apropriação privada do excedente produzido. Esta contradição fundamental é inerente ao processo de reprodução ampliada do capital e não depende das crises econômicas que atingem periodicamente o sistema. Pelo contrário, para Marx as crises são apenas soluções violentas e momentâneas para as contradições existentes (K, III, p. 262) que restabelecem passageiramente o equilíbrio do sistema.

O mais importante é que a contradição fundamental do capitalismo gera contradições secundárias entre, de um lado, a estrutura de classes produzida no processo de reprodução do capital e, de outro, as relações mantidas pelos agentes sociais nas principais esferas econômicas por meio das quais ocorre a própria reprodução. Ao passo que entre as classes sociais se tecem fios invisíveis que mantêm o proletariado escravizado à burguesia, no plano da circulação de mercadorias regem relações de liberdade entre os agentes-proprietários de mercadorias, não importa serem tais mercadorias a força de trabalho ou os objetos de consumo de operários ou capitalistas. Cada um deles compra ou vende suas mercadorias livremente, conforme sua conveniência. Na medida em que os seus salários, porém, são transformados em bens de consumo e, por fim, consumidos, os trabalhadores veem-se obrigados a

manter-se no emprego ou a vender novamente sua força de trabalho aos capitalistas, não importa qual deles. Fecha-se assim o círculo que escraviza socialmente o proletariado à burguesia.

Ademais, embora no plano da circulação, as mercadorias sejam rotineiramente trocadas pelo seu valor, sendo a igualdade de seus valores a condição para a troca e a troca um fator de igualação entre os proprietários de mercadorias, tudo muda de figura no processo de reprodução ampliada do capital. Nesta reprodução, a burguesia — ainda que possa ter iniciado o processo de produção com base em dinheiro obtido com o próprio trabalho — extrai constantemente dos trabalhadores contratados mais valor que o que paga por sua força de trabalho. Ao reinvestir o resultado no processo de produção, transforma a mais-valia extraída em capital e, depois de umas tantas voltas, o seu capital inicial nada terá de trabalho próprio, transformando-se o capital em mais-valia acumulada, em massa de trabalho alheio, expropriado e acumulado, que segue sugando trabalho vivo. Portanto, ao passo que há igualdade entre os mercadores, existe desigualdade entre as classes. Concluindo: o fundamento da igualdade e da liberdade entre os agentes na esfera da circulação é a escravidão e a desigualdade entre as classes no processo de reprodução.

Como tais contradições se traduzem em lutas de classe? Por que tais contradições não têm até hoje se transformado em luta revolucionária que supere o capitalismo? Quais os obstáculos que bloqueiam a ação revolucionária?

Estranhamente, os marxistas avançaram mais, ainda que de modo muito insuficiente, na explicação para a falta de impulso revolucionário do que no exame das condições de contestação da ordem burguesa pelas classes subalternas.

A tradição marxista tem atribuído, de forma geral, à ideologia dominante a frustração das expectativas de que a experiência da exploração fabril, do empobrecimento relativo da classe operária e das próprias lutas operárias se convertesse na formação de uma classe capaz de lutar não apenas por objetivos imediatos, mas também contra o sistema, em favor de uma nova sociedade.

A ideologia dominante tem sido concebida, porém, de modos muito distintos no interior do marxismo. Como sugeriu Lockwood (1992), é possível distinguir no marxismo três concepções de ideologia e, com isso, três explicações para a debilidade da luta revolucionária nos países capitalistas avançados.

Uma dessas concepções deriva de *A ideologia alemã* e tem seu complemento em *O que fazer*, de Lenin. As classes são portadores das ideologias. Entretanto, como os operários são oprimidos, econômica e também ideologicamente, as classes dominantes monopolizam tanto os meios de produção material como grande parte dos meios de produção intelectual. Escrevem Marx e Engels em *A ideologia alemã*: “os indivíduos que compõem a classe dominante [...] regulam a produção e a distribuição das ideias de sua época”. Assim, é a desigualdade de meios de produzir e distribuir ideias que dificultaria ao operariado experimentar sua experiência como “exploração” e convertê-la em alavanca para a constituição de uma classe revolucionária. Por isso é que, para Lenin, os operários — dominados pela ideologia burguesa — não conseguiriam por si sós ultrapassar uma consciência sindicalista. Para irem além, necessitariam da intervenção de uma vanguarda revolucionária.

A segunda concepção não vincula a ideologia às classes nem entende ser a subordinação da consciência operária o fruto da sua doutrinação pela burguesia. Ao invés, entende ser a ideologia — cujo núcleo é o fetichismo da mercadoria — o resultado não intencional da dominação do sistema mercantil de produção. Os agentes deste imaginam serem as relações que mantêm entre si relações entre coisas, mercadorias, cujos valores de troca parecem derivar de sua natureza; inversamente, imaginam que as relações entre os objetos — as mercadorias — têm virtudes sociais. O fetichismo não se fixa só nas mercadorias, mas no conjunto das relações capitalistas: na forma-salário, na forma-lucro, na forma-juro etc. Em todos estes casos, produz-se a inversão. A sociedade mercantil se naturaliza e veda aos agentes a percepção de que ela resulta da exploração entre as classes. Por ela o salário parece ser o valor do trabalho e não da força de trabalho; o lucro e o juro parecem ser, respectivamente, a remuneração do trabalho do empresário e do dinheiro emprestado, e não quotas-parte do trabalho excedente gerado pela exploração capitalista. Entendendo-se desta forma a ideologia inerente ao capitalismo, torna-se difícil entender até como os operários superam o seu individualismo e se organizam como atores coletivos para reivindicar e protestar. De qualquer maneira, como no caso anterior, as associações operárias submetidas ao fetichismo mercantil tenderiam a limitar suas demandas aos salários e às condições de trabalho.

Estas duas concepções de ideologia, além de oferecerem explicação para as dificuldades da ação revolucionária, têm a característica comum de focalizarem sua atenção nos obstáculos *cognitivos* para o surgimento de uma consciência revolucionária no proletariado (LOCKWOOD, 1992, p. 321). Tais obstáculos, se supõe, poderiam ser ultrapassados por um entendimento correto, científico, do funcionamento do sistema.

A terceira concepção de dominação ideológica, a da hegemonia, tem características bem diferentes das anteriores. Ela refere-se a um sistema cultural dominante que cimenta a dominação de uma coalizão de classes sobre o conjunto da sociedade, constituindo um "bloco intelectual e moral". Trata-se de um sistema de valores e crenças cuja autoridade se deve principalmente ao seu estabelecimento espontâneo como ideias dominantes. A hegemonia não se refere, pois, apenas a um sistema cognitivo. Trata-se de *crenças não-rationais* (note-se *não-rationais* mas, de forma alguma, *irrationais*), valores, compromissos morais dificilmente "corrigíveis" pelo conhecimento científico. A hegemonia envolve tornar dominante certo modo de viver e de pensar, difundindo uma concepção de realidade através da sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas, conformando com seu espírito todo o gosto, moralidade, costumes, religião e princípios políticos, e todas as relações sociais (WILLIAMS, 1960). Internalizada pelas massas, a hegemonia se torna parte do "senso comum".

Esta concepção de hegemonia, muito próxima à noção de "consciência coletiva" de Durkheim — como já notaram Anderson (1976) e Pizzorno (1972) — tem tido larga difusão entre os marxistas. Ela contém grande apelo porque, de um lado, dá mais complexidade à noção de ideologia de classe presente na *Ideologia alemã* e, de outro, dá mais profundidade sociológica à teoria do fetichismo, enriquecendo a ideia de que a ideologia está incorporada às práticas cotidianas.

Ocorre que, pensada deste modo genérico, a noção de hegemonia apresenta, como bem aponta Lockwood, uma fraqueza fundamental. Ela tem sido incorporada em termos tão pouco específicos que as explicações da ação de classe feitas com sua ajuda tendem a se tornar uma forma de *determinismo cultural*. Assim, "o conceito gramsciano de hegemonia tem possibilitado a muitos teóricos marxistas, preocupados em explicar a ausência de revolução proletária, adotarem [...] uma visão hiperintegrada de sociedade e uma visão hipersocializada dos indivíduos" (LOCKWOOD, 1992, p. 337), numa interpretação mais-do-que-parsoniana de Durkheim.

Contra esta tendência, haveria que *ressaltar e explorar* sociologicamente a referência do próprio Gramsci à *consciência contraditória* do homem ativo de massa. Diz ele:

O homem ativo de massa tem uma atividade prática, mas não tem consciência teórica da sua atividade prática; esta, não obstante, envolve um entendimento do mundo no processo mesmo de transformação. Sua consciência teórica pode mesmo estar historicamente em oposição à sua atividade prática. Podemos quase dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma está implícita na sua atividade e em realidade o une a seus companheiros-trabalhadores na transformação prática do mundo real; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e absorveu de forma acrítica. Mas essa concepção verbal não é sem consequências. Ela mantém unido o grupo social, influencia a conduta moral e a direção da vontade com *eficácia variável*, muitas vezes de forma poderosa, a ponto de produzir uma consciência tão contraditória que impede qualquer ação, qualquer decisão ou escolha, gerando uma condição de passividade moral e política (GRAMSCI, 2004, p. 103).

O ponto a sublinhar nesse passo é que a consciência dominante — superficialmente explícita ou verbal — tem *eficácia variável* para influenciar a ação e dirigir a vontade das massas.

Sublinhe-se, de passagem, que do ponto de vista histórico é óbvio que a hegemonia não é plenamente eficaz. Com efeito, se a eficácia fosse tão grande, como explicar a atividade dos movimentos sociais nos períodos de exercício de hegemonia? Como explicar as rebeliões?

Ainda assim, teoricamente é muito importante o reconhecimento do caráter variável desta eficácia. No entanto, é insuficiente identificar, como Gramsci, o caráter meramente "superficial" e "passivo" do assentimento das massas à hegemonia e a eventual conversão deste consentimento em adesão a um outro princípio hegemônico, sempre latente. Isso não é o bastante para uma ciência social que pretenda identificar não só as condições de persistência, mas também de mudança das formações sociais. Deste ângulo, o reconhecimento de que a hegemonia tem *eficácia variável* é fundamental *apenas* porque serve de estímulo para pesquisar o *princípio desta variação* e, mais ainda, *as condições em que os agentes abandonam sua passividade e se engajam no protesto coletivo*.

Voltamos, pois, renovados, ao nosso ponto de partida: como, sob quais condições, as contradições sistêmicas se traduzem em conflitos de classe? Em que circunstâncias e por quais meios as contradições sistêmicas conseguem se traduzir em conflitos de classe? Em que situações ocorrem rebeliões? Em quais revoluções?

Seguramente, o estudo dos textos dos teóricos marxistas pode cumprir um papel importante na investigação do problema. No entanto, creio que se perderia muito, *caso* não fossem aproveitados os estudos não marxistas contemporâneos sobre o modo de vida das classes populares e as suas formas de mobilização e protesto coletivo.

Creio que uma parte da literatura sociológica não-marxista contém elementos muito importantes para

uma investigação do tipo que mencionamos. Refiro-me, especialmente, a alguns conceitos e análises contidos, por uma parte, na obra de Pierre Bourdieu e seus colaboradores e, por outra, nos trabalhos sobre movimentos sociais estudados na perspectiva do “processo político”.

Em relação à obra de Bourdieu e seus discípulos, há dois elementos importantes a assimilar, um metodológico e outro conceitual. Embora a teoria marxista do direito, desenvolvida por Pashukanis, e o conceito de fetichismo mercantil envolvam a imbricação entre práticas sociais e significação, a ênfase dada por Bourdieu no caráter relacional, prático e simbólico das relações entre classes sociais deverá ser incorporada em uma teoria que procure articular estrutura e práticas. De forma complementar, conviria, como já sublinhei em outra oportunidade, incorporar de Bourdieu o conceito de *habitus*.

A noção de *habitus* de classe permite, melhor que de outros modos, superar a ideia, presente no marxismo, de “classe em si” (e sua correlata “para si”), sublinhando a relevância da perspectiva dos explorados e dominados, ainda que ela não seja elaborada reflexivamente e que eles não estejam revolucionando o sistema. No registro histórico-político, a noção de *habitus* permite captar os códigos internalizados de forma pré-reflexiva que conformam grande parte das práticas sociais, inclusive as das classes subalternas. Tais práticas podem ser politicamente relevantes, mesmo quando não põem em questão as modalidades vigentes de reprodução social. O melhor exemplo disso encontra-se na análise que o próprio Marx faz da participação dos camponeses no processo histórico que levou à ascensão de Luís Napoleão ao poder de Estado na França em meados do século XIX. Naquele episódio, sem associação nacional ou organização política própria que permitisse a participação autônoma dos camponeses na vida política francesa, a atuação política unitária dessa classe passa a depender dela encontrar para si um representante “externo” [1]. Foi a tradição histórico-cultural internalizada pelo campesinato francês — o seu *habitus*, diria Bourdieu — que lhe permitiu encontrar na figura e nas ideias de Luís Napoleão a possibilidade de realização — ilusória, é verdade — de suas aspirações. Foi isso que fez de Luís Bonaparte o depositário da votação massiva do campesinato no plebiscito que legitimou o golpe de dezembro de 1851. O caso reconstituído por Marx em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* diz respeito a uma classe em declínio que, majoritariamente e ilusoriamente, vê na consolidação do poder de Luís Napoleão Bonaparte a possibilidade de restaurar suas condições anteriores de vida.

Não há dúvida que, para Marx, a busca da restauração da ordem anterior, vigente na época do primeiro Napoleão, não era a única prática camponesa possível. O seu relato enfatiza a possibilidade não realizada de uma prática camponesa revolucionária e menciona, como indícios disso, uma série de irrupções coletivas contra as mudanças adversas ocorridas nas condições camponesas de vida.

O esquema teórico construído por Bourdieu também contempla a existência de certa gama de disposições de conduta dentro de uma classe ou fração de classe, o que veda interpretar de forma muito mecânica o *habitus* enquanto dispositivo conservador. De fato, ele é um conjunto de disposições que permitem múltiplas orientações de conduta dentro de uma classe ou fração de classe. Quais os fundamentos estruturais disso? Para Bourdieu, são as diferentes origens e trajetórias de indivíduos que ocupam posições similares no espaço social (por exemplo, parte do operariado urbano provém da baixa classe média, outra parte é constituída por ex-trabalhadores rurais etc.) o que favorece o surgimento de diferenças de perspectiva e de opinião entre os agentes sociais. Ainda assim, para ele, tudo “parece indicar que [isso ocorre] dentro dos limites dos efeitos de classe; desta forma, as disposições ético-políticas dos membros de uma mesma classe aparecem como formas transformadas da disposição que caracteriza fundamentalmente a classe como um todo” (Bourdieu, 1984, p. 456) [2]. Esta percepção de que os limites de classe tendem a se impor à diversidade das interpretações presentes em cada classe se traduz no visível ceticismo de Bourdieu em relação à relevância política das “diferenças de opinião” existentes entre as classes subalternas: para ele, sua capacidade de contestação parece estar sempre na dependência de sua associação com a fração intelectual (dominada) da classe dominante.

Esta digressão permite sublinhar, como já o fizemos em outra parte, a importância de articular os conceitos de *habitus* e de contradição. Na medida em que explorarmos esta articulação, as variações nas disposições de conduta inerentes a cada classe não ficariam, como em Bourdieu, dependentes apenas das posições e trajetórias das classes e dos atores; a *própria experiência social* de cada classe — e especialmente a dos dominados — poderia talvez explicar tais variações nas disposições de conduta — em virtude do fato de essa experiência ser *ambígua e dinâmica*, porque o *sistema* capitalista de classes é contraditório e cíclico.

Trata-se, é bom que se sublinhe, de uma sugestão cuja pertinência deve ser examinada tanto teoricamente como em investigações empíricas.

No que diz respeito às teorias da ação coletiva, a investigação do problema da relação entre contradições sistêmicas e conflitos de classes poderia absorver um grande conjunto de conceitos que elas têm produzido e que são, creio eu, bastante ajustáveis a uma perspectiva marxista renovada (TILLY, 1987; TARROW, 1998). Digo ajustáveis, porque as teorias dos movimentos sociais — que hoje procuram fundir-se com os estudos sobre rebeliões e revoluções em um teoria ampliada do “confronto político” (*contentious politics*) — não trabalham usualmente com o conceito de classe (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996). No entanto, tais teorias sempre enfatizam a relevância das redes de relações sociais para a mobilização coletiva. Ora, as classes sociais se constroem não apenas por oposição às outras, mas também por adensamento das relações entre seus próprios membros. São tais relações verticais e horizontais que conformam os *habitus* de classe, assim como estes são os fundamentos de

seus modos próprios de vida. Desta forma, à primeira vista parece ser possível trabalhar no sentido de "ajustar" conceitos e resultados das investigações efetuadas pelos teóricos dos movimentos sociais. Conceitos como "estrutura de mobilização", "oportunidade política", "repertório de ação coletiva", "quadro interpretativo" etc. seriam extraordinariamente úteis para ajudar os investigadores de inspiração marxista a superar a fase defensiva, de encolhimento, em que se encontram. Tenho a convicção de que, como tudo, uma grande teoria só tem condição de se preservar renovando-se. Minha esperança é que será este o caminho que seguirá o marxismo.

Brasílio Sallum Jr. é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Este trabalho foi apresentado na Sessão Plenária "Classes e movimentos sociais hoje", do V Colóquio Internacional Marx Engels, em 09/11/2007. Publicado em Luciana Aliaga, Henrique Amorim e Paula Marcelino (Orgs.). *Marxismo – teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 20011, p. 181-91.

Notas

[1] O termo é de Marx. Luís Bonaparte tornou-se seu representante "externo" na medida em que não era camponês nem foi instituído como representante pela atividade política autônoma dos camponeses. No entanto, ele só pôde tornar-se representante de classe pela atividade "interna" do *habitus* camponês, conformado pela grande revolução francesa que os libertara da semisservidão e os transformara em proprietários livres, condição garantida depois por Napoleão I, no começo do século XIX.

[2] Quer dizer, para ele, a gama das disposições deriva da confluência entre a multiplicidade das trajetórias dos indivíduos (e suas famílias) e a trajetória/posição de classe. Isso significa que quanto menor a mobilidade social (ascendente ou descendente) menores são as chances de heterogeneidade dos *habitus*. E vice-versa. Quanto aos limites de classe não serem ultrapassados, trata-se de hipótese razoável enunciada em *A distinção*, que exige cuidadosa demonstração.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. "The Antinomies of Antonio Gramsci". *New Left Review*, v. 100, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction – A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge-USA: Harvard University Press, 1984

GOULDNER, Alvin. "Two Marxisms". In: Id. *For Sociology – Renewal and Critique in Sociology Today*. England: Penguin Books, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

LOCKWOOD, David. *Solidarity and Schism – 'The Problem of Disorder' in Durkheimian and Marxist Sociology*. Oxford-UK: Clarendon Press, 1992.

PIZZORNO, Alessandro. "Sobre el método de Gramsci". In: Pizzorno et ali. *Gramsci y las ciencias sociales*. 2. ed. ampliada. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. "To Map Contentious Politics". *Mobilization*, v. 1, n. 1, 1996.

SALLUM Jr., Brasílio. "Classes, cultura e ação coletiva". *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, Cedec, n. 65, 2005.

TARROW, Sidney. *Power in Movement – Social Movements and Contentious Politics*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: MacGraw-Hill, 1987.

WILLIAMS, G. A. "The Concept of 'Egemonia' in the Thought of Antonio Gramsci: Some Notes and Interpretations". *Journal of History of Ideas*, v. 21, n. 4, 1960.

partidos europeus optam pelo oportunismo perante um desafio histórico

MIGUEL GASPAR 28/10/2013 - 16:21

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/habermas-partidos-europeus-optam-pelo-oportunismo-perante-um-desafio-historico-1610569>

O filósofo e sociólogo alemão falou na Gulbenkian sobre a crise europeia e a necessidade de criar instituições democráticas transnacionais.

Jürgen Habermas na Gulbenkian esta segunda-feira TIAGO MACHADO

Fundação Calouste Gulbenkian

Democracia

Jürgen Habermas

A superação da crise europeia implica uma mudança de políticas que só pode ser atingida se o debate no espaço público deixar de ligar a questão de quem dá o quê a quem da questão da identidade dentro da União Europeia. Mas os partidos políticos em cada Estado-membro preferem evitar falar naquilo que os cidadãos europeus devem uns aos outros e estão a escolher o oportunismo perante um desafio de dimensões históricas.

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, um dos maiores pensadores do nosso tempo, encerrou com estas palavras a sua conferência sobre a democracia na Europa, esta segunda-feira, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Houve casa cheia para ouvir as palavras do autor de A Transformação Estrutural da Esfera Pública, que em 2010 falhou a presença em Portugal por razões de saúde (o médico proibiu-o de ler e de escrever, disse o constitucionalista Gomes Canotilho). Desta vez, aceitou fazer a viagem até Lisboa por se tratar de uma conferência sobre educação. Tratou-se do regresso à Fundação Gulbenkian dos encontros internacionais sobre a questão da educação e o tema eram os livros e a leitura na era digital.

Habermas, 84 anos, atravessou o palco devagar até chegar ao púlpito, no canto esquerdo, e a sala seguiu em silêncio quase reverencial a viagem, curta e lenta. Agradeceu o convite e os elogios com que foi apresentado (Artur Santos Silva, presidente da Fundação, descrevera-o

como “um europeu como já não há”) e começou por se desculpar por não ter com a era digital a mesma familiaridade que tinha com o universo mediático dos anos 1960, quando escreveu *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*.

É possível alargar as fronteiras da legitimação democrática para lá das fronteiras do estado-nação? A transnacionalização da democracia oferece uma saída

Jürgen Habermas, filósofo alemão

Soma de espaços públicos

O tema do pensador da teoria crítica, uma das principais figuras da Escola de Frankfurt, que procurou actualizar o pensamento marxista, era a democracia na Europa hoje. O que tinha para comunicar ao público de Lisboa era uma reflexão sobre a crise das democracias nacionais provocada pela globalização e pela desregulação dos mercados e a necessidade de introduzir processos de legitimação democrática a nível supranacional.

Ou seja, sobre a forma como as decisões dos governos dos estados-nação são cada vez mais insignificantes face ao peso das organizações internacionais. “Os estados-nação tiveram que entregar o controlo dos mercados e já não puderam desempenhar o papel independente que lhes cabe. Numa sociedade mundial altamente interdependente, mesmo as superpotências estão a perder a sua autonomia funcional em importantes domínios. Por enquanto, o preço a pagar pela governação para lá dos estados é a crescente insignificância dos processos de legitimação no interior do estado-nação”, afirma Habermas. E resumiu o problema a uma pergunta: “É possível alargar as fronteiras da legitimação democrática para lá das fronteiras do estado-nação?” A resposta era afirmativa: “A transnacionalização da democracia oferece uma saída a este dilema”, disse.

Para isso acontecer, explicou o autor de *Teoria da Acção Comunicacional*, é necessário que surjam novos tipos de comunidades transnacionais e “a União Europeia é suposta ser a primeira desse tipo de instituições”, afirmou. No entanto, prosseguiu, a crise da zona euro é a prova de como é difícil o caminho até se chegar a um “sistema democrático supranacional ambicioso e com vários níveis”. Ultrapassar o actual estado de coisas implicava, defendeu, uma mudança no espaço público europeu, um espaço que é mais uma soma de espaços públicos nacionais do que um fórum de discussão de questões genuinamente europeias e comuns a todos os estados-membros.

“O caminho que esta crise tomou mostrou-nos que é necessário mudar de política. A União Monetária da Europa implica um enquadramento partilhado de políticas fiscais, económicas e

sociais. Apenas isto lhe permitirá libertar-se das garras dos mercados financeiros e responsabilizar os investidores e não os contribuintes”, começou por argumentar Habermas. No entanto, para seguir este caminho, os países têm que se afastar dos egoísmos nacionais e adoptar uma perspectiva europeia comum.

“O aprofundamento de uma cooperação institucionalizada exige uma transferência adicional de soberania e a consequente revisão dos tratados; as elites políticas precisariam de encontrar coragem para levantar, nas suas arenas políticas nacionais, a controvérsia inevitavelmente polarizadora sobre as estratégias alternativas, nenhuma das quais pode ser seguida sem custos”, prosseguiu.

Por outras palavras, é preciso sair do discurso confortável dos egoísmos nacionais, como aquele em que os europeus do norte condenam os do sul e vice-versa. Isso implica que o sectores sociais afectados pela crise passem a olhar para os outros como parte de uma mesma comunidade, independentemente das fronteiras.

“Até aqui, a direita populista tem resistido a um aprofundamento da União baseando-se na leitura dominante que esconde os conflitos de interesse entre vencedores e vencidos da crise por detrás do antagonismo entre os autodenominados países doadores e países devedores”, defendeu. Portanto, “é preciso que os media nas arenas nacionais quebrem a ligação entre as questões da distribuição (quem recebe o quê?) e a questão da identidade (quem somos nós?)”.

Se estas controvérsias não forem lançadas nos espaços públicos nacionais, “a Europa provavelmente será cada vez mais sugada para um tipo de tecnocracia no qual se ‘consolidam’ os estados-membros a nível individual e estes são moldados de acordo com o formato das ‘democracias conformadas ao mercado’”.

Mas os partidos políticos evitam a questão da solidariedade europeia, daquilo que os europeus devem uns aos outros. “Vejo isto como um sinal de timidez política, quando não de puro oportunismo, perante um desafio de dimensões históricas”, concluiu o filósofo.

O PT e o movimento dos sem partidos

dom, 18/05/2014 - 06:00 - Atualizado em 18/05/2014 - 09:34

Luis Nassif

Nos anos 60, em plena ascensão do movimento trabalhista, deu muita repercussão uma crônica do escritor Fernando Jorge em O Cruzeiro.

Contava a história de um motorista de táxi que abalroou um rabo-de-peixe em plena avenida Atlântica. O taxista saiu do carro, fez um discurso social inflamado e imediatamente tornou-se personalidade política.

Sua carreira política durou até o momento em que, transitando pelo mesmo local, foi abalroado por um furreca caindo aos pedaços, dirigida por um motorista que saiu do carro e fez um novo discurso político.

De certo modo, a fábula descrevia os processos de mudança no país, no qual o trabalhismo convencional começava a ser questionado por outras forças que emergiam da nova industrialização.

Dos anos 80 em diante o PT tornou-se o motorista do táxi, fincado em dois movimentos sólidos: o sindicalismo do ABC e a Igreja.

Agora, chegou a hora em que o fusca velho abalroa o táxi.

Esse é o tema do livro "20 Centavos: a luta contra o aumento" de Pablo Ortellado, professor do Instituto de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Ao contrário do terrorismo primário sobre chavismo, bolivarianismo, comunismo e outras bobagens, o PT - para usar um termo caro às esquerdas - "aburguesou-se" e institucionalizou os movimentos sociais. Garantiu um pacto político que, de um lado tranqüilizou o cenário político brasileiro, mas de outro impermeabilizou-o aos novos movimentos que surgiam.

Grosso modo, pode-se dividir o desenho social e político brasileiro entre os incluídos pré anos 70 (a classe média tradicional) - famílias tradicionais ou filhos da urbanização dos anos 50 e 60 -, os novos incluídos dos anos 80 e 90 - abrigados no PT - e a novíssima geração dos recém-chegados, movimentos de recicladores, rolesinhos, Movimento Passe Livre, black blocs e outras manifestações que explodiram em junho passado.

Nas manifestações de junho, a primeira reação do PT foi de quase pânico, como se intrusos ousassem questionar seu predomínio sobre as manifestações de rua. Depois, as principais lideranças entenderam o fenômeno. Mas entre entender e definir formas de abrigá-los há uma enorme distância.

Há uma dificuldade de ordem interna do partido, de conseguir se arejar, o que significa os setores tradicionais abrirem (seu) espaço para os novos atores. E outra de ordem institucional: o governo Dilma é impermeável até ao PT tradicional, mas ainda aos novos movimentos.

Se o PT não consegue, menos ainda os demais grandes partidos do espectro político tradicional. Todos eles - do PSDB ao PMDB, passando pelo PSB e PV - estão a milhas de distância da periferia política.

Por enquanto, os candidatos a gurus dos novos movimentos ou são intelectuais de academia, praticando um radicalismo de salão; ou partidos de extrema esquerda que não aceitam o jogo da democracia social.

Não há mais a força aglutinadora do sindicalismo do ABC e da Igreja, que garantiram o PT. Então esses movimentos nascerão dispersos e, gradativamente, irão se incorporando a uma variedade maior de partidos, com sensibilidade para os novos tempos de nossa democracia social.

Levará um bom tempo até que os novos incluídos consigam alguma organicidade. Até lá, tome movimentos de rua.

--

--

Notícias, Informações e Debates
sobre o Desenvolvimento do Brasil:

www.desenvolvimentistas.com.br

Coletivo americano Yes Men

O **Conversa Afiada** reproduz sugestão do Stanley Burburinho (quem será ele ?):

COLETIVO AMERICANO DE ATIVISTAS FAZ PALESTRA EM SÃO PAULO SOBRE TÁTICAS

SILAS MARTÍ - DE SÃO PAULO

25/05/2014 02h03

Um grupo de cerca de cem ativistas, entre eles barbudos, mocinhas universitárias, skatistas e até rapazes com cara de advogado assistiam sem piscar à palestra do moço magrinho que tentava ensinar como mudar o mundo. Ou pelo menos chamar a atenção.

Sean Dagohoy, artista do coletivo americano Yes Men, acabava de mostrar como seu grupo fez para simular a página de uma gigante do petróleo e ridicularizar a empresa em anúncios falsos.

“Depois eu conto como fazer esses sites falsos”, dizia a uma plateia boquiaberta no espaço Matilha Cultural.

No centro cultural em São Paulo, Dagohoy deu uma “oficina de ativismo” há duas semanas, com a ideia de preparar manifestantes para agir durante a Copa, aproveitando o circo midiático em torno do megaevento no país.

Os membros do Yes Men, aliás, sabem muito bem como chamar a atenção e dominar as manchetes.

Há dez anos, num dos seus atos mais famosos, Andy Bichlbaum, um dos fundadores do grupo, deu entrevista à rede britânica BBC fingindo ser porta-voz da empresa Dow Chemical.

Ele prometia, em entrevista transmitida ao vivo, indenizar as famílias das

mais de 3.000 vítimas de um vazamento de gás na Índia -ocorrido em 1984, o desastre é considerado o mais grave acidente industrial da história.

Em minutos, o valor de mercado do grupo americano caiu R\$ 4,4 bilhões.

Da mesma forma, um dos Yes Men deu uma palestra em que se passava por um executivo da Organização Mundial do Comércio e sugeria retomar a escravidão na África.

Também fizeram circular uma edição falsa do jornal “The New York Times” anunciando o fim da guerra no Iraque, entre outros atos de ficção travestidos de realidade.

CRACK E CRAQUES

Durante as três horas do encontro, batizado de Yes Lab, Dagohoy pediu para que o público se dividisse em grupos e circulasse pelo espaço formando rodinhas para pensar em ações de protesto contra o Mundial de futebol.

Dessas conversas, que não podiam passar de dez minutos, surgiram ideias curiosas.

Um grupo sugeriu alagar o Itaquerao no dia de abertura da Copa. Outro queria sabotar telões do estádio para “mostrar imagens que desqualifiquem” o torneio, sem contar os que queriam vender papelotes de crack de mentira embrulhados com figurinhas dos craques do campeonato.

Em tom professoral, Dagohoy lembrava aos participantes que as consequências de atos como esses variam de país para país e que não podia se responsabilizar pela “eventual brutalidade daqueles que estão no poder”.

Em encontros assim, o grupo treinou ativistas que participaram do movimento Occupy Wall Street, em Nova York, e também estiveram em Istambul no calor dos protestos turcos do ano passado.

“Uma das lições que damos é que quando há uma escalada de violência, a melhor solução é responder com uma escalada de humor”, disse Dagohoy à Folha.

Alguns dos exemplos foram pinçados do livro “Bela Baderna”, uma espécie de manual para ativistas, ou “caixa de ferramentas para a revolução”, como diz a obra.

O coletivo brasileiro Escola de Ativismo traduziu o livro, que tem alguns capítulos escritos pelos Yes Men, e organizou a palestra em SP.

Segundo Gabriela Juns, membro do grupo, o coletivo não financiou a vinda do artista, mas soube da viagem ao país e marcou o encontro -a "Escola" é financiada por entidades como o Greenpeace. Dagohoy disse que vários coletivos bancaram a viagem a São Paulo, onde ficou hospedado num albergue.

Nina Liesenberg, uma das diretoras da Matilha, afirma que apenas cedeu o espaço. "Queremos contribuir para que pessoas sejam agentes de mudança", conta ela.

32 - Do fim do começo ao começo do fim = Capitalismo, violência e decadência sistêmica

Jorge Beinstein [*

Da Líbia à Venezuela, passando pela Síria, México, Ucrânia, Afeganistão ou Iraque, no que já decorreu da década actual presenciámos o desdobramento planetário permanente da violência directa ou indirecta (terciarizada) dos Estados Unidos e dos seus sócios-vassalos da NATO. Toda a periferia foi convertida no seu mega objectivo militar. A onda agressiva não se acalma, em alguns casos combina-se com pressões e negociações mas a experiência indica que o Império não agride para se posicionar melhor em futuras negociações e sim que negocea, pressiona, com o fim de conseguir melhores condições para a agressão.

Estas intervenções quando têm "*êxito*", como na Líbia ou no Iraque, não concluem com a instauração de regimes coloniais "*pacificados*", controlados por estruturas estáveis, como ocorria nas velhas conquistas periféricas do Ocidente, e sim com espaços caóticos dilacerados por guerras internas. Trata-se da emergência induzida de sociedades-em-dissolução, da configuração de desastres sociais como forma concreta de submetimento, o que coloca a dúvida acerca de se nos encontramos diante de uma diabólica planificação racional que pretende "*governar o caos*", submergir as populações numa espécie de indefensão absoluta convertendo-as em *não-sociedades* para assim saquear seus recursos naturais e/ou anular inimigos ou competidores... ou, ao contrário, trata-se de um resultado não necessariamente buscado pelos agressores, expressão do seu fracasso como amos coloniais, da sua alta capacidade destrutiva associada à sua incapacidade para instaurar uma ordem colonial ("*incapacidade*" decorrente da sua decadência económica, cultural, institucional, militar). Provavelmente encontramos-nos diante da combinação de ambas as situações.

Também é possível supor que o Império, na sua decadência, se encontra prisioneiro de um emaranhado de interesses políticos, financeiros, mafiosos... conformando uma dinâmica auto-destrutiva imparável que o obriga a desenvolver operações irracionais se observamos o fenómeno com um certo distanciamento histórico, mas completamente *racionalis* se reduzimos a observação ao espaço da razão instrumental directa dos conspiradores, ao seu micromundo psicológico (a razão da loucura como razão de estado ou astúcia mafiosa impondo-se à racionalidade no seu sentido mais amplo, superior).

Ainda que esses desastres não representem necessariamente acções de verdugos impiedosos a destruírem paraísos periféricos, o capitalismo é uma totalidade global e o que aparece como a decadência do centro imperial é a manifestação decisiva mas parcial de um fenómeno planetário que inclui a periferia presa na armadilha da sobredeterminação burguesa universal (decadente) das suas sociedades. A operação de destruição da Líbia lançando sobre o seu território ondas de mercenários e bombardeamentos pôde triunfar graças à degradação do regime kadafista; o golpe neonazi de Fevereiro de 2014 na Ucrânia capturou o governo de uma "república" resultante do desastre soviético que a havia submergido num gigantesco apodrecimento seguido pela instauração de um capitalismo mafioso; a desestabilização da Venezuela orquestrada pelos Estados Unidos apoia-se em sectores das classes médias conduzidos pela velha burguesia local que não foi eliminada depois de quinze anos de "*revolução*" ("*bolivariana*" autoproclamada "*socialista*") eternamente a meio caminho... essas elites não foram varridas do cenário ainda que fossem irritadas, enfurecidas pela ascensão social das classes baixas.

Tudo isto nos conduz à necessidade de estabelecer o momento da história do capitalismo em que nos encontramos. Trata-se do bordel sangrento global prelúdio de uma nova acumulação primitiva berço de um futuro super-capitalismo ou dos golpes finais, desesperados, de uma civilização que entrou no ocaso?

Proponho responder a essa pergunta utilizando aquela velha e tão repetida frase de Churchill em plena Segunda Guerra Mundial quando, ao terminar a batalha de El Alamein, assinalou que esse facto era não "*o começo do fim* (da guerra) e *sim o fim do começo*" de um processo muito mais importante, decisivo. Encontramo-nos actualmente na presença do ***fim do começo***, vai-se concluindo a etapa preparatória do declínio ocidental que se prolongou durante várias décadas e começa a emergir o

começo do fim , o desmoronamento do capitalismo como civilização que, como outras civilizações em declínio, provavelmente percorrerá uma trajetória temporal complexa de duração indeterminável de antemão.

Ainda que não possa deixar de assinalar diferenças decisivas com as civilizações anteriores, como seu carácter planetário (não limitado a uma região), a massa de população incluída no processo (actualmente umas sete mil milhões de pessoas e não apenas umas poucas dezenas ou centenas de milhões) e o descomunal desenvolvimento das suas forças produtivas, com capacidade industrial e militar para destruir totalmente a vida no planeta. O que coloca de maneira radicalmente distinta o opção que enfrentaram todas as decadências de civilizações: superação ou afundamento num longo desastre do qual emerge mais adiante uma nova civilização no espaço anterior ou imposta por uma força externa. Isto não é a decadência da Babilónia devastada pelos pântanos difusores de malária gerados pelo seu próprio desenvolvimento, nem da Roma imperial esmagada pelo parasitismo e a hipertrofia militar, resultado da sua dinâmica imperialista marchando em direcção ao abismo enquanto boa parte do resto da humanidade ignorava esses factos. [\[1\]](#)

Violência e decadência sistémica

O fenómeno sobredeterminante é a decadência, demonstrada por numerosos indicadores como o declínio a longo prazo (desde os anos 1970) da taxa de crescimento económico global activada pelo arrefecimento tendencial do crescimento dos países centrais e a seguir pelo acompanhamento desta tendência por um processo de hipertrofia financeira que se articula com um aparelho parasitário sem precedentes: consumista, militar e burocrático.

Encontramo-nos diante de sociedades imperiais tão decadentes que já não podem mobilizar militarmente a sua juventude como no século XX, ainda que a sua capacidade financeira e os seus avanços tecnológicos lhe permitam contratar mercenários em substituição das forças operativas tradicionais (a oferta de lumpens proveniente de todos os continentes é directamente proporcional ao progresso da decadência), utilizar armas como os *drones* e outros artefactos mortíferos super refinados que estabelecem um fosso técnico descomunal entre agressores e agredidos e, finalmente, esmagar com manipulações mediáticas suas vítimas directas e o resto do mundo.

Estas "vantagens" são ao mesmo tempo expressões de poder e de fraqueza, de capacidade destrutiva mas também de descontrole ideológico das suas próprias sociedades, da ilegitimidade interna das suas operações, o que somado à sua deterioração económica impede-os de passar da destruição à reconstrução colonial dos territórios conquistados.

As transformações burguesas das sociedades europeias haviam gerado, desde os fins do século XVIII, a possibilidade de integrar o conjunto da população às suas diferentes aventuras militares. Desse modo, o cidadão-soldado e a guerra de massas substituíram o mercenário e os exércitos das aristocracias. Os assassinos a soldo cederam lugar aos assassinos voluntários ou forçados que entregavam a sua vida não por dinheiro e sim pela defesa da "pátria", da "liberdade", etc.

Mas a decadência do capitalismo e a sua transformação, depois do *aggiornamento* burguês da China e do derrube da URSS, em sistema único (ou seja, em dominação planetária, visivelmente amoral das elites parasitárias) deitou abaixo os mitos, as legitimações que permitiam aos estados fabricar causas nobres para enviar à morte o cidadão comum.

A perda de legitimidade do aparelho militar ocidental surge como um traço decisivo da decadência, mas a reprodução imperialista continua e o exercício da violência contra a periferia retoma a velha tradição dos exércitos mercenários.

Agora a propaganda do poder junto às suas populações não tem como objectivo arrastá-las ao campo de batalha (operação inviável) e sim, antes, obter a sua aprovação passiva ou diluir a sua recusa diante de aventuras fisicamente distantes apresentadas como fenómeno virtual, como um elemento mais do entretenimento brindado pela televisão e outros meios de comunicação.

O desdobramento bélico foi teorizado pela chamada [Guerra de Quarta Geração](#) , resultado das reflexões no alto nível militar dos Estados Unidos posteriores à derrota do Vietname, visualizada como "guerra assimétrica" onde a força inimiga com baixo nível tecnológico e reduzida potência de fogo, mas bem integrada à população, pôde derrotar o exército imperial possuidor de um elevado nível tecnológico e um gigantesco poder de fogo.

A nova doutrina militar aponta não para a simples destruição da força militar inimiga e

sim, principalmente, para o conjunto da sociedade que a sustenta. A desintegração social (económica, moral, cultural, institucional) passa a ser o objectivo procurado e esse processo pode-se dar ou não com intervenções directas e sim, antes, com combinações variáveis de intervenções externas (militares, mediáticas, económicas, etc) e acções de desestabilização interna.

Estabelece-se assim uma ampla variedade de cenários de agressão. Num extremo podemos localizar as guerras do Afeganistão e Iraque, numa zona intermédia a Líbia, a Síria ou a Jugoslávia e, no outro extremo, as chamadas intervenções suaves ou revoluções coloridas como no Paraguai, Honduras ou Ucrânia. Todas elas implicam o desenvolvimento intenso de acções violentas no começo da operação, em algum momento da mesma ou como resultado da vitória imperialista. Mas estas guerras de configuração variável não resolvem o problema da dominação colonial da periferia, o caos instalado entorpece, encarece ou por vezes torna impossíveis os saqueios sistemáticos.

O atalho da *Guerra de Quarta Geração* aparece como o que realmente é: o máximo possível de agressão num contexto de debilidade estratégica do agressor cujo resultado é não só a caotização periférica como também a degradação interna. As operações mafiosas em direcção ao exterior acabam por consolidar práticas mafiosas dentro do aparelho dominante do Império, onde se propagam as camarilhas parasitárias, as tendências irracionais, as loucuras elitistas, as rupturas das regras de jogo institucionais.

Começo do fim: o mundo depois de 2008-2013

O sexénio 2008-2013 marca a transição entre o declínio relativamente suave e controlado do sistema, iniciado no princípio dos anos 1970, e a sua degradação geral de que estamos a presenciar os primeiros passos.

A crise desencadeada entre fins dos anos 1960 e princípios dos anos 1970 não foi superada como as anteriores, através de uma grande onda depressiva destruidora de empregos e empresas que, reduzindo salários e concentrando a produção e a procura solvente, disparava um novo ciclo ascendente da economia. A era das "*crises cíclicas*", descritas por Marx, havia concluído. Ainda que Marx explicasse que essas crises recorrentes iriam acumulando desordem no sistema – até que as forças entrópicas adquirissem uma dimensão tal que já nenhuma reconstrução capitalista

seria possível. Ficava assim prognosticada a crise geral do capitalismo, o esquema teórico decorrente da lógica da sua dinâmica de acumulação. O que de modo algum podia ser prognosticado era o seu desenvolvimento histórico concreto, seus tempos, seus protagonistas de carne e osso, os atalhos e inovações sociais que permitiram adiar ou precipitar o desenlace.

A avaliação prospectiva de Marx era um cenário muito geral que dava cabimento a uma ampla gama de futuros possíveis. Não se tratava de uma profecia apocalíptica na qual se estabelece uma data ou como calculá-la, descrições precisas de actores e coreografia, etc. Mas esse esquema teórico permitia a Marx e Engels explicar, por exemplo, que *"dado um certo nível de desenvolvimento das forças produtiva, surgem forças de produção e de meios de produção tais que nas condições existentes provocam catástrofes, já não são mais forças de produção e sim e destruição"* [21], o que abria a reflexão acerca do carácter auto-destrutivo da civilização burguesa na sua etapa decadente mais avançada.

E isso começou a ser inegável em torno de 2008-2013, ainda que muito antes desse período fossem aparecendo sinais de alerta a respeito – quase sempre ignorados pelos grandes meios de comunicação e pelas ciências sociais. Quando se referiam a possíveis desastres ambientais, sanitários ou políticos atribuíam-nos a manejos irracionais corrigíveis no interior do sistema. A isso apegaram-se "a partir da esquerda" alguns adoradores masoquistas do capitalismo, propondo uma espécie de eternização dos seus ciclos, tentando destacar na crise em curso os *sinais* da próxima recuperação do sistema. Mas esses sinais eram puras fantasias ou então ladainhas conservadoras baseadas em que *"sempre"* o capitalismo havia conseguido superar suas crises, naturalmente à custa dos trabalhadores – o que normalmente entristecia o auditório (e não muito o orador).

Dentre os variados factores da decadência destacam-se dois que são decisivos: a degradação (e hipertrofia) financeira e a degradação (e hipertrofia) militar.

A partir de 1990 (aproximadamente), enquanto o [Produto Mundial Bruto](#) vinha decrescendo suavemente em progressão aritmética (desde os anos 1970), a massa financeira começou a crescer em progressão geométrica. Os produtos financeiros derivados, sua espinha dorsal, que nos fins dos anos 1990 representavam umas duas vezes o PBM, em 2008 passaram a representar umas 12 vezes o PBM – mas a partir daí a expansão estancou e tendeu a decrescer pouco a pouco.

Durante a sua ascensão a especulação financeira foi a muleta parasitária que permitiu aos consumidores, empresas e estados do Primeiro Mundo continuarem a gastar e investir apesar de os rendimentos marginais da avalanche financeira serem decrescentes em termos de crescimento do produto bruto dos países centrais. Cada vez era precisa mais droga financeira para obter cada vez menos expansão económica – até que finalmente, em 2008, o mecanismo quebrou: o peso financeiro tornou-se insustentável e desencadeou-se um rodopio de auxílios estatais ao sistema financeiro a fim de impedir a sua derrocada.

Mas estes auxílios não reactivavam a economia. Apenas travavam a derrocada financeira, fazendo aumentar as dívidas públicas até o ponto de o estado norte-americano ter estado duas vezes à beira do incumprimento (*default*), enquanto as dívidas públicas mais as privadas do Japão chegaram em 2013 a 520% do PIB, a 510% na Grã-Bretanha, etc. A partir daí, os auxílios esgotaram-se e o Primeiro Mundo entrou no que, no melhor dos casos para ele, poderia ser descrito como um longo período de estancamento, recessões e crescimentos anémicos que não devem ser pensados como um planalto de arrefecimento estável da produção, do consumo e do emprego e sim como um tobogã descendente.

O crescimento zero ou o declínio, ainda que suave, significam o aumento tendencial do desemprego e em consequência a entrada num complexo fenómeno de desintegração social.

Por sua vez, a militarização dos Estados Unidos não terminou com o fim da guerra fria. Após um breve estancamento em fins dos anos 1990 recomeçou a expansão das despesas militares. Foi de tal modo que em 2012 o seu volume real (somando todas as verbas com finalidade militar do estado, não apenas as do Departamento da Defesa) chegou a um número equivalente a cerca de 9% do Produto Interno Bruto [3]. Aquilo que poderíamos considerar como área militar e de segurança deslizou do passado "clássico", povoado por militares e agentes profissionais de tipo tradicional adstritos directamente à administração pública, para uma nova etapa com participação crescente de mercenários, estruturas privadas contratadas pelo estado e uma multidão de organizações públicas e privadas informais oscilando entre a legalidade e a ilegalidade, misturadas com negócios clandestinos (drogas, prostituição, tráfico de armas, etc). Guerra de Quarta Geração, lumpen-burguesia financeira e lumpen-militarismo converteram-se no núcleo duro ideológico físico de uma elite imperial

degradada que alguns autores assinalam como lumpen-imperialista [4] .

Mas assim como a mega bolha financeira primeiro escorou o funcionamento do sistema e a seguir converteu-se num salva-vidas de chumbo, a degeneração militarista-mafiosa e sua doutrina nova surgiram como a tábua de salvação de estruturas militares e de inteligência ineficazes diante de uma periferia aparentemente pronta a ser devorada mas que lhes escapava das mãos. Contudo, essas esperanças eram ilusórias. A única coisa que conseguiram foi destruir países, fracassar na tentativa ou ambas as coisas ao mesmo tempo, acumulando despesas e défices fiscais: a criminalidade converge com a estupidez.

A "transição 2008-2013" significou uma mudança fundamental nas formas da guerra (sua degradação radical) que deixou a descoberto o carácter da mutação em curso do conjunto do capitalismo. Em meados dos anos 1950 e fazendo referência à então recente prática bélica nazi, [Johan Huizinga](#) assinalava que historicamente a guerra sempre havia feito parte das civilizações ou culturas *"uma vez que uma comunidade (em guerra) reconhecia a outra (contra a qual fazia a guerra) como humana... e separava claramente e de maneira expressa a guerra da paz, por um lado, e da violência criminosa, por outro. A teoria da guerra total – destacava o historiador – renunciou ao último resto lúdico da guerra (ou seja, a toda regra de jogo) e com isso à cultura, ao direito e à humanidade em geral"* [5] .

No meu entender, a ruptura hitleriana em relação à prática e à teoria da guerra, ou seja, a "guerra total" e seus genocídios, foi uma antecipação, um primeiro ensaio em plena crise capitalista do que actualmente surge como *Guerra de Quarta Geração*. No primeiro caso tratou-se de uma monstruosidade precoce, pioneirismo "alemão" mas com antecedentes na cultura mais reaccionária dos Estados Unidos. Autores como Domenico Losurdo estabeleceram de maneira rigorosa as evidentes [raízes ideológicas estado-unidenses do nazismo](#) [6] . Esse desastre exprimia a doença de uma civilização que ainda dispunha de reservas sistémicas (morais, produtivas, institucionais, etc) para recompor-se e que ainda não havia sofrido uma metástase geral. O tumor hitleriano foi extirpado parcialmente e o mal pôde sobreviver ocultando-se nas sombras à espera de uma nova oportunidade. Nos julgamentos de Nuremberga, os crimes de guerra (a violação das regras do jogo da guerra moderna) foram condenados selectivamente da maneira difusamente contida.

Em fins dos anos 1930 [Hermann Rauschnig](#) escreveu uma obra essencial para

entender o funcionamento do fenómeno: *"La revolución del nihilismo"*. O autor acertou ao assinalar que *"a essência da dominação nazi é o nihilismo"*, a negação simultaneamente criminosa e suicida da realidade humana, mas equivocou-se completamente quando prognosticou que *"esse fanatismo produzido e difundido pela maquinaria do poder é tão vazio, tão artificial e inautêntico que todo esse gigantesco aparelho poderia ruir de um dia para o outro por causa de um só acontecimento sem deixar qualquer rastro de vida autónoma"* [7]. Rauschning não soube (ou não quis) aprofundar o bisturi até o fundo, se o fizesse teria sido obrigado a colocar no banco dos réus o conservadorismo burguês no seu conjunto e, a partir daí, os aspectos destrutivos (e auto-destrutivos) da civilização ocidental à qual se orgulhava de pertencer.

Agora, quando vemos o cancro fascista propagar-se tranquilamente por toda a Europa ao ritmo da crise, desde o avanço irresistível da Frente Nacional em França até a vitória neonazi na Ucrânia, passando pela Holanda, Bélgica, Croácia, Hungria, os países bálticos, Grécia, etc, não podemos deixar de constatar o enraizamento profundo do mesmo não só na tragédia dos anos 1920-1930-1950 como também em histórias muito mais antigas, em fanatismos religiosos, em genocídios coloniais e outras práticas sociais de grande crueldade (o nazismo clássico não era superficial nem inautêntico, fundia suas raízes na longa trajectória criminal do Ocidente).

Mas o mais significativo e terrível foi a reinstalação sem maiores escândalos da doutrina hitleriana da guerra total, rebaptizada *Guerra de Quarta Geração* e por vezes adocicada como "golpes gentis" ou "suaves" ou sob a delirante apresentação de guerras ou bombardeamentos "humanitários". Agora já não se trata de uma experiência pioneira e em certo sentido menos surpreendente, "anormal", e sim de um vale-tudo aceite pelo conjunto das elites imperialistas. O facto de que a forma capitalista de fazer a guerra haja sofrido tal transformação está estreitamente vinculado à (faz parte da) transformação do capitalismo num sistema destruidor de forças produtivas estendendo-se ao contexto ambiental com suas terras, mares, montanhas, animais, etc a apontarem para a aniquilação de todo o património histórico da humanidade, de toda a acumulação de civilizações.

Retorno à **origem?**

Poderíamos estabelecer paralelos entre a conjuntura actual e as origens da modernidade. Robert Kurz pôs em evidência as origens militares do capitalismo. Por

volta do século XVI, segundo Kurz, "não foi a força produtiva e sim, pelo contrário, uma contundente força destrutiva que abriu o caminho à modernização, a saber, a invenção das armas de fogo. A produção e mobilização dos novos sistemas de armas não eram possíveis no plano de estruturas locais e descentralizadas que até então haviam marcado a reprodução social, requeriam sim, em diversos planos, uma organização completamente nova da sociedade. As armas de fogo, sobretudo os grandes canhões, já não podiam ser produzidas em pequenas oficinas, como as pré-modernas armas de ponta e gume. Por isso desenvolveu-se uma indústria de armamentos específica, que produzia canhões e mosquetes em grandes fábricas" [8] .

Um bom exemplo disso é a presença em pleno século XVI do célebre [Arsenal de Veneza](#) , fábrica militar muito admirada na sua época, provavelmente a primeira indústria moderna, que inspirou muitos empreendimentos militares e civis posteriores e cuja organização produtiva baseada numa divisão eficaz de tarefas esboçava o modelo que vários séculos depois, no início da revolução industrial, foi descrito por Adam Smith.

Foi efectivamente em torno dos desenvolvimentos militares que se foram gerando redes comerciais e financeiras que permitiam aos príncipes e demais senhores da guerra lançarem suas aventuras.

As mesmas estavam destinadas às lutas intestinas das aristocracias e à repressão das massas camponesas. Contudo, o seu objectivo principal era a pilhagem da periferia, o que disparou decisivamente e alimentou durante séculos a emergência e consolidação do capitalismo, seus mercados centrais, sua ciência, sua arte e sua expansão industrial e tecnológica (existe, por exemplo, uma abundante literatura quanto à incidência da inundação de ouro e prata proveniente das colónias americanas na transformação burguesa da Europa) [9] .

Foi a aliança militar-parasitária, entremeada de mercenários, aristocracia militarizada, comerciantes-bandidos, usurários de alto nível, etc que constituiu a plataforma de lançamento da conquista da periferia, permitindo que uma relativamente pequena economia guerreira realizasse uma pilhagem desmesurada em relação à sua dimensão inicial. No século XVI o produto bruto do Ocidente apenas superava os 10% do que poderíamos considerar como produto bruto mundial, contra 23%-24% para a China ou 27%-28% para a Índia [10] .

Houve uma primeira tentativa: as Cruzadas, quando aproximadamente nos séculos XII e XIII os ocidentais lançaram uma sucessão de invasões ao rico Oriente Próximo, ocupando parte do seu território [11] .

Mas essa colonização fracassou apesar da enorme crueldade aplicada. Os povos invadidos dispunham de uma capacidade militar que lhes permitiu expulsar o invasor por meio do que poderíamos chamar guerra de longa duração. A disparidade militar entre invasores e invadidos não foi suficientemente grande para garantir a derrota definitiva das vítimas.

A situação foi-se alterando a partir do século XV e experimentou uma grande viragem no século XVI, quando o Ocidente adquiriu uma superioridade técnico-militar decisiva sobre o resto do mundo.

A [batalha de Lepanto](#) (1571) provou a superioridade técnica ocidental sobre o Império Otomano. A eficácia do *Arsenal de Veneza* esteve por trás dessa vitória [12] . Meio século antes os espanhóis haviam utilizado sua esmagadora superioridade técnica para arrasar o Império Asteca, que não conhecia a pólvora nem as armas metálicas.

Essa superioridade militar do Ocidente não foi produto do acaso, apoiou-se no vertiginoso desenvolvimento da sua ciência militar. Durante os séculos XV e XVI, a engenharia militar esteve no centro no *Renascimento* europeu, herdava a engenharia militar medieval que por sua vez mantinha vínculos com a ciência militar da antiguidade greco-romana. [Bertrand Gille](#) relata que "*quando em 1328 Felipe V de Valois concebeu o projecto de partir para as cruzadas, Guy de Vigevano converteu-se no seu conselheiro militar e escreveu para o rei um tratado sobre máquinas de guerra ... que pode ser considerado como um dos principais antecedentes da ciência militar posterior*". Gille destaca que "*certas ilustrações do tratado apresentam analogias surpreendentes com algumas imagens de antigos manuscritos gregos e romanos*" que, junto com outros desenvolvimentos medievais, demonstram segundo o autor uma clara continuidade científico-técnica no tema militar desde a Grécia e Roma até chegar aos séculos XV e XVI [13] .

A continuidade histórica da "procura" (o militarismo) para essa ciência remonta primeiro à Idade Média europeia. Uma das suas características principais foi o sobredimensionamento dos seus dispositivos bélicos, a excessiva proliferação de organizações militares conduzidas por príncipes aspirantes a imperadores e titulares

de "impérios" como Carlos Magno, passando por senhores da guerra de toda dimensão, bandos de mercenários, etc. Militarismo feudal entrelaçado historicamente com a Antiguidade europeia guerreira e imperialista, constatemos só que, como observa James O'Donnell em relação ao império romano já em decadência: *"depois de chegar ao trono no ano 284 o imperador Diocleciano e seus sucessores puderam restaurar as fronteiras romanas e a ordem romana multiplicando por cinco ou dez o número de soldados e funcionários. Diocleciano aumentou o número de soldados para 400 mil e mais tarde chegou a alcançar os 650 mil"* [14].

No seu livro "Matança e cultura" [15] [Victor Hanson](#) desenvolve a longa trajectória belicista do Ocidente e, ao referir-se às suas vitórias militares do século XVI, assinala que *"o dinamismo militar europeu era um contínuo da Antiguidade clássica, não uma consequência casual da idade da pólvora e do descobrimento do Novo Mundo... desde a Grécia até o presente... as afinidades demonstradas pelas sociedades ocidentais na sua forma de fazer a guerra tornam-se assombrosamente duradouras"* e acrescenta a seguir: *"as falanges macedónias, tal como o exército de Cortes, a frota cristã que combateu em Lepanto e a companhia de fuzileiros britânicos que defendeu [Rorque's Drift](#) (1879, África, as tropas coloniais foram derrotadas pelos zulus) dispunham de um armamento muito superior ao dos seus adversários"*.

Não se trata só de superioridade técnica e sim da extrema crueldade na sua *"forma de fazer a guerra"*, o que leva o autor (apesar da sua admiração para com o Ocidente) a assinalar que: *"alguns estudiosos equiparam Alexandre Magno a César... ou a Napoleão, com os quais compartilhava sua vontade de ferro, seu génio militar inato e a busca de um império mais poderoso do que os recursos naturais da sua terra nativa permitia. Alexandre, com efeito, mantém afinidades com eles, mas com ninguém se parece mais que com Adolf Hitler"*. O paralelo inevitável entre as falanges gregas, as legiões romanas, os cruzados, as tropas coloniais espanholas, inglesas, francesas e os exércitos hitlerianos estabelece o fio condutor "ocidental" de uma longa sucessão de guerras, conquistas e matanças.

A acumulação primitiva do capitalismo baseou-se, com êxito, no saqueio desmesurado da periferia e com recursos naturais gigantescos, relativamente *"infinitos"* dado o nível técnico e a capacidade de rapina dos imperialistas europeus daquele tempo. Mas essa desmesura é impossível actualmente, o planeta é demasiado pequeno para as necessidades do que seria um novo processo de acumulação capaz de potenciar o parasitismo ocidental até gerar uma espécie de super-capitalismo global.

As potências centrais são suficientemente grandes para destruir o planeta (o que significaria sua auto-destruição) e é por isso, por causa do seu gigantismo, que não se podem salvar, iniciar um novo ciclo ascendente devorando recursos humanos e naturais, ainda que para sobreviver como império precisem alimentar-se das suas vítimas. Isto assinala uma diferença qualitativa essencial com o que ocorreu há cinco séculos. Agora a violência imperialista não é a de um monstro vigoroso, na sua infância ou juventude, e sim a de um monstro velho e obeso.

Ocidente

É preciso associar conceitos artificialmente dissociados como "*civilização ocidental*", "*civilização burguesa*", "*Império*" (ocidental) e "*capitalismo*". O capitalismo surge como um fenómeno histórico com raízes geográficas ocidentais bem delimitadas que carregavam uma pesada herança cultural específica. O Ocidente emergiu como um empreendimento imperialista colectivo, agrupando vários estados, expandindo-os globalmente e ao mesmo tempo envolvidos em ferozes disputas intestinas. A unificação chegou, após um longo percurso de muitos séculos, no final da Segunda Guerra Mundial sob o comando de uma super-potência não europeia: os Estados Unidos.

O irromper da guerra de 1914, mas especialmente a ruptura russa de 1917, assinalou o início do declínio ocidental – ainda que a tendência tenha parecido reverter-se nos anos 1990 com o derrube da URSS e em certo sentido, antes, a partir da reconversão capitalista da China. Mas não foi assim, da desintegração soviética após uma década de desastres surgiu a Rússia como potência militar-energética cada vez mais autónoma ainda que mantendo laços comerciais e financeiros estreitos com o Ocidente e do aburguesamento chinês não nasceu um país subdesenvolvido dócil aos interesses norte-americanos como a Índia ou o México e sim uma potência periférica também com importantes margens de autonomia.

A deterioração geral da dominação ocidental, da sua hierarquia imperialista, ou seja, do capitalismo como sistema mundial, engendrou o fenómeno da *despolarização*, do descontrolo periférico. A China e a Rússia mas também o Irão, e os jogos mais ou menos independentes de alguns estados "*progressistas*" da América Latina ilustram o processo. Os bárbaros do século XXI organizam-se sem tutela romana ou a negociarem com a Roma moderna já não como simples vassallos, mas essa Roma

não pode reproduzir-se como tal, seu parasitismo não pode sobreviver sem os tributos crescentes dos seus súbditos periféricos, necessita cada vez mais sangue das suas vítimas (petróleo barato, lítio, ouro, cobre, salários miseráveis, maiores vantagens comerciais, mega-transferências financeiras, etc) enquanto as vítimas vão encontrando caminhos para reduzir a pilhagem graças precisamente ao enfraquecimento do parasita (o que não impede em certos casos que bárbaros pilhem-se entre si).

Algumas precisões podem nos ajudar a entender melhor o que está a ocorrer.

Em primeiro lugar, o facto de que a consolidação dos estados burgueses centrais tem estado (e continua a estar) estreitamente associada à expansão e consolidação colonial, à extracção maciça de riquezas da periferia, permitiu e continua a permitir a integração das sociedades centrais e a permanência do seu guardião estatal-militar. O fim ou o enfraquecimento grave da referida exploração assinalaria o eclipse desses estados e das suas bases sociais.

Em segundo lugar, a comprovação de que o capitalismo é um sistema baseado num encadeamento de hierarquias fortemente autoritárias, desde a empresa em ascensão até chegar ao centro do poder mundial através de uma complexa articulação de estados, grupos económicos, instituições internacionais, meios de comunicação, etc. A hierarquia imperialista do capitalismo é inerente ao mesmo, é a sua forma histórica, concreta, de reprodução. Nunca foi uma articulação pacífica e sim um conjunto violento e instável onde a autoridade é ganha e conservada com guerra, pressões, armadilhas, etc. Mas até ao fim da Segunda Guerra Mundial essa hierarquia jamais pôde estruturar-se em torno de um único centro estatal, super-imperialista, de poder. Desde o início da modernização e sua sombra colonial encontramos-nos perante sucessivas rivalidades e guerras inter-imperialistas.

A fantasia da globalização regida por uma só potência mundial, apesar de insinuar concretizar-se nos longínquos anos 1990, foi-se desvanecendo na década seguinte. A submissão da Europa e do Japão à chefia estado-unidense continua a basear-se na degradação de ambos os sócios menores; factos recentes como os da Líbia, Síria e Ucrânia são bons exemplos disso. Mas acontece que o chefe imperial também se degrada, o que introduz a incerteza quanto ao futuro dessa convergência central. Pelo seu lado, a periferia vai-se descontrolando precisamente quando mais necessário é o seu controle (super-exploração) para a reprodução do parasita. Em consequência o

império enfurece-se, desespera-se, resgata toda a sua memória racista não só para expulsar ou reduzir à escravidão os *intrusos periféricos* que se instalam nos territórios imperiais como também para converter seus países de origem em zonas de caça livre.

Esta última etapa ilumina toda a história anterior do sistema, destrói seus mitos decisivos, deixa a descoberto sua falsidade essencial. Sobretudo o mito do capitalismo como progresso, como etapa superior na sucessão de civilizações, ou seja, como a mais potente negação da barbárie.

Boa parte das ideologias anti-capitalistas dos séculos XIX e XX apresentavam a superação do capitalismo como uma espécie de continuidade a um nível superior, de negação inicial, revolucionária, apoiada nos êxitos "*positivos*" do velho mundo (o projecto de ruptura albergava condicionamentos culturais que asseguravam a reprodução de aspectos decisivos da civilização burguesa).

Mas a degeneração em curso desse sistema retira o véu ideológico e mostra o seu verdadeiro rosto. Os feitos aparentemente positivos da sua tecnologia (em que o capítulo militar é decisivo) surgem inscritos num contexto de conquistas coloniais com centenas de milhões de assassinatos, com liquidações de criações culturais, qualificadas com desprezo como atraso ou subdesenvolvimento, depredando até à extinção uma ampla variedade de recursos naturais.

Podemos incluir um pequeno acrescento entre parênteses à célebre expressão de Voltaire para afirmar que a civilização (burguesa) não suprimiu a barbárie e sim que a aperfeiçoou. O capitalismo não deve ser assumido como uma etapa em última instância positiva na marcha do progresso humano e sim como uma desgraça, como um desastre, uma degeneração cuja não existência teria evitado numerosas tragédias. O balanço histórico da sua evolução é globalmente negativo, muitos dos seus progressos científicos e tecnológicos teriam sido obtidos seguindo provavelmente outros ritmos e caminhos mas em contextos sociais menos terríveis.

Hegel, nas suas lições de filosofia da história, estabelecia que o desenvolvimento da liberdade, componente da marcha da *Civilização* entendida como encadeamento de civilizações, como a evolução do progresso universal, nascia penosamente no Oriente (ou seja, na periferia) para realizar-se integralmente no Ocidente com a vitória mundial da sua civilização, da modernidade burguesa [16]. A soberba eurocêntrica impedia-o de perceber que a liberdade periférica (embrionária, em desenvolvimento) havia sido

arrasada, abortada, liquidada por um Ocidente parasitário e depredador concretizando a maior matança da história humana e sua civilização sanguinária só podia afirmar-se repetidamente por meio da força bruta, dos seus dispositivos militares contra os povos oprimidos da periferia (e quando foi necessário também contra suas próprias populações como o demonstrou o fascismo europeu do século XX, agora em pleno renascimento).

A subestimação, o desprezo ocidental, sua visão desumanizante das culturas periféricas, constitui uma peça chave da sua ideologia imperial estruturada durante muitos séculos de saqueio. A animalização da imagem do homem do "resto do mundo" fez parte da construção psicológica que facilitou ao colonizador do Ocidente a realização dos grandes genocídios legitimados como obra civilizadora. A ignorância ou desprezo das riquezas culturais da periferia, da criatividade das suas bases sociais, do potencial de autonomia das suas comunidades camponesas não só armadilhou o cérebro das elites ocidentais como também uma boa parte dos seus inimigos internos. Foi assim que Gramsci pôde chegar a afirmar que na velha periferia pré capitalista "o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa" ao passo que no Ocidente existia uma robusta sociedade civil [17] o que não permite explicar como fizeram, por exemplo, as populações andinas da América para sobreviver culturalmente ao genocídio inicial da conquista seguido por mais de cinco séculos de opressão e pilhagem ocidental, ou outras proezas culturais dos periféricos da Ásia e da África.

É necessário entender que o declínio em curso do mundo ocidental se converte em degeneração do seu tecido ideológico e económico planetário, ou seja, do capitalismo como totalidade universal. Desde os anos 1970 sucederam-se as ilusões quanto às emergências capitalistas não ocidentais, desde o milagre japonês, passando pelos tigres e dragões da Ásia (Coreia do Sul, Formosa, etc) até chegar à China. Em todos esses casos era evidente que as expansões industriais exportadoras que lideravam os desenvolvimentos "milagrosos" se apoiavam nas necessidades dos mercados ocidentais ou de mercados periféricos fortemente dependentes dessas procuras. Em consequência, a deterioração dos referidos mercado golpeia os capitalisms não ocidentais. Além disso, factos como a hipertrofia globalizada das redes financeiras estabeleciam um só espaço mundial estreitamente intercomunicado. Portanto, a impossível desfinanciarização do capitalismo constitui um bloqueio comum do qual não podem escapar nem o centro nem a periferia. Esta última, além disso, quando embarca na prosperidade burguesa fica submetida ao modelo consumista, às pautas

ideológicas ocidentais que têm efeito destrutivo devastador (familiar, comunitário, ambiental).

Em meados de 2008, em plena explosão financeira, [Richard Haass](#), presidente do Council on Foreign Relations dos Estados Unidos, publicou um artigo onde lançava o sinal de alarme: a unipolaridade estava condenada à morte e não tendia a ser substituída pela multipolaridade, estava começando a emergir um mundo não polarizado que o autor carregava de imagens caóticas [\[18\]](#). Haass percebia que o fim da hierarquia imperialista, unipolar desde 1991 e multipolar em toda a história anterior do sistema (incluído o período de auge do império britânico) podia chegar a ser uma espécie de "*fim do mundo*", de ruir da "civilização", ou seja, de desarticulação do capitalismo como cultura universal e naturalmente adiantava algumas medidas correctivas que permitiriam atenuar o suposto desastre.

Haass tinha razão quando advertia que a não polaridade albergava o fantasma do fim da "*civilização*" (burguesa). George W. Bush e depois Barack Obama tentaram impedir esse futuro introduzindo correctivos militares que acabaram por agravar a enfermidade do império propagando o caos onde lhes foi possível.

Por sua vez, potências periféricas como a **Rússia e a China não estão em condições de reordenar, no sentido burguês do termo, a desordem causada pela decadência ocidental através do desenvolvimento de novos espaços capitalistas hierarquizados em substituição dos velhos espaços agonizantes. Não são forças [negentrópicas](#) do sistema e sim zonas capitalistas resistentes submersas, também elas, na decadência global.** Tentam travar as bofetadas do império contra os seus interesses, mas ao resistir, revidar ou avançar sobre os flancos débeis do adversário contribuem para a "*desordem*" geral, bloqueiam as tentativas de recomposição do domínio ocidental do mundo e desse modo agravam a degeneração global do capitalismo.

A insurgência global como necessidade histórica

As elites dominantes da China e da Rússia, também as do Brasil, Índia ou Irão, acreditam na possibilidade de desenvolverem seus capitalismos nacionais, fazem o que podem para não afundarem no desastre ao qual o Ocidente as quer condenar. Mas o carácter global, profundamente inter-relacionado do sistema de que fazem parte, condiciona suas astúcias.

Todos esses tropeções e empurrões entre o centro e a periferia contribuem para criar um panorama global rarefeito que a qualquer momento pode redundar em guerras e situações pré bélicas a nível regional, ameaçando por vezes transformar-se em confrontações mundiais como ocorreu em 2013 devido à situação síria e em 2014 com a ucraniana.

Karl Polanyi descrevia a longa "*pax europeia*" (salpicada de conflitos menores) que vigorou desde o fim das guerras napoleónicas até 1914, resultado segundo ele do papel harmonizador, apaziguador de conflitos, cumprido por alguns factores ocultos dentre os quais destacava a "*haute finance*", os círculos financeiros europeus mais elevados que, pondo-se acima dos interesses políticos e nacionais, amarravam compromissos, negócios atravessando países e conseqüentemente acalmando as disputas inter-imperialistas [19].

Mas Polanyi só olhava a superfície do fenómeno. Na realidade os negócios da "*haute finance*" fundavam-se na vertiginosa acumulação de capitais proveniente principalmente da rapina imperialista do mundo, um de cujos pilares essenciais era a acção dos estados ocidentais, o desenvolvimento dos seus aparelhos militares (fonte decisiva de negócios) e da conseqüentes megalománias "patrióticas" das respectivas burguesias nacionais rivais. Polanyi assinala que "*os Rothschild não estavam sujeitos a um governo; como uma família, incorporavam o princípio abstracto do internacionalismo; sua lealdade era entregue a uma firma, cujo crédito se havia convertido na única conexão supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial que crescia com rapidez*" [20]. Na realidade o papel "*pacificador*" dos Rothschild fazia parte de um jogo duplo perigoso mas muito rentável. Por um lado excitavam as bestas alentando suas ambições (e de imediato entregavam-lhes a conta) e por outro acalmavam-nos quando ameaçavam fazer um desastre. Mas essa sucessão de excitantes e calmantes aplicadas a bestas que absorviam drogas cada vez mais fortes terminou como tinha que terminar: com uma gigantesca explosão (Agosto de 1914).

Transferindo-nos para o mundo actual é necessário afirmar que a globalização dos negócios não estabelece um manto transnacional pacificador e sim exactamente o contrário, sobretudo nos centros globais de poder político-militar incentivando megalománias criminosas.

É no interior do sistema global decadente que se desenvolvem as ilusões, esperanças e rebeldias da periferia. A ilusão de assegurar capitalismo autônomo sob as bandeiras da restauração da "identidade russa" ou do "socialismo de mercado" chinês ou de um socialismo a medias como na Venezuela ou de uma sociedade baseada no islão como no Irão ou de capitalismo "progressistas" como no Brasil, Argentina ou Equador. Mas também a resistência ao invasor no Afeganistão ou na Líbia até chegar à guerra prolongada pelo socialismo das FARC na Colômbia, aos protestos sociais na Europa, etc. **Esse grande quebra-cabeças não constitui uma insurgência global nem muito menos um movimento em vias de articulação e sim um processo sumamente heterogêneo onde se apresentam erupções efémeras, ciclos de longa duração, tentativas de desenvolvimento capitalista relativamente autônomo, rebeliões anti-capitalistas, etc que podem ser vistos de diferentes maneiras. Uma delas é a de uma grande turbulência periférica que se vai expandindo em meio a contradições de todo tipo a anunciarem ao mesmo tempo cenários futuros de insurgência popular contra o sistema e o seu contrário: o afundamento em degradações prolongadas.**

É nesse espaço complexo no qual as potências ocidentais tentam arrasar, isolar, demonizar, triturar, que se reproduz um gigantesco proletariado universal, vários milhares de milhões de camponeses, operários, marginais, comerciantes miseráveis, etc condenados à morte ou à sobrevivência infra-humana pela dinâmica decadente do sistema. **Constituem uma realidade plural que se opõe naturalmente à homogeneização escravizante do Ocidente tentando preservar e/ou construir identidades, espaços de liberdade, sobreviver, viver dignamente.**

Os próximos anos dirão se a partir dessa massa proletária irrompe a insurgência global que desdobrando-se na sua pluralidade irá convergindo na segunda ofensiva contra o império. A primeira ocorreu no século XX a partir da Revolução Russa, convertendo-se numa rebelião global que se prolongou durante cerca de seis décadas abarcando desde a China até Cuba, passando pela Argélia, Vietname, Nicarágua.

Há meio século estavam na moda na Europa ocidental autores que denunciavam a perda de hegemonia da região, superada por superpotências extra-regionais como a URSS, os Estados Unidos ou o Japão. Um desses textos, de grande êxito editorial, foi "*El rapto de Europa*" [\[21\]](#) de Luis Diez del Corral. Sua tese era que nações extra europeias estavam a roubar à Europa, ou já haviam roubado, sua maior criação cultural: a modernidade.

Deslumbrado pelo mito grego, o autor não reflectiu o suficiente acerca do seu significado histórico: Zeus rapta Europa, princesa do Oriente Próximo enganada pelo deus que mimetizado como touro a induz a montá-lo, do que se aproveita para sequestrá-la e levá-la à sua ilha. A origem do Ocidente histórico é o engano e o roubo. Seu próprio nome, Europa, é o de troféu, produto do roubo. Em última instância, se o mundo não ocidental se apropriasse da modernidade ocidental não estaria a fazer outra coisa senão recuperar o capital mais os juros das riquezas que o ladrão lhe havia sacado durante séculos: ouro, prata, petróleo, cereais, centenas de milhões de vidas humanas. Na realidade, o planeta hoje está completamente modernizado. Para uns (o centro do mundo) isso significa desenvolvimento capitalista, poder, privilégios, ao passo que para o resto do mundo quer dizer subdesenvolvimento capitalista, miséria, frustrações.

De qualquer forma, a "*apropriação periférica da modernidade*" é um anzol envenenado, é a ilusão de reproduzir os supostos êxitos culturais da civilização burguesa de modo independente ou a enfrentar o Ocidente. Quando o escravo imita o amo ou pretende regenerar sua comunidade adoptado-adaptando seus fundamentos ideológicos, o que consegue é bloquear a criatividade revolucionária da sua base social. Como o demonstra a experiência histórica do século XX [22], quando acredita ter encontrado o fio de Ariadne que lhe permitirá sair do labirinto, aferra-se ao mesmo e marcha triunfalmente rumo à saída... Na realidade agarrou a cauda do diabo o qual, astutamente, o conduz rumo a paragens ainda mais sinistras.

Mas a modernidade entrou no estado de decrepitude e a libertação das suas vítimas centrais e periféricas só pode ser alcançada por meio da negação absoluta do capitalismo, sua completa destruição, para a partir das suas cinzas construir um mundo novo. Nada autoriza a supor que essa proeza – a maior da história humana – seja inevitável. A regeneração pós capitalista é historicamente necessária ainda que não constitua um fenómeno inexorável imposto por supostas leis da história. Trata-se de uma tarefa que exige um gigantesco esforço voluntarista animado por ideias resultantes de práticas insurgentes, rebeldias mais ou menos radicalizadas, ensaios, erros, fracassos, êxitos efémeros ou duradouros.

Notas

[1] As decadências de civilizações anteriores e as reflexões contemporâneas sobre as

mesmas, na medida em que conseguiam uma visão de certa amplitude associavam as referidas decadências com futuras renovações ou instalações de novas civilizações no mesmo território. A nível mundial, enquanto uma civilização decaía outras permaneciam ou emergiam. Agora, dado o potencial auto-destrutivo do capitalismo global, surge a possibilidade histórica do "fim da história" não no sentido idílico (sinistro) do mundo liberal feliz que Francis Fukuyama nos propunha há algumas décadas e sim como desastre universal.

[2] Marx e Engels, "La ideología alemana", Ediciones Progreso, Moscú, 1974.

[3] Em 2012 as despesas do Departamento da Defesa chegaram a cerca de US\$700 mil milhões. Se às mesmas forem adicionadas as despesas militares que aparecem integradas (diluídas ou ocultas) em outras áreas do Orçamento (Departamento de Estado, USAID, Departamento da Energia, CIA e outras agências de segurança, pagamentos de juros, etc) alcançar-se-ia um número próximo dos US\$1,3 milhões de milhões. Esse número equivale a 50% das receitas orçamentais previstas ou 100% do défice orçamental. Essas despesas representaram quase 60% das despesas militares globais e se lhes somarmos as dos seus sócios da NATO e de alguns países vassalos extra-NATO como a Arábia Saudita, Israel, Colômbia ou Austrália estaríamos entre 75% e 80% da despesa global (Ref: Jorge Beinstein, "Capitalismo del Siglo XXI. Militarización y decadencia", Ed. Cartago, Buenos Aires 2013).

[4] Narciso Isa Conde, [Estados neoliberales y delincuentes](#) , Aporrea, 20/01/2008,

(5) Johan Huizinga, "Homo ludens" (1954), Emecé Editores, Buenos Aires, 1968.

[6] Domenico Losurdo, "Las raíces norteamericanas del nazismo", Enfoques Alternativos, nº 27, Octubre de 2006, Buenos Aires.

[7] Hermann Rauschning, "La révolution du nihilisme", Gallimard, Paris, 1980.

[8] Robert Kurz, [Los orígenes destructivos del capitalismo](#) , 1997,

[9] Em outros textos apresentei um conceito de Anouar Abdel Malek, no meu entender essencial para compreender o fenómeno. Trata-se do "**excedente histórico**" acumulado durante séculos pelo Ocidente em resultado de um saqueio universal sem precedentes, um património imperialista baseado na destruição do contexto ambiental e de civilizações de todos os continentes (Anouar Abdel Malek, "Political Islam", Socialism in the World, Number 2, Beograd 1978.

[10] Angus Maddison, "The World Economy: Historical Statistics", OECD 2003.

[11] René Grousset qualificou-a como "a primeira expansão colonial do Ocidente". René Grousset, "Las cruzadas", EUDEBA, Buenos Aires, 1965.

[12] *"O poder veneziano baseava-se na sua capacidade para fabricar armas de acordo com os modernos princípios da especialização e da produção capitalista"*, assinala Victor Davis Hanson. E acrescenta que *"três anos depois de Lepanto o monarca francês Henrique III, que se encontrava em Veneza, visitou o Arsenal que, para seu assombro, montou, equipou e lançou uma galera em uma hora! Em condições normais, recorrendo a princípios de construção naval, financiamento e produção em massa comparáveis unicamente aos do século XX, o Arsenal era capaz de lançar uma frota inteira de galeras no espaço de uns poucos dias"*, Victor Davis Hanson, "Matanza y cultura. Batallas decisivas en el auge de la civilización occidental", Fondo de Cultura Económica-Turner, México D.F. / Madrid 2006.

[13] Bertrand Gille, *"Les ingénieurs de la Renaissance"*, Herman, Paris 1964.

[14] James O'Donnell, *"La ruina del imperio romano"*, Ediciones B, Barcelona 2010.

[15] Victor Davis Hanson, op cit.

[16] G.W.F Hegel, "La Raison dans l'Histoire", Union Générale d'Éditions, 10/18, Paris 1965.

[17] Antonio Gramsci, "Cuadernos de la cárcel", Ed. Era, México, 1999.

[18] Richard N. Haass, "The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance", Foreign Affairs, Mai/June 2008.

[19] Karl Polanyi, "The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time", Bacon Press, Boston, Massachusetts, 2001.

[20] K. Polanyi, op. cit.

[21] Luis Diez del Corral, "El rapto de Europa", Alianza Editorial, Madrid 1974.

[22] Desde os fantasmas burocráticos da história soviética até chegar ao realismo burguês dos dirigentes chineses passando pelos diversos nacionalismos mais ou menos "socialistas" ou capitalistas do Terceiro Mundo.

Chile: Uma democracia servil ao capital?

[Deixe um comentário](#)

Por Micaela Lobos, via [El Mostrador](#)

Nos dias posteriores a vitória de Salvador Allende, Richard Nixon pedia a seu secretário de Estado, Henry Kissinger, para [fazer girar a economia do Chile](#) no sentido de impedir a chegada da Unidade Popular ao poder. Esta declaração, que faz parte de um dos 350 documentos desclassificados há algumas semanas pela CIA, retrata a resistência do primeiro governo eleito sob uma democracia liberal que abertamente dizia não defender os interesses do capital. A história que se seguiu é bastante conhecida.

Em um artigo recente, o professor [Robventura de Sousa Santos analisa a relação entre capitalismo e democracia](#), assinalando que “o capitalismo só se sente seguro se é governado por quem tem o capital ou se identifica com suas ‘necessidades’”. No caminho contrário está a democracia, entendida, em sua definição mais perfeita, como um governo das maiorias “que não tem capital nem razões para identificar-se com as ‘necessidades’ do capitalismo”. Ademais, ressalta-se que as necessidades minoritárias do capital “colidem” com as necessidades das classes trabalhadoras, criando um conflito distributivo entre os que concentram a riqueza e os que reivindicam repartição mais equitativa dela. Frente a isto, como é possível que a democracia sobreviva em sistemas dominados por uma minoria acumuladora de capital? Houve períodos em que esta simplesmente sucumbiu, quando as elites dominantes viram ameaçados seus interesses. Sem embargo, em grande parte do mundo instalou-se uma democracia liberal, utilizada – segundo argumenta o autor – para evitar que as maiorias pobres cheguem ao poder, recorrendo para isso a uma série de dispositivos legais e legitimados, tais como restrições ao sufrágio, leis de lobby, consagração e supremacia do direito à propriedade privada e repressão da atividade política fora da institucionalidade, entre outros.

Sob o governo da Unidade Popular houve o golpe de Estado, 17 anos de ditadura cívico-militar e 24 de governos eleitos em normas democráticas. Pode a democracia chilena sobrepor-se aos interesses das minorias? Quem são os que tem governado o Chile e que interesses representam? Esta não é uma pergunta que se responde facilmente. Porém, é interessante esboçar uma aproximação para o caso chileno a luz de evidências recentes que parecem consenso e amplamente aceitas entre os diversos setores políticos.

Recentemente houve a apresentação do informe da Auditoria da Democracia no Chile, elaborado pelo PNUD, em que colaboraram distintos centros de pensamento (Centro de Estudos Públicos, Corporação de Estudos para a América Latina, Liberdade e Desenvolvimento, Projeto América, Instituto Liberdade, Fundação Jaime Guzmán e Fundação Chile 21). O informe, que analisa a democracia qualitativamente, reconhece que, em sua extensão formal, os princípios e ideais da democracia, tais como igualdade e controle popular do governo, seguem distantes.

Um importante elemento para esboçar uma resposta é saber quais figuras tem sido eleitas governantes. A supremacia dos partidos políticos em ocupar os cargos de eleição popular deixou pouco ou nenhum espaço a candidaturas independentes e, com elas, seus eleitores. Esta elitização do espaço para tomada de decisões aumenta com a baixa rotação e alternância de autoridades em seus cargos, informa o relatório. No caso do congresso, o sistema eleitoral binominal contribuiu para representar exageradamente certos setores políticos em detrimento de outros, os processos eleitorais “desde o retorno à democracia têm sido altamente previsíveis e com escassa competência efetiva de percepção dos eleitores”. Importante acrescentar neste ponto que nas últimas eleições, partidos e movimentos políticos que haviam sido excluídos de cargos de representação popular ganharam espaço, incluindo na coalizão governante. Ainda que, salvo exceções, grande parte se deu por negociações e pactos com os grupos políticos dominantes.

A crise de representatividade é evidenciada também nos baixos níveis de confiança que as pessoas têm no congresso e nos partidos políticos; em 2013, somente 15% manifestou ter muita confiança nos partidos. Ainda mais se faz a distância ao contarmos que a identificação das pessoas com os partidos é baixa: em 2013, só 35% dos entrevistados manifestou identificação com algum partido político. 51% deles crê que os partidos compõem-se de políticos que atuam em causa própria.

O paradoxo se materializa quando a cidadania se vê forçada a eleger e sentir-se representada por políticos os quais não se têm confiança nem identificação.

Estas percepções parecem ter correlação com o comportamento eleitoral. O relatório demonstra um nível cada vez menor de participação das pessoas em idade de voto desde 1989, quando 86% da população foi às urnas, cifra que chegou a 59,5% em 2009, e a 51,7% na eleição presidencial de 2013. Esta tendência não se reverteu com a institucionalização da inscrição automática e do voto voluntário, a realidade é que as eleições se dão com cada vez menos eleitores, o que deixa o poder de decisão nas mãos de uns poucos. Talvez a abertura do espaço a novos grupos políticos seja uma oportunidade de aumento da participação.

Diante disto, não é de se estranhar que o capital se sinta seguro em um sistema político que está longe do controle popular. Tampouco surpreende que a institucionalidade laboral, instaurada na época da ausência democrática, permaneceu inalterada, favorecendo os grandes interesses econômicos e a desigualdade social. Atualmente os trabalhadores têm praticamente nula capacidade de incidir sobre a distribuição da riqueza (baixa sindicalização, negociação coletiva) e, por isso, menos influência nas decisões que pesam sobre suas próprias condições de vida.

Os dados demonstram a existência de um espaço político que está cada vez mais distante do alcance popular, dominado por partidos cada vez mais alheios aos interesses da sociedade e que servem muito bem aos interesses de uma minoria. Essa é a pedra fundamental de onde devemos construir alternativas distintas.

- See more at: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/bling/2014/06/30/chile-uma-democracia-servil-ao-capital/whash.0T1MPyJP7.dpuf>

34

34 - ¿Democracia o capitalismo?

Boaventura de Sousa Santos * - EL PAIS › OPINION

Al inicio del tercer milenio, las fuerzas de izquierda se debaten entre dos desafíos principales: la relación entre democracia y capitalismo, y el crecimiento económico infinito (capitalista o socialista) como indicador básico de desarrollo y progreso. En estas líneas voy a centrarme en el primer desafío.

Contra lo que el sentido común de los últimos 50 años nos puede hacer pensar, la relación entre democracia y capitalismo siempre fue una relación tensa, incluso de contradicción. Lo fue, ciertamente, en los países periféricos del sistema mundial, en lo que durante mucho tiempo se denominó Tercer Mundo y hoy se designa como Sur global. Pero también en los países centrales o desarrollados la misma tensión y la misma contradicción estuvieron siempre presentes. Basta recordar los largos años de nazismo y fascismo.

Un análisis más detallado de las relaciones entre capitalismo y democracia obligaría a distinguir entre diferentes tipos de capitalismo y su dominio en diferentes períodos y regiones del mundo, y entre diferentes tipos y grados de intensidad de la democracia. En estas líneas concibo al capitalismo bajo su forma general de modo de producción y hago referencia al tipo que ha dominado en las últimas décadas, el capitalismo financiero. En lo que respecta a la democracia, me centro en la democracia representativa tal como fue teorizada por el liberalismo.

El capitalismo sólo se siente seguro si es gobernado por quien tiene capital o se identifica con sus “necesidades”, mientras que la democracia es idealmente el gobierno de las mayorías que no tienen capital ni razones para identificarse con las “necesidades” del capitalismo, sino todo lo contrario. El conflicto es, en el fondo, un conflicto de clases, pues las clases que se identifican con las necesidades del capitalismo (básicamente, la burguesía) son minoritarias en relación con las clases que tienen otros intereses, cuya satisfacción colisiona con las

necesidades del capitalismo (clases medias, trabajadores y clases populares en general). Al ser un conflicto de clases, se presenta social y políticamente como un conflicto distributivo: por un lado, la pulsión por la acumulación y la concentración de riqueza por parte de los capitalistas, y, por otro lado, la reivindicación de la redistribución de la riqueza generada en gran parte por los trabajadores y sus familias. La burguesía siempre ha tenido pavor a que las mayorías pobres tomen el poder y ha usado el poder político que le concedieron las revoluciones del siglo XIX para impedir que eso ocurra. Ha concebido a la democracia liberal de modo de garantizar eso mismo a través de medidas que cambiaron con el tiempo, pero mantuvieron su objetivo: restricciones al sufragio, primacía absoluta del derecho de propiedad individual, sistema político y electoral con múltiples válvulas de seguridad, represión violenta de la actividad política fuera de las instituciones, corrupción de los políticos, legalización del lobby... Y siempre que la democracia se mostró disfuncional, se mantuvo abierta la posibilidad del recurso a la dictadura, algo que sucedió muchas veces.

Después de la Segunda Guerra Mundial, muy pocos países tenían democracia, vastas regiones del mundo estaban sometidas al colonialismo europeo, que servía para consolidar el capitalismo euro-norteamericano, Europa estaba devastada por una guerra que había sido provocada por la supremacía alemana, y en el Este se consolidaba el régimen comunista, que aparecía como alternativa al capitalismo y la democracia liberal. En este contexto surgió en la Europa más desarrollada el llamado capitalismo democrático, un sistema de economía política basado en la idea de que, para ser compatible con la democracia, el capitalismo debería ser fuertemente regulado, lo que implicaba la nacionalización de sectores clave de la economía, un sistema tributario progresivo, la imposición de las negociaciones colectivas e incluso, como sucedió en la Alemania Occidental de entonces, la participación de los trabajadores en la gestión de empresas. En el plano científico, Keynes representaba entonces la ortodoxia económica y Hayek, la disidencia. En el plano político, los derechos económicos y sociales (derechos al trabajo, la educación, la salud y la seguridad social, garantizados por el Estado) habían sido el instrumento privilegiado para estabilizar las expectativas de los ciudadanos y para enfrentar las fluctuaciones constantes e imprevisibles de las "señales de los mercados". Este cambio alteraba los términos del conflicto distributivo, pero no lo eliminaba. Por el contrario, tenía todas las condiciones para instigarlo luego de que se debilitara el crecimiento de las tres décadas siguientes. Y así sucedió.

Desde 1970, los Estados centrales han estado manejando el conflicto entre las exigencias de los ciudadanos y las exigencias del capital mediante el recurso a un conjunto de soluciones que gradualmente fueron dando más poder al capital. Primero fue la inflación (1970-1980); después, la lucha contra la inflación, acompañada del aumento del desempleo y del ataque al poder de los sindicatos (desde 1980), una medida complementada con el endeudamiento del Estado como resultado de la lucha del capital contra los impuestos, del estancamiento económico y del aumento de los gastos sociales originados en el aumento del desempleo (desde mediados de 1980), y luego con el endeudamiento de las familias, seducidas por las facilidades de crédito concedidas por un sector financiero finalmente libre de regulaciones

estatales, para eludir el colapso de las expectativas respecto del consumo, la educación y la vivienda (desde mediados de 1990). Hasta que la ingeniería de las soluciones ficticias llegó a su fin con la crisis de 2008 y se volvió claro quién había ganado en el conflicto distributivo: el capital. La prueba: la conversión de la deuda privada en deuda pública, el incremento de las desigualdades sociales y el asalto final a las expectativas de una vida digna de las mayorías (los trabajadores, los jubilados, los desempleados, los inmigrantes, los jóvenes en busca de empleo) para garantizar las expectativas de rentabilidad de la minoría (el capital financiero y sus agentes). La democracia perdió la batalla y sólo evitará ser derrotada en la guerra si las mayorías pierden el miedo, se rebelan dentro y fuera de las instituciones y fuerzan al capital a volver a tener miedo, como sucedió hace sesenta años.

En los países del Sur global que disponen de recursos naturales la situación es, por ahora, diferente. En algunos casos, por ejemplo en varios países de América latina, hasta puede decirse que la democracia se está imponiendo en el duelo con el capitalismo, y no es por casualidad que en países como Venezuela y Ecuador se comenzó a discutir el tema del socialismo del siglo XXI, aunque la realidad esté lejos de los discursos. Hay muchas razones detrás, pero tal vez la principal haya sido la conversión de China al neoliberalismo, lo que provocó, sobre todo a partir de la primera década del siglo XXI, una nueva carrera por los recursos naturales. El capital financiero encontró ahí y en la especulación con productos alimentarios una fuente extraordinaria de rentabilidad. Esto permitió que los gobiernos progresistas –llegados al poder como consecuencia de las luchas y los movimientos sociales de las décadas anteriores– pudieran desarrollar una redistribución de la riqueza muy significativa y, en algunos países, sin precedentes. Por esta vía, la democracia ganó nueva legitimidad en el imaginario popular. Pero, por su propia naturaleza, la redistribución de la riqueza no puso en cuestión el modelo de acumulación basado en la explotación intensiva de los recursos naturales y, en cambio, la intensificó. Esto estuvo en el origen de conflictos –que se han ido agravando– con los grupos sociales ligados a la tierra y a los territorios donde se encuentran los recursos naturales, los pueblos indígenas y los campesinos.

En los países del Sur global con recursos naturales pero sin una democracia digna de ese nombre, el boom de los recursos no trajo ningún impulso a la democracia, pese a que, en teoría, condiciones mas propicias para una resolución del conflicto distributivo deberían facilitar la solución democrática y viceversa. La verdad es que el capitalismo extractivista obtiene mejores condiciones de rentabilidad en sistemas políticos dictatoriales o con democracias de bajísima intensidad (sistemas casi de partido único), donde es más fácil corromper a las elites, a través de su involucramiento en la privatización de concesiones y las rentas del extractivismo. No es de esperar ninguna profesión de fe en la democracia por parte del capitalismo extractivista, incluso porque, siendo global, no reconoce problemas de legitimidad política. Por su parte, la reivindicación de la redistribución de la riqueza por parte de las mayorías no llega a ser oída, por falta de canales democráticos y por no poder contar con la solidaridad de las restringidas clases medias urbanas que reciben las migajas del rendimiento extractivista. Las poblaciones más directamente afectadas por el extractivismo

son los campesinos, en cuyas tierras están los yacimientos mineros o donde se pretende instalar la nueva economía agroindustrial. Son expulsados de sus tierras y sometidos al exilio interno. Siempre que se resisten son violentamente reprimidos y su resistencia es tratada como un caso policial. En estos países, el conflicto distributivo no llega siquiera a existir como problema político. De este análisis se concluye que la actual puesta en cuestión del futuro de la democracia en Europa del Sur es la manifestación de un problema mucho más vasto que está aflorando en diferentes formas en varias regiones del mundo. Pero, así formulado, el problema puede ocultar una incertidumbre mucho mayor que la que expresa. No se trata sólo de cuestionar el futuro de la democracia. Se trata, también, de cuestionar la democracia del futuro. La democracia liberal fue históricamente derrotada por el capitalismo y no parece que la derrota sea reversible. Por eso, no hay que tener esperanzas de que el capitalismo vuelva a tenerle miedo a la democracia liberal, si alguna vez lo tuvo. La democracia liberal sobrevivirá en la medida en que el capitalismo global se pueda servir de ella. La lucha de quienes ven en la derrota de la democracia liberal la emergencia de un mundo repugnantemente injusto y descontroladamente violento debe centrarse en buscar una concepción de la democracia más robusta, cuya marca genética sea el anticapitalismo. Tras un siglo de luchas populares que hicieron entrar el ideal democrático en el imaginario de la emancipación social, sería un grave error político desperdiciar esa experiencia y asumir que la lucha anticapitalista debe ser también una lucha antidemocrática. Por el contrario, es preciso convertir al ideal democrático en una realidad radical que no se rinda ante el capitalismo. Y como el capitalismo no ejerce su dominio sino sirviéndose de otras formas de opresión, principalmente del colonialismo y el patriarcado, esta democracia radical, además de anticapitalista, debe ser también anticolonialista y antipatriarcal. Puede llamarse revolución democrática o democracia revolucionaria –el nombre poco importa–, pero debe ser necesariamente una democracia posliberal, que no puede perder sus atributos para acomodarse a las exigencias del capitalismo. Al contrario, debe basarse en dos principios: la profundización de la democracia sólo es posible a costa del capitalismo; y en caso de conflicto entre capitalismo y democracia debe prevalecer la democracia real.

* Director del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra, Portugal. El texto corresponde a la Décima carta a las izquierdas del autor.

Traducción: Javier Lorca.

sábado, 21 de fevereiro de 2015

Filósofo István Mészáros analiza ascensão de novos partidos na Europa, como Syriza e Podemos

Em novo livro sobre a crise do capitalismo, pensador húngaro fala sobre impasses das democracias

POR LEONARDO CAZES



Vitória. Apoiadores do Syriza comemoram o resultado da eleição grega - **Alkis Konstantinidis/Reuters/25-01-2015**

RIO - O filósofo marxista István Mészáros continua acreditando em uma alternativa socialista ao capitalismo. Aos 84 anos, completados em dezembro passado, ninguém pode acusá-lo de ser um saudosista da antiga União Soviética. Nascido na Hungria, ele foi discípulo do pensador marxista György Lukács no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste e se tornou seu principal herdeiro intelectual. Quando os tanques soviéticos invadiram o país, em novembro de 1956, para reprimir o levante popular contra as políticas impostas por Moscou, Mészáros foi obrigado a deixar seu posto de professor e a se exilar na Itália, onde lecionou na Universidade de Turim, mudando-se mais tarde, e em definitivo, para o Reino Unido.

Hoje professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, o filósofo defende a atualização da célebre frase da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”, para “barbárie se tivermos sorte”. Caso não haja uma alteração radical da organização da sociedade, argumenta ele, o destino da humanidade será a sua autodestruição através das guerras e da crise ecológica. Para superar este desafio histórico, Mészáros afirma que é preciso “conquistar” o Estado, comparado a uma montanha no título do seu novo livro, recém-lançado no Brasil, “A montanha que devemos conquistar” (Boitempo).



— O caminho para garantir a nossa sobrevivência está bloqueada por um obstáculo gigante representado pelo poder de decisão global do Estado. O perigo de fato é que uns poucos Estados nacionais têm o poder de destruir a humanidade inteira, poder defendido por eles como sua “segurança” e “autodefesa”. A esmagadora maioria da humanidade não pode fazer absolutamente nada contra isso e nada pode ser mais absurdo — afirma o professor em entrevista por e-mail ao GLOBO.

Mészáros compreende os Estados, tal como os conhecemos, como formações históricas do capitalismo. Eles teriam uma “função corretiva”, que não pode ser mais exercida num contexto de crise estrutural do sistema. Assim, ele propõe a mudança de um regime de “desigualdade substantiva” para outro de “igualdade substantiva”. Crítico ferrenho da democracia representativa e cético quanto à efetividade da chamada democracia direta, o filósofo defende uma “democracia substantiva”, com a desconcentração do poder de decisão das mãos dos Estados.

Enquanto suas ideias não se tornam realidade, ele observa com cautela o crescimento de partidos da esquerda na Europa, como o Syriza, eleito na Grécia, e o Podemos, já a segunda força política na Espanha. Para o professor, ambos são respostas às “cruéis medidas de austeridade” impostas aos dois países. Contudo, na sua opinião, os dois grupos precisam elaborar uma alternativa “sustentável historicamente” ao capitalismo para atingirem um verdadeiro sucesso. Syriza e Podemos, diz Mészáros, podem funcionar como catalisadores da união dos múltiplos movimentos de protesto surgidos no mundo nos últimos anos.

— Em algum ponto do futuro esses movimentos devem se unir para que sejam o motor da necessária mudança fundamental da sociedade. Nos resta torcer para que essa união aconteça rapidamente, antes que seja tarde.

Os Estados nacionais parecem ter cada vez menos poder frente a organismos internacionais, financeiros e interestatais. Assim, qual é o Estado que se deve “conquistar”?

A suposta redução do poder dos Estados nacionais é um grande exagero vocalizado por governos para justificar seus fracassos em promover até mesmo as limitadíssimas reformas sociais prometidas. Os fatos mostram o contrário. Alguns exemplos: o Syriza, eleito com larga votação, tenta hoje afirmar os interesses gregos contra o FMI e a União Europeia. No Reino Unido, nas eleições gerais de maio, o partido que deve ter o maior

crescimento é o UKIP (de extrema-direita e eurocético). Pressionado, o Partido Conservador (do primeiro-ministro David Cameron) está ameaçando deixar a União Europeia caso não ocorram mudanças que atendam aos interesses do país. Espanha, Bélgica e Itália convivem com movimentos separatistas.

A possibilidade do próprio fim da UE não pode ser excluída. Assim, a realidade não é a eliminação das aspirações nacionais, mas o superaquecimento de um perigoso caldeirão de antagonismos e contradições entre os atuais Estados nacionais, aqueles que aspiram a se tornar um e até as estruturas criadas para solucionar os antigos antagonismos, como a UE. A crônica falta de solução para esses problemas apresenta grandes perigos para a sobrevivência da humanidade. Devemos ignorar o fato de que os Estados Unidos estão ameaçando armar a Ucrânia contra a Rússia, com possíveis consequências sérias e incalculáveis? E o confronto, num horizonte não muito distante, entre EUA e China por recursos naturais altamente disputados? Os antagonismos interestatais numa escala potencialmente autodestrutiva — um presságio foram as duas guerras mundiais do século passado, ainda sem as atuais armas de autodestruição total — são a consequência necessária da contradição do capital. O Estado que devemos conquistar para a sobrevivência da humanidade é o Estado tal como o conhecemos, capaz de se afirmar apenas na sua modalidade antagônica tanto internamente quanto nas relações internacionais.

Novos partidos de esquerda, como o Syriza (Grécia) e o Podemos (Espanha), estão em ascensão. Como o senhor avalia essas experiências? Quais mudanças são possíveis por dentro das estruturas atuais?

Syriza e Podemos são bons exemplos da resposta necessária à imposição das cruéis medidas de austeridade pelas autoridades financeiras internacionais e estatais a Grécia e Espanha, agravada pela submissão dos seus governos. Muito além desses dois países, as medidas de austeridade desumanizantes estão se tornando visíveis e intoleráveis em muitas partes do mundo capitalista, inclusive nos países que uma vez pertenceram aos privilegiados do “Estado de bem-estar”. O que torna esses partidos particularmente significantes não é apenas que nasceram no rastro de uma esquerda adormecida, mas também que alcançaram uma grande massa de apoiadores em um período muito curto de tempo. Neste sentido, eles sublinham a insustentabilidade da ordem de reprodução social estabelecida.

No mundo, ruas foram ocupadas por protestos contra o poder, sejam ditaduras ou democracias. Como o senhor avalia esses movimentos?

Assistimos às mais notáveis demonstrações de protesto nos últimos anos, mas as demandas das pessoas nas ruas não foram atendidas e sem dúvida reaparecerão, até mais intensamente, se continuarem a ser frustradas. Contudo, seria imprudente partir para uma conclusão otimista. É prematuro ver nesses protestos o motor de uma mudança fundamental na sociedade capitalista. Esses movimentos de protesto são certamente o prenúncio de uma mudança fundamental necessária. Para ter sustentabilidade histórica, em algum ponto do futuro eles devem se unir para que sejam o motor dessa mudança. Nos resta torcer para que essa união aconteça rapidamente, antes que seja tarde.

Por que o senhor compara o Estado a uma montanha?

A estrada que devemos seguir para garantir a nossa sobrevivência está bloqueada por um obstáculo gigante representado pelo poder de decisão global do Estado. E nós não podemos evitar ou ultrapassar essa montanha. O perigo de fato é que uns poucos Estados nacionais têm o poder de destruir a Humanidade inteira, defendido por eles como sua “segurança” e “autodefesa” nos seus confrontos, reais e potenciais, uns com os outros. A esmagadora maioria da Humanidade não pode fazer absolutamente nada contra isso e nada pode ser mais absurdo. A ideia de que é possível usar a “sociedade civil” contra o

poder do Estado, na tentativa de superar as desigualdades estruturalmente arraigadas e saná-las de forma duradoura, é extremamente ingênua, para dizer o mínimo. Assim como as ONGs, essas organizações pateticamente limitadas que dependem, para o seu financiamento e funcionamento, dos recursos concedidos pelo Estado. O Estado é a estrutura política global de comando do sistema capitalista em qualquer uma das suas formas conhecidas ou concebíveis.

No livro, o senhor aponta que o chamado “fenecimento do Estado” é inevitável. Por quê?

Não se trata de uma questão de inevitabilidade. Dizer que o fenecimento do Estado é necessário significa apenas que se trata de uma condição vital para a solução dos problemas em jogo. Mas isso não significa que essa exigência será realizada inevitavelmente. Pelo contrário, ao reforçar o perigo de que o Estado, com seu gigantesco poder de destruição, coloque um fim catastrófico a todo esforço de transformação e emancipação, contraria toda a ilusão da “inevitabilidade histórica”. A ideia da necessidade do “fenecimento do Estado” foi concebida, primeiro, para combater a ilusão anarquista de que a “derrubada do Estado” resolveria tudo. O Estado em si não pode ser “derrubado”. Capital, trabalho e Estado estão profundamente interligados no metabolismo social historicamente constituído. Nenhum deles pode ser derrubado sozinho, nem ser “reconstituído” separadamente.

O senhor é crítico da democracia representativa e da democracia direta. Em vez disso, propõe uma “democracia substantiva”. O que seria?

A defesa feita por Rousseau de algo parecido com a democracia direta, abraçada no início da Revolução Francesa, é anterior à democracia representativa. Esta foi concebida mais como uma reação do que uma forma original e sustentável de controle político. A democracia representativa foi convenientemente adotada em muitos lugares, mas produz resultados bastante limitados. A crítica de Hegel é certa: “os Poucos supõem ser os deputados, mas eles são quase sempre os exploradores dos Muitos”. Apesar dos seus méritos relativos, a democracia direta é também muito problemática e está muito longe de perceber a grande tarefa histórica à sua frente. Até seu limitado contra-exemplo institucional de “delegados revogáveis” contra os “deputados representativos” provou ser totalmente incompatível, nos últimos dois séculos, com a ordem de reprodução social estabelecida. Já a democracia substantiva parte de uma igualdade substantiva e exige uma alteração radical no metabolismo social, substituindo o seu caráter alienado e a superimposição alienante de todo o processo de decisão política do Estado sobre a sociedade.

Mais de 20 anos após o fim da União Soviética, o senhor continua acreditando no socialismo. Por quê?

Em termos históricos, 20 anos é muito pouco, ainda mais quando a tarefa é a mudança radical de uma ordem de desigualdade substantiva para outra de igualdade substantiva. Esta é uma demanda não de 20, mas de 220 anos, e foi colocada por Babeuf (revolucionário francês do século XVIII). As raízes da implosão da União Soviética são profundas, como as contradições explosivas de um Império multinacional reprimir suas minorias nacionais. A maior e mais perigosa ironia da história moderna é que a outrora incensada “destruição produtiva”, uma das características mais problemáticas do capital, se tornou, na fase descendente do desenvolvimento do sistema capitalista, uma ainda mais insustentável produção destrutiva, na produção de mercadorias e da natureza, completada pela ameaça de destruição militar em defesa da ordem estabelecida. É por isso que a alternativa socialista não é só apenas possível, mas também necessária para a sobrevivência da Humanidade.

FONTE: [O Globo](#)

INSTITUTO LUIZ CARLOS PRESTES

<http://prestesaressurgir.blogspot.com.br/2015/02/filosofia-istvan-meszáros-análise.html?spref=fb>